



Biblioteca na Escola e a Lei nº 12.244/2010: mapeamento da produção científica e acadêmica

[#soubibliotecaescolar](#)

ORGANIZADORES

Maria Lourdes Blatt Ohira

Orestes Trevisol Neto

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira

**Biblioteca
na Escola
e a Lei nº
12.244/2010**

Biblioteca na Escola e a Lei nº 12.244/2010:

mapeamento
da produção
científica e
acadêmica

[#soubibliotecaescolar](#)

ORGANIZADORES

Maria Lourdes Blatt Ohira

Orestes Trevisol Neto

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA – CFB

Fábio Lima Cordeiro – CRB1/1763

PRESIDENTE

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB 5/946

VICE-PRESIDENTE

Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB 5/1353

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Fernando Braga Ferreira – CRB 3/640

DIRETOR TÉCNICO

Luiz Otavio Maciel da Silva – CRB 2/771

DIRETOR FINANCEIRO

COMISSÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES E PÚBLICAS (CBEP)

Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira – CRB 5/946 (Coordenadora)

Maria Lourdes Blatt Ohira – CRB 14/213

Patrícia Verônica Nascimento Dias Fernandes – CRB 5/1353

COMISSÃO DE DIVULGAÇÃO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL (CDV)

Jean Charles Racene dos Santos Martins – CRB 11/719 (Coordenador)

Fernando Braga Ferreira – CRB 3/640

Nelson Oliveira da Silva – CRB 10/854

Eduardo Faria/Ofício

DIAGRAMAÇÃO

Dados internacional da Catalogação na Publicação (CIP)

B582 Biblioteca na escola e a Lei nº 12.244/2010 [recurso eletrônico]: mapeamento da produção científica e acadêmica / Organizadores Maria Lourdes Blatt Ohira, Orestes Trevisol Neto, Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira. – Dados eletrônicos. – Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2024.

Acesso: cfb.org.br

ISBN 978-85-62568-14-5 (versão online)

ISBN 978-85-62568-15-2 (versão impressa)

1. Biblioteca escolares. 2. Brasil. [Lei n. 12.244, de 24 de maio de 2010].

I. Ohira, Maria Lourdes Blatt. II. Trevisol Neto, Orestes. III. Barreira, Maria Isabel de Jesus Sousa.

CDD (22. ed.) 027.8

Tatyane Barbosa Philippi - Bibliotecária CRB 14/735

Copyright © 2023 - Conselho Federal de Biblioteconomia

Este trabalho está licenciado sob CC BY 4.0 

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, desde que citada a fonte.

Disponível também no endereço eletrônico: www.cfb.org.br

Impresso no Brasil

O conteúdo de cada capítulo é de inteira responsabilidade dos respectivos autores/as.

APRESENTAÇÃO

- **FABIO LIMA CORDEIRO**
Presidente da 19ª Gestão do CFB
CRB-1/1763

Acompanhar a produção científica de determinada área é um importante meio de verificar o seu desenvolvimento, uma vez que as grandes contribuições para construção de novos conhecimentos partem dos debates gerados em âmbito científico. Por isso, a Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas da 19ª Gestão do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) propôs, com êxito, elaborar essa publicação Biblioteca na escola e a Lei nº 12.244/2010: mapeamento da produção científica e acadêmica.

Mais do que um instrumento de divulgação da campanha **#sou-bibliotecaescolar**, este livro busca identificar as pesquisas brasileiras sobre a Lei de Universalização de Bibliotecas Escolares (Lei nº 12.244), de 24 de maio de 2010, realizadas a partir da sua promulgação. Além disso, é um registo valioso das discussões promovidas em prol da Lei e de seu cumprimento, bem como uma forma de preservar o conhecimento sobre esse tema. Para esta Gestão do CFB, a biblioteca escolar merece especial atenção por ser a única tipologia de biblioteca prevista em uma normativa superior, nacional e mandatária.

Ao longo desses 10 (dez) anos em que esperávamos pela efetivação da Lei, autores brasileiros trouxeram importantes contribuições que inspiraram ações do CFB. O trabalho realizado pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob a coordenação da professora Bernadete Santos Campello, que resultou no documento *“Biblioteca escolar como espaço de produção do conhecimento: parâmetros para bibliotecas escolares”*, foi a grande inspiração para as Resoluções CFB nº 119, de 15 de julho de 2011, e nº 199, de 3 de julho de 2018, hoje atualizadas pela Resolução CFB nº 220, de 13 de maio de 2020.

Destaca-se também o artigo do professor Jonathas Luiz Carvalho Silva intitulado *“A biblioteca escolar em tempo de mudanças no Brasil”*, que teve como objetivo discutir as problemáticas referentes à biblioteca escolar, traçando perspectiva para a construção de uma identidade de projeto, na qual uma de suas propostas foi a elaboração de uma campanha nacional para valorização da biblioteca escolar, que envolvesse todas as categorias da Biblioteconomia. Tal projeto originou a campanha já mencionada, #soubibliotecaescolar, do Sistema CFB/CRB, lançada na 26ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo, em 2 de julho de 2022.

Esse momento também é oportuno, uma vez que a recém-criada lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024 amplia o conceito de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, fortalecendo dessa forma, a lei 12.244/2010. Assim, cada vez mais temos instrumentos jurídicos que, espera-se, sejam cumpridos para que a luta em prol da existência de bibliotecas nas escolas se torne realidade.

Ao documentar e compartilhar essas pesquisas e práticas, esperamos que a bibliotecária e o bibliotecário da área da educação tenham um referencial teórico que não só enriqueça sua própria atuação na carreira, mas também avance significativamente no reconhecimento da biblioteconomia como área parceira e essencial para a educação brasileira.

Que esta publicação seja uma inspiração para que novas investigações venham somar e contribuir para a qualidade, aperfeiçoamento e ressignificação de mais e melhores bibliotecas escolares. Boa leitura!

Boa leitura!

SUMÁRIO

- 11 **INTRODUÇÃO**
- 19 **É momento de ressignificar as bibliotecas escolares: bibliografia comentada**
Maria Lourdes Blatt Ohira e Patricia Verônica Nascimento Dias Fernandes
- 45 **Diagnósticos em bibliotecas escolares brasileiras: bibliografia comentada**
Maria Lourdes Blatt Ohira e Rosa Zuleide Lima de Brito
- 65 **A Lei nº 12.244/2010, instrumento jurídico para subsidiar políticas públicas: bibliografia comentada**
Maria Lourdes Blatt Ohira e José Alimatêia de Aquino Ramos
- 83 **Políticas públicas e ações para o cumprimento da Lei nº 12.244/2010: bibliografia comentada**
Maria Lourdes Blatt Ohira e Orestes Trevisol Neto
- 105 **Formação e competências do(a) bibliotecário(a): bibliografia comentada**
Maria Lourdes Blatt Ohira e Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
- 121 **Bibliotecas escolares e a Lei nº 12.244/2010: mapeamento de artigos de periódicos**
Maria Lourdes Blatt Ohira, Orestes Trevisol Neto e Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira
- 145 **Bibliotecas escolares e produção científica: as consequências da Lei nº 12.244/2010**
Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira e Elvira França dos S. Barbosa

- 161** **Biblioteca escolar: integrações possíveis e distanciamentos curriculares**
Eduardo Valadares da Silva e Diogo Roberto da Silva Andrade
- 191** **A mediação poética na biblioteca escolar: espaço-casa, espaço-vida**
Gabriela Piske
- 213** **A Lei nº 12.244/2010 na concepção dos bibliotecários e dos profissionais da educação**
Rita de Cássia Barcellos e Marli Dias de Souza Pinto
- 241** **Acesso e universalização da biblioteca escolar como condição de qualidade na educação básica**
Elias Barbosa da Silva
- 277** **A biblioteca escolar como pilar da escola: estudo de caso na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina**
Laura Valente Brandolt e Carmen Lúcia Capra
- 309** **Adequação à legislação e acessibilidade nas bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino na cidade do Rio Grande - RS**
Ellen Porciuncula do Amaral e Renata Braz Gonçalves
- 339** **APÊNDICE A**
- 347** **SOBRE OS AUTORES**

INTRODUÇÃO

A publicação da Lei nº 12.244 em 24 de maio de 2020 dispondo sobre “a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País” foi uma conquista da classe bibliotecária brasileira, depois de muitos anos lutando para que as bibliotecas estivessem inseridas no contexto educacional do País. Assim, para fortalecer o cumprimento do referido instrumento legal, a Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas (CBEP) do Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) apresenta o livro “**Biblioteca na Escola e a Lei nº 12.244/2010: mapeamento da produção científica e acadêmica**”. O objetivo deste material bibliográfico é verificar o reflexo da Lei nº 12.244 nas produções científica e acadêmica brasileira, relacionadas à biblioteca escolar, contribuindo para o aprimoramento das discussões no contexto da Biblioteconomia nacional. Assim, buscou-se:

Sensibilizar e esclarecer a sociedade, aos bibliotecários (as) e profissionais da área da Educação, que a **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010** continua vigente e que a **Lei nº 14.837 de 8 de abril de 2024**, complementa e amplia a Lei nº 12.244/2010, com a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), e o reconhecimento das bibliotecas escolares como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo.



Levantar a produção científica e acadêmica sobre a Lei nº 12.244/2010, produzida por bibliotecários, pesquisadores, alunos dos cursos de graduação em Biblioteconomia e de Pós-Graduação em Ciência da Informação, no período de 2010 a 2023, buscando evidenciar o interesse do tema por parte dos pesquisadores no Brasil.

Materializar a trajetória da Lei nº 12.244/2010, uma vez que a consolidação desta é fruto de um processo histórico de mobilização envidado pela Biblioteconomia Brasileira, a partir de seus Conselhos, Associações, Sindicatos, assim como de bibliotecários (as), professores e estudantes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Disponibilizar uma fonte de pesquisa para os gestores dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia, bibliotecários (as) que atuam nas Bibliotecas das escolas, aos alunos (as) dos cursos de graduação em Biblioteconomia, aos docentes responsáveis pela disciplina Biblioteca Escolar, destacando a importância do livro como um material para a divulgação da Campanha #soubibliotecaescolar.

A organização desta obra, busca fomentar a interlocução da Biblioteconomia com a área da Educação, com vistas a esclarecer aspectos que envolvem a problemática situação das bibliotecas escolares no País, considerando as seguintes questões: realizar ações conjuntas de mediação da leitura e literatura; desenvolver e executar projetos de ação cultural; justificar a importância do espaço da biblioteca na estrutura organizacional da escola; inserir a Biblioteca escolar no projeto político pedagógico; e sensibilizar os educadores sobre a existência de legislação específica que dispõe sobre a obrigatoriedade das bibliotecas nas escolas públicas e privadas.

Diante do exposto, a presente obra é composta por **treze capítulos**. Destes, cinco capítulos, reúnem em forma de “Bibliografia



Comentada” os artigos de periódicos publicados no período anteriormente mencionado, a partir do levantamento realizado na base de dados Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando os termos Lei 12.244/2010 OR Lei 12.244. Os demais capítulos são pesquisas que abordam a Lei nº 12.244/2010, realizadas por pesquisadores que foram convidados pelos organizadores para publicar suas pesquisas.

Oportuno destacar que nos capítulos que apresentam o subtítulo “Bibliografia Comentada”, foram transcritos os resumos originais dos artigos de periódicos, nos quais foram observados o tema, os objetivos, a metodologia e os resultados expressos nesses registros. Entretanto, para ampliar a compreensão da discussão sobre o assunto tratado, em muitos resumos foram acrescentadas frases, parágrafos e informações extraídas do texto original, com o objetivo de expandi-los, e assim fornecer informações mais detalhadas das pesquisas.

CAPÍTULO 1 MOMENTO DE RESSIGNIFICAR AS BIBLIOTECAS ESCOLARES: BIBLIOGRAFIA COMENTADA. Reúne treze artigos de periódicos que foram agrupados da seguinte forma: a) Concepção e conceito de Biblioteca Escolar; b) Parâmetros de Biblioteca escolar; c) Bibliotecas escolares e salas de leitura; d) Acervos em Bibliotecas escolares; e) Rede de bibliotecas escolares. Da análise dos artigos destaca-se que a representação da biblioteca na escola, reflete uma ausência de políticas claras sobre a alocação deste dispositivo no contexto educacional.

CAPÍTULO 2 DIAGNÓSTICOS EM BIBLIOTECAS ESCOLARES BRASILEIRAS: BIBLIOGRAFIA COMENTADA. Onze artigos abordam o tema Diagnóstico em Bibliotecas Escolares e estão agrupados da seguinte forma: a) Diagnósticos realizados em nível de Brasil; b) Diagnósticos

realizados em estados do Brasil; c) Diagnósticos realizados em municípios. Foram realizados com o intuito de coletar e analisar dados quantitativos e ou qualitativos sobre as condições de funcionamento das bibliotecas escolares.

CAPÍTULO 3 LEI 12.244/2010 INSTRUMENTO JURÍDICO PARA SUBSIDIAR POLÍTICAS PÚBLICAS: BIBLIOGRAFIA COMENTADA. Estão referenciados oito artigos que abordam a Lei nº 12.244/2010 como instrumento jurídico para subsidiar as Políticas Públicas em Bibliotecas Escolares. Os autores dos artigos apontam as limitações e os pontos positivos da Lei, como também, destacam as perspectivas por contar com um ato legal e jurídico visando a universalização das bibliotecas escolares no país.

CAPÍTULO 4 POLÍTICAS PÚBLICAS E AÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA LEI 12.244/2010: BIBLIOGRAFIA COMENTADA. São descritos onze artigos que descrevem ações realizadas em prol do cumprimento da Lei nº 12.244/2010, agrupados em: a) Ações realizadas em nível de Brasil; b) Ações realizadas em estados; c) Ações realizadas em municípios brasileiros. Destaca-se a importância da ampliação da legislação em estados e municípios, pois são instrumentos jurídicos que contribuem para a efetivação de políticas públicas.

CAPÍTULO 5 FORMAÇÃO E COMPETÊNCIAS DO BIBLIOTECÁRIO (A): BIBLIOGRAFIA COMENTADA. Apresenta o resumo de sete artigos agrupados nos seguintes temas: a) Formação do bibliotecário; b) Competências do bibliotecário. Com relação a formação do bibliotecário, a preocupação é centrada nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia, pela importância da inserção de disciplinas na matriz curricular dos mesmos, que atendam as demandas e novas perspectivas da Biblioteca Escolar.



CAPÍTULO 6 BIBLIOTECAS ESCOLARES E A LEI nº 12.244/2010: MAPEAMENTO DE ARTIGOS DE PERIÓDICOS. O objetivo da pesquisa foi analisar os artigos de periódicos científicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação acerca da Lei nº 12.244/2010, publicados entre os anos 2010-2023. O levantamento foi realizado na base de dados BRAPCI, sendo recuperados 50 artigos de periódicos. Um recorte desses dados e análises foram apresentados na 7mas Jornadas de Bibliotecologia: intercambio y reflexión acerca de la investigación em La Plata, Argentina.

CAPÍTULO 7 BIBLIOTECAS ESCOLARES E PRODUÇÃO CIENTÍFICA: AS CONSEQUÊNCIAS DA LEI nº 12.244/2010. A pesquisa analisa a produção científica de teses e dissertações publicadas no período de 2010 até 2022, sobre o tema Biblioteca Escolar. A produção científica *stricto sensu*, após a vigência da Lei nº 12.244 é significativa destacando as regiões Sudeste e Sul com maior número de produções. Os dados preliminares deste estudo foram apresentados na 7mas Jornadas de Bibliotecologia: intercambio y reflexión acerca de la investigación em La Plata, Argentina.

CAPÍTULO 8 BIBLIOTECA ESCOLAR: INTEGRAÇÕES POSSÍVEIS E DISTANCIAMENTOS CURRICULARES. A pesquisa identificou nos principais documentos curriculares nacionais brasileiros como a Biblioteca Escolar é tratada nos mesmos no que diz respeito às suas possíveis colaborações à execução dos currículos escolares. Um recorte desses dados e análises foram apresentados na 7mas Jornadas de Bibliotecologia: intercambio y reflexión acerca de la investigación em La Plata, Argentina.

CAPÍTULO 9 MEDIAÇÃO POÉTICA NA BIBLIOTECA ESCOLAR: ESPAÇO-CASA, ESPAÇO-VIDA. A biblioteca escolar, desenhada neste texto

como um espaço que pulsa a arte da poesia, é a biblioteca feita com gentes que, enlaçadas, a tornam a casa habitada; o abrigo que acolhe. É uma biblioteca não passiva, mas que resgata, no outro, as possibilidades de experiência com os livros, com o ambiente, com as diferentes linguagens artísticas e, nesse ínterim, com algum sujeito que possa ser a ponte para ligá-lo ao universo ali presente.

CAPÍTULO 10 A LEI 12.244/2010 NA CONCEPÇÃO DOS BIBLIOTECÁRIOS E DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO. O estudo investigou as perspectivas dos profissionais da educação e dos bibliotecários sobre a Lei nº 12.244/2010. Como resultado, emergiu que a biblioteca, no processo de ensino-aprendizagem, possui um papel importante como apoio, ferramenta e auxílio no processo para o aprimoramento ou para busca de conhecimentos.

CAPÍTULO 11 ACESSO E UNIVERSALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA ESCOLAR COMO CONDIÇÃO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA. A pesquisa se propôs a analisar a influência da Lei Federal nº 12.244/2010, que se refere ao acesso e à universalização da Biblioteca Escolar no Brasil e, buscou responder se houve iniciativas objetivando a universalização dessas nas escolas de educação básica. Traça um panorama quantitativo das bibliotecas escolares no Brasil entre 2009 e 2019 e se houve avanços positivos do ponto de vista da visibilidade, proposituras, propostas e projetos.

CAPÍTULO 12 A BIBLIOTECA ESCOLAR COMO PILAR DA ESCOLA: ESTUDO DE CASO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. O objetivo geral da pesquisa foi examinar o papel das bibliotecas escolares na formação leitora dos estudantes e sua relação com o desempenho educacional. Os objetivos específicos incluíram a coleta de dados do Censo Escolar de 2022 sobre a presença de bibliotecas



ou salas de leitura nas escolas, bem como dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021 nos níveis fundamental (anos iniciais e finais) e médio.

CAPÍTULO 13 ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO E ACESSIBILIDADE NAS BIBLIOTECAS ESCOLARES DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA CIDADE DO RIO GRANDE – RS. A pesquisa investigou a acessibilidade nas bibliotecas de onze escolas da rede estadual de ensino na cidade do Rio Grande, RS. Os resultados revelaram que apenas uma das bibliotecas analisadas possuía um bibliotecário no período da coleta, e que as bibliotecas escolares da rede estadual de ensino em Rio Grande não estavam em conformidade com a NBR 9050/2020 e os princípios do Desenho Universal, nem com a Lei nº 12.244/2010.

Ao concluir a organização do presente livro, é perceptível a contribuição da produção científica produzida nas Universidades, por meio da integração do ensino, pesquisa e extensão, instância que, por dever de ofício, dedicam-se a estudar, compreender e buscar soluções a problemas que envolvem a biblioteca escolar.

Na apresentação deste livro, o presidente do CFB destaca duas contribuições de autores renomados, que desenvolveram pesquisas sobre Bibliotecas Escolares e que inspiraram as ações realizadas pelo Sistema CFB/CRB. Deixamos para você leitor, a descoberta de outras contribuições, com o desejo de que novas pesquisas sejam realizadas com vistas a visibilidade, o aprimoramento e o crescimento das Bibliotecas Escolares, como também o cumprimento das Lei nº 12.244/2010 e Lei nº 14.837/2024, que determinam a existência de **Bibliotecas em todas as escolas do Brasil**.

Os organizadores



É momento de ressignificar as bibliotecas escolares: bibliografia comentada

- **Maria Lourdes Blatt Ohira**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (CRB-14)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **Patricia Verônica Nascimento Dias Fernandes**
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

1 INTRODUÇÃO

Na Lei nº 12.244/2010, no seu Art. 2º, “considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (Brasil, 2010). A partir do conceito de Biblioteca Escolar apresentado na referida Lei, pesquisadores da área abordam, nos artigos inseridos neste capítulo, alguns aspectos relacionados à biblioteca escolar, em especial, ao distanciamento que existe entre o discurso e a prática.

Foi aprovada, em 8 de abril de 2024, a **Lei nº 14.837/2024, que não substitui a Lei nº 12.244/2010**, mas a complementa, estabelece parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas escolares e modifica a definição de biblioteca escolar, reconhecendo-a como equipamento cultural obrigatório. A mesma Lei cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) e estabelece os objetivos da biblioteca escolar são:



- I - Disponibilizar e democratizar a informação ao conhecimento e às novas tecnologias, em seus diversos suportes;
- II - Promover as habilidades, as competências e as atitudes que contribuam para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e alunas, em especial no campo da leitura e da escrita;
- III - Constituir-se como espaço de recursos educativos indissociavelmente integrado ao processo de ensino aprendizagem;
- IV - Apresentar-se como espaço de estudo, de encontro e de lazer, destinado a servir de suporte para a comunidade em suas necessidades e anseios (Brasil, 2024).

A Biblioteca escolar constitui-se em um ambiente pedagógico da escola. Entretanto, a partir dos diagnósticos analisados no capítulo 2, e disponíveis na literatura, constata-se que este ambiente por vezes inexistente nas escolas, é pouco frequentado e, consequentemente, seu potencial é pouco utilizado. Nunes e Gonçalves (2019, p. 71) centram a sua pesquisa no objetivo de investigar “a representação da biblioteca no contexto da escola, como organização educacional e de aprendizagem, [...] e sua participação na estrutura organizacional no contexto escolar brasileiro, à luz dos documentos oficiais de regulação das Bibliotecas no Brasil.” Constatam que a representação da biblioteca na escola, na Lei nº 12.244/10, reflete uma ausência de políticas claras sobre a alocação da Biblioteca no contexto organizacional da Escola.



2 REFLEXÃO SOBRE OS ARTIGOS SELECIONADOS

Com o objetivo de apresentar soluções na busca de visibilidade para a Biblioteca Escolar, importante dispositivo no processo de ensino aprendizagem e na formação de leitores, destaca-se a riqueza do artigo de Silva (2012, p. 55-62), que aborda **“A Biblioteconomia na construção de uma identidade de projeto para a Biblioteca Escolar”**, do qual pontuamos as principais sugestões do autor:

- a) identificar as categorias biblioteconômicas que podem ser constituídas em: cursos de graduação em Biblioteconomia (docentes e estudantes; bibliotecários; órgãos de classe (conselhos, Associações e Sindicatos) e promover ações integradas entre essas categorias, a partir de pontos cruciais;
- b) o primeiro ponto é o marketing, que está além de uma simples divulgação dos serviços e atividades, configurando em um lato processo de análise, planejamento e implementação de programas que visam a promover a concretização de objetivos organizacionais por meio da qualidade e viabilidade dos serviços, bem como a partir da satisfação dos usuários e clientes;
- c) a proposta de marketing para a Biblioteca escolar deve ser instigada a partir de diversos contextos, sendo o primeiro o marketing educacional;
- d) no contexto educacional, o marketing para a biblioteca escolar deve ter a participação crucial da graduação em Biblioteconomia, por meio do planejamento, análise e implementação de disciplinas, cursos, eventos e projetos de pesquisa e extensão que promovam enfoque à Biblioteca escolar em suas diversas nuances, com atividades que visam a educar o estudante de graduação, a fim de que atente para a importância da biblioteca escolar, bem como mostre que o corpo docente está envolvido diretamente com a causa da biblioteca escolar;
- e) importância da educação continuada, fundamental a ser consolidada pela Biblioteconomia, visando à construção de futuros bibliotecários escolares, assim como enaltecendo suas perspectivas de atuação na Biblioteca Escolar;



- f) o marketing educacional da Biblioteconomia para a Biblioteca escolar envolve a participação direta dos órgãos de classe da área. Isso implica dizer que universidades e órgãos de classe devem trabalhar de forma conjunta, buscando identificar atividades educativas, profissionais e científicas coordenadas com vistas a favorecer a educação de estudantes e profissionais. Necessidade de uma união mais efetiva entre a universidade e os órgãos de classe da área;
- g) elaboração de uma campanha nacional pela valorização da biblioteca escolar que envolva todas as categorias da Biblioteconomia. A campanha pode compor aspectos diversos que envolvam perspectivas para a biblioteca escolar por dois vieses, a saber: i) o primeiro viés é relativo à sensibilização da classe da necessidade de valorização das bibliotecas escolares; ii) o segundo viés é referente a uma ampla proposta que envolva ações em biblioteca escolar que tenha a participação dos cursos de biblioteconomia, órgãos de classe e bibliotecários em nível nacional.

Para o autor, “essa identidade de projeto envolve não somente ações políticas e de marketing para a biblioteca escolar, mas, principalmente, o reconhecimento da importância da Biblioteca Escolar como campo social, educativo e cultural e também como campo de atuação profissional” (Silva, 2012, p. 62).

Além da preocupação da Biblioteca estar representada no organograma da estrutura da escola, outro aspecto importante a destacar é a elaboração dos padrões para organização e funcionamento das bibliotecas escolares brasileiras desenvolvido pelo Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar (GEBE) da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os autores apresentam três pontos para reflexão:

- a) É importante que os bibliotecários brasileiros percebam estes parâmetros como um instrumento inovador para criar e aperfeiçoar bibliotecas escolares que sejam verdadeiramente espaços de aprendizagem;



- b) O desenvolvimento destes parâmetros constitui um ponto de partida para ações que levem à melhoria da qualidade das bibliotecas escolares brasileiras;
- c) O processo de implementação destes parâmetros pode ser uma oportunidade para que a classe bibliotecária se una em torno de objetivos comuns que darão maior visibilidade à profissão (Campello *et al.*, 2011, p. 111).

No atual contexto, o maior problema encontrado com relação às Bibliotecas escolares é a utilização do termo Sala de Leitura para identificar este espaço em muitas escolas do país. Nessa linha, o texto de Santos (2018, p. 42) tem como objetivo identificar o lugar da Biblioteca escolar nas políticas públicas no Brasil, com ênfase na Lei nº 12.244/2010. Para a autora, a referida Lei “é omissa naquilo que entende por biblioteca escolar, ao ignorar o espaço físico para sua constituição e inatingível a sua universalização para o prazo estabelecido, haja vista a morosidade das ações para a sua efetivação nos estados e municípios”.

Publicado recentemente o artigo de Trindade e Torres (2023), apresenta as diferenças, competências e contribuições da Biblioteca Escolar e da Sala de Leitura no ambiente escolar e considera que ambas desenvolvem importantes papéis nas escolas, porém, necessária a distinção das atribuições de tais espaços, que desempenham funções distintas, mas que conversam entre si, representado no Quadro 1.

QUADRO 1 – Biblioteca escolar OU Sala de Leitura?

CARACTERÍSTICAS	SALA DE LEITURA	BIBLIOTECA ESCOLAR
Definição	Espaços que privilegiam o incentivo à leitura, nos mais diversos gêneros e públicos, e tem como objetivo a formação de cidadãos leitores	Espaços que oferecem diversos serviços informacionais que vão além do incentivo à leitura, em especial a orientação à pesquisa, com foco na competência em informação e em ações culturais voltadas à formação da consciência cidadã.
Responsável	Mediadores de Leitura/ Professores	Bibliotecário
Atuação	<ul style="list-style-type: none">» Ações e projetos de mediação e o uso das linguagens literárias e audiovisuais;» Atividades que favoreçam o contato com os livros e com outros recursos que favoreçam as práticas de leitura e escrita, em especial a produção literária	<ul style="list-style-type: none">» Desenvolver e manter o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem;» Oferecer vivências destinadas à produção e uso da informação voltada ao conhecimento, à compreensão, imaginação e ao entretenimento;» Apoiar a aprendizagem e a prática de habilidades para avaliar e usar a informação, em suas variadas formas;» Organizar atividades que incentivem a tomada de consciência cultural e social, bem como de sensibilidade

FONTE: Trindade e Torres (2023, p. 44).



Ressalta-se a importância da criação de redes de Bibliotecas em nível estadual e municipal, que contribuem para proporcionar maior acesso dos usuários à leitura e escrita, promovendo a formação de cidadãos críticos. Para Pereira, Fioravante e Eggert –Steindel (2022, p. 14):

As redes e o movimento em prol de redes aumentam a perspectiva de retirar as bibliotecas escolares de atuação isolada e do seu enfraquecimento pela falta de recursos e de pessoal, contribui para valorização desses espaços, o compartilhamento de experiências, de materiais e serviços.

Para finalizar, com relação ao acervo da Biblioteca escolar, pesquisas evidenciam que a maioria das escolas realiza a aquisição do acervo por intermédio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), seguido da aquisição da Secretaria de Educação do estado e dos municípios. Observa-se ainda a doação da comunidade, dos professores, e a colaboração das Associações de Pais e Professores (Ohira *et al.*, 2022; Sena, 2020).

Nessa linha, o Decreto nº 12.021, de 17 de maio de 2024, altera o Decreto nº 9099/2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático, no Art. 7 “*Os materiais adquiridos no âmbito do PNLD serão destinados às Secretarias de Educação, às escolas e às bibliotecas beneficiadas por meio de doação com encargo*” (Brasil, 2024, grifo nosso). A partir da publicação do decreto, o PNLD poderá atender bibliotecas públicas e bibliotecas comunitárias constantes dos cadastros oficiais do Ministério da Cultura.

3 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Compõe este capítulo treze artigos de periódicos que foram agrupados da seguinte forma:

- a) concepção de Biblioteca escolar;
- b) parâmetros de Biblioteca escolar;
- c) bibliotecas escolares e salas de leitura;
- d) acervos em Bibliotecas escolares;
- e) rede de bibliotecas escolares.

Destaca-se que em cada item deste capítulo, os artigos estão referenciados e analisados por ordem decrescente da data de sua publicação, isto é, dos mais recentes para os mais antigos. Oportuno ressaltar que foram transcritos os resumos originais de cada artigo, porém, em muitos resumos foram acrescidos frases e parágrafos extraídos do texto original, e assim fornecer informações detalhadas das pesquisas aos leitores.

3.1 Concepção de biblioteca escolar

Quatro artigos com o enfoque no conceito de Biblioteca Escolar são agrupados neste item, sendo um deles sobre produção científica e um sobre Marketing Educacional.

Nunes e Gonçalves (2019) analisam no artigo **“Concepção da Biblioteca na escola: representações construídas a partir de suas diretrizes”**, a concepção da biblioteca escolar em seus documentos oficiais norteadores. Objetiva analisar que imagens são construídas da biblioteca, sua concepção e sua participação na estrutura organizacional no contexto escolar brasileiro, à luz dos documentos oficiais de regulação das bibliotecas no Brasil: a Lei n° 12.244/2010 e as Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas Escolares. Metodologicamente, o estudo tem como âncora a análise documental e a análise de conteúdo. Após a análise dos documentos,



pode-se inferir que a representação da biblioteca na escola e na Lei nº 12.244/10 reflete uma ausência de políticas claras sobre a alocação da biblioteca no contexto organizacional da escola. Conclui que os documentos mencionam a necessidade da integração da biblioteca no ambiente escolar com outros setores e do bibliotecário com outros profissionais. Entretanto, observa-se a inexistência de textos que mencionem a necessidade da biblioteca em integrar o organograma da instituição escolar considerando ser essa um ambiente educacional de aprendizagem, que se faz necessário estar incluído no organograma da instituição. Vale ressaltar que a biblioteca não se restringe ao espaço físico e sim a sua dinâmica de atuação na escola. Como ambiente educacional, a biblioteca deveria possuir uma estrutura organizacional afinada com os objetivos da escola. Os conselhos Federal e Regionais têm desenvolvido campanhas de valorização da biblioteca escolar, com a presença de bibliotecário buscando que a escola proporcione a democratização e acesso dos alunos à informação, por entender que desta maneira a biblioteca escolar estará contribuindo para a formação do leitor no processo de leitura e letramento, tão necessário para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo. Algumas diretrizes nacionais e internacionais norteiam a dinâmica de participação da biblioteca em contexto escolar. São essas diretrizes que delinham os conceitos presentes para a biblioteca, quando planejadas e implementadas suas ações em todos os países. (<https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13671>)

“A constituição teórico-metodológica da Biblioteca Escolar” é o título do artigo de Oliveira e Rodrigues (2018). Para os autores, a partir do estudo da produção científica de uma área, torna-se possível fazer um mapeamento dessa, facilitando identificar os temas abordados, analisar o impacto e o crescimento, tendências de estudos, como também a forma de a comunidade científica se organizar e se estruturar. Objetivou esboçar um panorama teórico constituído a partir da contribuição da área da Ciência da Informação. A pesquisa teve caráter quantitativo, valendo-se de técnicas bibliométricas além de descritivo, tendo sido realizada a partir dos dados levantados no Diretório de grupos de Pesquisa no Brasil, do CNPq. Nessa perspectiva, a implementação da Lei nº 12.244, que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, trouxe à superfície a discussão sobre bibliotecas escolares. Temática



essa que tem ganhado atenção dos bibliotecários, pesquisadores, bem como da comunidade no entorno da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. A abordagem da temática da Biblioteca Escolar nos programas de pesquisa suscita a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a produção científica que revelem o percurso já realizado, com o objetivo de servir de aparato para novas investigações e da construção de um arcabouço teórico-metodológico que legitime a área. Com a implementação da referida Lei, observa-se, neste estudo, maior evidência à temática, sendo que o surgimento de grupos de pesquisas aumenta nesse período de implementação. O artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada sobre a temática da Biblioteca Escolar, sob os aspectos ligados à produção científica. Entre os resultados ressalta-se que a produção científica levantada na pesquisa é realizada, principalmente, em coautoria e se reduz a algumas instituições. Demonstrou ainda que os Grupos de Pesquisa se concentram em instituições públicas, sendo a maioria da região sudeste. Mas há ainda que se considerar a produção científica desses grupos e refletir, uma vez que há uma legislação com pretensão de universalizar as bibliotecas escolares do país. Faz-se necessário mais aportes teóricos para potencializar a prática e servir de base para a discussão e implementação de bibliotecas nas escolas. Sabe-se que a BE se orienta em acordo com as necessidades específicas do contexto em que ela se insere, o que reforça o interesse de a temática ser trazida para as agendas de pesquisa, dada a importância que a instituição BE tem para o ensino e aprendizado.

<https://doi.org/10.14295/biblos.v32i1.6800>

Sousa e Lindoso (2016), no artigo intitulado “**Bibliotecas escolares: passado, presente e o que será do futuro**”, apresentam um levantamento histórico da situação das bibliotecas escolares, refletindo desde o início da colonização brasileira até os dias atuais. O artigo aponta que em diversos momentos da história não foi dada prioridade às bibliotecas escolares, foram tratadas como algo banal, sendo muitas vezes negligenciadas por governos de diferentes épocas, assim como também acontece com a educação. Discute ainda o papel social do bibliotecário e da biblioteca na construção de uma sociedade leitora e crítica. A abordagem do presente trabalho se justifica por ser um tema bastante discutido



dentro da vida acadêmica, mas que por motivos políticos e culturais não é algo que tem sofrido mudanças significativas. Objetiva entender relações entre as bibliotecas e o bibliotecário na escola. A fundamentação será basicamente fazendo uma retrospectiva da história das Bibliotecas no Brasil, o papel social do Bibliotecário e da Biblioteca na escola por meio das revisões de literatura, em conjunto à Lei que ampara as Bibliotecas escolares: Lei 12.244/2010, Lei de incentivo à leitura, Lei 10.753/2003, Institui a Política Nacional do Livro, e dois Projetos de incentivo à criação de bibliotecas e incentivo à leitura. A metodologia é constituída de pesquisa exploratória, com revisão documental. Apresenta uma proposta que pode ser uma alternativa para melhorar a visão da população em relação à biblioteca escolar. Teve como conclusão que o descaso vem de muito tempo, porém, os bibliotecários precisam inverter esse processo de abandono do que poderia ser um dos melhores instrumentos de ação socioeducativa. Acredita-se então que no contexto atual da sociedade não cabe mais o fato de existir um filtro para usuários de bibliotecas, principalmente quando se trata de Biblioteca Escolar, que nada mais é que um importante instrumento de construção de consciência crítica e de influência direta no hábito da leitura. A Biblioteca Escolar aparece desde a colonização, ligada a instituições religiosas fortemente restritas à educação especializada e restrita à elite. Somente a partir de 1930, com a reforma da educação, a Biblioteca passa a ser instrumento de incentivo ao ensino e educação. O bibliotecário como profissional gestor da informação é de fato o único capaz de estar à frente de tal local, por saber como organizar e disseminar seu acervo, além de ser capaz de atender o usuário. Não sendo assim lugar para professor em fase de aposentadoria ou com problemas de saúde. A biblioteca escolar é o coração da escola, nesse ambiente, por meio da leitura, formam-se os leitores críticos capazes de intervir na sociedade. Ela deve se manter atualizada e capaz de atender seu usuário da melhor forma possível, integrando livros, alunos, pais de alunos e a comunidade. Agora, ao tratarmos da consolidação da Lei 12.244, devemos observar que é fruto de um processo de mobilização da Biblioteconomia brasileira, a partir de seus Conselhos, Associações, Sindicatos, assim como de professores e estudantes dos cursos de Biblioteconomia e ainda dos bibliotecários. É necessário que exista um reconhecimento, uma conscientização para iniciar o processo de mudança.



Uma das coisas mais importantes é que deve haver o diálogo entre o aluno, o professor e o bibliotecário, para que haja interação e ela seja positiva.

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/9813>).

Silva (2012), no artigo **“A biblioteca escolar em tempo de mudanças no Brasil: a contribuição da Biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto”**, discute sobre perspectivas e limitações da biblioteca escolar, considerando a necessidade de proposição de uma identidade de projeto, termo utilizado por Manuel Castells (2008) em seu livro O poder da identidade, que visa a reconstruir um determinado fenômeno, atribuindo-lhe novo posicionamento na sociedade, a partir da modificação de suas estruturas e perspectivas teórico-práticas. Trata-se de uma pesquisa exploratória com revisão bibliográfica, constatando que a biblioteca escolar tem ampliado seu discurso, sobretudo, a partir da década de 1990, no que se refere a novas possibilidades de atuação, mas identifica que há um distanciamento entre o discurso e a prática, especialmente por motivos de existência, históricos e políticos. Porém, é inegável que há um distanciamento entre o discurso e a prática, uma vez que a biblioteca escolar apresenta sérios problemas de existência, já que há poucas bibliotecas escolares e muitos espaços com estantes e livros que se destacam como biblioteca escolar, de acordo com o discurso implementado na Biblioteconomia, por meio de pesquisas, produções bibliográficas, eventos, fóruns etc., boa parte desses espaços não podem ser efetivamente considerados como tal. Vale ressaltar que os problemas inerentes à biblioteca escolar são de cunho histórico, dado que, no transcorrer da história da educação brasileira, a biblioteca escolar foi permanentemente relegada a um plano inferior. Aliás, a própria educação no Brasil historicamente é colocada em segundo plano. O outro fator é o político que deve envolver uma relação direta entre órgãos de classe e os cursos de Biblioteconomia, por meio de uma campanha de mobilização nacional pela valorização da biblioteca escolar. Essa campanha pode ser compreendida a partir de dois vieses: o primeiro viés é relativo à sensibilização da classe biblioteconômica da necessidade de valorização das bibliotecas escolares; o segundo viés é composto de elementos intelectuais que permitam a elaboração de um documento padrão que mostre como deve ser a biblioteca



escolar em diversos segmentos, tais como: espaço físico, acervo, questões tecnológicas, organização do acervo, serviços, atividades e pessoal, avaliação, planejamento, entre outros. É preciso mencionar que o advento da Lei 12244/10 torna a proposição de uma identidade de projeto ainda mais necessária, o que estimula uma proposta de marketing e de ações políticas integradas. Finalmente, é evidente que o presente trabalho não procurou estabelecer precisamente essa identidade de projeto, mas lançar bases teóricas a fim de ampliar as discussões sobre a biblioteca escolar e seus encaminhamentos educativos, sociais, culturais e políticos, a fim de que uma identidade de projeto possa ser a tônica dos próximos, para conceber profundas transformações referentes à biblioteca escolar. (<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2006>)

3.2 Parâmetros para bibliotecas escolares

O artigo de Campello *et al.* (2011) tem como objetivo descrever o processo de elaboração dos “**Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras**”. Apresenta os princípios, referenciais teóricos e critérios que os embasaram. O objetivo principal dos padrões é apoiar as escolas no processo de implementação da Lei 12244, a qual determina que, em um prazo de 10 anos, cada escola conte com uma biblioteca. Levando-se em consideração que a referida lei aborda apenas genericamente o conceito de biblioteca escolar e seu único indicador numérico é a quantidade de títulos que deve compor o acervo - um para cada aluno matriculado - os padrões visam a complementar a lei e contribuir para que cada comunidade escolar possa estabelecer o perfil da biblioteca de sua escola. Em um nível mais amplo, os padrões permitem estudos comparativos que apoiem políticas públicas as quais visem à melhoria da qualidade da educação demandada pela sociedade brasileira, considerando-se que boas bibliotecas escolares constituem elementos que influenciam positivamente o ensino básico. Os padrões contribuirão para que o processo de universalização das bibliotecas nas escolas do país se dê com qualidade, ou seja, para que cada escola conte com uma biblioteca de verdade. Para os autores, políticas de criação e aperfeiçoamento de bibliotecas nas escolas abririam perspectivas positivas para proporcionar aos estudantes e às comunidades oportunidades de acesso ao saber socialmente elaborado e

reconhecido como necessário ao exercício da cidadania, conforme proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Nesse contexto, apresentamos três pontos para reflexão: a) É importante que os bibliotecários brasileiros percebam esses parâmetros como um instrumento inovador para criar e aperfeiçoar bibliotecas escolares que sejam verdadeiramente espaços de aprendizagem; b) O desenvolvimento desses parâmetros constitui um ponto de partida para ações que levem à melhoria da qualidade das bibliotecas escolares brasileiras; c) O processo de implementação desses parâmetros pode ser uma oportunidade para que a classe bibliotecária se una em torno de objetivos comuns os quais darão maior visibilidade à profissão. Assim, o compromisso que a classe bibliotecária assume, ao propor, de forma clara e objetiva, diretrizes para a criação e aperfeiçoamento das bibliotecas brasileiras, representa um posicionamento político que exige dos bibliotecários competência para colaborar no processo de transformar as bibliotecas escolares em espaços de aprendizagem. (<https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10451>)

3.3 Bibliotecas Escolares e Salas de Leitura

A pesquisa de Trindade e Lima (2023), intitulada “**Biblioteca escolar e Sala de Leitura: diferenças, competências e contribuições no ambiente escolar brasileiro**”, tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca das bibliotecas escolares e salas de leitura no contexto educacional brasileiro. Para os autores, Bibliotecas escolares e salas de leitura desenvolvem importantes papéis nas escolas sendo, porém, necessária a distinção das atribuições de tais espaços que desempenham funções distintas, mas que conversam entre si. Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, de natureza bibliográfica e documental, que busca refletir quanto ao funcionamento, diferenças e contribuições desses espaços no ambiente escolar. Inicialmente, foi realizado um levantamento de bibliografias na Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando-se os descritores “biblioteca escolar” e “sala de leitura”, que estivessem contidos nos campos título, assunto ou palavras-chaves de todos os artigos publicados no recorte temporal de 2010 a 2023. Observou-se a existência de uma confusão conceitual quanto às bibliotecas escolares e às salas de leitura nos documentos legais e políticas públicas sobre o



tema no qual se referem a ambas como sinônimos, isso implica em uma série de dificuldades e equívocos para a identificação e regulamentação desses espaços. A consulta realizada na literatura especializada, bem como nos documentos e legislações nacionais e internacionais sobre o tema, identificou algumas características que podem contribuir na caracterização desses espaços. Conclui-se sobre a necessidade da criação de regulamentação e ações por parte das secretarias de educação municipais e estaduais, das instituições de ensino privado e, principalmente, por parte do Ministério da Educação, definindo com especificidade tais espaços, orientando com clareza quanto a sua atuação, além da promoção de novos estudos nessa temática, entrelaçando os conhecimentos produzidos nos campos da Educação e da Biblioteconomia, de forma a melhorar a atuação e os benefícios de bibliotecas escolares e salas de leitura para o sistema de ensino e a comunidade escolar. (<https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/67200>)

O texto **“Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização”**, da autoria de Santos (2018), tem como ponto de partida as bibliotecas escolares no Brasil. Apresenta um breve histórico da biblioteca escolar e a sua situação hoje, com enfoque no documento Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil e na Lei 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. Analisa dados do Censo Escolar da Educação Básica, do período de 2010 a 2017, com atenção aos índices de expansão das bibliotecas escolares e salas de leitura nas escolas públicas. Posto isso, este texto tem como objetivo identificar o lugar da biblioteca escolar nas políticas públicas no Brasil, com ênfase na Lei 12.244/2010. A fundamentação apoia-se em análise bibliográfica, análise documental e em um estudo de caso. A metodologia empregada é constituída de revisão bibliográfica e um estudo de caso sobre a funcionalidade da sala de leitura em uma escola pública da região metropolitana de São Paulo. No campo empírico, a sala de leitura da Escola Estadual Professora Iracema Brasil de Siqueira, por meio da sua PSL, revelou-se uma experiência bastante significativa para a aprendizagem dos alunos. As diversas atividades desenvolvidas de incentivo à leitura e escrita podem ser traduzidas e um maior envolvimento dos alunos com o mundo da leitura. É importante destacar que o trabalho colocado em

prática é solitário, uma vez que depende exclusivamente das ações da professora. Outro ponto, é que muitos professores responsáveis pelas salas de leitura na Rede Pública Estadual de São Paulo têm formação em diversas áreas do conhecimento, em geral, são servidores readaptados que constantemente têm seus trabalhos interrompidos devido à rotatividade a que estão sujeitos, como consequência dos processos de atribuição de aulas ou por iniciativa da própria direção da escola. Conclui-se que as denominações de biblioteca escolar são abrangentes e associadas a contextos específicos; que as salas de leitura da rede pública de São Paulo são, em muitos casos, espaços precarizados; que a Lei 12.244/2010 é vaga em suas definições; também, mesmo com todos os percalços é possível encontrar experiências significativas na condução e uso das bibliotecas escolares e salas de leitura.

<https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688>

3.4 Acervo em bibliotecas escolares

O trabalho de Feitosa (2022), **“Literaturas africanas em língua portuguesa e o tema africanidades na biblioteca escola”**, visou a dissertar e refletir sobre o papel da biblioteca dentro da escola e a prática de mediação como enfrentamento, interferência e resistência, principalmente quando se trata da temática africanidades e a literatura africana em língua portuguesa. Como método usou-se a pesquisa bibliográfica, a estabelecer-se em três etapas, desenvolvidas nos capítulos. Sendo o primeiro a elucidar sobre o papel da biblioteca na escola, baseado em leis e propósitos quanto a autores no âmbito de estudos da Biblioteconomia. Posteriormente, compreender o papel do processo de mediação literária, o propósito do sujeito leitor como protagonista e o resultado da fruição como prática humanizadora, na visão de autores da área. Em sequência, como última etapa, levantar pontos quanto à urgência do ensino de literatura africana e língua portuguesa nas escolas brasileiras, analisando as políticas públicas implantadas no país, como a Lei nº 10.639, assim como o PNBE (Programa Nacional Biblioteca na Escola) e sua distribuição de livros com temática e autores africanos, adentrando a discussão para a abordagem da temática feita por bibliotecários, e especificidades da literatura africana comparada a outros países que têm como língua



oficial o português, destacando Moura (2022). Trazendo como exemplo para ser trabalhado dentro da biblioteca, temos o escritor Ondjaki, que revela uma Angola independentista, de tradições, conflitos internos que aspira por um futuro além da questão da subserviência. Pretende-se também refletir sobre possibilidades de o bibliotecário trabalhar a temática da literatura africana em língua portuguesa, dando como exemplo obras de autores como o jovem escritor angolano Ondjaki, o qual narra em suas histórias e personagens sentimentos e impressões de uma Angola pós independência, com suas tradições e conflitos internos, na busca de um futuro de esperança que quebra estereótipo. Concluindo, é um ato de persistência tornar essencial a biblioteca e o trabalho criterioso sobre África e suas literaturas em língua portuguesa, trabalhadas neste espaço, a fim de desmistificar conceitos e estereótipos pré-concebidos, quanto aos países lusófonos do continente, pelo ocidente e pelas consequências da colonização e da dominação Portuguesa.

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/20130>

Franklin (2020), na sua pesquisa intitulada **“A recusa à escassez: a universalização da biblioteca escolar e a tensão entre o digital e a Lei dos Direitos Autorais”**, pretende apontar as propriedades de reprodutibilidade técnica dos objetos digitais, como potenciais vetores contribuintes para o incremento das bibliotecas escolares no Brasil, motivo que se alinha aos esforços promulgados pela Lei N° 12.244, de 24 de maio de 2010, a qual estabelece que toda escola tenha uma biblioteca até maio de 2020. Nesse contexto, este trabalho tem como objetivo evidenciar as possibilidades da materialidade dos objetos digitais na universalização da biblioteca escolar. Na ocasião, a hegemonia da materialidade digital ainda se estabelecia, iniciando seu impacto na sociedade. Atualmente, com a intensificação desse processo, muitos dos objetos digitais, que poderiam incrementar o acervo das bibliotecas escolares e promover a implementação da lei, como livros, vídeos, áudios e músicas, têm sua circulação restrita devido à Lei de Direitos Autorais (LDA), a qual controla juridicamente suas permissões de reprodução. Essa evidência é metodologicamente construída, inicialmente, por uma revisão bibliográfica, que procura sintetizar e relacionar os conceitos de materialidade digital ao

par escassez/abundância, que fundamenta a economia dos objetos digitais e seus dispositivos jurídicos correlatos. Em um segundo momento, procuramos sintetizar os resultados experimentais de dois trabalhos, que se apoiam na discussão estabelecida: o projeto Biblioteca Comum, que implementa Recursos Educacionais Abertos como alternativa no incremento do acervo de bibliotecas escolares, no entorno da Universidade Estadual de Londrina, e a Biblioteca Anônima, que procura analisar um acervo de livros digitalizados por comunidades de usuários na *deep web*. O primeiro projeto, perfeitamente legal e garantido por licenças abertas, evidencia a grande possibilidade de incremento do acervo de bibliotecas escolares, mesmo em ambientes de acesso precário, ou inexistente, à internet. O segundo impossibilitado, pela LDA de fazer circular seu acervo, evidencia empiricamente a organização de uma comunidade ativa, empenhada no compartilhamento de livros digitalizados. Concluímos, dessa forma, que os esforços promovidos pela Lei 12.244/10 deveriam incluir, em sua atual revisão, a flexibilização da LDA, enquanto uma política pública correlata, no sentido de legalizar as réplicas dos objetos digitais, no contexto da biblioteca escolar, para que se possa incrementar seu acervo e universalizar seus benefícios. Esse conjunto de evidências poderá, quiçá, colaborar no fortalecimento das vozes que lutam pela universalização da biblioteca escolar em um contexto contemporâneo. Apesar da enormidade e complexidade dos temas implicados neste trabalho, que nos excedem, tanto em capacidade de síntese quanto em habilidade nas disciplinas correlatas, esperamos ter colaborado, dentro das limitações de escopo, evidenciando, experimentalmente, a enorme potencialidade da materialidade digital na implementação da Lei 12.244/10.

<https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52339>

O artigo de Rodrigues e Almeida (2017), “**Bibliotecas escolares e a não conservação dos acervos produzidos pela cultura escolar – Navira /MS (1986-2010)**”, insere-se no debate acerca da cultura escolar e direciona sua análise para a existência de bibliotecas escolares e a constatação da não conservação dos acervos produzidos pela cultura escolar, no município de Naviraí, no Estado de Mato Grosso do Sul, averiguando o acesso dos alunos do ensino fundamental e médio ao acervo literário das bibliotecas e ainda a circulação das obras impressas e distribuídas pela extinta



Fundação de assistência ao estudante - FAE e pelo Programa Nacional Biblioteca da Escola - PNBE, no período de 1986 a 2010. As fontes utilizadas são: livros tombo destinados ao registro das obras literárias; livros e/ou fichas de empréstimos; croquis elaborados com a disposição de móveis e materiais; obras literárias enviadas às bibliotecas pela FAE e por meio do PNBE. O trabalho tem como marco cronológico o ano de 1986, período de implantação da primeira biblioteca escolar no município, e 2010, ano de publicação da Lei nº 12.244/2010, de 24 de maio, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. O texto ora apresentado refere-se a uma pesquisa de tese em andamento, como um recorte do trabalho, e divide-se em três partes: na primeira é realizada uma introdução em que se apresentam os objetivos da pesquisa; a segunda parte trata das mutações que as práticas de leitura apresentaram ao longo dos séculos; na terceira, expõem-se as relações entre cultura escolar e bibliotecas escolares. Por fim, destacam-se resultados iniciais do trabalho, que mostram o descarte documental produzido no âmbito de algumas escolas do município pesquisado. Os resultados apontam dificuldades de preservação dos materiais produzidos na escola. Essa ação remete a uma possível desconsideração da importância acerca da preservação da memória e história da educação, isso possibilita afirmar que a cultura escolar predominante em alguns espaços é a da não valorização da biblioteca escolar como ambiente preponderante para a socialização do patrimônio cultural. (<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/3200>)

3.5 Rede de Bibliotecas Escolares

O artigo de Pereira, Fioravante e Eggert-Steindel (2022), **“Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários”**, discute dois cenários de bibliotecas escolares em Santa Catarina (SC): um na rede municipal de Florianópolis e outro na rede estadual. Nesta trilha discorre sobre conceitos de biblioteca escolar (BE) na clave da universalização desse tipo de biblioteca no Brasil, por meio da Lei 12.244/2010, e conceitos imbricados nos documentos da Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias, e faz reflexões sobre rede e rede de bibliotecas escolares, com embasamento na literatura científica nacional e internacional.



Destaca-se que na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis (SC) há bibliotecários, problematizando a partir desse cenário a inexistência de uma rede de bibliotecas escolares no âmbito da Rede Estadual de Santa Catarina, ou seja, um outro cenário, no qual não há bibliotecários nessas bibliotecas escolares. Metodologia: pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, ancorada a fontes bibliográficas e documentais. Os dados dos cenários da rede municipal de ensino de Florianópolis e da rede de ensino do estado catarinense não deixam dúvidas: escola precisa de biblioteca, sim. Essa biblioteca contribui para atender as demandas do currículo e das pessoas da comunidade escolar, no desenvolvimento das competências informacionais, na formação de leitores e cidadãos. Logo, há muito a se fazer para a aprovação de leis, dotação orçamentária, e para se ter bibliotecário(a) nas bibliotecas escolares no Brasil. A realidade dessas bibliotecas, tratada em algumas pesquisas, sugere-nos presente e futuro com muitos desafios para a educação e para a biblioteconomia, especificamente para bibliotecários que já integram redes de bibliotecas escolares (como a do município de Florianópolis), como para aqueles que defendem biblioteca, bibliotecário e a criação de redes de bibliotecas, como no ensino estadual catarinense. Neste artigo, vimos desafios e avanços no tocante às bibliotecas e profissionais das redes de ensino de Florianópolis e de SC. Recentemente, a rede estadual contratou bibliotecários, ainda não para as escolas. Mas, quiçá, em um futuro próximo, suas escolas possam contar com bibliotecários concursados, impulsionando um trabalho de cooperação e colaboração com os professores. As redes e o movimento em prol das redes de bibliotecas aumentam a perspectiva de retirar as bibliotecas escolares de atuação isolada e do seu enfraquecimento pela falta de recursos e de pessoal, contribuindo para a valorização desses espaços, o compartilhamento de experiências, de materiais e serviços. Também os recursos tecnológicos contribuem na interação e no compartilhamento de materiais e serviços, assim, todos ganham com o acesso a uma maior variedade de materiais e serviços. Redes de bibliotecas escolares contribuem para proporcionar maior acesso dos usuários à leitura e escrita, promovendo a formação de cidadãos críticos. Por fim, as duas realidades, ainda que distintas, revelaram que muito há que se avançar para a garantia das bibliotecas escolares, uma vontade e consciência política da necessidade da gestão dessas bibliotecas por



bibliotecários para esses espaços, com destaque, principalmente, à rede estadual pública de bibliotecas escolares. É preciso sublinhar que a Lei 12.244 é o dispositivo legal para refletir ações no legislativo e executivo das administrações públicas, e nos empresários da educação.

<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1891/pdf>

“A biblioteca escolar e o letramento informacional na visão dos mediadores de leitura da rede municipal de ensino de Parnamirim (RN)”, esse é o estudo de Carvalho e Tanus (2022) e apresenta uma discussão acerca das bibliotecas escolares. Foca, em especial, a visão dos mediadores de leitura atuantes na rede municipal de ensino de Parnamirim (Rio Grande do Norte). O ponto inicial desta pesquisa é: Como os mediadores de leitura da rede municipal de ensino de Parnamirim/RN percebem a biblioteca escolar e o letramento informacional? Uma questão atual que precisa ser debatida acadêmica e socialmente, tendo em vista os progressos que pode trazer para o campo da Biblioteconomia e da Educação brasileira. Principalmente porque não há como ignorar a realidade da ocupação das bibliotecas escolares por professores e outros profissionais que, por diversos motivos, têm sido remanejados para atuar nesse espaço. Assim, buscar a percepção deles – que não são formados em Biblioteconomia – torna-se fundamental para o estabelecimento do diálogo. Não se deseja, com isso, legitimar essa ocupação do espaço, mas demonstrar que a ocupação da biblioteca por pessoas não egressas do curso de Biblioteconomia é fato, e resulta em um problema de violação da Lei 12.244/2010, da concretização efetiva de uma biblioteca escolar em toda a sua potência. A pesquisa possui caráter descritivo e segue a metodologia de abordagem indutiva, com coleta de dados intermediada por questionário. Os resultados abrangem o perfil dos mediadores de leitura, sua atuação e seus interesses na biblioteca escolar, bem como mostram que são esses profissionais que unicamente administram as bibliotecas escolares da rede municipal de ensino. Contudo, essa realidade não é particularidade do município investigado, fato que ratifica a questão de averiguar o que pessoas não egressas do curso de Biblioteconomia fazem e pensam sobre a biblioteca escolar. Esses mediadores de leitura reconhecem que não dominam as técnicas e as competências específicas do bibliotecário, por isso, cogitam trabalhar com este profissional. Fica evidente que os



mediadores de leitura carecem de conhecimentos necessários para o desenvolvimento do letramento informacional. A investigação atingiu o seu propósito, uma vez que traz as compreensões do público pesquisado e destaca a importância de bibliotecários nas bibliotecas escolares. É importante esclarecer qual o papel do bibliotecário e do mediador de leitura no ambiente da escola, pois são profissionais que têm atuações distintas, mas se correlacionam e são fundamentais para a prestação de serviços para a comunidade escolar. Reforça-se: o mediador de leitura não pode ocupar o lugar que é por direito do bibliotecário, tendo esse profissional diversas competências e habilidades para o trabalho no ambiente da biblioteca escolar, inclusive o da mediação da leitura. (<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1745>)

O artigo de Garcez *et al.* (2016), intitulado “**Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina**”, apresenta recortes de diferentes esforços que refletem o movimento da categoria profissional local para com a biblioteca escolar, uma vez que possibilitaram o direcionamento para a concepção do projeto em questão. Há diferentes ações da categoria profissional para a criação do cargo de bibliotecário para atuar nessas escolas, existe um movimento dessa classe profissional para tal intento desde os anos 90 do século XX. A aprovação da Lei 12.244/2010 motivou, em 2012, a Secretaria da Educação a propor uma reunião com a categoria profissional, com intuito, em uma ação conjunta, da elaboração de uma proposta de criação do cargo de bibliotecário para as 1.112 escolas estaduais. Apresenta a proposta da categoria como resultado das várias discussões (e elaboração de propostas de projetos) que vêm ocorrendo desde 2003. Esse projeto prevê não apenas a criação do cargo, cerca de 300, mas o funcionamento de uma rede de bibliotecas estruturada em três pontos estratégicos para a atuação desse profissional, assim desenhado: Órgão Central, Secretarias Regionais e Entidades Escolares - nesse tripé sustenta-se a rede ora proposta. Pensar numa rede de bibliotecas nos obrigou a pensar numa rede de profissionais para fazê-la funcionar. Uma rede de bibliotecas numa dimensão como a estadual, requer um trabalho conjunto integrando diferentes profissionais envolvidos com a escola e com a educação. Este fundamento nos levou a discutir a criação do cargo de bibliotecário na esfera estadual, para atender as



necessidades de informação daqueles que frequentam as escolas do Estado de Santa Catarina. Esse entendimento também nos levou a discorrer sobre a distribuição desses cargos e as competências desse profissional, culminando no desenho ou estrutura da rede proposta no artigo. (<https://doi.org/10.1590/1981-5344/2468>)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante constatar que o projeto apresentado por Silva (2012, p. 61), que indica a importância de se desenvolver uma campanha para dar visibilidade à Biblioteca Escolar e ao cumprimento da Lei nº 12.244/2010, foi realizado pelo sistema CFB/CRB, com a adoção da proposta do autor:

O primeiro viés é relativo à sensibilização da classe biblioteconômica da necessidade de valorização das bibliotecas escolares; o segundo viés é composto de elementos intelectuais que permitam a elaboração de um documento padrão que mostre como deve ser a biblioteca escolar em diversos segmentos, tais como: espaço físico, acervo, questões tecnológicas, organização do acervo, serviços e atividades e pessoal avaliação, planejamento, entre outros.

Destacar que o *slogan* da campanha #soubibliotecaescolar é da autoria do autor supracitado e que teve seu lançamento na Bienal do Livro de São Paulo, lançada posteriormente em outros estados da Federação, nos anos de 2022 e 2023.

Outro avanço constatado foi a adoção dos Parâmetros para Funcionamento e organização de Bibliotecas Escolares, proposto pelo Grupo de Pesquisa de Bibliotecas Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais, que fundamentou a Resolução CFB 119/2011, a qual dispõe sobre parâmetros para as bibliotecas escolares; revogada pela Resolução CFB 199 /2018, que dispõe sobre os parâmetros para a



estruturação e o funcionamento de bibliotecas escolares; foi revogada pela atual Resolução CFB 220/2020, a qual dispõe sobre os parâmetros para a estruturação e o funcionamento de bibliotecas escolares.

Com a aprovação da **Lei nº 14.837/2024**, do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), espera-se que isso fortaleça as redes de Bibliotecas escolares existentes em alguns municípios e contribua para a criação de redes de bibliotecas em âmbito estadual e municipal.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 12.021, de 16 de maio de 2024**. Altera o Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12021.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9099.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 5.656, de 2019**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8029860&ts=1712684062912&disposition=inline>. Acesso em: 12 abr. 2024.

CAMPELLO, B. S.; ABREU, V. L. F. G.; CALDEIRA, P. da T.; BARBOSA, R. R.; CARVALHO, M. da C.; DUARTE, A. B. S.; ARAÚJO, C. A. Á.; VIANNA, M. M.; FIALHO, J. F.; ALVARENGA, M. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração I. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n. 2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10451>. Acesso em: 16 mar. 2024.

NUNES, M. C.; GONÇALVES, M. M. B. Concepção da Biblioteca na escola: **ConCI**: convergências em Ciência da Informação, São Cristóvão, v. 2, n. 3, p. 69-83, 2019. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v2i3.13671>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13671>. Acesso em: 16 mar. 2024.



OHIRA, M. L. B.; TREVISOL NETO, O.; SENA, P. M. B.; PIZZORNO, A. C. P.; BARRETO, M. V. Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1931>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEREIRA, E.; FIORAVANTE, E.; EGGERT-STEINDEL, G. Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1891/pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SANTOS, P.S. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 28-47, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688>. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/108230>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SENA, P. M. B. **Retrato das bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**: relatório técnico. Florianópolis: CRB-14, 2021. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/user/files/RETRATO-BIB-ESCOLAS-SC-CRB-14-PUBLICO%2040%20paginas.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, J. L. C. A biblioteca escolar em tempo de mudanças no Brasil: a contribuição da biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 26, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2012.

TRINDADE, T. L.; TORRES, P. L. Biblioteca escolar e sala de leitura: diferenças, competências e contribuições no ambiente escolar brasileiro. **Biblionline**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 35-48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/67200>. Acesso em: 16 mar. 2024.



Diagnósticos em bibliotecas escolares brasileiras: bibliografia comentada

- **Maria Lourdes Blatt Ohira**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14° Região (CRB-14)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **Rosa Zuleide Lima de Brito**
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar deve ser compreendida como um organismo não deslocado dos interesses da educação, uma vez que determina objetivos que derivam de interesses comuns com a formação dos cidadãos, justificando seu apelo de existência e de resistência na potencialidade de sua contribuição, como afirmam Simão, Schercher e Neves (1993, p. 13), que “a biblioteca é como uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o usuário é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas”. É seguindo essa metáfora que se acredita na biblioteca escolar como ferramenta e fundamento para a promoção de uma educação melhor, justa e que abra possibilidades para o seu público, bem como para a comunidade que a cerca, não sendo apenas um espaço para guardar livros, mas para a difusão do conhecimento, de acolhimento e estímulo pela busca dos conhecimentos disponíveis.



Pensando na importância desse organismo e da Lei n° 12.244/2010, que a legitima e tornou obrigatório sua implantação e funcionamento nos sistemas de ensino do país pelo prazo máximo de dez anos, despertou-nos o interesse em saber como essa vem sendo cumprida, tendo em vista que, em maio de 2020, o prazo de sua efetivação foi vencido (Brasil, 2010). Para que pudéssemos conhecer a situação das Bibliotecas Escolares, após promulgação da Lei n° 12.244/2010, recorremos à literatura sobre a temática, a fim de levantar pesquisas consistentes publicadas para embasar nosso estudo. Nesse sentido, é fundamental o levantamento dos dados que foram realizados com o objetivo de avaliar o acervo, o espaço físico, as atividades realizadas, os serviços oferecidos, recursos humanos, entre outros indicadores utilizados. Constatou-se na literatura uma variedade de termos utilizados pelos autores em seus artigos que tratam sobre esse tipo de pesquisa, como: Diagnóstico, Retrato, Avaliação, Situação, Panorama, Cenário, entre outros termos. Contudo, todas as pesquisas foram realizadas com o intuito de coletar e analisar dados quantitativos e ou qualitativos sobre as condições de funcionamento das bibliotecas escolares.

Entre as pesquisas identificadas no levantamento, o artigo de Campello *et al.* (2012), que teve como objetivo conhecer as características de diagnósticos sobre bibliotecas escolares brasileiras publicados na literatura no período entre **1979 e 2011**, não integrou a presente pesquisa por não conter o termo Lei 12244/2010 no título, no resumo ou como palavra-chave. Porém, importante destacar que, sem intenção inicial, o levantamento ora apresentado contribui para atualizar o levantamento bibliográfico supracitado, uma vez que identificou os diagnósticos realizados no período de **2010 a 2023**, publicados a partir da promulgação da Lei n° 12.244/2010.



Verificamos que no estudo de Campello *et al.* (2012), dentre os artigos analisados, quinze deles são considerados trabalhos acadêmicos e três como iniciativas de bibliotecários. Os diagnósticos foram analisados de forma a proporcionar uma visão do que já se estudou e se conhece a respeito das condições das bibliotecas escolares brasileiras com relação aos seguintes aspectos:

- a) o que revelam os diagnósticos, a partir da análise dos objetivos pretendidos pelos diagnósticos, a metodologia utilizada e o referencial teórico em que se embasaram e, também, os resultados referentes ao espaço físico, ao acervo, ao pessoal e aos serviços e atividades;
- b) o que pretendiam alcançar constatando que, em maior ou menor grau, tiveram como objetivo coletar e analisar dados quantitativos e/ou qualitativos do que chamaram a “situação real” das bibliotecas.

2 REFLEXÃO SOBRE OS ARTIGOS SELECIONADOS

Diante dos dados apresentados nas pesquisas sobre a situação das bibliotecas escolares, tem-se que as políticas públicas voltadas para fomentar o livro, a leitura e as bibliotecas, de forma geral, são insuficientes e devem ser adotadas pela administração pública, tanto na esfera federal, estadual, como na municipal, de forma mais efetiva. Com os elementos identificados nas pesquisas aqui levantadas e analisadas podemos afirmar que é possível elaborar um plano de melhorias e até mesmo iniciar um planejamento no sentido de estabelecer políticas públicas de melhoria contínua em educação e na valorização das Bibliotecas Escolares.



Os dados apresentados e analisados revelam que o desenvolvimento de práticas mais embasadas em evidências permitem afirmar ações políticas mais efetivas que convençam as lideranças governamentais a investirem na criação e no aperfeiçoamento de bibliotecas escolares e, conseqüentemente, tornar nosso país, um país de leitores. Pesquisas dessa natureza podem subsidiar as interlocuções com o Ministério Público, que é responsável pela defesa de direitos dos cidadãos e dos interesses da sociedade, como também contribuir na condução de um debate mais efetivo com os gestores públicos em âmbito nacional, estadual e municipal, e gestores das unidades de ensino privado do país, no sentido de fazer cumprir a Lei n° 12.244/2010.

Ao retomar a pesquisa de Campello *et al.* (2012), que analisou a produção científica sobre Diagnósticos em bibliotecas escolares, publicados no período de 1979 a 2010, totalizando 18 publicações (teses, dissertações, comunicações em eventos e artigos de periódicos), destacou-se os indicadores utilizados pelos autores, com o objetivo de comparar com as pesquisas analisadas neste capítulo, a saber: objetivos dos diagnósticos; a metodologia e a técnica de coleta de dados utilizadas; o referencial teórico; os resultados obtidos; e as conclusões e as recomendações feitas pelos autores, concluímos esta análise comparando os resultados com a produção do período de 2010-2023.

a) O que pretendiam alcançar os diagnósticos: Na pesquisa de Campello *et al.* (2012, p. 5) “todos os diagnósticos, em maior ou menor grau, tiveram como objetivo coletar e analisar dados quantitativos e/ou qualitativos do que chamaram a “situação real” ou “condições de funcionamento” das bibliotecas.”

O mesmo objetivo é encontrado nas pesquisas analisadas neste capítulo, uma vez que essas foram realizadas para se conhecer a situação das bibliotecas escolares.



b) Metodologia e instrumentos de coleta de dados utilizados nos diagnósticos: “Todos os diagnósticos foram realizados por meio de pesquisa de campo, tendo sido a coleta de dados feita principalmente por meio de questionários. Outros instrumentos utilizados foram a entrevista e a observação” Campello *et al.* (2012, p. 7). Destaca-se que apenas sete diagnósticos que utilizaram o questionário incluíram-no como anexo, e somente três que utilizaram a observação anexaram o respectivo roteiro. Oito dos dezoito diagnósticos não informaram o período de coleta de dados e quatro não explicitaram quem foi o respondente.

Da mesma forma nas pesquisas analisadas neste capítulo, dentre os instrumentos utilizados para coleta de dados predominou o questionário, a entrevista e a observação por meio de visita *in loco*. Uma pesquisa utilizou o questionário construído na plataforma Google Forms. Duas pesquisas utilizaram dados disponíveis nas plataformas na Internet, como Inep, qEdu e documentos governamentais. Por se tratar de artigos de periódicos, os questionários utilizados não estão incluídos como anexos.

c) Referencial teórico dos diagnósticos: “Foi possível visualizar três conceitos mais presentes: biblioteca e escola, biblioteca e leitura, biblioteca e aprendizagem”, variando em extensão e profundidade, tendo em vista a diversidade de documentos (Campello *et al.*, 2012, p. 8).

O referencial teórico encontrado nas pesquisas aqui analisadas se concentra nos temas Bibliotecas escolares e aspectos históricos, teóricos e conceituais. Como todos os artigos foram publicados a partir da promulgação da Lei nº 12.244/2010, novos enfoques foram abordados pelos autores das pesquisas, como: Políticas Públicas, Competências do Bibliotecário e a Lei nº 12.244/2010, com



reflexões dos autores sobre as limitações da Lei, perspectivas da Lei e a importância do seu cumprimento pelas instituições de ensino do país.

d) Dados obtidos pelos diagnósticos: Dentre a extensa gama de dados apresentados nos resultados, foram comentados os seguintes: espaço físico, acervo pessoal, serviços e atividades (Campello *et al.*, 2012, p. 11-20).

Os dados coletados nas pesquisas aqui analisadas foram: existência de biblioteca, espaço físico, tipo de acervo, tratamento do acervo, recursos humanos, serviços e atividades realizadas. Porém, observou-se a preocupação com os recursos tecnológicos, como existência de computador, disponibilidade de internet e acessibilidade, tendo em vistas a preocupação com a inclusão dos usuários com necessidades especiais.

e) Conclusões dos diagnósticos: É possível sintetizar as principais conclusões encontradas nas pesquisas, a saber: i) Os autores dos diagnósticos mostravam conhecer, de antemão, a situação precária das bibliotecas; ii) Nos diagnósticos que colheram a opinião dos participantes, observou-se que existia um discurso propício às bibliotecas escolares; iii) No que se refere ao discurso da importância da biblioteca escolar, a teoria deveria dar lugar à prática, para melhoria das condições das bibliotecas e essas exercerem sua ação educativa; iv) Foi visualizado um ângulo favorável no que se refere ao espaço físico de uso exclusivo, porém, alguns problemas persistiram; v) Confirmou a vontade dos autores de mudar a situação das bibliotecas escolares (Campello *et al.*, 2012, p. 20-21).

No que se refere às conclusões, além das encontradas na pesquisa de Campello *et al.* (2012), acrescentamos: i) Atuação conjunta entre professores e bibliotecários para o desenvolvimento de



projetos relacionados à cultura, leitura e uso da informação; ii) Importância da implantação de Rede de Bibliotecas escolares; iii) Importância da presença do bibliotecário nas bibliotecas escolares; iv) Criação de uma comissão na escola para instituir uma política de desenvolvimento da coleção; v) Criação do cargo de bibliotecários nas instituições públicas, em âmbito estadual e municipal; vi) Questionamentos quanto à importância dos dados estatísticos disponibilizados pelo governo, isto é, se retratam a real situação das bibliotecas escolares do país.

f) Recomendações e sugestões feitas pelos diagnósticos: As recomendações e sugestões foram agrupadas em: i) Recomendações dirigidas aos órgãos públicos; ii) Recomendações dirigidas às escolas; iii) Recomendações dirigidas aos pais; iv) Recomendações dirigidas à classe bibliotecária (Campello *et al.*, 2012, p. 20-26).

Como recomendações e sugestões encontradas nas pesquisas analisadas destacam-se: i) Implementação e cumprimento da Lei nº 12.244/2010; ii) União dos profissionais, gestores públicos, órgãos de classe e sociedade para juntarem esforços no sentido de fazer cumprir a Lei; iii) Mudança cultural com relação às bibliotecas escolares, para que passem a ser consideradas instrumentos de apoio ao processo ensino-aprendizagem; iv) Necessidade de ações políticas mais efetivas que convençam as lideranças governamentais a investir na criação e no aperfeiçoamento de bibliotecas nas escolas; v) Utilização dos parâmetros para estrutura e funcionamento de bibliotecas-escolas definidas pelo CFB; vi) Os dados coletados nas pesquisas podem subsidiar a interlocução com os gestores públicos, com vistas à implantação de políticas públicas.

Para finalizar, vale ressaltar que as pesquisas apontam ainda a necessidade de bibliotecários à frente das bibliotecas escolares,



como determina a Lei n° 4.084/62 e a Lei n° 12.244/2010, assim como a presença de profissionais qualificados para formarem a equipe adequada para atuar nesses locais. Caso contrário, as bibliotecas escolares continuarão sem protagonismo, servindo apenas como depósitos de livros, sem nenhuma importância dentro do contexto escolar de que faz parte. Constata-se, ainda, que mediante os resultados das análises das pesquisas aqui apresentadas, mesmo com a exigência da Lei n° 12.244/2010, que determina a implantação e o funcionamento das bibliotecas escolares no sistema de ensino brasileiro, a lei não foi cumprida.

3 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

Neste capítulo, os onze artigos que abordam o tema Diagnóstico em Bibliotecas Escolares estão agrupados da seguinte forma:

- a) diagnósticos realizados em nível de Brasil;
- b) diagnósticos realizados em estados do Brasil;
- c) diagnósticos realizados em municípios brasileiros.

Destaca-se que os artigos estão referenciados e analisados por ordem decrescente da data de sua publicação, isto é, dos mais recentes para os mais antigos. Oportuno destacar que foram transcritos resumos originais de cada artigo, nos quais foram observados o tema, os objetivos, a metodologia e os resultados expressos nesses registros. Entretanto, para ampliar a compreensão da discussão sobre o assunto tratado, em muitos foram acrescentadas frases, parágrafos e informações extraídos do texto original, com o objetivo de expandi-los, e assim fornecer informações mais detalhadas das pesquisas.



3.1 Diagnósticos em nível de Brasil

Duas pesquisas foram realizadas em âmbito nacional, ambas com a participação da autora Bernadete Santos Campello, renomada pesquisadora da área de Bibliotecas Escolares a saber: Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e o artigo Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil.

A pesquisa realizada por Campello, Barbosa e Proença (2018), intitulada **“Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais”**, analisou as estatísticas sobre bibliotecas escolares coletadas pelo Inep para identificar o conceito de biblioteca utilizado na coleta dos dados, como os dados são coletados e como têm sido apresentados. O objetivo foi compreender a consistência dos dados sobre bibliotecas escolares do Censo Escolar da Educação Básica. Foram utilizados os seguintes documentos do Inep: *Formulários, Cadernos de Instruções, Resumos Técnicos e Notas Estatísticas*, cobrindo o período 2009 a 2017. Observa-se que o Caderno de Instruções do Inep, dos anos de 2009 a 2011, apresentou a definição de Biblioteca como “Espaço físico onde os livros ou outras fontes de informação são guardados e podem ser consultados. Conta com o auxílio de um profissional especializado (bibliotecário)”. Por outro lado, observou-se que nos cadernos de 2012 a 2017 a definição encontrada para Biblioteca é “Local que dispõe de coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte, destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. **Geralmente**, [grifo nosso] a biblioteca escolar conta com o auxílio de um profissional especializado (bibliotecário). Verificou-se, ainda, que as definições de Biblioteca Escolar e a obrigatoriedade da presença do profissional especializado (bibliotecário) não estão claras nos documentos do Inep. Para os autores da pesquisa, o Censo Escolar da Educação Básica “Não auxilia a compreender a real situação das bibliotecas escolares do país e nem a visualizar com objetividade o que precisa ser feito para dotar todas as escolas de boas bibliotecas. As inconsistências e ambiguidades constatadas na coleta e apresentação dos dados evidenciaram a

impossibilidade de se estimar adequadamente a quantidade de bibliotecas escolares a serem criadas em função da exigência da Lei nº 12.244/2010". (<https://doi.org/10.26512/rici.v11.n3.2018.10397>)

"Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil", da autoria de Campello (2015), teve como objetivo traçar um panorama da situação das bibliotecas escolares no Brasil e identificar quais questões afetam seu desenvolvimento. A metodologia utilizada foi a análise textual de 18 publicações, sendo trabalhos apresentados em eventos, teses, dissertações e artigos de periódicos, publicados no período de 1979 a 2011, analisados também na pesquisa publicada pela autora em 2012. Para a seleção das publicações, o critério utilizado foi com base em documentos relevantes, que apresentaram dados estatísticos, estudos críticos e avaliativos e permitiram se obter uma visão do que já se estudou e se conhece a respeito das condições das bibliotecas brasileiras. Os dados coletados sobre as bibliotecas escolares confirmaram suas frágeis condições, a saber: a falta de percepção do vínculo entre biblioteca escolar e o projeto pedagógico da escola; a falta de profissionais especializados; a precariedade do espaço físico; as características das coleções; a pobreza dos serviços oferecidos; a inadequação do tratamento técnico do acervo e a possibilidade de acesso à internet. Alguns autores das publicações mostraram preocupação e, em alguns casos, indignação com a situação das bibliotecas escolares. A presença de boas bibliotecas é limitada a poucas escolas, geralmente da rede privada e localizadas em cidades de maior porte, especialmente nas capitais de estados da federação. (<https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106613>)

3.2 Diagnósticos realizados em Estados do Brasil

Da mesma forma, no agrupamento dos artigos envolvendo diagnósticos realizados em Bibliotecas Escolares em estados da federação, somente duas pesquisas tiveram abrangência estadual, a saber: Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina e a pesquisa Retrato da biblioteca escolar da rede estadual de ensino do estado de Goiás.

A pesquisa de Ohira *et al.* (2022), **“Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina”**, apresenta os resultados da pesquisa realizada na rede de Ensino de municípios do estado de Santa Catarina. O objetivo consistiu em apresentar um diagnóstico das bibliotecas escolares públicas de municípios catarinenses com mais de 5.000 habitantes. O universo da pesquisa constituiu-se de 416 escolas que possuem a partir de 400 estudantes matriculados. Utilizou-se questionário com questões fechadas e possibilidade de comentários abertos, elaborado de acordo com a Resolução CFB 220/2020, que *“dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares”* (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2020). Esse questionário foi disseminado pelo serviço *on-line* Formulários Google, enviado aos *e-mails* gerais das escolas e específicos das direções. Foram obtidas 101 respostas, oriundas de 34 municípios de diferentes regiões do Estado. Há 79 bibliotecas em funcionamento, 9 desativadas, e 13 inexistentes. A maioria das bibliotecas escolares são gerenciadas por professores(as), sendo que apenas quatro municípios contam com bibliotecários(as) em seus quadros profissionais, com destaque para Florianópolis, com uma rede de bibliotecas escolares instituída em 1984 e com biblioteca e bibliotecário em todas as escolas do município. Das escolas que responderam, a maioria possui bibliotecas e atendem parcialmente os parâmetros básicos no tocante ao número de títulos, espaço físico e serviços prestados, dispostos na Resolução CFB 220/2020 do Conselho Federal de Biblioteconomia e na Lei 12.244/2010, porém, não cumprem com o quesito profissional habilitado. Outra fragilidade evidenciada consiste no registro manual do acervo, como também, a principal fonte mantenedora dos acervos ser o PNLD, e a presença ínfima de *e-books* nos acervos das bibliotecas escolares. (<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1931>)

A pesquisa de Santos *et al.*, **“Retrato da biblioteca escolar da rede estadual de ensino do estado de Goiás”**, publicada em 2017, apresenta o diagnóstico dos serviços, produtos, estrutura física e organizacional de bibliotecas escolares da rede pública estadual de ensino de Goiás. A partir da compreensão da biblioteca escolar como um ambiente de produção de conhecimento necessário para formação de diferentes leitores/as, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, descritiva e documental, com abordagem quantitativa, com o objetivo de analisar a realidade



das bibliotecas escolares da rede estadual do estado. Como instrumento de coleta de dados, foram utilizados questionários estruturados, sendo 1150 enviados e recebidos por todas as escolas da rede. Desses, foram respondidos 982, 85% da amostra. Os questionários enviados tiveram por base os “Parâmetros para bibliotecas escolares”, publicados pelo GEBE - Grupo de Estudos em Biblioteca Escolar da UFMG. Os dados apontam que quase 80% das escolas possuem bibliotecas, porém, apenas 12,18% têm espaço considerado “nível intermediário” (entre 50 a 100 m²). Observa-se, ainda, interesse por parte dos gestores e equipe pedagógica em equipar as bibliotecas da melhor forma possível. Revelou a necessidade de contratação de bibliotecários, apontada por 214 escolas. É interessante notar que, em segundo lugar, com 141 menções, fica a capacitação para servidores da biblioteca. Percebe-se que a biblioteca é vista como um espaço que requer profissional específico e capacitado. Observa-se, ainda, interesse por parte dos gestores e equipe pedagógica em equipar as bibliotecas da melhor forma possível. Conclui-se que o Estado de Goiás tem condições de implantar uma rede de bibliotecas estadual a partir da parceria entre universidade e estado, pois além do interesse em melhorar as atuais estruturas, a resolução CEE/2011 prevê a obrigatoriedade da implantação de bibliotecas e a presença do bibliotecário para realizar a gestão desses espaços. (<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/927>)

3.3 Diagnósticos realizados em municípios brasileiros

Foram identificados sete artigos, cujos autores objetivaram conhecer a situação das bibliotecas escolares em municípios brasileiros. Desses, cinco pesquisas foram realizadas em municípios do estado de Santa Catarina, uma na cidade de Juazeiro do Norte-CE e uma pesquisa na região metropolitana de Belo Horizonte.

A pesquisa intitulada: **“As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município de Florianópolis – SC: um estudo comparativo entre relatos de experiências”**, da autoria de Carpes, Cisne e Fleck (2023), consiste em apresentar uma análise comparativa de dados de duas pesquisas realizadas nas bibliotecas escolares da rede estadual de ensino do município de Florianópolis. O primeiro diagnóstico foi realizado pelo Conselho



Regional de Biblioteconomia – 14ª Região (CRB14) e o segundo diagnóstico foi desenvolvido pelas bibliotecárias do Órgão Central da Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED). Ambas as pesquisas objetivaram mapear a realidade das bibliotecas escolares por meio de indicadores referentes à infraestrutura, materiais bibliográficos, mobiliários, organização de acervo e serviços. Para a coleta de dados na primeira pesquisa, foi utilizado um formulário de questões abertas e fechadas, aplicado pela bibliotecária fiscal do CRB – 14ª. Região, nas visitas às bibliotecas no período de março de 2017 a março de 2018. O segundo diagnóstico foi realizado pelas bibliotecárias do Órgão Central da SED, servidoras ocupantes do cargo de bibliotecárias, pela abertura de Processo Seletivo Simplificado do Edital 3011/2021, sendo o formulário com questões abertas e fechadas, aplicado no período de 21 de março a 08 de abril de 2022. A análise comparativa apresentou o percurso evolutivo após 4 (quatro) anos em relação à primeira coleta de dados. Os resultados da análise comparativa demonstraram que na maioria dos quesitos não houve avanços significativos na realidade das bibliotecas escolares. Os diagnósticos apresentados têm a intenção de verificar os esforços dos governantes quanto à doação das medidas para garantir a universalização das bibliotecas escolares pautada na Lei 12.244/2010. Destaca-se que, com a pandemia no ano de 2020, a referida lei foi prorrogada para 2024, estendendo o prazo para que as escolas do País tenham bibliotecas. (<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2052>)

Por solicitação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, o Conselho Regional de Biblioteconomia – 14ª Região, começou as pesquisas para conhecer a situação das bibliotecas da rede pública estadual do Estado. Inicialmente, foi realizada a pesquisa **“As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município Florianópolis - Santa Catarina: relato de pesquisa”** (Paula; Ohira; Trevisol Neto, 2020), com o objetivo de analisar os dados coletados durante as visitas de fiscalização às bibliotecas das unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, localizadas no município de Florianópolis. Foi utilizado um formulário para coleta das informações, com base na Lei 12.244/2010 e na Resolução CFB199/2018, que *“Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das Bibliotecas Escolares”*, recentemente revogada e substituída pela Resolução CFB 220/2020 (Conselho Federal de Biblioteconomia,



2020). Das 37 unidades de ensino visitadas, 27 (vinte e sete), equivalente a 73%, afirmaram que possuem Biblioteca e essas são utilizadas, atendendo, assim, seus usuários. Em seis escolas a Biblioteca estava fechada e/ou desativada (16%) e quatro escolas não possuem Biblioteca. Das 33 (trinta e três) bibliotecas existentes, constatou-se que 27 (vinte e sete) estão sob a responsabilidade de professores readaptados (82%), e as demais por servidores. Só uma escola possui bibliotecário. Foi possível inferir que as condições foram consideradas, em sua maioria, no nível básico, em função das condições ambientais, ausência de um padrão de organização do acervo, pouca diversificação de serviços e atividades oferecidas pelas bibliotecas, principalmente, a ausência de profissionais capacitados e qualificados na gestão das bibliotecas escolares. Espera-se que a sociedade, os profissionais, os gestores públicos e os órgãos de classe juntem esforços no sentido de fazer cumprir a Lei 12.244/2010 e mudar a conduta cultural com relação às bibliotecas escolares, tornando-as instrumentos de apoio ao processo ensino-aprendizagem e um espaço lúdico para ler, escrever, sonhar e criar. (<https://revista.acbcs.org.br/racb/article/view/1699/pdf>)

“Bibliotecas escolares e sistemas de ensino: uma exploração na região metropolitana de Belo Horizonte”, para Silvestre e Paiva (2018), com a Lei n° 12.244/2010, houve um empenho nacional para a universalização das bibliotecas no país. A pesquisa analisada se propôs a investigar as bibliotecas dos sistemas públicos de ensino da Região Metropolitana de Belo Horizonte, compostos por 34 municípios, para compreender como o sistema é organizado, quais são seus recursos informacionais e humanos, como se estrutura a coordenação do sistema na secretaria de educação, como é o processo de comunicação e avaliação das bibliotecas escolares, o que o sistema entende por biblioteca escolar e quais as ações do município para o cumprimento da referida Lei. Tendo como base a tese de doutorado de uma das autoras, foi construído um formulário dividido em 12 seções, enviado para as escolas. Até o encerramento da pesquisa, dos 31 formulários enviados, obteve-se a resposta de dez. Dos questionários respondidos tivemos um total de 784 escolas, sendo 24 de ensino médio, 429 de ensino fundamental e 331 de educação de infantil. Dos dez municípios respondentes, setenta por cento (70%) declararam a existência de servidores na secretaria de educação dedicados à biblioteca escolar, desses, cinco municípios informaram possuir pelo menos um bibliotecário na



sua composição. Todos os municípios declararam haver servidores nas escolas dedicados às bibliotecas escolares, e sessenta por cento (60%) declaram a existência de cargo com concurso público específico para os ocupantes destas bibliotecas. A origem do acervo é pelo programa do governo PNBE (Programa Nacional da Biblioteca na Escola) e por doação. Oito dos municípios também contam com investimento municipal e dois com investimento da própria escola para compra do acervo. Foi observado que apenas três municípios apresentaram ações concretas para o cumprimento da Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Na presente pesquisa já se pode observar o desconhecimento ou mesmo o descaso do governo municipal com relação às bibliotecas escolares. É longo o caminho até que o cumprimento da Lei 12.244, de 14 de maio de 2010, seja realidade em todas as escolas, somente a partir desse ponto que poderemos pensar em formar sistemas de bibliotecas que contribuirão com a formação dos alunos. (<https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16886>)

A pesquisa de Paula e Ohira (2017), **“Diagnóstico das bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina”**, teve como objetivo identificar pesquisas que abordaram diagnósticos de bibliotecas escolares realizados em municípios do estado de Santa Catarina, publicadas no período entre 2010 e 2017. Nessas pesquisas, foram identificados dois artigos de periódicos e dois trabalhos de conclusão de curso realizados nos municípios de Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, Jaraguá do Sul e Indaial. Concomitantemente, a Bibliotecária Fiscal do Conselho Regional de Biblioteconomia – 14ª Região, durante o exercício de sua função, aplicou *in loco* um formulário nas bibliotecas escolares públicas estaduais e municipais, como também em instituições privadas, visitadas nos municípios de Florianópolis, Joinville, Blumenau, Chapecó e Garuva, totalizando cinco municípios. Nos quatro diagnósticos foram analisados aspectos relacionados a recursos humanos, serviços oferecidos, recursos tecnológicos. Constatou-se que todas as escolas possuem Biblioteca e somente em um município uma escola possui Bibliotecário. Em cinco municípios a Bibliotecária Fiscal aplicou os formulários *in loco* em 78 escolas públicas e privadas. Em Florianópolis, o formulário foi aplicado em 38 escolas (48%); em Joinville, em 24 escolas (31%); em Chapecó, em oito escolas (10%); em Blumenau, em seis escolas (8%), em Garuva, em duas escolas (3,0%). Das 78 instituições fiscalizadas, 76 escolas contam com biblioteca, sendo que quatro bibliotecas estão fechadas ou

desativadas, e duas instituições não oferecem biblioteca. Das escolas visitadas, 53% possuem bibliotecário(a) e 47% escolas não os possuem. No sentido de fazer cumprir a Lei nº 12.244/10, foram analisados somente os aspectos referentes aos recursos humanos e ao acervo das unidades escolares com biblioteca. Diante dos dados apontados nesta pesquisa, verifica-se a necessidade de políticas públicas na esfera estadual e municipal, em prol da Biblioteconomia catarinense, com vistas às condições das Bibliotecas Escolares. O presente Diagnóstico poderá subsidiar debates mais efetivos com a Administração Pública, no sentido de fazer cumprir a Lei 12.244/2010. (<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/855>)

A escolha pelo Município de Indaial, segundo os autores Vahldik *et al.* (2017), no artigo **“Diagnóstico para melhoria contínua nas bibliotecas escolares do município de Indaial/SC”**, foi pelo fato de que, no ano de 2006, realizou-se um estudo preliminar para identificar como estavam as bibliotecas das escolas da rede municipal de ensino, principalmente nos aspectos de oferta de produtos e serviços aos estudantes e usuários. O objetivo do estudo é diagnosticar oito bibliotecas escolares do município, para subsidiar a elaboração de um plano de melhoria baseado na proposta da IFLA e da Lei 12.244/2010. Na época, optou-se pela amostragem de oito (08) escolas, dentre 13, sendo essas as que aceitaram participar do projeto naquele período. Identificou-se que as Bibliotecas Escolares estavam aquém do esperado, ou seja, não estavam preparadas o suficiente para atender o educando, tanto na pesquisa quanto na literatura no ambiente escolar. Em 2015, optou-se por repetir a pesquisa nas (08) bibliotecas escolares da rede pública de ensino médio do município de Indaial/SC. No caso desse estudo, foi possível verificar melhorias nas oito bibliotecas do estudo documentado em 2006 e no estudo atual, em 2015. Basicamente foi possível verificar: a) avanços e melhorias na infraestrutura e serviços; b) há um servidor atendendo os usuários; c) quase todas apresentam número de livros compatíveis com as necessidades dos alunos; d) há espaços específicos para a leitura; e) há atividades de incentivo à leitura. Com relação ao acervo, destacou-se que esse supre a quantidade necessária na proporção de estudantes de cada instituição de ensino, recebem livros do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), bem como o apoio da Associação de Pais e professores e da Direção da Escola. Além disso, a Secretária de Educação de Indaial cumpre com sua parte.



Apesar dos avanços, as bibliotecas escolares estudadas não possuem profissionais com formação acadêmica em Biblioteconomia. São todos professores readaptados ou convidados para exercerem função neste espaço. (<https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.112937>)

A pesquisa de Filgueira *et al.* (2017), intitulada **“Panorama das bibliotecas escolares municipais da cidade de Juazeiro do Norte: desafios descontinuos para a aplicação da Lei 12.244/2010”**, de caráter exploratório, investigou como se configura o cenário das bibliotecas escolares municipais de Juazeiro do Norte – CE quanto ao cumprimento da Lei nº 12.244/2010. O levantamento dos dados foi realizado no Portal QEdU, que trata da quantidade de bibliotecas na região, bem como questões ligadas a sua estrutura, de acordo com o previsto na Lei 12.244/2010, a qual prevê a obrigatoriedade das instituições de ensino em terem, em seu quadro setorial, bibliotecas com bibliotecário. Para isso, utiliza como base o levantamento feito em 2017, pelo Portal QEdU, que trata da quantidade de bibliotecas na região, bem como questões ligadas a sua estrutura. Complementando esse levantamento, tem-se a aplicação de questionário junto aos gestores dessas instituições, com o objetivo de constatar a consonância dessas instituições com a referida Lei. Foi constatado que a maioria das instituições (71,43%) não se consideram adequadas à Lei 12.244/2010, no que diz respeito ao espaço ideal para biblioteca bem como à presença do bibliotecário, já 14,29% dos entrevistados afirmaram que a biblioteca está adequada às exigências da lei, 14,29% afirmaram que a biblioteca está em processo de adequação. No que tange à existência de uma biblioteca nas instituições, 64,29% possuem de fato uma biblioteca, 7,14% não possuem, 21,43% estão em processo de construção e 7,14% possuem sala de multimídias. Os dados preliminares apontam que em sete anos de existência da Lei 12.244, pouco mais de 50% das escolas possuem bibliotecas e nenhuma possui bibliotecário, além disso, sua estrutura é destoante do que assevera a literatura, denotando um desconhecimento por parte dos gestores a respeito de sua importância no espaço educacional. (<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/982>)

O artigo de Moreno (2014), **“Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul, segundo a Lei 12.244/2010”**, é resultado da monografia final do curso de Pós-graduação, Especialização em Gestão de

Bibliotecas Escolares-UFSC, no ano de 2012. A pesquisa teve o objetivo geral de diagnosticar, a partir do que rege a Lei 12.244/2010, as bibliotecas escolares da rede de ensino fundamental do município de Jaraguá do Sul – SC quanto a sua estrutura (recursos materiais e humanos), acervo e serviços. Após a escolha aleatória das escolas, houve uma pesquisa antecipada (por telefone) para saber se as escolas pré-escolhidas possuíam bibliotecas na instituição, comprovando a existência nas dez escolas sorteadas. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário com perguntas objetivas fechadas e abertas, elaborado considerando os aspectos inerentes à Lei 12.244/2010: estrutura (recursos materiais e humanos), acervo e serviços. A pesquisa revelou que 100% das escolas pesquisadas possuem biblioteca na instituição. Com relação aos recursos humanos, pôde-se confirmar que das dez, nove escolas possuem um servidor que trabalha especificamente na biblioteca e em uma biblioteca. Perguntou se dos funcionários responsáveis pelo setor biblioteca quantos eram bibliotecários, o resultado mostrou que em 100% das escolas não havia um profissional bibliotecário atuando. Quanto à composição do acervo, orientando-se na determinação da Lei, que aponta “um exemplar para cada aluno matriculado”, o resultado demonstrou que a média de livros por aluno ficou bem acima do requerido pela Lei 12.244/2010, variando de 3,7 a 18,7 livros por aluno. Com relação à Lei 12.244/2010, a pesquisa mostrou que todas as escolas possuem bibliotecas e o número mínimo de acervo exigido, porém, não possui bibliotecário atuando, isso resulta no maior problema a ser resolvido pelo município estudado. (https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/946/pdf_84)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar diagnósticos em bibliotecas escolares, com o objetivo de se conhecer a situação delas é de fundamental relevância, uma vez que, além de confirmar a importância e a necessidade de apresentar um retrato atual sobre a situação das bibliotecas escolares em nível nacional, estadual e municipal, contribuem para a formulação de políticas públicas em prol das bibliotecas escolares brasileiras, que necessitam ser implementadas urgentemente.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4084&ano=1962&ato=8abITT61kMVRVTad8>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CAMPELO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; ALVARENGA, M.; SOARES, L. V. de O. Situação das bibliotecas brasileiras no Brasil: o que sabemos? **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n 1, p. 1-29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106555>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SIMÃO, M. A. R.; SCHERCHER, E. K.; NEVES, I. C. B. **Ativando a biblioteca escolar**. Porto Alegre: Sagra, 1993.



A Lei nº 12.244/2010, instrumento jurídico para subsidiar políticas públicas: bibliografia comentada

- **Maria Lourdes Blatt Ohira**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (CRB-14)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **José Alimatéia de Aquino Ramos**
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo estão referenciados oito artigos que abordam a Lei nº 12.244/2010 como instrumento jurídico para subsidiar as Políticas Públicas em Bibliotecas Escolares. É importante destacar que os artigos elencados abaixo foram selecionados com a finalidade de demonstrar a importância da Lei nº 12.244/2010 como instrumento de subsídio a políticas públicas na área das bibliotecas escolares. A própria lei pode ser considerada uma política pública de universalização de bibliotecas escolares nas instituições de ensino no país, promulgada pelo governo federal, com a vistas a cobrar que os estados e municípios definam suas políticas locais, tais como planos, projetos, programas e ações no sentido de termos bibliotecas escolares de qualidade nas instituições de ensino do país.

Segundo Sechi, (2010, p.1 *apud* Neves; Aguiar, 2017, p. 74), política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema



público. Já para Jekins (1978 *apud* Howlett; Ramesh; Perl, 2013, p. 8) política pública é:

[...] um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas por um ator ou grupo de atores políticos, e que dizem respeito à seleção de objetivos e dos meios necessários para alcançá-los, dentro de uma situação específica em que o alvo dessas decisões estaria, em princípio, ao alcance desses atores.

É neste sentido que a Lei nº 12.244 foi publicada em 24 de maio de 2010, dispondo sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. A Lei é composta por 4 artigos a saber:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas de ensino do País contarão com bibliotecas, nos termos desta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados a consulta, pesquisa, estudo ou leitura.

Parágrafo único. Será obrigatório um acervo de livros na biblioteca de, no mínimo, um título para cada aluno matriculado, cabendo ao respectivo sistema de ensino determinar a ampliação deste acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares.

Art. 3º Os sistemas de ensino do País deverão desenvolver esforços progressivos para que a universalização das bibliotecas escolares, nos termos previstos nesta Lei, seja efetivada num prazo máximo de dez anos, respeitada a profissão de Bibliotecário, disciplinada pelas Leis nº 4.084, de 30 de junho de 1982 e nº 9.674, de 25 de junho de 1998.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2010).

Em 24 maio de 2024, a Lei nº 12.244/2010 completou 14 anos de sua promulgação, porém, o prazo para efetivação da referida Lei expirou em 2020, e até então, os poderes públicos não cumpriram a legislação. Mesmo com inúmeros apontamentos na literatura das fragilidades e dos benefícios da Lei nº 12.244/2010, concordamos com Farias e Brito (2019, p. 835), quando afirmam que a Lei mencionada



“[...] é frágil no que toca à efetividade da biblioteca escolar no trabalho educativo, especialmente porque, implicitamente, concebe a ação bibliotecária como corpo separado do projeto pedagógico da escola”. Para Silva (2019, p. 89), “a Lei 12.244/10 é um expoente político-jurídico para repensar novas perspectivas de atuação para as bibliotecas escolares”.

Nessa linha, em 2018, as deputadas Laura Carneiro e Carmen Zanotto propuseram alteração na Lei da Universalização da Biblioteca escolar, por meio do Projeto de Lei nº 9.484, de 2018, na Câmara dos Deputados, propondo uma nova definição para biblioteca escolar e a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Após tramitação na Câmara dos Deputados nesse ano legislativo, em 2019, o PL 9.484/2018 teve uma numeração nova, agora denominado PL 5656/2019, sendo encaminhado para apreciação no Senado Federal. Após sete anos de tramitação, o referido PL que torna a biblioteca escolar um equipamento cultural obrigatório e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE) foi aprovado no Congresso Nacional e sancionado pela Presidência da República, em 8 de abril, criando a Lei nº 14.8337/2024.

A Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, não substitui a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, mas a complementa e amplia, com criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), que estabelece parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas nas escolas, e altera o conceito de bibliotecas escolares e as reconhece como equipamento cultural obrigatório e necessário ao desenvolvimento do processo educativo. Portanto, a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, não foi revogada e continua vigente, e a Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024, acrescenta e melhora alguns dispositivos da Lei nº 12.244/2010.



2 REFLEXÃO SOBRE OS ARTIGOS SELECIONADOS

Constata-se que nos artigos que compõem este capítulo, alguns autores analisam a Lei nº 12.244/2010 e apontam as limitações dela. Por outro lado, autores apontam também os pontos positivos, isto é, as perspectivas por contar com um ato legal que pode proporcionar condições para a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento e implementação de bibliotecas escolares estaduais, municipais e privadas.

Na pesquisa de Campello *et al.* (2016), os autores buscaram identificar e analisar o **Art. 2º** o qual apresenta o conceito de Biblioteca, ou seja, originada do meio acadêmico e profissional e da análise da sociedade em geral, nas publicações profissionais e acadêmicas e nas manifestações sobre a Lei nº 12.244, identificadas na Internet. Percebe-se que a Lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca como espaço de aprendizagem. Em síntese, para os autores:

- a) deixa de revelar a riqueza do conhecimento da área de biblioteconomia em relação à biblioteca escolar e suas especificidades;
- b) ignora os avanços das pesquisas sobre o tema publicado na literatura;
- c) não considera as diretrizes de instituições como a UNESCO, a IFLA e no Brasil, o CFB (Campello *et al.*, 2016).

Com relação ao Parágrafo único da Lei, onde o acervo é o foco, para as autoras,



dimensiona em termos de quantidade e diversidade. A definição de um título por aluno é positiva, pois significa que a coleção terá maior diversidade de obras, não sendo suficiente que haja muitos exemplares de um mesmo título. Torna-se necessário diferenciar o que é obra literária e livro didático para uso do aluno, e que o mesmo não é material do acervo da biblioteca (Campello *et al.*, 2016, p. 55).

No **Art. 3º** de acordo com a Lei, “respeitada a profissão de Bibliotecário”, Campello *et al.* (2016, p. 55) acreditam que: “a presença do bibliotecário é a esperança de que as bibliotecas implantadas atinjam esse patamar, com o objetivo de contribuir para o processo de aprendizagem”. Os autores observaram ainda que ficou evidente nas manifestações na internet feita junto aos bibliotecários pesquisados a visão da Lei como uma vitória e como um fortalecimento de classe.

Silva (2019) analisa a Lei nº 12.224 e apresenta um conjunto potencial de avanços que podem ser dimensionados a partir dos seguintes elementos, a saber:

- a) promove, por meio da consciência jurídica, que a biblioteca deve ser um ambiente valorizado no construto das políticas educacionais;
- b) abre perspectivas para construção de uma cultura de informação na escola, a partir das práticas técnico-pedagógicas da biblioteca escolar;
- c) estabelece uma percepção conceitual de biblioteca escolar que, embora seja muito limitada, possibilita a ascensão de conceitos deturpados como centro de multimeios, salas de leituras, entre outros;
- d) designa a efetiva participação do bibliotecário como profissional gestor especializado para atuar na biblioteca escolar;
- e) institui mecanismos mínimos para formação de um acervo na biblioteca escolar;
- f) define prazos para concretização da política de universalização das bibliotecas escolares no Brasil, considerando, principalmente, a realidade de estados e município.

Como deficiências da Lei nº 12.244/10 é possível indicar os seguintes elementos, de acordo com o mesmo autor, Silva (2019):

- a) caráter conceitual da biblioteca escolar, poderia ser mais detalhada no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política social e pedagógica;
- b) não designa um orçamento para investir nas bibliotecas escolares, seja em instituições públicas ou privadas.
- c) não estabelece qualquer tipo de punição para as instituições que não cumprirem com os requisitos mínimos exigidos em Lei.
- d) não engendrou uma comissão formada por bibliotecários, educadores e outros profissionais, visando promover efetivos subsídios para o cumprimento da Lei.
- e) o equívoco da universalização sem a sistematização: o olhar integrado entre o macro e o micro, ou seja, a Lei 12.244/10 trata de universalização, mas sem qualquer integração entre o nacional e o local.

Em síntese, para Farias e Brito (2019, p. 835) a Lei nº 12.244/2010 “é frágil no que toca à efetividade da biblioteca escolar no trabalho educativo, especialmente porque, implicitamente, concebe a ação bibliotecária como corpo separado do projeto pedagógico da escola”.

É importante destacar na pesquisa de Souza (2017) que apesar dos esforços empreendidos no sentido de se alcançar o que determina a lei, em relação à meta de uma biblioteca para cada unidade escolar, os percentuais apurados nos níveis nacional, estadual e municipal, até o momento da pesquisa, demonstravam não se notar elementos consistentes quanto à possibilidade de cumprimento desta até 2020. O mesmo pode-se observar ainda em 2024. Para Souza (2017), determinadas políticas públicas carecem de responsabilidade, tanto por parte dos legisladores que deixam de regulamentar os aspectos punitivos ao descumprimento das leis



quanto pelos governantes, que protelam o máximo possível as ações operacionais no efetivo implemento da lei.

3 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

A seguir elencamos os oito artigos selecionados na pesquisa que buscam analisar a Lei nº 12.244/2010 como subsídio ao desenvolvimento de políticas públicas para as bibliotecas escolares no Brasil. Os artigos são apresentados por ordem decrescente da data de sua publicação, isto é, dos mais recentes para os mais antigos.

Oportuno destacar que foram transcritos resumos originais de cada artigo, nos quais foram observados o tema, os objetivos, a metodologia e os resultados expressos nesses registros. Entretanto, para ampliar a compreensão da discussão sobre o assunto tratado, em muitos foram acrescidos frases, parágrafos e informações do texto original, com o objetivo de expandi-los, e assim fornecer informações mais detalhadas das pesquisas.

No primeiro artigo, intitulado: **“Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública”**, Silva (2019) trata dos rumos da Lei 12.244/10 sobre a universalização das bibliotecas escolares em face da proposição de elementos para composição de uma política pública. Apresenta como síntese do problema a seguinte pergunta: como é possível pensar a construção de uma política pública para as bibliotecas escolares? Como objetivo, elenca: abordar a Lei 12.244/10 constituindo uma discussão sobre os seus pressupostos, estabelecendo uma comparação com o Projeto de Lei 9.484/2018, visando à proposição de estratégias que componham uma política pública para as bibliotecas escolares. A metodologia consta de uma revisão de bibliografia, em especial com autores da área de Biblioteconomia e documentos que amparam a legislação alusiva à biblioteca escolar. Conclui que a Lei 12.244/10 não determinou avanços pela escassez de



políticas públicas e que é fundamentalmente necessário a construção de uma política que tome como base fundamentos (norteadores e aplicativos) que concebem e viabilizam condições para existência das bibliotecas e eixos (temáticos e pragmáticos) os quais delimitem os múltiplos escopos de execução de práticas nas bibliotecas escolares, conduzindo para a criação de sistemas estaduais e municipais de bibliotecas escolares, visando a uma aplicação plena de um conjunto de práticas especializadas que contemplam a atuação do bibliotecário como gestor. A Lei 12.224 apresenta um conjunto potencial de avanços que podem ser dimensionados a partir dos seguintes elementos: a) promove, por meio da consciência jurídica, que a biblioteca deve ser um ambiente valorizado no construto das políticas educacionais; b) abre perspectivas para construção de uma cultura de informação na escola, a partir das práticas técnico-pedagógicas da biblioteca escolar; c) estabelece uma percepção conceitual de biblioteca escolar, que embora muito limitada, possibilita a ascensão de conceitos deturpados como centro de multimeios, salas de leituras, entre outros; d) designa a efetiva participação do bibliotecário como profissional gestor especializado para atuar na biblioteca escolar; e) institui mecanismos mínimos para formação de um acervo na biblioteca escolar; f) define prazos para a concretização da política de universalização das bibliotecas escolares no Brasil, considerando, principalmente, a realidade de estados e municípios. Destarte, a Biblioteconomia necessita de um olhar mais cauto e mobilizado para as bibliotecas escolares, a formulação de políticas públicas e os possíveis cumprimentos da Lei 12.244/10, quais sejam: a) articulação efetiva e continuada junto ao Ministério Público para fiscalização; b) articulação efetiva nas esferas federal, estadual e municipal, visando à construção das políticas públicas e cumprimento da Lei 12.244/10; c) criação de cursos de especialização e educação continuada no geral; d) criação de produtos: cartilhas, eventos etc.; e) parceria na construção dos sistemas de bibliotecas escolares municipais e estaduais. Diante das múltiplas deficiências e do fracasso político-jurídico da Lei 12.244/10, novas discussões acerca de um aprimoramento da Lei e da construção de políticas públicas para bibliotecas escolares está sendo enviada. O desiderato político mais significativo dessas discussões engendrou o Projeto de Lei 9.484/2018, que “Altera a Lei n° 12.244, de 24 de maio de 2010, o qual dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares



nas instituições de ensino do País, para dispor sobre uma nova definição de biblioteca escolar e cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. (<https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8521>)

O segundo artigo, cujo o título é: “**A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar**”, Farias e Brito (2019) propõem uma análise da Lei nº 12.244/2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de bibliotecas escolares nas instituições de ensino, públicas e privadas, brasileiras, à luz de dois aspectos que tocam seu objeto: a perspectiva educacional e as recomendações biblioteconômicas. Para isso, considera os pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica e os documentos sobre o tema produzidos e divulgados pelo Conselho Federal de Biblioteconomia. Para os autores, “*Os dois aspectos são indissociáveis, pois se complementam, criando condições para a ação pedagógica e bibliotecária na escola [...]*” A crítica à Lei n. 12.244/2010 será feita à luz da pedagogia histórico-crítica e sua concepção de trabalho educativo e da Resolução CFB n. 199/2018, que, a partir das atribuições legais da instituição, estabelece os parâmetros para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares no País. Entre as reflexões dos autores, observa-se que a Lei n.12.244/2010 é frágil no que toca à efetividade da biblioteca escolar no trabalho educativo, especialmente porque, implicitamente, concebe a ação bibliotecária como corpo separado do projeto pedagógico da escola, tal como preconizada na Lei e na Resolução CFB nº 199/2018. Ainda com relação à Resolução, assim os autores se posicionam: *Vale destacar que a Resolução CFB n. 199/2018 cumpre a missão de ampliar, por meio de detalhamento, dentro dos limites da Lei n. 12.244/2010, aspectos importantes da biblioteca escolar, como a existência de espaço físico e a importância de garantia de acessibilidade. No entanto, falha como instituição representativa de classe ao não implicar a biblioteca e o bibliotecário na construção e na realização de um projeto de educação, valorizando e fortalecendo a Biblioteconomia como campo de atuação na Educação.* Com relação à legislação supracitada, destaca-se que a Resolução CFB nº 199/2018 foi revogada e substituída pela Resolução CFB nº 220, de 13 de maio de 2020, a qual “*dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares*”. Com relação à Lei nº. 12.244, a deputada federal Laura Carneiro, do Rio de Janeiro, apresentou o Projeto de Lei n. 9.484/2018, ainda em tramitação, que prevê a alteração em quatro



pontos: revê o conceito de biblioteca escolar; propõe a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares; estabelece novo prazo para o cumprimento da Lei, acompanhando a vigência do Plano Nacional de Educação, isto é, 2024; e prevê sanções aos sistemas de ensino que não cumprirem a Lei. (<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1915>)

No terceiro artigo, intitulado: **“Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento”**, Souza (2017) propõe uma descrição da conjuntura da Lei 12.244/10, do ponto de vista de sua concepção e perspectivas em relação à implantação até o ano de 2020, quando todas as escolas públicas e privadas deverão possuir uma biblioteca escolar contando com a presença de um profissional Bibliotecário. Para responder aos questionamentos propostos pela discussão da Lei 12.244/10, no que tange à proporção de bibliotecas, foram buscados subsídios na realidade nacional, tendo como base levantamentos realizados a partir dos registros do Censo Escolar do ano de 2014, quanto às escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio (INEP, 2014). A pesquisa faz um recorte dos dados e analisa a realidade do Estado de Santa Catarina, em especial do Município de Florianópolis. Diferentemente da situação enfrentada na esfera estadual, o bibliotecário passou a integrar o quadro funcional da Secretaria Municipal da Educação de Florianópolis no ano de 1988, por intermédio da Lei nº 2897/88. A concepção do cargo foi resultado da mobilização da categoria que, no mesmo ano, contou com concurso público, viabilizando a incorporação de dezessete bibliotecários que permaneceram lotados em Escolas Básicas Municipais. Para haver um processo educacional verdadeiramente universal e de qualidade, todos os agentes envolvidos, entre eles os bibliotecários e dirigentes escolares, necessitam unir forças, engajando-se na luta pela defesa da Lei 12.244/10 - que é de interesse da sociedade. Percebe-se que, apesar dos esforços empreendidos no sentido de se alcançar o que determina a lei, em relação à meta de uma biblioteca para cada unidade escolar, os percentuais apurados nos níveis nacional, estadual e municipal até o momento, com o empreendimento deste trabalho acadêmico, dão conta de que não se notam elementos consistentes quanto à possibilidade de cumprimento dessa lei até 2020. Determinadas políticas públicas carecem de responsabilidade, tanto por parte dos legisladores que deixam de regulamentar os aspectos



punitivos ao descumprimento das leis quanto pelos governantes que protejam o máximo possível as ações operacionais no efetivo implemento da lei. (<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6817>)

No quarto artigo, intitulado: **“Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a Biblioteca escolar”**, Camillo e Castro Filho (2017) destacam que não é possível esquecermos que um dos maiores desafios no Brasil são as lutas existentes frente aos inúmeros contextos de políticas públicas culturais, educacionais e informacionais. A biblioteca escolar é uma das figuras protagonistas nesse enredo de discussões que lhe procura conferir destaque, como parte reconhecidamente legitimada na política educacional de uma nação. Por meio da pesquisa exploratória de delineamento bibliográfico, denotamos que a biblioteca escolar traz a noção de completude às atividades escolares e atrai olhares sobre a atual legislação para a biblioteca escolar brasileira, enredando uma abordagem introdutória sobre políticas públicas. Embora empenhemos à definição de políticas públicas o início desse tecer discursivo, podemos dizer que não há uma definição universalmente aceita para o termo “políticas públicas”. Qualquer tentativa de definir esse termo passa a ser arbitrária, uma vez que pensamentos ideológicos se sobressaem nesse processo, permitindo uma condução a enunciados conflitantes. Na literatura especializada acerca do tema tampouco há consenso sobre sua definição, devido à amplitude e disparidade de respostas sobre políticas públicas; essa é uma locução polissêmica que reside apenas no aspecto estipulativo. Conclui com a afirmativa de que o comportamento introjetado no Estado cerceia possibilidades de construção de um cidadão melhor engajado social, cultural, educacional e politicamente, imobilizando a coesão do desenvolvimento humano, fato que, se não aliado à revisão com intenção de reforma da Lei Federal 12.244/10 pode gerar inibições do alcance da biblioteca escolar brasileira como um instrumento de real fomento de desenvolvimento social e humano. (<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/35285>)

No quinto artigo, intitulado: **“A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244”**, Campello *et al.* (2016) buscaram compreender as reações à promulgação da Lei nº 12.244, a qual dispõe que todas as escolas brasileiras de ensino básico contem com biblioteca até 2020. Especificamente, a pesquisa propôs-se a identificar e analisar as

manifestações sobre a Lei nº 12.244, originadas do meio acadêmico, profissional e da sociedade em geral. A metodologia consistiu na análise textual de documentos que citaram a lei desde sua promulgação, em maio de 2010, até abril de 2014. As publicações profissionais e acadêmicas que trataram da Lei 12.244, embora em pequeno número, abordaram uma gama de aspectos que esclareceram as principais questões relativas a ela. Essas questões foram ampliadas com a análise das manifestações sobre a Lei identificadas na internet. A análise das manifestações em publicações profissionais e acadêmicas revelou com bastante clareza os aspectos mais importantes da questão e pode servir de base para discussões mais aprofundadas, que permitam traçar caminhos para a concretização da Lei. Em primeiro lugar, percebe-se que a Lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca, ou seja, como espaço de aprendizagem. Deixa de revelar a riqueza do conhecimento biblioteconômico em relação à biblioteca escolar e suas especificidades. Há uma preocupação dos autores em ressaltar a responsabilidade do bibliotecário para garantir a biblioteca como espaço de aprendizagem. O acervo é o foco da lei, pois ela o dimensiona em termos de quantidade e diversidade. A definição de um título por aluno é positiva, pois significa que a coleção terá maior diversidade de obras, não sendo suficiente que haja muitos exemplares de um mesmo título. Indiretamente, isso contribui para reforçar a noção de que o livro didático para uso do aluno não é material do acervo da biblioteca. A responsabilidade pela ampliação, manutenção, preservação e organização é encaminhada para os sistemas locais. Entretanto, essa responsabilidade é pouco clara, não se prevendo recursos e nem punições em caso de seu não cumprimento. A análise do material da internet possibilitou ampliar essa visão, revelando um leque mais abrangente e diversificado das preocupações que uma parcela da sociedade tem sobre a existência de bibliotecas nas escolas. A reação positiva dos bibliotecários, que viram a Lei como uma vitória e como um instrumento de fortalecimento da classe, ficou evidente. Embora a análise não tenha chegado ao ponto de diferenciar a posição dos bibliotecários da de outros segmentos da sociedade, foi possível perceber nas postagens outras categorias de questionamentos não identificadas nos textos acadêmicos, todos de autoria de



bibliotecários. Em primeiro lugar, elas revelaram a profunda ligação que a sociedade faz da biblioteca com a leitura. Ela é vista como tendo um papel estratégico para aproximar crianças e jovens dos livros. Houve uma quantidade significativa de postagens que abordou o *déficit* de bibliotecas nas escolas, demonstrando preocupação com o tamanho do desafio para chegar à universalização proposta na Lei. O fato é que há uma clareza de que a Lei não pode servir apenas para garantir que haja uma biblioteca em cada escola; esses espaços precisam ser qualificados. Acredita-se que é a presença do bibliotecário que garantirá essa qualidade. (<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609>.)

No sexto artigo, intitulado: **“Biblioteca escolar na pauta do Congresso Nacional”**, Araújo (2015) teve como objetivo analisar o papel do Congresso Nacional na atual discussão e aprovação de dispositivos legais que, de alguma forma, dizem respeito à biblioteca escolar. Para tanto, elencam-se as leis discutidas, votadas ou por votar no contexto atual pelo Legislativo brasileiro, com especial atenção para a Lei nº 12.244 de 2010, lei de universalização das bibliotecas escolares, e o Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2012, que visa a alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB – e Projeto de Lei nº 6038 de 2013, que visa a regulamentar o exercício da atividade profissional de Técnico em Biblioteconomia. Evidencia os dilemas inerentes à regulamentação quando as condições não são favoráveis para tanto. Valeu-se para essa pesquisa das fontes de pesquisa legislativas oficiais, como os sites do Planalto, da Câmara e do Senado. O fato de haver tão intensa discussão no Legislativo nacional acerca da biblioteca escolar pode indicar que o tema esteja entrando na pauta das discussões políticas mais sérias. Se assim o for, a biblioteca, em geral, e a biblioteca escolar, em particular, estariam ingressando numa fase de emergência de seus reconhecimentos enquanto espaços indispensáveis para a democratização do conhecimento. Conclui-se pela emergência do reconhecimento da biblioteca escolar enquanto espaço indispensável para a democratização do conhecimento, ao mesmo tempo em que os esforços ainda parecem ser desconexos da realidade. Para o autor, é necessário mais do que leis para que a biblioteca escolar se torne uma realidade, mesmo reconhecendo a importância desse dispositivo. O que não se pode é esperar que a lei por si só resolva esses problemas, vez que é necessário, antes de tudo, engajamento profissional visando à melhoria

ou a própria existência da biblioteca como espaço de democratização do conhecimento e não somente como um posto de trabalho a ser ocupado. (<https://revistas.ffclrp.usp.br/BEREV/article/viewFile/346/pdf>)

No sétimo artigo, intitulado: “**Nos meados das políticas públicas: a biblioteca escolar em (dis)curso**”, Ferrarezi e Sousa (2014) tiveram como objetivo investigar como as bibliotecas escolares são discursivizadas no âmbito das políticas públicas brasileiras que (supostamente) as têm como foco, chamando a atenção para a falta e o equívoco que perpassam o discurso, bem como tais iniciativas. Nós buscamos também analisar, a partir da perspectiva da Análise do Discurso de linha francesa, a Lei nº 12.244/2010 (que visa à universalização das bibliotecas em todas as instituições de ensino do país), de modo a investigar como a memória discursiva sustenta a retomada de alguns dos sentidos já ditos sobre essa instituição, os quais foram constituídos por meio de relações de força que permitem a sua naturalização e, também, se os discursos que circulam nesse documento apontam para uma mudança na maneira como a biblioteca foi enunciada até então, possibilitando a emergência de novas posições discursivas, outros sentidos que carregam a promessa de novas possibilidades para as bibliotecas escolares. Diante desse quadro, consideramos importante que os profissionais bibliotecários, assim como educadores e outros setores da população, mobilizem-se em prol de que o poder público reconheça a necessidade de investir em uma escola de qualidade, isso implica a existência e ativação de bibliotecas (e não depósitos de livros doados), guiadas por uma equipe multidisciplinar e preparada de profissionais que, a partir de seu empenho e apoio político-institucional, poderiam empreender ações que desafiem e superem as dificuldades que perpassam a educação no Brasil. Por meio dessas iniciativas, seria possível unir esforços para que as bibliotecas não fiquem estagnadas e fechadas por falta de alguém que nelas atuem, para que haja um profissional consciente do importante papel que a biblioteca é chamada a desempenhar e com condições e disposição para realizar um trabalho que vai muito além da guarda, organização e empréstimo do acervo, de forma contínua, planejada e em consonância com a realidade escolar. Desse modo, chamar-se-ia a atenção da sociedade para essa instituição que geralmente fica escondida em algum canto da escola, delineando-se, assim, sentidos que vão além daqueles historicamente produzidos nas



esferas jurídicas, governamentais. Por fim, a partir da análise da lei que visa à universalização de bibliotecas no país, pudemos observar como a memória discursiva sustenta a retomada de alguns dos sentidos já ditos sobre essa instituição, que foram constituídos por meio de relações de força as quais permitem a sua naturalização e, ao mesmo tempo, a sua ruptura, a emergência de novas posições discursivas, outros sentidos que carregam a promessa de novas possibilidades para as bibliotecas escolares. (<https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106605>)

No oitavo artigo, intitulado: “**Perspectivas históricas da Biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10**”, Silva (2011) tem como objetivo analisar as perspectivas históricas, sociais e semânticas da biblioteca escolar no Brasil, dando ênfase à Lei 12.244/10 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. A fundamentação é constituída de dois vieses. O primeiro instiga uma breve reflexão sobre a história das bibliotecas escolares, desde o período colonial até os dias atuais. O segundo viés analisa a Lei 12244/10, especialmente os três primeiros artigos que compõem seu conteúdo, ponderando suas perspectivas e limitações. A metodologia deste artigo é constituída de pesquisa exploratória, com revisão documental e apresenta como método o fenomenológico-hermenêutico. A biblioteca escolar tem sido importante instrumento para a construção da Biblioteconomia, seja no contexto histórico, seja no acadêmico ou, ainda, no profissional, o que tem gerado diversas discussões e produções sobre o assunto. Percebe-se a importância da Biblioteca Escolar como efetivo instrumento de ação e aplicação dos valores humanos da sociedade, mas que pouco tem sido contemplado na prática. Como justificativa geral para a não contemplação das perspectivas atribuídas às bibliotecas, estaria a falta de investimentos governamentais e de políticas bem definidas. Outra justificativa está no contexto majoritário das escolas, tanto de cunho municipal como Estadual, ou seja, há poucas bibliotecas, e das existentes é esporádica a figura do Bibliotecário como mediador e efetivo elemento do desenvolvimento de suas atividades. Além disso, o seu aparato tecnológico é escasso ou, em alguns casos, inexistente, e o espaço físico na maioria das vezes inadequado. Conclui-se que a biblioteca escolar, historicamente, esteve diretamente ligada às instituições religiosas, como os colégios jesuítas, franciscanos, beneditinos e carmelitas, bem como que a Lei 12244/10 mostra



uma conotação de mudança, pois se configura precisamente na possibilidade de transformações que a biblioteca escolar precisa para mostrar sua potencialidade. Porém, entende-se que a Lei apresenta deficiências conceituais e conteudísticas, como caracterização da biblioteca escolar e suas nuances de acervo, assim como deficiências que promovem suspeitas a sua consolidação, uma vez que não prevê perspectivas reais de responsabilidades compulsórias (ou mais diretamente punições), no caso do não cumprimento por parte das escolas públicas e privadas. (<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo, ao desenvolver um conjunto de discussões sobre a Lei n° 12.244/2010, empreende condições para proposições de estratégias de políticas públicas para o desenvolvimento das bibliotecas escolares, estaduais, municipais e privadas, uma vez que a Lei mostra uma conotação de mudança, pois se configura na possibilidade de transformações que a Biblioteca Escolar precisa para mostrar sua potencialidade.

Nessa linha, pensamos que seja necessário mais do que leis para que a biblioteca escolar se torne realidade, mesmo reconhecendo a importância delas. É fundamental a mobilização da classe bibliotecária mostrando a importância da Biblioteca Escolar e do cumprimento da Lei n° 12.244, e não esperar que por si só a lei irá promover a universalização das bibliotecas escolares no país. É fundamental o engajamento profissional visando à melhoria das bibliotecas escolares como espaços de democratização do conhecimento, um recurso no processo ensino-aprendizagem e não somente como um posto de trabalho a ser ocupado.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 9.484, de 2018**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília-DF, 25 de novembro de 2019. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716#:~:text=Projeto%20de%20Lei&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.244,de%20Bibliotecas%20Escolares%20\(SNBE\)](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167716#:~:text=Projeto%20de%20Lei&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.244,de%20Bibliotecas%20Escolares%20(SNBE).). Acesso em: 07 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 5.656, de 2019**. Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE). Brasília-DF, 25 de novembro de 2019. Brasília, DF: Senado Federal, 2019. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8029860&ts=169639963649&disposition=inline>. Acesso em: 07 mar. 2024.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; LIMAS, R. F. de; SOUSA, T. G. F. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 10, n. 20, p. 39–58, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653>. Acesso em: 16 mar. 2024.

FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 826–836, 2019. DOI: 10.26512/rici.v12.n3.2019.19155. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155>. Acesso em: 27 fev. 2024.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.



NEVES, B. C.; AGUIAR, N. C. Políticas públicas de informação e bibliotecas escolares: panorama brasileiro. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 27, n.3, p. 73-86, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/33296>. Acesso em: 07 mar. 2024.

SILVA, J. L. C. Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública. **Revista Informação e Cultura**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 60-93, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i1a8521>. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8521>. Acesso em: 27 fev. 2024.

SOUZA, J. Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. **Biblos**, Rio Grande, v. 31, n. 2, p. 99-129, 2017. DOI: 10.14295/biblos.v31i2.6817. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6817>. Acesso em: 7 mar. 2024.



Políticas públicas e ações para o cumprimento da Lei nº 12.244/2010: bibliografia comentada

- **Maria Lourdes Blatt Ohira**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (CRB-14)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **Orestes Trevisol Neto**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Conselho Regional de Biblioteconomia 14 Região (CRB-14)

1 INTRODUÇÃO

Legislação específica, diretrizes e padrões já representam uma realidade para a implantação das bibliotecas escolares no Brasil. Da mesma forma, a legislação bibliotecária é fundamental para garantir a presença do bibliotecário nas bibliotecas escolares e assim garantir o exercício fundamentado nos direitos e deveres dos profissionais, possibilitando a milhares de crianças e adolescentes o acesso à informação, cultura e cidadania (Castro Filho; Coppola Junior, 2012).

Por outro lado, é consenso que as bibliotecas escolares merecem maior visibilidade e reconhecimento por parte dos gestores públicos da área de educação, envolvimento maior dos profissionais e entidades da área de biblioteconomia, como também, da sociedade em geral. Para se atingir a visibilidade torna-se importante propor e viabilizar políticas públicas em prol das bibliotecas escolares e da educação brasileira.



O tema, políticas públicas, presente no discurso de gestores públicos e na literatura da área de Biblioteconomia e da Educação, muitas vezes é ignorado na prática, diante das inúmeras dificuldades que se apresentam relacionadas ao contexto político, econômico, tecnológico e social que vivemos. Nessa linha, importante destacar a contribuição do artigo Bibliotecas Escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades que apresenta uma proposta do **Ciclo da política pública** da autoria de Viana e Pierucini (2015), que colocam as políticas públicas como um processo composto por um conjunto de ações/atividades/categorias que são fundamentais na definição de Políticas Públicas. A proposta é entendida como um ciclo deliberativo, composto por distintas fases sequenciais e interdependentes que constituem um processo dinâmico, e não se caracterizando como uma estrutura a ser rigidamente seguida em sua elaboração.

Fundamental para o sucesso de projetos que envolvam Políticas Públicas é a existência de legislação e atos normativos por possuir caráter jurídico legal e assim dar sustentabilidade às políticas públicas. Em âmbito nacional, destaca-se a Lei nº 4084/62, que dispõe sobre a profissão do bibliotecário e seu exercício, a Lei nº 12.244/2010, a qual garante a obrigatoriedade da existência de bibliotecas em escolas da rede pública, como também, a Resolução CFB 220/2020, a qual dispõe sobre os parâmetros para estrutura e funcionamento das Bibliotecas Escolares que devem ser cumpridos. Porém, é importante que os estados e municípios tenham a preocupação de produzir legislação complementar para que políticas públicas possam contribuir para a qualidade da educação brasileira, com vistas ao cumprimento da legislação vigente.



Destacamos que a ampliação da legislação em estados e municípios é de fundamental importância, pois são instrumentos jurídicos que devem contribuir para a efetivação de políticas públicas. Nessa linha, temos os exemplos das pesquisas de:

- a) Siqueira *et al.* (2021), que compilaram as legislações e ações das bibliotecas escolares brasileiras, com vistas à criação e manutenção desses espaços, assim como;
- b) Santos e Resende (2021), que levantaram a legislação existente nos estados do Brasil e amparam a biblioteca escolar, publicadas a partir da promulgação da Lei nº 12.244/2010.

2 REFLEXÃO SOBRE OS ARTIGOS SELECIONADOS

Ao analisar os artigos agrupados neste capítulo, constatou-se que muitas das experiências relatadas apresentam os componentes contemplados na proposta do **Ciclo de Políticas Públicas** dos autores Viana e Pieruccini (2015). As autoras colocam as políticas públicas como um processo composto por um conjunto de ações/atividades/categorias que são fundamentais na definição de Políticas Públicas. A proposta é entendida como um ciclo deliberativo, composto por distintas fases sequenciais e interdependentes, que constituem um processo dinâmico, não se caracterizando como uma estrutura a ser rigidamente seguida em sua elaboração, composta pelas seguintes ações:

- a) **Vontade Política:** categoria essencial às políticas para bibliotecas escolares. Gestores políticos têm papel de destaque na determinação de quais problemas serão alvo de ações e, do mesmo modo, decidem a estratégia que será posta em prática para a implantação de bibliotecas escolares

b) Protagonismo Profissional: a escolha daqueles que irão implantar a política pública é determinante aos resultados obtidos. Portanto, profissionais que colocam em prática a decisão política, quando inseridos no processo como sujeitos, não apenas reconhecem a importância de seu esforço para a transformação de um cenário problemático, como criam oportunidades diferenciadas para transformá-lo.

c) Tempo Político: período necessário entre a definição das ações e o prazo para a percepção de seus benefícios para a população. Compreende, portanto, o *tempo de assimilação* da proposta política e de suas concepções, essencial para que a complexidade e relevância do trabalho com as bibliotecas seja desvendada, produzindo adesões dos quadros profissionais de diferentes instâncias, no caso das Bibliotecas escolares, a adesão/aproximação com a área da educação

d) Diálogo política-conhecimento e terreno-academia: o desconhecimento em torno da biblioteca escolar acentua ainda mais a pertinência desta categoria, fundamental à proposição de soluções ao problema público. A vinculação da política pública (gestão federal, estadual e municipal) com instâncias que, por dever de ofício, dedicam-se a estudar, compreender e buscar soluções a problemas que envolvem a biblioteca escolar (pesquisadores - Universidade), é fundamental ao enfrentamento de questões, que historicamente vinham sendo abordadas empiricamente pelos contextos profissionais.

e) Protocolos Implícitos e Explícitos: uma ação política conjunta, que envolva campos político e científico irá demandar protocolos (implícitos e explícitos) para reger o relacionamento entre as partes. Diferentes perspectivas permitem ampliar o foco de visão sobre a indispensável e constante problematização que sustenta a dinâmica das políticas públicas

f) Visibilidade: categoria inalienável da política pública para bibliotecas escolares, é a comunicação das ações realizadas e seus resultados permitem revelar benefícios e a satisfação da população. Importância da visibilidade da ação política também para aqueles não diretamente relacionados à biblioteca escolar e, portanto, não diretamente expostos à iniciativa como beneficiários diretos e que muitas vezes desconhecem o valor social, cultural e educacional.

g) Construção de novas representações: implica o desenvolvimento de bibliotecas escolares inovadoras, que ultrapassem noções como: *sala com livros*, *lugar de silêncio*, sala de leitura, ou até mesmo o completo desconhecimento de suas potencialidades. Transformar a biblioteca em objeto de desejo das comunidades escolares, elemento fundamental para consolidá-la na cena escolar e na vida da comunidade.

h) Qualificação dos quadros profissionais: Formação de educadores, gestores das escolas, auxiliares da Biblioteca e Bibliotecários é imprescindível, pois estes profissionais são promotores de elos entre *biblioteca* e *sala de aula*, fundamentais para que a biblioteca escolar extrapole a condição de organismo acessório ao processo de ensino.

i) Instâncias de Negociação: um novo conceito aplicado a um objeto ou fenômeno conhecido, muito provavelmente, encontrará resistências no terreno em todas as etapas do processo – seja da parte de professores, seja de coordenadores –, em face de concepções predominantes e, por vezes, reducionistas de biblioteca escolar. Não é somente a entrada da biblioteca na escola que deve ser negociada, mas, o seu papel no processo de ensino, pois mesmo aqueles que inicialmente se mostrem favoráveis a ela, podem não compreender a dimensão de suas práticas.

j) Avaliação: atividade voltada à verificação de resultados, ela é norteadora da renovação de processos e práticas, na medida em que permite conhecer elementos positivos e negativos da ação. É essencial que, além da satisfação, seja identificado se os objetivos públicos, políticos, pedagógicos e técnicos estão sendo atingidos.

k) Renovação da política: relaciona-se intrinsecamente à *avaliação*, pois seus resultados permitirão o redimensionamento das ações. Medidas para revigorar a política pública serão essenciais, não somente para melhorar processos que se mostrem deficientes, mas também para que a biblioteca escolar acompanhe, em perspectiva crítica e criativa, as transformações que marcam o contexto informacional.

l) Participação Comunitária: é categoria fundamental à política pública em perspectiva democrática, fazendo com que as decisões extrapolem os gabinetes políticos e demais instâncias administrativas do Estado. Necessário que os sujeitos criem vínculos efetivos com a biblioteca escolar, fundamentais a sua consolidação (Viana; Pieruccini, 2015, p. 136-140, grifo dos autores).



Muitas das ações descritas nos artigos analisados neste capítulo podem complementar o ciclo supracitado, como exemplo, o artigo de Zimmermann, Paula e Ohira, (2017), ao descrever as ações realizadas em Santa Catarina em prol das Bibliotecas escolares do Estado, desde a implantação do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB/14) no estado. Em 2023, um segundo artigo relata as ações realizadas entre 2010 e 2023, com vistas à efetivação da Lei nº 12.244/2010 (Trevisol Neto; Pizzorno; Ohira, 2023). Dentre as ações destaca-se: Interlocução com os gestores públicos, Projeto de Lei para criação do Cargo de Bibliotecário nas Escolas; Projeto de Rede de Bibliotecas para as Escolas Públicas Estaduais; assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público; Diagnóstico das Bibliotecas escolares da Rede de ensino estadual e municipal; elaboração e divulgação do modelo de projeto de lei para criação do cargo de bibliotecário; lançamento estadual da Campanha #SouBibliotecaEscolar” desenvolvimento e publicação da metodologia para o mapeamento e diagnóstico de bibliotecas escolares; e colaboração na publicação da cartilha a Biblioteca Escolar, entre outras ações.

Oportuno destacar que nos trabalhos analisados, é possível identificar inúmeras ações que merecem ser divulgadas e implementadas nos estados da federação e nos municípios brasileiros para que as políticas públicas em prol das Bibliotecas escolares tenham avanço. Entre as ações relatadas destaca-se o artigo de Pereira (2018), o qual procurou constatar qual o impacto da Lei nº 12.244 nas ações do estado de Mato Grosso do Sul em direção ao seu cumprimento, ações essas que preconizam resolver a insuficiência de Bibliotecas escolares em todo o estado, dando ênfase à importância do papel dos bibliotecários como gestores das bibliotecas



escolares. Citamos ainda a experiência realizada em Jardinópolis (SP), onde um grupo, desde 2017, trabalha para o cumprimento desta legislação, com a criação da Comissão de Bibliotecas de município, atuando no *advogacy* pelas bibliotecas escolares.

Na mesma linha, Castro Filho e Coppola Junior (2012) propõem, em seu artigo, um modelo às instituições de ensino, destacando-se os padrões mínimos, para existência da biblioteca, bem como aproximar a comunidade escolar desse novo espaço, integrando-se à escola como parte dinâmica de ações educacionais e culturais. Pereira, Rodrigues Sobrinho e Girelli (2020) analisaram se a Lei nº 12.244 está sendo implantada ou em processo de implantação nas quatro prefeituras da Grande Vitória/ES.

3 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS

No presente capítulo estão descritos onze artigos que descrevem ações realizadas em prol do cumprimento da Lei nº 12.244/2010, agrupados em:

- a) ações realizadas em nível de Brasil;
- b) ações realizadas em estados da federação;
- c) ações realizadas em municípios brasileiros.

Os artigos estão referenciados e analisados por ordem decrescente, considerando a data de sua publicação, isto é, dos mais recentes para os mais antigos. Foram transcritos os resumos originais de cada artigo, nos quais foram observados o tema, os objetivos, a metodologia e os resultados expressos nesses registros. Entretanto, para ampliar a compreensão da discussão sobre o assunto tratado, em muitos foram acrescidos frases, parágrafos e informações do



texto original, com o objetivo de expandi-los, e assim fornecer informações mais detalhadas das pesquisas.

3.1 Ações realizadas em nível de Brasil

Dentre as pesquisas que tratam de ações em prol do cumprimento da Lei nº 12.244/2010, dois artigos discorrem sobre ações realizadas em nível de Brasil. O artigo de Siqueira *et al.* (2021) “Panorama da Biblioteca escolar no Brasil”, que identificou quais as legislações e ações que amparam a atuação das bibliotecas escolares. Na mesma linha, Resende e Lima (2021), no artigo intitulado “A legislação da biblioteca escolar nos estados pós Lei 12.244”, levantaram, em todos os estados da Federação, se eles criaram legislações específicas que amparam a Biblioteca Escolar.

Siqueira *et al.* (2021) abordam o “**Panorama da biblioteca Escolar no Brasil**”, o artigo foi escrito a partir do levantamento das legislações e ações realizadas nos estados da Federação. Objetivou-se arrolar as legislações e ações das bibliotecas escolares brasileiras, com vistas à criação e manutenção desses espaços. Para isso, primeiramente, contextualizou a história da biblioteca escolar no Brasil, apresentando, em seguida, as legislações e ações que envolvem a biblioteca escolar, em âmbito internacional e nacional. Quais são as legislações e ações que amparam a atuação das bibliotecas escolares no contexto brasileiro, enquanto parte integrante da escola e em prol do cumprimento do seu papel social? Quanto à metodologia, a investigação usou as pesquisas qualitativa, descritiva, documental e bibliográfica. Constata que existe uma série de ações em torno da importância e da universalização das bibliotecas escolares no Brasil. Destaca-se que tais acontecimentos se intensificaram por parte do poder público a partir das vésperas do vencimento do prazo para implantação da Lei nº 12.244/2020, quanto à sociedade civil, observa-se uma mobilização lacônica, em torno das questões da biblioteca escolar e sua valorização junto ao sistema de ensino. Por outro lado, apesar da série de ações em torno da importância e da universalização das bibliotecas



escolares, em nível brasileiro, necessita-se intensificar as reflexões. Conclui-se ressaltando a necessidade do Poder Público, em parceria com o CFB e a sociedade, de trabalhar em prol do fortalecimento das bibliotecas escolares, gerenciadas por profissionais qualificados, pois só assim as ações oferecidas por essas unidades informacionais dar-se-ão qualitativamente. Posto isso, cabe ao poder público garantir a criação e aplicação de normativas eficazes que permitam a biblioteca escolar cumprir seu papel em prol do processo ensino-aprendizagem. Apesar dos notórios esforços do CFB, no sentido de regulamentar e garantir que esses espaços sejam devidamente reconhecidos, valorizados e ocupados por profissionais qualificados, seja a partir do lançamento de instrumentos normativos ou de ações fiscalizadoras, esses ainda não são suficientes para garantir a atuação desse espaço informacional de forma qualitativa. Observa-se com frequência a falta de conhecimento e conscientização por parte do poder público, do sistema educacional e em especial, por parte da sociedade em geral, quanto à importância e atuação das bibliotecas escolares para o fomento da missão das escolas e garantia da formação de seres humanos reflexivos e críticos, isto é, na formação de cidadãos críticos. Considera-se esse estudo relevante para a comunidade científica, pois, por meio dele, tornar-se-á possível não só conhecer a legislação que ampara as bibliotecas nas escolas, mas também conhecê-la sob um outro olhar. (<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1754>)

Para Santos, Resende e Lima (2021), no artigo **“A legislação da biblioteca escolar nos estados pós Lei 12.244: o que mudou?”**, a Lei é um marco em prol da biblioteca escolar, que objetiva universalizar espaços, serviços e materiais informacionais nas instituições de ensino público e privado do Brasil. Por meio de pesquisa exploratória, bibliográfica e documental e qualiquantitativa, objetiva-se, neste trabalho, a verificação a respeito da ampliação da legislação em prol da biblioteca escolar nos estados brasileiros. A primeira etapa da coleta de dados foi o envio de um e-mail para as 14 unidades dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia existentes, para identificar a existência de leis e/ou decretos relacionados à biblioteca escolar em seus estados representados. A segunda etapa foi a pesquisa nos sites disponíveis dos conselhos que não encaminharam a resposta no primeiro contato. A terceira etapa se deu com o levantamento dos dados pela pesquisa de legislações que beneficiam as bibliotecas



escolares, levando em consideração ações estipuladas em seu escopo. Foi realizada pesquisa com a palavra-chave “Biblioteca Escolar”, no site da Casa Civil, dos estados brasileiros. Os Conselhos Regionais de Biblioteconomia, em resposta, enviaram levantamentos que também contribuíram no alcance dos resultados demonstrados na pesquisa. O levantamento também foi realizado em bibliotecas *on-line* e sites de pesquisa (Câmaras e Assembleias legislativas estaduais, Conselhos regionais de educação etc.) que continham legislações referentes aos termos: “biblioteca”, “bibliotecas escolares” e demais temas relativos. As legislações em prol da Biblioteca Escolar não sofreram grandes incrementos após a promulgação da Lei 12.244. Sendo assim, inferimos que a aplicabilidade das legislações está longe de ter seu cumprimento na prática. Há muitas determinações em benefício da biblioteca escolar, e da educação em geral, que não são atendidas ao se verificar os fatos reais. Conclui e comprova, em relação à hipótese levantada, que a adesão à Lei 12.244 ainda não é uma realidade, porém, percebe-se um aumento de legislações complementares que amparam a biblioteca escolar. (<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1490>)

3.2 Ações realizadas em Estados do Brasil

Dos onze artigos que abordam o tema, cinco apresentam ações em prol do cumprimento da Lei n° 12.244, em âmbito estadual, destacando-se as ações realizadas nos seguintes estados: Paraíba, Rio Grande do Norte; Mato Grosso; e duas pesquisas no estado de Santa Catarina.

No relato intitulado “**As ações do Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região em prol das Bibliotecas Escolares**”, os autores Trevisol Neto, Pizzorno e Ohira (2023) descrevem as ações do CRB-14 para a efetivação da Lei 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país a partir da sua promulgação. Partiu dos seguintes questionamentos: Quais foram as ações desenvolvidas pelo CRB/14 no estado, a fim de efetivar a Lei 12.244/2010? O que o CRB-14 fez entre 2010 e 2023? Apresenta uma abordagem qualitativa e descritiva,



utiliza as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, tendo como foco da análise a jurisdição de Santa Catarina no período de 2010 a 2023. Dentre as ações descritas destacam-se as seguintes: Assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público de Santa Catarina; publicação dos resultados das pesquisas, “Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina” e “Retrato das Bibliotecas da Rede de Ensino Municipal de Santa Catarina, cujos resultados foram enviados ao MPSC para compor o inquérito civil, aberto em 2017. Elaboração e divulgação do modelo de projeto de lei para criação do cargo de bibliotecário para municípios e estados, considerando que muitos municípios alegaram não existir o cargo nas pastas de educação ou cultura, aspecto que fundamenta a necessidade de melhorias nas bibliotecas escolares das unidades de ensino em SC; lançamento estadual da Campanha #SouBibliotecaEscolar”, na Feira do Livro de São José - SC; apresentação no 29º CBBD do trabalho Metodologia para o mapeamento e diagnóstico de bibliotecas escolares: relato de experiência do CRB-14; colaboração na publicação da cartilha a Biblioteca Escolar, entre outras ações. Os esforços empreendidos até o momento resultaram diretamente na abertura de 59 vagas para bibliotecários na Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e a contratação de 10 bibliotecários na Rede de Bibliotecas Escolares e Comunitárias da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Evidencia a importância dos conselhos profissionais e atuação conjunta com o Ministério Público, as associações de classe, profissionais e pesquisadores, para a execução e o cumprimento da Lei 12.244/2010. (<https://revista.acbasc.org.br/racb/article/view/2054>)

Para Rebouças e Tanus (2021), no artigo **“Análise das fiscalizações do Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região”**, é imprescindível trazer para a discussão o papel do Conselho Regional de Biblioteconomia, uma vez que cabe a ele a missão de orientar e fiscalizar o exercício da profissão de bibliotecário, no âmbito de sua jurisdição, bem como contribuir para o desenvolvimento biblioteconômico. Portanto, destaca-se o quanto as atividades de fiscalização podem contribuir para o cumprimento da Lei nº 12.244/2010. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivo analisar as fiscalizações do Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-15), com jurisdição nos estados da Paraíba e Rio Grande do Norte. O levantamento dos dados ocorreu no período de 2012 a 2019, com o olhar



também para a questão da fiscalização das bibliotecas escolares que se tornaram obrigatórias nas instituições de ensino públicas e privadas de todos os sistemas do ensino do país, desde a promulgação da Lei nº 12.244/2010. Para o desenvolvimento da pesquisa foi solicitado ao CRB-15 uma listagem das fiscalizações realizadas a partir do ano de 2010. Contudo, como o CRB-15 foi inaugurado em 2007, as atividades de fiscalização só começaram no ano de 2012, com a contratação da primeira fiscal. Dos principais resultados alcançados quanto às fiscalizações, há uma clara concentração no estado da Paraíba e do universo de 643 visitas fiscalizatórias, significativa quantidade foi predominante em bibliotecas escolares. Porém, as pesquisas evidenciaram, no contexto majoritário das escolas, tanto de cunho municipal como estadual, que há poucas bibliotecas e, nas existentes, comprovam a cultura arcaica e obsoleta de que a biblioteca escolar ainda continua. Ainda com relação aos resultados, identificou-se que inúmeros são os desafios desse processo fiscalizatório; uma significativa proporção de visitas realizadas a instituições sem bibliotecas, em sua maioria em escolas da rede estadual e municipal de ensino. Além disso, constata-se uma certa descontinuidade do processo fiscalizatório sem o acompanhamento contínuo dos casos, assim, conclui-se propondo algumas melhorias nos processos de registros e de fiscalização. Identificou-se que a Lei nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010) foi mencionada em pequena quantidade nos registros e resultados dos autos. Cabe aqui destacar que, tendo em vista que a Lei nº 12.244/2010 previa que a universalização seja efetivada num prazo máximo de dez anos, portanto, foi em 2020. (<https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/169>)

O artigo **“A Lei 12.244/2010 e seus desdobramentos no estado de Mato Grosso do Sul”**, da autoria de Pereira (2018), objetivou investigar a aplicação e o cumprimento da Lei nº 12.244/2010. Para efeitos desta pesquisa, estabeleceu-se o cenário público como *locus* para a pesquisa, especificamente, a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Passados seis anos da promulgação da lei citada, a qual determina o ano de 2020 para seu cumprimento, questiona-se quais têm sido as ações desencadeadas pelo governo Sul-Mato-Grossense em função de sua implementação e, conseqüentemente, universalização das bibliotecas escolares no Estado. Assim sendo, o estudo procurou constatar qual o impacto da referida lei nas ações do Estado em direção ao seu cumprimento, ações essas



que preconizam resolver a insuficiência de bibliotecas escolares em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, dando ênfase à importância do papel dos bibliotecários como gestores das bibliotecas. Os dados coletados são oriundos da aplicação de entrevista semiestruturada, aplicada ao superintendente de educação, identificado como sujeito da pesquisa. Percebeu-se que há um caminho longo a se percorrer no que tange ao cumprimento da lei objeto de estudo desta pesquisa, pois, como percebido, são poucas as ações que se dirigem ao cumprimento da lei, como também, faltam às escolas do Estado infraestruturas e profissionais para a criação das bibliotecas escolares e sua efetiva gestão, uma vez que a quantidade de bibliotecas não chega a 50% do total de escolas que o Estado possui, e há apenas três bibliotecários no quadro de pessoal do Estado. Foi possível perceber, também, que o sujeito da pesquisa possui boa concepção em torno do papel das bibliotecas na escola, sobretudo em relação ao processo de leitura e letramento, mas, concepção essa, que não encontra sustentação política para sua materialização nos ambientes das escolas. É tímida a reação do governo Sul-Mato-Grossense a esse respeito, pois não há políticas públicas desenvolvidas para esse fim. Ressalta-se, por fim, que a existência de bibliotecas nas escolas não é mais uma escolha do Estado, é um direito dos cidadãos deste país, portanto, estabelecer efetivo diálogo com o Estado a partir de instituições que zelam pelos direitos individuais e coletivos é uma condição necessária para que o assunto esteja nas pautas do governo estadual. (<https://doi.org/10.21747/21836671/pag9a5>)

Os autores Zimmermann, Paula e Ohira (2017), do artigo intitulado **“Avanços, perspectivas e limitações da Lei 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura e ações dos órgãos de classe do Estado de Santa Catarina”**, definiram como objetivo geral analisar as reações à promulgação da Lei 12.244/2010, ponderando seus avanços, perspectivas e limitações. Os objetivos específicos são: i) identificar os artigos de periódicos oriundos do meio acadêmico e profissional, publicados a partir da Lei 12.244; ii) descrever as ações dos órgãos de classe do Estado de Santa Catarina com vistas à aplicabilidade da Lei. O levantamento dos artigos de periódicos foi realizado em consulta às bases de dados *on-line* LIBES, BRAPCI, SciELO e Google Acadêmico. Buscou-se, por meio da análise dos textos, identificar a aplicabilidade da Lei, no sentido de verificar os avanços, as perspectivas e as suas limitações. Apresenta os resultados



da análise de artigos de periódicos publicados a partir da promulgação da Lei no 12.244/2010, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Aborda sobre o papel, a missão e a função da Biblioteca Escolar e as atribuições do Bibliotecário na escola. Complementa-se o artigo com a descrição das ações realizadas em Santa Catarina em ações conjuntas do Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB/14, com a Associação Catarinense de Bibliotecários (ACB) e os cursos de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), no sentido de fazer cumprir a Lei no 12.244/2010. Dentre as ações há as seguintes: Interlocução com a Secretaria de Estado da Educação, Projeto de Lei para criação do Cargo de Bibliotecário nas Escolas; Projeto de Rede de Bibliotecas para as Escolas Públicas Estaduais; assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Ministério Público do Estado; Diagnóstico das Bibliotecas Escolares; e Programa de Apoio às Atividades de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Biblioteconomia (PAFIS). Conclui-se, com a identificação dos avanços, das perspectivas e das limitações da Lei 12.244/2010, que a criação da referida Lei é um grande avanço para o setor, porém, sua eficácia ainda deve ser comprovada, e medidas devem ser tomadas, principalmente no setor público. Esta pesquisa poderá subsidiar as futuras interlocuções e contribuir na condução de um debate mais efetivo nas diferentes esferas públicas. (https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1305/pdf_1)

Carvalho (2017), no seu artigo **“Um olhar sobre a legislação profissional de Biblioteconomia e sua relação com as bibliotecas escolares”**, apresenta uma revisão de literatura sobre a legislação de bibliotecários do Brasil e traz a discussão sobre a legislação que possibilita a efetivação de realização de concurso público para o estado da Paraíba e para a cidade de João Pessoa, inserindo neste contexto a Lei 12.244/10, a qual trata da universalização das bibliotecas escolares. Esta pesquisa tem como objetivo realizar uma revisão de literatura, buscando reunir o contexto histórico acerca da legislação de Biblioteconomia Brasileira, vinculando à necessidade do profissional estruturado legalmente com relação ao exercício de sua função em bibliotecas escolares, a partir da Lei 12.244/10, focando especialmente nos desafios enfrentados no estado da Paraíba e no município de João Pessoa. Dessa forma, caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, tendo como base levantamentos em diversas fontes



informativas como: bases de dados, sites de instituições e entidades ligadas à área da biblioteconomia, em especial a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários (FEBAB) e o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), além de livros e periódicos impressos e *on-line*. A legislação bibliotecária é fundamental para garantir o efetivo exercício fundamentado nos direitos e deveres dos profissionais. Na área da Biblioteconomia, os profissionais são reconhecidos por lei, mas ainda falta muito a ser conquistado, tendo em vista que o reconhecimento pleno de sua importância pela sociedade ainda precisa de muitas lutas, possibilitando o fortalecimento da área e do profissional, garantindo um mercado de trabalho de forma segura. Em se tratando de referencial teórico, esta revisão de literatura traz um contexto histórico sobre a legislação bibliotecária, perpassando desde a regulamentação da Lei 4.084/62, ao Código de Ética até a Lei 12.244/10 que garante a obrigatoriedade da existência de bibliotecas e bibliotecários em escolas da rede pública e privada. Busca refletir ainda sobre a legalização do Bibliotecário enquanto profissional de nível superior no Estado da Paraíba e no município de João Pessoa. No estado da Paraíba, em especial no município de João Pessoa, as lutas pelas entidades e curso de Biblioteconomia foram significativas nas conquistas da Classe até os dias atuais. Contudo, ainda tem muito que ser realizado, sobretudo quando se trata de legislação. Nesse sentido, a criação legal do Sistema de Bibliotecas Públicas e Escolares no estado da Paraíba e no município de João Pessoa é mais um instrumento legal que fundamenta e cria a demanda no mercado de trabalho, dessa forma, os profissionais devem aproveitar o momento conjuntural pelo qual passa a área da biblioteconomia, no que se refere à implantação da Lei 12.244/10 no município e no estado, para construir bases estruturantes no sentido da efetiva aplicabilidade desta lei. (<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/38572>)

3.3 Ações realizadas em municípios

Destacam-se quatro artigos que relatam ações de políticas públicas realizadas em Municípios Brasileiros, com o objetivo de verificar se a Lei nº 12.244/2010 está sendo implantada ou em processo de implantação. Identificaram-se os seguintes relatos: a pesquisa realizada



nos municípios da grande Vitória, no Espírito Santo; no município de Jardinópolis, estado de São Paulo; na Rede Escolar de Bibliotecas Interativas da cidade de São Bernardo do Campo; e no município de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo.

A pesquisa **“As ações de implantação da Lei nº 12.244/2010 nos municípios da Grande Vitória/ES”**, da autoria de Pereira, Rodrigues Sobrinho e Girelli (2020), objetiva analisar se a referida Lei está sendo implantada ou em processo de implantação nas quatro prefeituras da Grande Vitória/ES, tendo em vista que o prazo para efetivação está se encerrando. Essa questão despertou interesse, pois o Governo Federal tem dedicado esforços para melhorias da educação. A biblioteca escolar, que está inserida nesse espaço, tem leis que a beneficiam, porque faz parte do processo de ensino-aprendizagem do aluno. Por meio de visitas *in loco* e por ofício enviado às Secretarias de Educação, busca-se conhecer a realidade das bibliotecas. Optou-se por escolher os quatro municípios com maior número de população da Grande Vitória/ES e dentro de um raio de distância de até 50km, o que facilitaria a visita às unidades de ensino. Assim, o campo de pesquisa é formado pelas escolas dos municípios: Serra, Vila Velha, Cariacica e Vitória (capital). Paralelamente à pesquisa de campo, foi enviado um ofício a cada secretário de Educação, com o intuito de ouvir quem tem poder de voz e voto, com o seguinte questionamento: “Quais são as ações que a Secretaria de Educação está efetivando para a implantação da Lei nº 12.244/2010?” O estudo constatou que somente duas prefeituras têm efetivamente caminhado para a implantação da Lei nº 12.244/2010. Destaca-se que no Espírito Santo, concursos públicos para a área de Biblioteconomia na rede estadual de ensino não ocorrem há a mais de 35 anos. Na Sedu/ES não há o reconhecimento da necessidade desse gestor nas bibliotecas existentes. Ainda que essa Lei represente um grande avanço na busca da qualidade do ensino, percebe-se que não deve ser considerada uma garantia efetiva da execução de práticas educacionais que contemplem as necessidades específicas dos estudantes nos ambientes escolares do nosso país. Dessa forma, a falta de boas bibliotecas com a mediação do profissional nas escolas acaba por empurrar o nosso leitor em potencial, para um longo e enfadonho abismo cultural e tecnológico. (<https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/19810>)



O artigo **“Advocacy por bibliotecas escolares: a experiência de Jardinópolis, SP”**, da autoria de Araújo (2019), mostra a *advocacy* pelas bibliotecas na pequena cidade do interior paulista, **Jardinópolis**, cidade localizada no interior do estado de São Paulo, com população estimada em 43.774 habitantes. Com a promulgação da Lei 12.244/2010, que universaliza bibliotecas em instituições de ensino, a sociedade ansiava para que toda escola tivesse, enfim, biblioteca. Desde 2017 um grupo reuniu esforços para cumprimento desta legislação; com o legislativo e executivo municipal formou-se a Comissão de Bibliotecas de Jardinópolis, que atua no *advocacy* pelas bibliotecas escolares. Neste trabalho é exposto o caso específico pela efetivação da universalização das bibliotecas escolares (Lei nº 12.244/2010) e da presença de bibliotecários nas bibliotecas (Lei nº 9.674/1998) das escolas de ensino fundamental do município. Descreve brevemente a atuação do Coletivo neste período (2017-2019) para alcance de resultados significativos: presença e voz em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados em Brasília (DF); realização de conferência sobre o tema com especialista; verificação dos locais destinados às bibliotecas nas escolas municipais; elaboração de projeto arquitetônico para as bibliotecas escolares; reforma, adequação e construção das bibliotecas nas escolas; aquisição de mobiliário, equipamentos, livros e *softwares* para gestão bibliotecária; inclusão do cargo de bibliotecário em concurso público; e elaboração do Plano Municipal do Livro, Leitura e Bibliotecas de Jardinópolis/SP (PMLLB), para aprovação da Câmara Municipal e execução pela Prefeitura Municipal. Esse relato de experiência mostra que, de fato, *advocacy* é atuar planejada e estrategicamente para o alcance de resultados. A partir de 2020, o Coletivo pleiteará a estruturação de bibliotecas escolares nas escolas de educação infantil do município e cumprimento da legislação nas escolas privadas, finalizando uma importante etapa em busca de mais cidadania para todos. (<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1355>)

O artigo de Viana e Pierucini (2015), **“Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades”**, apresenta resultados de pesquisa de mestrado elaborada a partir de aspectos que envolvem a problemática da atual situação da biblioteca escolar brasileira e as implicações para o estabelecimento de políticas públicas que alterem de modo significativo o papel dessa instituição no quadro nacional, com a emergência da Lei



Federal n° 12.244/10, que determina a obrigatoriedade da criação de bibliotecas nas instituições de ensino nacionais. Considerado o quadro histórico problemático implicando a biblioteca na escola, o estudo mostrou não apenas a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas ocupadas com a criação de bibliotecas escolares, mas, principalmente, com sua ressignificação, tendo em vista seu papel na Educação, em especial o direito de se informar e as aprendizagens que envolvem os processos de apropriação de informação e cultura. Com o objetivo de conhecer e sistematizar categorias implicadas na implantação de políticas públicas para bibliotecas escolares, a pesquisa – de natureza qualitativa – contemplou uma abordagem de referencial teórico e de estudo exploratório – por meio de entrevistas semiestruturadas – sobre a implantação da política pública municipal levada a efeito na cidade de **São Bernardo do Campo** (SP), que resultou na Rede Escolar de Bibliotecas Interativas (REBI). A REBI surgiu a partir de parceria entre a gestão municipal e o então Programa Serviços de Informação em Educação (PROESI), do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (CBD/ECA/USP), firmada por meio de convênio de cooperação técnico-acadêmica. Como resultado, foram sistematizadas categorias a serem consideradas numa política pública voltada à criação e redefinição da biblioteca escolar em nosso país, sob o paradigma da apropriação cultural, denominada pelos autores do **Ciclo da Política Pública**, que compreende as seguintes ações: a) Vontade política; b) Protagonismo profissional; c) Tempo político; d) Diálogo política-conhecimento-academia; e) Protocolos implícitos e explícitos; f) Visibilidade; g) Construção de novas representações; h) Qualificação dos quadros profissionais; i) Instâncias de negociação; j) Avaliação; k) Renovação da política; l) Participação comunitária. O estudo apontou para a necessidade da implantação de políticas públicas que, além de garantir a ampliação numérica desses dispositivos em nossas escolas, atendem para a inclusão de mecanismos que coloquem a ressignificação à biblioteca escolar como pauta de suas ações. (<https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/354>)

Com o título **“Biblioteca escolar e a Lei 12.244/2010: caminhos para implantação”**, da autoria de Castro Filho e Coppola Junior (2012), o artigo apresenta a situação da biblioteca escolar nas escolas municipais de ensino fundamental de **Ribeirão Preto** (SP), tendo em vista a Lei N° 12.244, de



24 de maio de 2010, que determina a obrigatoriedade das bibliotecas escolares nas instituições de ensino com o bibliotecário, abordando os aspectos básicos da Biblioteca Escolar e da sua importância, bem como o papel do bibliotecário neste contexto. A pesquisa foi elaborada em dois períodos: levantamento bibliográfico e análise documental. A pesquisa bibliográfica sobre o tema biblioteca escolar foi realizada em: publicações de teóricos das áreas de Biblioteconomia e Ciências da Informação; análise de documentos de Instituições Internacionais tais como: “Diretrizes da IFLA/UNESCO para Bibliotecas escolares”, “Manifesto IFLA/UNESCO para Biblioteca Escolar” e “Declaração Política da IASL sobre Bibliotecas Escolares”, que buscou relacionar a problemática das escolas de ensino fundamental com os conceitos e soluções propostas pelos teóricos e instituições internacionais direcionados à biblioteca escolar. Como proposta do artigo, os autores elaboraram um modelo básico para implantação de bibliotecas escolares às instituições de ensino, destacando os padrões mínimos, para existência da biblioteca, bem como aproximar a comunidade escolar deste novo espaço, integrando-se à escola como parte dinâmica de ações educacionais e culturais. O modelo apresentado fundamenta-se nas Diretrizes da IFLA/UNESCO (2006), ao destacar que a qualidade dos recursos da biblioteca depende dos recursos humanos existentes, com número suficiente, a depender da dimensão da escola, sendo composta por bibliotecário e auxiliar de biblioteca, modelo complementado com as considerações de renomados autores da literatura da área de Biblioteca Escolar. Legislação específica, diretrizes e padrões já representam uma realidade para a implantação das bibliotecas escolares, no entanto, o agir dos responsáveis pela educação municipal e o envolvimento da comunidade escolar consolidará essa conquista na rede municipal de ensino de Ribeirão Preto, possibilitando a milhares de crianças e adolescentes o acesso à informação, cultura e cidadania. (<https://revistas.ffclrp.usp.br/BEREV/article/view/102>)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legislação bibliotecária é fundamental para garantir o efetivo exercício fundamentado nos direitos e deveres dos profissionais. Os profissionais são reconhecidos por lei, mas ainda falta muito a



ser conquistado, tendo em vista que o reconhecimento pleno de sua importância pela sociedade ainda precisa de muitas lutas, possibilitando o fortalecimento da área e do profissional e garantindo um mercado de trabalho de forma segura.

Nesse sentido, espera-se que com a criação legal do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), por meio da Lei nº 14.837/2024, haja mais um instrumento que favoreça a implantação e manutenção de bibliotecas escolares nos estados e nos municípios brasileiros, que além de garantir a ampliação numérica desses dispositivos em nossas escolas, pode criar a demanda no mercado de trabalho. Espera-se que com o cumprimento da Lei nº 12.244/2010 e a implantação do SNBE, os profissionais aproveitem o momento conjuntural que passa a área da biblioteconomia, para construir bases estruturantes no sentido da efetiva aplicabilidade desta lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 4.084 de 30 de junho de 1962.** Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4084&ano=1962&ato=8abITT61kMVRVTad8>. Acesso em: 16 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 27 maio 2024.



CFB. **Resolução CFB nº 220/2020, de 13 de maio de 2020.** Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Brasília, DF: CFB, 2020. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 06 mar. 2024.

VIANA, L.; PIERUCCINI, I. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v.8, n. 2, p. 126-143, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/354>. Acesso em: 06 mar. 2024.



Formação e competências do(a) bibliotecário(a): bibliografia comentada

- **Maria Lourdes Blatt Ohira**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14ª Região (CRB-14)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

1 INTRODUÇÃO

O bibliotecário é o profissional que atua em bibliotecas de diferentes tipologias e em outros espaços nos quais é exigida a formação específica para lidar com o tratamento, a organização e disseminação da informação. Para tanto, é requerido dele habilidades e competências que são adquiridas ao longo da graduação e ao ingressar no mercado de trabalho, outras serão incorporadas para o efetivo exercício laboral. Infere-se que, com a promulgação da Lei 12.244/2010, estabelece-se a universalização das bibliotecas em instituições de ensino do país, dessa forma, poderá ocorrer demanda do mercado de trabalho para atuação nas Bibliotecas Escolares (Brasil, 2010).

A escolha sobre a produção que trata de aspectos relacionados à biblioteca escolar decorre do entendimento de que esse espaço é relevante para as instituições educacionais, conforme preconiza a Lei nº 12.244/2010, que estabelece sua universalização nas escolas públicas e privadas brasileiras, dessa forma, infere-se que possa refletir no crescimento das demandas do mercado de trabalho e na



formação dos bibliotecários para atuarem nas bibliotecas escolares (Brasil, 2010).

Diante do exposto, percebe-se nos trabalhos arrolados neste capítulo a preocupação com a formação do bibliotecário, em especial com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação em Biblioteconomia, pela importância da inserção de disciplinas na matriz curricular deles, que atendam as demandas da Biblioteca Escolar no que se refere aos serviços oferecidos, atividades de mediação de leitura e o desenvolvimento de projetos culturais.

Com relação às competências do Bibliotecário para atuar em Bibliotecas escolares, os artigos analisados centram a discussão no perfil do Bibliotecário, com a preocupação se os cursos de graduação preparam o Bibliotecário para ser gestor, técnico e também educador, uma vez que a edição da Lei n° 12.244 criou novas perspectivas no sentido de ampliar o mercado de atuação do bibliotecário, que, de certa forma, exige dele competências específicas e capacitação adequada para atender às demandas advindas do contexto atual.

2 REFLEXÃO SOBRE OS ARTIGOS SELECIONADOS

A partir da análise dos artigos levantados neste capítulo, depreende-se que: a formação do bibliotecário para atuar em bibliotecas escolares requer ações direcionadas para esse espaço educativo, em razão das especificidades do ambiente educacional; bibliotecários com formação em áreas afins, a exemplo de pedagogia, letras e história podem alinhar suas formações para melhor desempenhar suas funções em bibliotecas escolares; a formação do bibliotecário brasileiro continua seguindo o modelo generalista,



sendo poucos os cursos que ofertam componentes curriculares mais específicos para a biblioteca do tipo escolar; a formação do técnico em biblioteconomia ainda requer atenção dos órgãos de classe, em especial no que tange à possibilidade de colaborar no atendimento das demandas criadas pela Lei nº 12.244/10; a formação de bibliotecário oferecida pelos cursos na modalidade EaD favorecem a interiorização da biblioteconomia, auxiliando no cumprimento da referida Lei; as instituições formadoras de bibliotecários necessitam refletir sobre a estrutura curricular, bem como promover discussões inerentes ao profissional que atuará na formação de futuros leitores.

Com relação à **formação do Bibliotecário**, essa acontece a partir do Curso de Bacharel em Biblioteconomia. No Brasil, conforme informações no site da Associação Brasileira de Educação em Ciência da Informação (ABECIN), existem 32 cursos na modalidade presencial e 10 cursos na modalidade a distância (EAD).

Com relação aos cursos na modalidade EaD, Trevisol Neto, Mattos e Silva (2016) identificaram que, em sua maioria, foram criados a partir da Lei nº 12.244/2010, pela necessidade de formar um contingente maior de profissionais e a necessidade de interiorização da biblioteconomia, uma vez que os cursos no Brasil se concentram nas capitais. Complementam que:

observa-se que os cursos na modalidade a distância foram criados por instituições privadas que perceberam um nicho de mercado a ser explorado. Tais cursos abrangem regiões interioranas, suas mensalidades são acessíveis e apostam no crescimento do mercado de trabalho do bibliotecário [...] (Trevisol Neto; Mattos; Silva, 2016, p. 903).

Considerando que os Cursos de Graduação em Biblioteconomia são os responsáveis pela formação do Bibliotecário (a), Guimarães



et al. (2016) analisaram a matriz curricular dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais da região nordeste, para identificar os conteúdos que abordam a Biblioteca Escolar no processo de formação do Bibliotecário, constatando que eles carecem de temáticas que envolvem os aspectos relacionados à formação do profissional para atuar em ambiente escolar e que as mudanças previstas na Lei nº 12.244/2010 podem influir diretamente no processo de formação dos bibliotecários.

Na mesma linha, com o objetivo de verificar como as questões relacionadas com a Biblioteca Escolar estão inseridas nos Projetos Pedagógicos (PP), como uma disciplina obrigatória e ou disciplina optativa, como também, buscar a relação entre disciplinas que contextualizam a biblioteca escolar, Santos e Resende (2021, p. 84) analisaram os PPs dos cursos de Biblioteconomia das Universidades Federais Brasileiras, com a seguinte justificativa:

Entender como se dá a formação de profissionais para atuação em bibliotecas escolares e a figura do Bibliotecário como mediador e ator do desenvolvimento informacional, uma vez que sabe-se da importância das bibliotecas escolares na formação escolar básica e na ampliação das habilidades informacionais dos estudantes em função de uma maior competência leitora e de pesquisa.

Os dados coletados mostram que a região Nordeste é a que mais oferece ofertas de formação específica na tipologia de biblioteca escolar, totalizando oito disciplinas, infere-se que isso se deve ao fato de que a região possui a maior quantidade de cursos. Em seguida, tem-se a região Sul, com quatro disciplinas; região Sudeste com três; centro oeste com duas e região Norte com uma disciplina.

Dentre os artigos que abordam a Formação do Bibliotecário(a), destaca-se o artigo intitulado Perfil dos egressos dos cursos de



Biblioteconomia em Santa Catarina, no período de 2017 a 2022. Verificou-se que alguns egressos cursaram Biblioteconomia como uma segunda graduação, pois já tinham realizado curso de grau superior. Há uma concentração de egressos dos cursos de Administração e Pedagogia que buscaram formação em Biblioteconomia. Os egressos de Biblioteconomia que já possuem formação em Administração, em tese, podem associar sua primeira formação com as atividades de gestão ou cargos de gestão. Já os egressos em Biblioteconomia que já possuem formação em Pedagogia, Letras e História, em tese, podem desenvolver práticas educativas, ações de fomento à leitura, nas bibliotecas escolares, públicas, universitárias alinhando as duas formações. Para os autores, Trevisol Neto *et al.* (2023, p. 17)

[...] depois de graduado o profissional deve buscar uma aprendizagem continuada ao longo da vida, já que na graduação não é capaz de acompanhar as transformações do mundo do trabalho e tecnológicas. Participar de associações profissionais, realizar cursos de curta e longa duração, criar redes profissionais, compartilhar experiências e práticas podem ser meios de redimir os desafios que emergem.

No que se refere às **competências do Bibliotecário**, os artigos analisados mostram que as bibliotecas escolares são espaços essenciais para que os bibliotecários possam colaborar para o desenvolvimento das competências críticas dos alunos, a partir das atividades realizadas por esses profissionais.

Para Filgueira *et al.* (2017), ao se deparar com o espaço da biblioteca escolar e suas inúmeras atividades a serem desenvolvidas, o bibliotecário assume atividades além do processamento técnico (classificação, catalogação, indexação etc.). Entra em pauta o Bibliotecário Gestor, que, de acordo com Silva, (1998 *apud* Filgueira

et al., 2027, p. 843), o responsável deve apresentar algumas das seguintes características para gerir com eficiência uma biblioteca:

- a) ter conhecimento da literatura em geral e, principalmente, do acervo da biblioteca;
- b) fazer a promoção e orientação da leitura;
- c) trabalhar juntamente com os professores para que possam formular sugestões de leitura aos alunos da biblioteca
- d) ter a consciência de que o livro é um objeto de valor cultural que gera conhecimento, e também dar prazeres aos leitores;
- e) saber organizar o espaço para que seja um local acessível e atraente para os usuários, e visando isso, o responsável deve adequar o espaço de acordo com as necessidades e sugestões da sua comunidade escolar;
- f) conhecer um pouco de pedagogia e psicologia, já que são essenciais para auxiliá-los no atendimento e na seleção/aquisição dos materiais do acervo tanto para melhor relação com alunos de várias faixas etárias e para auxiliá-los no atendimento e na seleção e aquisição dos materiais do acervo.

Nessa linha, Fioravante e Cunha (2020), na proposta de uma rede de Bibliotecas para o estado de Santa Catarina, preveem os seguintes perfis: gestor, técnico e educador. O bibliotecário gestor atua na unidade central da Secretaria de Estado da Educação, com a atribuição de manter uma estreita relação com os profissionais das unidades regionais e das escolas, responder pelas bibliotecas perante o órgão central e manter uma relação com os demais setores envolvidos com a educação básica, além de participar dos programas governamentais relacionados às políticas de leitura, pesquisa e de dinamização de bibliotecas. Ao bibliotecário técnico compete conhecer as necessidades das escolas e tratar o acervo das bibliotecas da rede. Ao bibliotecário educador cabe dinamizar o uso das coleções, envolver-se com as atividades culturais, recreativas e de



pesquisa, incentivar os usuários, sobretudo o aluno para a leitura e para o uso da biblioteca, orientá-los sobre o uso das fontes de informação, além do planejamento de atividades didáticas e pedagógicas com o professor e equipe pedagógica.

O cenário atual, dominado pelas Tecnologias de Informação e Comunicação, requer o bibliotecário com habilidades e competências que atendam às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade. Castro Filho (2016) aponta os perfis, as competências e os aspectos sociais do bibliotecário no espaço contemporâneo, destacando as principais atribuições.

- a) Ter consciência do seu papel como agente de transformação social;
- b) Ter a informação como objeto de trabalho e pesquisa;
- c) Elaborar e trabalhar novas metodologias de tratamento da informação;
- d) Participar do planejamento de políticas públicas e de informação para o país;
- e) Otimizar o uso das telecomunicações e das tecnologias de informação para o país;
- f) Ser um profissional aberto e crítico, com capacidade de se adequar às mudanças, uma vez que tanto os suportes informacionais como os canais de acesso, disseminação e transferência da informação estão constantemente em mutação (Castro Filho, 2016, p. 256).

3 APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS SELECIONADOS NA PESQUISA

Nessa perspectiva, esse capítulo apresenta o resumo de sete artigos que tratam da formação e das competências dos profissionais que desempenham suas atividades na biblioteca escolar. Para tanto, esses foram dispostos em ordem decrescente da data de publicação, isto é, dos mais recentes para os mais antigos, agrupados nos seguintes temas:



a) Formação do bibliotecário;

b) Competências do bibliotecário.

Oportuno destacar que foram transcritos resumos originais de cada artigo, nos quais foram observados o tema, os objetivos, a metodologia e os resultados expressos nesses registros. Entretanto, para ampliar a compreensão da discussão sobre o assunto tratado, em muitos foram acrescentadas frases, parágrafos e informações extraídas do texto original, com o objetivo de expandi-los, e assim fornecer maiores detalhes das pesquisas.

3.1 A Formação do Bibliotecário (a)

Assim, inicialmente trataremos de quatro artigos que abordam a formação profissional, assim elencados: A formação do profissional de Biblioteconomia para atuação em bibliotecas escolares (2021); Técnicos em Biblioteconomia: quem são, onde se formam, quem os/as formam e por que são tão necessários/as? (2018); Graduações de Biblioteconomia na modalidade a distância no Brasil (2016); A biblioteca escolar e a formação do bibliotecário: uma reflexão a partir da Lei 12.244 (2016).

A investigação de Santos e Resende (2021), intitulada “**A formação do profissional de Biblioteconomia para atuação em bibliotecas escolares**”, objetivou analisar os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais brasileiras para compreender como ocorre a formação de bibliotecários nas universidades para atuação em bibliotecas escolares. Desse modo, delimitou-se como objetivos específicos: levantar os projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais brasileiras e buscar a relação entre disciplinas que contextualizem a biblioteca escolar. A pesquisa é justificada por dois motivos: o crescimento das demandas do mercado de trabalho com o advento da Lei n. 12.244, de junho de 2010, que estabelece a universalização das bibliotecas em instituições de ensino; compreender como ocorre



a formação de profissionais para a atuação em bibliotecas escolares, considerando a importância das bibliotecas escolares na formação escolar básica e na ampliação das habilidades informacionais dos estudantes, em função de uma maior competência leitora e de pesquisa. A pesquisa parte da hipótese de que a formação realizada pelas universidades federais não é suficiente para atender as especificidades desta tipologia de biblioteca, impactando na formação dos profissionais para atuação em bibliotecas escolares. Para alcançar a pretensão mencionada, a metodologia deste trabalho consiste em uma pesquisa exploratória, utilizando-se de métodos quantitativos para seu desenvolvimento, integrando algumas fases básicas da pesquisa: 1) busca no portal E-mec por cursos de biblioteconomia ofertados pelas universidades federais; 2) análise, a partir dos currículos, de conteúdos acerca da biblioteca escolar; 3) apresentação dos dados identificando os componentes curriculares com temáticas buscadas pela pesquisa e 4) tabulação dos dados por regiões geográficas. Os resultados mostram que: há indícios no qual os cursos de Biblioteconomia das instituições analisadas tendem à formação básica para biblioteca em seus moldes tradicionais e gerais, mas buscam, mesmo que timidamente, acompanhar as mudanças que ocorreram ao longo dos anos, em especial a atuação na biblioteca escolar; a formação acadêmica do bibliotecário, nas universidades públicas federais, dá-se pela oferta de disciplinas específicas e gerais as quais abarcam, pelo menos minimamente, o trabalho a ser realizado nesta tipologia de biblioteca; que a região Nordeste é a que mais oferece disciplinas de formação específica na tipologia de biblioteca pesquisada, totalizando oito disciplinas, seguida da região Sul com quatro; Sudeste com três; Centro-Oeste com duas e o Norte com uma. Pode-se perceber, pela análise dos PPCs, que o bibliotecário tem recebido uma sólida formação generalizada, e que estão cada vez mais procurando uma aproximação das Bibliotecas Escolares, mas essa formação pode e deve ser complementada por cursos de especialização na área, para melhoria profissional e pessoal. (<https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.173390>)

A pesquisa de Romeiro, Viola e Brisola (2018) trata da profissão de **“Técnicos em Biblioteconomia: sua formação, atribuições e inserção no mercado de trabalho”** e foi realizada com o objetivo averiguar as razões que impactaram a formação, reconhecimento e consolidação de profissionais



técnicos em Biblioteconomia no Brasil. Para atender o objetivo, investigam-se as demandas jurídicas e sociais que propiciaram as ações legislativas a favor da regulamentação da profissão de técnico; analisa-se o projeto de lei e a lei sancionada que possibilitaram o reconhecimento da profissão de técnico em Biblioteconomia, além dos aspectos do projeto de lei da Câmara que estende aos professores a função de bibliotecários, apresenta-se, em especial, um contraponto do quantitativo das instituições de ensino que oferecem graduação em Biblioteconomia e analisa-se a formação técnica sob a perspectiva da divisão social do trabalho, discutindo a necessidade de profissionais técnicos/as na Biblioteconomia. A metodologia da pesquisa é quantiqualitativa, caracterizada como bibliográfica e documental. As considerações finais ressaltam que a discussão sobre a formação técnica é um desafio, não somente pelas implicações educacional e trabalhista, mas também pelo impacto social desta categoria, salientando que há impasses referentes à precarização das vagas, na formação e valorização do trabalho em um contexto social, a totalidade desses fatos impactam na existência de técnicos(as), bacharéis e bacharelas, e licenciados(as) em biblioteconomia. Elucida-se que até o presente momento os(as) licenciados(as) em Biblioteconomia, assim como os(as) técnicos(as) não são reconhecidos pelo conselho da área no Brasil. Defendemos a coexistência harmoniosa entre todos(as)os(as) profissionais de Biblioteconomia, uma vez que, a partir da regulamentação da profissão, da necessidade de ampliação da formação técnica e de bacharéis e bacharelas em biblioteconomia, haverá a possibilidade de atender à suposta demanda da Lei 12.244, ou seja, a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. (<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1521/pdf>)

A investigação realizada Trevisol Neto, Mattos e Silva (2016), denominada **“Graduações de Biblioteconomia na modalidade a distância no Brasil”**, buscou analisar os cursos de Biblioteconomia na modalidade a distância em nível nacional, a partir de comparações quanto ao número de polos, vagas ofertadas e mensalidades, carga horária, perfil dos docentes quanto à titulação e formação, bem como o uso das redes sociais como canais de comunicação/divulgação dos cursos. A pesquisa classificou-se como exploratória e descritiva, apresentando uma abordagem quantiqualitativa, utilizando-se da técnica de pesquisa documental. Os dados foram levantados na plataforma do E-mec, nos sites das próprias instituições e



na Plataforma Lattes, no mês de maio de 2016. Os resultados apontam que: existem três cursos privados na modalidade EaD: Universidade de Caxias do Sul (UCS), Universidade Salgado Oliveira (UNIVERSO) e Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ), criados após o ano de 2012; o currículo responsável pela formação dos bibliotecários contempla as disciplinas técnicas e tradicionais da área, além de disciplinas tecnológicas e de caráter complementar; todos indicam o uso de AVA, fornecem material didático e videoaulas; os cursos estão presentes em 26 cidades, com destaque para o da UNIVERSO, a qual tem polos em 8 estados brasileiros; todos indicaram possuir tutores nos quadros dos cursos; os docentes bibliotecários são minoria; expansão do modelo EaD no país e sua aceitação, a inexistência de cursos EaD na área, a necessidade de formar um contingente maior de profissionais em virtude da Lei Federal 12.244, a necessidade de interiorização da biblioteconomia são alguns fatores que contribuíram para o surgimento dos cursos nessa modalidade. (<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1258>)

O estudo de Guimarães *et al.* (2016), intitulado **“A biblioteca escolar e a formação do Bibliotecário”**, objetivou analisar as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais da região nordeste, identificando os conteúdos que abordam a Biblioteca Escolar (BE) no processo de formação do bibliotecário, bem como se buscou refletir sobre as percepções dos envolvidos na pesquisa sobre a Lei 12.244/2010, que trata da universalização das BEs nas instituições de ensino do Brasil, considerando que a edição da referida Lei criou novas perspectivas no sentido de ampliar o mercado de atuação do profissional bibliotecário, que, de certa forma, exige dele capacitação adequada para atender às demandas advindas do contexto atual. É uma pesquisa de natureza qualiquantitativa, na qual se fez uso do método descritivo. Participaram da pesquisa os coordenadores dos cursos de Biblioteconomia (7) e docentes que ministram disciplinas que apresentam relações com a temática investigada (11). Os dados foram obtidos por meio de questionário semiaberto e das informações constantes nos Projetos Político Pedagógicos e nas matrizes curriculares dos referidos cursos. Foram criadas categorias temáticas com o intuito de facilitar a interpretação e as discussões dos resultados. Os resultados permitiram verificar que: os cursos de Biblioteconomia carecem de temáticas que envolvem os aspectos relacionados à formação do



profissional para atuar em ambiente escolar e que as mudanças previstas na referida lei podem influir diretamente no processo de formação dos bibliotecários; as reflexões apresentadas nesse trabalho buscaram desencadear discussões sobre a formação do profissional da informação (bibliotecário) na perspectiva da atuação no âmbito da biblioteca escolar e da Lei 12.244, que trata da universalização das BEs nas instituições de ensino do Brasil; repensar a responsabilidade social na formação desses profissionais ainda é um desafio, principalmente quando se trata de preparar agentes que desenvolverão ações voltadas para a formação do leitor e do usuário de biblioteca; a reformulação na estrutura curricular é um dos primeiros passos para a mudança na educação bibliotecária. https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/RCAP_f4614fa853e00595e6136724e65fd924

3.2 Competências do Bibliotecário Escolar

A atuação profissional em qualquer área do conhecimento demanda a aquisição de competências adquiridas durante o processo formativo. No caso específico da biblioteconomia, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecem um rol de competências a serem adquiridas pelo bibliotecário para o exercício laboral. Esse direcionamento, geralmente é atualizado em razão das transformações sociais (tecnológicas, socioeconômicas e culturais) inerentes ao contexto da contemporaneidade. Desse modo, os três artigos que se seguem analisam as competências inerentes ao bibliotecário no ambiente escolar.

A abordagem sobre a **“A competência crítica em informação na biblioteca escolar para a construção de uma sociedade democrática”** foi efetuada por Fonseca *et al.* (2022), tiveram como objetivo discutir a importância da biblioteca e do bibliotecário escolar, destacando a dimensão da competência crítica em informação. A pesquisa de cunho bibliográfico realizou busca na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), utilizando os termos “biblioteca escolar” and, “competência crítica em informação, explorando o tema a partir da leitura de



textos de autores e autoras associados à temática da biblioteca escolar e da competência da informação, tendo como foco o alinhamento com a competência crítica em informação. Para os autores, as Bibliotecas escolares são um direito assegurado por lei a todos da comunidade escolar, contudo, passados mais de dez anos da publicação da Lei 12.244/2010, elas ainda não foram universalizadas. A existência física da biblioteca não garante que ela se manifeste em toda a sua potência, fazendo imprescindível a presença do bibliotecário escolar. É evidenciado, portanto, que a construção de uma sociedade mais justa e democrática requer a aplicação efetiva da Lei, contando, inclusive, com um programa de desenvolvimento de competência crítica em informação. É de grande responsabilidade o papel do bibliotecário neste ambiente, pois dependerá dele as proposições de ações produzidas dentro da biblioteca que perpassam as atividades de leitura, literatura, pesquisa e desenvolvimento de competências críticas em informação. Os estudantes precisam compreender como lidar com a informação e suas tarefas de buscar, localizar, avaliar, usar, compreender de modo contextualizado e crítico as produções e os efeitos gerados pela informação na sociedade contemporânea. A articulação da biblioteca escolar com a competência crítica em informação potencializa também a dimensão da Biblioteconomia social, que se faz com a presença de bibliotecários ativos, críticos e conscientes do seu papel social. Fica evidente a importância da competência crítica em informação como um dos caminhos para o fazer mais significativo do bibliotecário. (<https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v7i00.2022.78216.1-19>)

Os autores Fioravante e Cunha (2020) no artigo **“Competências do bibliotecário em uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Santa Catarina”**, centram-se no objetivo de refletir sobre a competência desta categoria profissional nas bibliotecas de educação básica, a partir de um modelo de gestão para atender as bibliotecas escolares da rede pública do estado de Santa Catarina. Partindo desse modelo, busca-se ampliar a discussão sobre o papel do bibliotecário diante da perspectiva de abertura e incremento de postos de trabalho nas escolas brasileiras, um quadro que nos leva a levantar algumas questões sobre as competências e atribuições desse profissional quando numa rede escolar. A promulgação da Lei 12.244/2010 que trata da universalização das bibliotecas escolares no Brasil levou a uma mobilização de bibliotecários, com o apoio



de outros profissionais, para que o acesso ao livro e à informação seja disponibilizado à comunidade escolar. O artigo aborda as ações preliminares do projeto de rede de bibliotecas do referido Estado; a demanda profissional e competência, incluindo a necessidade de novas competências profissionais dos bibliotecários no contexto escolar; descreve a demanda, a partir de alguns estudos sobre o assunto e o projeto; discorre acerca das competências apresentadas no projeto e, por fim, discute a interação do bibliotecário com docentes e gestores escolares, a formação profissional, o papel do estado na educação e na biblioteca escolar. Conclui que, quando o assunto é biblioteca escolar, damos-nos conta de que há muito por fazer. A vigência da Lei 12.244/2010 pode trazer mudanças nas bibliotecas escolares brasileiras, mudanças essas que repercutem nas escolas, na vida dos escolares, dos profissionais do ensino e do Bibliotecário. Como apresentado no Projeto de proposta de Rede para bibliotecas escolares de Santa Catarina, há os seguintes perfis para o bibliotecário: **gestor, técnico e educador**. O bibliotecário gestor atuaria na Unidade central da Secretaria de Estado da Educação, o bibliotecário técnico nas Gerências Regionais de Educação e o bibliotecário educador nas unidades escolares distribuídas nos municípios. (<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/52219/31507>)

O artigo de Albuquerque e Tedesqui (2014), intitulado **“Competências profissionais do bibliotecário escolar: reflexões a partir da Lei 12.244/10”**, refere-se ao tripé Biblioteca Escolar, Competências do Bibliotecário e a Lei 12.244/10, que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. Reflete a situação conflituosa da realidade da maioria das Bibliotecas Escolares e a ausência do profissional Bibliotecário. A pesquisa tem como objetivo analisar a importância das competências profissionais desenvolvidas pelo Bibliotecário escolar, propondo-se a discorrer sobre a questão da competência profissional do Bibliotecário Escolar, a fim de evidenciar sua importância neste local, incluindo como parte reflexiva a referida lei, sua relevância e o que ela pode representar para a profissão. Indaga-se qual o pensamento e a visão que os profissionais de Bibliotecas escolares, Bibliotecários, ou não, possuem a respeito da Lei. Utilizou-se a pesquisa exploratória e descritiva e com abordagem qualitativa, sendo que o instrumento de pesquisa consistiu em um questionário, aplicado aos funcionários responsáveis pelas Bibliotecas Escolares



em Bibliotecas de escolas da Zona Oeste e Central da cidade de Londrina (PR), compostas por escolas da rede estadual, municipal e particular. Entre os resultados, destaca-se que os profissionais atuantes nas bibliotecas das instituições investigadas possuem formação superior em variados cursos. De 20 bibliotecas, somente 10 contam com o profissional bibliotecário. Os entrevistados em sua maioria concordam com a importância de um bibliotecário formado e que a concretização da Lei 12.244/10 deverá ser fiscalizada, pois não se encontra regulamentada. Considera-se que o profissional Bibliotecário muitas vezes sofre com os conceitos generalizados por parte daqueles que desconhecem a profissão. Quanto à Lei 12.244/2010, sem dúvida representa uma evolução para as bibliotecas e bibliotecários, pois, sancionada, permite que possamos requerer nossos direitos, em caso da falta de aplicação e efetivação, visto que isso se mostrou como uma grande preocupação, principalmente entre os bibliotecários. Não se deve negar que a maioria dos participantes da pesquisa se mostrou solidário com a melhoria que essa Lei pode oferecer. (<https://doi.org/10.5433/2317-4390.2014v3n1-2p115>)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, é perceptível que os textos revisitados expõem diferentes abordagens relacionadas à biblioteca escolar e aos aspectos inerentes à Lei nº 12.244/2010, a qual universaliza a biblioteca no âmbito do espaço educacional. Cabe frisar que no contexto da biblioteconomia brasileira, a biblioteca escolar é a única tipologia contemplada por uma lei específica, motivo pelo qual é mister empreender esforços para que o referido instrumento legal possa reverberar positivamente no cenário educacional, servindo como elo entre os agentes envolvidos com a formação de estudantes (bibliotecários, diretores, professores, supervisores e orientadores educacionais) e o espaço destinado a atividades diversas relativas ao estudo, à pesquisa, à leitura e às ações culturais.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 06 mar. 2024.
- CASTRO FILHO, C. M. de. Competências, os perfis e os aspectos sociais do bibliotecário na educação. **Revista Digital de Ciência da Informação**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 247-261, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8643650/pdf>. Acesso em: 06 mar. 2024.
- FILGUEIRA, B. L. A.; SILVA, H. S. da; COSTA, F. da S.; SAMPAIO, D. B. Panorama das Bibliotecas escolares municipais da cidade de Juazeiro do Norte: desafios descortinados para a aplicação da lei 12.244/2010. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 840-859, 2017. Disponível em: <https://rbdb.febab.org.br/rbdb/article/view/982>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- FIORAVANTE, E.; CUNHA, M. V. da. As competências do Bibliotecário em uma Rede de Bibliotecas Escolares para o Estado de Santa Catarina, Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52219>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/52219>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- SANTOS, A. P. dos; RESENDE, V. F. de A. A formação profissional de Biblioteconomia para atuação em bibliotecas escolares: retrato das universidades federais brasileiras. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 82-101, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.173390>. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/160997>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- TREVISOL NETO, O.; BLATT OHIRA, M. L.; BEDIN, J.; VARVAKIS, G. Perfil dos egressos dos cursos de Biblioteconomia em Santa Catarina (2017 e 2022). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://rbdb.febab.org.br/rbdb/article/view/1964>. Acesso em: 17 jul. 2024.
- TREVISOL NETO, O.; MATTOS, M. de C. do C.; SILVA, M. C. da R. F. da. Graduações de biblioteconomia na modalidade a distância no Brasil: dados iniciais de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 903-915, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1258>. Acesso em: 16 mar. 2024.



Bibliotecas escolares e a Lei nº 12.244/2010: mapeamento de artigos de periódicos¹

- **Maria Lourdes Blatt Ohira**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14º Região (CRB-14)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **Orestes Trevisol Neto**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Conselho Regional de Biblioteconomia 14º Região (CRB-14)
- **Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)

1 INTRODUÇÃO

Em maio de 2023, a Lei nº 12.244/2010, que trata da universalização das bibliotecas escolares no Brasil, completou 13 anos de sua promulgação. Assim, ao longo de uma década, foi oportunizado às instituições públicas e privadas a criação e adequação deste espaço na escola. No ano de 2020, expirou o prazo de adequação e, infelizmente, o poder público não efetivou plenamente a legislação na rede pública e privada de ensino (Ohira *et al.*, 2023). Portanto, há um caminho longo a se percorrer no que tange ao seu cumprimento, já as escolas brasileiras carecem de profissionais habilitados para a criação/readequação das bibliotecas escolares e sua efetiva gestão.

1 Parte do trabalho foi apresentado 7mas Jornadas de Bibliotecología: Intercambio y Reflexión Acerca de la Investigación. La Plata, Argentina no período de 17 a 19 de abril de 2024.



Oliveira (2019) aponta alguns dos desafios a serem superados nas escolas públicas, como previsão orçamentária, mão de obra com formação especializada, além da inserção dos cursos de Biblioteconomia e de instituições de Classe no debate da Referida Lei. Fica evidente um quase silenciamento no âmbito da pós-graduação em Ciência da Informação, acerca da temática sobre a Lei da biblioteca escolar.

Tal evidência é confirmada, pois quando pesquisado na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (Oasisbr), utilizando a expressão de busca “Lei 12.244/2010” OR 12.244, foram recuperadas apenas uma tese e três dissertações, sendo elas: “A aplicação da Lei n°. 12.244/2010 na rede pública municipal de ensino fundamental de Niterói: situação e perspectivas das bibliotecas escolares” (Costa, 2016), “Biblioteca escolar sul-mato-grossense: cenários e perspectivas” (Pereira, 2019), “Biblioteca escolar e regime de informação: a Lei n° 12.244/2010 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários” (Oliveira, 2019), “Adoção da Lei 12.244, de maio de 2010, na concepção dos profissionais da educação e bibliotecários” (Barcellos, 2020).

Diante desse cenário, no ano de 2022 o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) em parceria com os Conselhos Regionais de Biblioteconomia lançaram a campanha nacional #SouBibliotecaEscolar, a fim de sensibilizar a sociedade civil. Esse movimento macro resultou em articulação política em diversos estados, com audiências públicas e com o lançamento da campanha nas cidades de São Paulo, Florianópolis, Porto Alegre, Curitiba, São Luiz, Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro. Outro reflexo desse movimento resultou na publicação da cartilha Biblioteca Escolar organizada pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB), Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-6) e Conselho



Regional de Biblioteconomia (CRB-14), cujo conteúdo reúne legislação, resoluções que apresentam os parâmetros mínimos, orientações acerca da biblioteca escolar e um projeto de lei que cria o cargo do bibliotecário, no caso de municípios e estados que ainda não possuem no seu quadro de profissionais.

Conforme já contextualizado, a Biblioteca Escolar tem sido discutida com mais intensidade no âmbito da Biblioteconomia a partir da implementação da Lei nº 12.244/2010 (Kafer; Vieira, 2024; Ohira *et al.*, 2023), sendo abordada em projetos de pesquisas, atividades extensionistas, dissertações, teses, comunicação em eventos. Partindo dessa evidência, este estudo tem como problemática a seguinte indagação: a Lei 12.244/2010 refletiu discussões na produção acadêmica, em específico a publicação de artigos em periódicos científicos? Assim, o objetivo geral deste capítulo é analisar os artigos publicados em periódicos científicos da Biblioteconomia e Ciência da Informação acerca da Lei 12.244/2010 entre 2010 e 2023. Como objetivos específicos foram definidos os seguintes:

- a) categorizar os temas em evidência que abordam a Lei nº 12.244;
- b) identificar os autores(as) envolvidos na produção dos artigos e seu vínculo institucional;
- c) mapear os periódicos utilizados para comunicação dos artigos;
- d) comentar as bibliografias por meio dos eixos temático.

Estudos que analisam a produção científica em contextos específicos são tradicionais no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma vez que permitem mapear características e tendências de determinada área do conhecimento. Nessa linha, foram identificadas pesquisas que focaram a produção intelectual acerca da biblioteca escolar.



Pasquim (2016) analisou a produção de conhecimento acadêmico-científico sobre biblioteca escolar em nível de pós-graduação (dissertações e teses), abordando a história da biblioteca escolar no Brasil, entre 2001 e 2012, e constatou a escassez das pesquisas históricas sobre biblioteca escolar.

Silva e Oliveira (2017) lançaram olhares sobre a produção científica do tema Incentivo à Leitura em Bibliotecas escolares, publicada em periódicos científicos brasileiros. A pesquisa resultou em 69 artigos publicados em 12 periódicos científicos em Biblioteconomia, com destaque para o periódico Biblioteca Escolar em Revista.

Oliveira e Rodrigues (2018) verificaram a abordagem da temática Biblioteca escolar presente nos Grupos de Pesquisa cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Entre os resultados, evidenciaram que a produção científica é realizada principalmente em artigos de periódicos e em coautoria, evidenciando-se assim a pesquisa colaborativa que acontece entre os pesquisadores dos grupos, mas em maior número com pesquisadores que não pertencem a grupos de pesquisa.

Outra pesquisa que merece destaque é a de Kafer e Vieira (2024), as autoras investigaram os artigos de periódicos e as comunicações em eventos sobre a Lei nº 12.244/2010 e relacionaram com a situação das bibliotecas escolares. Entre os achados da pesquisa, destaca-se: “[...] a) Biblioteca Escolar e seus aspectos teórico-históricos; b) Biblioteca Escolar e atuação profissional da formação à atuação; c) Biblioteca Escolar e políticas públicas; e d) implementação e diagnóstico” (Kafer; Vieira, 2024, p. 7).

Por fim, a justificativa deste estudo recai na interlocução necessária entre as universidades, aqui representadas pelos cursos de graduação e pós-graduação e a sociedade civil, no que se refere às



pesquisas que relacionaram à referida lei com a realidade das escolas brasileiras. Entende-se ser primordial suscitar discussões e, conseqüentemente, implementar a legislação vigente. Não basta a existência de leis e outras regulamentações, é necessário um agir coletivo da universidade, conselhos profissionais, associações de classe e, principalmente, da sociedade civil para que a lei não fique no texto.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, sua abordagem é classificada como mista e faz uso da técnica de pesquisa bibliográfica e documental. O *corpus* da pesquisa é constituído por artigos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais, em português, no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, entre 2010 e 2023, totalizando 13 anos.

Para o levantamento dos artigos publicados nos periódicos recorreu-se à Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci). A busca na BRAPCI foi realizada pelos seguintes termos (“Lei 12.244/2010” OR 12.244) nos campos de busca: título, resumo e palavras-chaves, assim os artigos que não possuíssem tais termos, nos campos mencionados, não foram considerados. Completou-se o levantamento no Google Acadêmico, onde foram identificados artigos publicados em periódicos com relação à área da Biblioteconomia e Informação. No total foram recuperados 51 artigos. Após a leitura do título, resumo e palavras-chaves foi desconsiderado um artigo, por se tratar de relatório de evento. Portanto, o *corpus* documental é formado por 50 artigos. O levantamento bibliográfico ocorreu em janeiro de 2024. A bibliografia recuperada pode ser consultada no Apêndice A do livro.



Para analisar os temas abordados, após a leitura dos artigos na íntegra, foram criadas cinco classes gerais:

- a) políticas públicas: análise e reflexão da Lei nº 12.244;
- b) políticas públicas: ações para cumprimento da Lei nº 12.244;
- c) diagnósticos de bibliotecas escolares;
- d) bibliotecas escolares: concepção e organização;
- e) formação e competência do(a) bibliotecário(a).

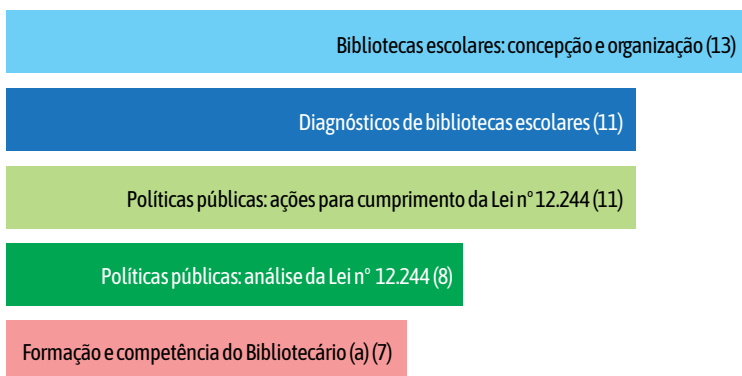
Nas classes foram abordados e sintetizados os principais aspectos presentes no texto, apresentados nos resultados.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados são apresentados de acordo com a ordem dos objetivos supracitados. Inicialmente, na Imagem 1, estão as cinco classes com o total de artigos.

IMAGEM 1 – Categorização temática dos artigos entre 2010-2023

Categorias temáticas



FONTE: Elaborado pelos autores, 2024.



A seguir as cinco classes são apresentadas, pela ordem de importância da Imagem 1.

3.1 Bibliotecas escolares: concepção e organização

Treze artigos (26%) foram agrupados da seguinte forma: i) concepção e organização de Biblioteca escolar, destacam-se as seguintes: a pesquisa de Nunes e Gonçalves (2019) investiga a representação da biblioteca no contexto da escola como organização educacional e de aprendizagem; Oliveira e Rodriguez (2018) abordam a constituição teórico-metodológica da biblioteca escolar para conhecer a contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq no campo da Ciência da Informação; Sousa e Lindoso (2016) apresentam uma proposta que pode ser uma alternativa para motivar e melhorar a visão da população em relação à biblioteca escolar. E, finalmente, o artigo de Campello *et al.* (2011) apresenta os parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras, elaborado pelo Grupo de estudos em Biblioteca escolar da escola de Ciência da Informação (UFMG). Esse documento fundamentou a Resolução CFB 220/2020 que “dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares” (CFB, 2022).

A partir da definição dos Parâmetros para bibliotecas escolares proposto por Campello *et al.* (2011, p. 111), os autores apresentam três pontos para reflexão:

- a) é importante que os bibliotecários brasileiros percebam estes parâmetros como um instrumento inovador para criar e aperfeiçoar bibliotecas escolares que sejam verdadeiramente espaços de aprendizagem;
- b) o desenvolvimento destes parâmetros constitui um ponto de partida para ações que levem à melhoria da qualidade das bibliotecas escolares brasileiras;

- c) o processo de implementação destes parâmetros pode ser uma oportunidade para que a classe bibliotecária se una em torno de objetivos comuns que darão maior visibilidade à profissão.

No grupo ii) Bibliotecas escolares e salas de leitura; Santos (2018) apresenta um estudo de caso sobre a funcionalidade da sala de leitura em uma escola pública da região metropolitana de São Paulo. A pesquisa de Trindade e Lima (2013) tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca das bibliotecas escolares e salas de leitura no contexto educacional brasileiro. Para os autores,

Bibliotecas escolares e salas de leitura desenvolvem importantes papéis nas escolas sendo, porém, necessária a distinção das atribuições de tais espaços que desempenham funções distintas, mas que conversam entre si. [...] Observou-se a existência de uma confusão conceitual quanto as bibliotecas escolares e as salas de leitura nos documentos legais e políticas públicas sobre o tema no qual se referem a ambas como sinônimos, o que implica em uma série de dificuldades e equívocos para o a identificação e regulamentação desses espaços (Trindade; Lima, 2013, p. 35).

Com base na consulta realizada na literatura especializada, bem como nos documentos e legislações nacionais e internacionais sobre o tema, os autores supracitados identificaram algumas das principais características que podem contribuir na identificação e na diferenciação entre Biblioteca Escolar e Sala de Leitura no ambiente da escola, com destaque para a definição dos espaços e definição dos responsáveis por esses espaços.

No que se refere ao tema Acervo em Bibliotecas, três artigos foram escritos com o enfoque na Lei nº 12.244/2010, a saber: Literaturas africanas em língua portuguesa e o tema africanidades na biblioteca escolar (Feitosa, 2022); a universalização da biblioteca escolar e a tensão entre o digital e a Lei de direitos autorais de Franklin (2020); bibliotecas escolares e a não conservação dos acervos produzidos



pela cultura escolar que relata resultados da pesquisa a qual teve o objetivo de investigar o acesso dos alunos do ensino fundamental e médio, do município de Naviraí/MS, ao acervo literário das bibliotecas no período de 1986 a 2010 (Rodrigues; Almeida, 2017).

Ao abordar o tema rede de bibliotecas escolares, foram analisados três artigos a saber: A pesquisa de Pereira, Fioravante e Egger-t-Steindel (2022, p. 1) analisam a Rede Municipal de Bibliotecas da Rede de Ensino da Florianópolis (SC), que foi criada na década de 1980, com a Rede de Ensino do Estado, também no município de Florianópolis/SC, constatando que:

[...] as duas realidades, ainda que distintas, revelaram que muito há que se avançar para a garantia das bibliotecas escolares, uma vontade e consciência política da necessidade da gestão dessas bibliotecas por bibliotecários para esses espaços, com destaque, principalmente, à rede estadual pública de bibliotecas escolares.

Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, inclusive com a proposta para criação do cargo de Bibliotecário vinculado ao Quadro de Magistério Público, foi apresentado à Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. Para os autores, “uma rede de bibliotecas numa dimensão como a estadual requer um trabalho conjunto integrando diferentes profissionais envolvidos com a escola e com a educação” (Garcez *et al.* 2016, p. 251). Complementa-se com a pesquisa de Carvalho e Tanus (2022), que aborda a Biblioteca escolar e o letramento informacional na visão dos mediadores de leitura da rede municipal de ensino de Parnamirim, estado do Rio Grande do Norte.

3.2 Diagnóstico em Bibliotecas Escolares

Neste tema são relatadas pesquisas que definiram como objetivo a avaliação das Bibliotecas Escolares no país, nos estados e em alguns municípios, intitulados pelos autores com os seguintes termos: Diagnóstico; Retrato; Avaliação; Situação; Panorama; Cenário, dentre outros. Porém, todas as pesquisas foram realizadas com o objetivo de coletar e analisar dados quantitativos e ou qualitativos das condições de funcionamento das bibliotecas escolares.

Os onze artigos (22%) são agrupados em: i) diagnósticos realizados em nível de Brasil, com destaque para a pesquisa de Campello, Barbosa e Proença (2018), que analisa estatísticas sobre bibliotecas coletadas pelo Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, isto é, do Censo Escolar da Educação Básica e a pesquisa de Campello (2015), que analisa o surgimento de grupos de pesquisa acadêmica sobre biblioteca escolar desde a década de 1990. ii) Diagnósticos realizados em estados do Brasil: destaque para a pesquisa de Ohira *et al.* (2022) que descreve a situação das bibliotecas da rede de ensino municipal do estado de Santa Catarina; e retratos da Biblioteca escolar da rede estadual de ensino do estado de Goiás (Santos *et al.*, 2017).

No terceiro grupo, iii) Diagnósticos realizados em municípios, identificou-se os seguintes artigos: dados preliminares do diagnóstico das bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina, trabalho realizado por Paula e Ohira (2017); situação das bibliotecas escolares e sistemas de ensino da região metropolitana de Belo Horizonte (Silvestre; Paiva, 2018); panorama das bibliotecas escolares municipais da cidade de Juazeiro do Norte/CE (Filgueira *et al.*, 2027); diagnóstico para melhoria continua nas bibliotecas escolares do



município de Indaial/SC (Vahldick *et al.*, 2017); diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul/SC, segundo a Lei nº 12.244/2010; as bibliotecas escolares da rede pública estadual do município de Florianópolis/SC (Paula; Ohira; Trevisol Neto, 2020); finalmente, a pesquisa intitulada *As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município de Florianópolis – SC: um estudo comparativo entre relatos de experiências*, da autoria de Carpes, Cisne e Fleck (2023).

Dos onze artigos agrupados no tema Diagnósticos de Bibliotecas, sete (67%) das pesquisas foram realizadas em municípios do estado de Santa Catarina, o que corrobora os dados encontrados nesta pesquisa com relação aos autores produtivos e seu vínculo institucional, como também com os resultados da pesquisa de Kafer; Vieira (2024). Para os autores, “isso destaca a preocupação por parte dos profissionais catarinenses com a implantação da Lei nº 12.244/2010, em especial por conta da pesquisa *Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina*” (Kafer; Vieira, 2024, p. 8). Complementa-se ainda, que também foi realizado o Diagnóstico das Bibliotecas escolares da rede pública do Estado de Santa Catarina, cujo relatório está disponível no site do CRB/14 (Sena, 2020).

A coleta de dados sobre a situação das Bibliotecas Escolares é de suma importância, pois possibilita a elaboração de planos de melhoria, pensar o planejamento estratégico e em especial estabelecer políticas públicas, tanto na esfera estadual como na municipal, de melhoria contínua em educação, para valorização das Bibliotecas escolares e da importância da presença dos(as) Bibliotecários(as) na escola, além de subsidiar as futuras interlocuções e contribuir na condução de um debate mais efetivo junto aos gestores públicos.



3.3 Políticas Públicas: ações para o cumprimento da Lei n° 12.244/2010

Na classe de políticas públicas e ações para o cumprimento da lei, estão agrupados os artigos que descrevem ações realizadas em prol do cumprimento da Lei n° 12.244/2010, são 11 (22%) do total dos artigos. Identificar as ações exitosas realizadas em estados e municípios do Brasil oferece subsídios para que possam ser aplicadas em outros estados e municípios do Brasil.

Identificaram-se as seguintes ações: importância da ampliação da legislação em prol da biblioteca escolar nos estados brasileiros (Santos; Resende; Lima, 2021); processo de implantação da Lei n° 12.244, no contexto sul-mato-grossense (Pereira, 2018); descrição das lutas pelas entidade de classe no estado da Paraíba e, em especial, no município de João Pessoa (Carvalho, 2017); a pesquisa de Pereira et al. (2020) analisa se a Lei n° 12.244 está sendo implantada ou em processo de implantação nas quatro prefeituras da Grande Vitória (ES); formação da Comissão de Bibliotecas de Jardinópolis, São Paulo, que atua no *advogacy* pelas bibliotecas escolares (Araújo, 2019); proposta de um ciclo de políticas públicas por Viana e Pieruccini (2015); padrões mínimos para existência da biblioteca por Castro Filho e Coppola Junior (2012); análise das fiscalizações do CRB/15 (Rebouças; Tanus, 2021) e finalmente o artigo de Zimmermann, Paula e Ohira (2017), o qual descreve as ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina; e o artigo de Trevisol Neto, Pizzorno e Ohira (2023) que relata as ações do CRB14 em prol das bibliotecas escolares no estado de Santa Catarina.

O fato é que há uma clareza de que a Lei não pode servir apenas para garantir que haja uma biblioteca em cada escola. Esses espaços



precisam ser qualificados, e é a presença do bibliotecário(a) que garantirá essa qualidade. Em síntese, a Lei nº 12.244/2010 para Farias e Brito (2019, p.835) “é frágil no que toca à efetividade da biblioteca escolar no trabalho educativo, especialmente porque, implicitamente, concebe a ação bibliotecária como corpo separado do projeto pedagógico da escola”

3.4 Políticas públicas: análise da Lei nº 12.244/2010

Constata-se que nos oito artigos (16%) agrupados no assunto Políticas públicas: análise e reflexão da Lei nº 12.244/2010, alguns autores analisam a Lei e apontam as suas limitações no que se refere ao conceito de biblioteca. Para Campelo *et al.* (2016, p. 54), “percebe-se que a Lei não assume o conceito de biblioteca escolar aceito pela comunidade acadêmica e pelas organizações que se preocupam com o caráter educativo da biblioteca como espaço de aprendizagem”. Enquanto Silva (2019, p. 68) pontua que o conceito “poderia ser mais detalhado no que tange ao caráter semântico da biblioteca escolar e de suas características técnicas, organizacionais, educativas, além de sua intencionalidade política social e pedagógica [...]”.

Os mesmos autores apontam, também, os pontos positivos. Campelo *et al.* (2016) considera a partir da promulgação da Lei nº 12.244/2010, “as perspectivas por contar com um ato legal que pode proporcionar condições para a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento e implementação de bibliotecas escolares estaduais, municipais e privadas”. Para Silva (2019, p. 66), a Lei “promove por meio da consciência jurídica, que a biblioteca deve ser um ambiente valorizado no construto das políticas educacionais”.

Destaca-se que na soma dos dois grupos de assuntos definidos como Políticas Públicas, temos 38% isto é, 19 artigos que abordam a

necessidade urgente de se pensar em políticas públicas para as bibliotecas escolares, tão esquecidas no contexto educacional.

3.5 Formação e competência do Bibliotecário(a)

Os artigos estão agrupados nos seguintes temas: i) formação do bibliotecário(a); ii) Competências do bibliotecário(a) para atuar em bibliotecas escolares. A partir da análise dos artigos analisados, percebe-se que as práticas previstas para o bibliotecário(a) no cotidiano escolar o aproximam dos docentes e trazem benefícios para a sua ação na escola, pois permitem melhorar a interlocução entre bibliotecários(as) e agentes educacionais, como diretores, professores, supervisores e orientadores educacionais, com reflexos na dinamização e no uso da biblioteca.

Com relação à formação do Bibliotecário(a), obtiveram-se os seguintes artigos: Santos e Resende (2021) abordam a formação profissional de Biblioteconomia para atuação em bibliotecas escolares, a partir da análise dos projetos pedagógicos dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais brasileiras; Guimarães *et al.* (2016) analisaram as matrizes curriculares dos cursos de Biblioteconomia das universidades federais da região nordeste do Brasil, identificando os conteúdos que abordam a Biblioteca Escolar no processo de formação do Bibliotecário(a).

Na mesma linha de formação do(a) Bibliotecário(a), Trevisol Neto, Mattos e Silva (2016, p. 903) analisaram as graduações de Biblioteconomia na modalidade a distância no Brasil, observando que:

[...] foram criados por instituições privadas que perceberam um nicho de mercado a ser explorado. Tais cursos abrangem regiões interioranas, suas mensalidades são acessíveis e apostam no crescimento do mercado de trabalho do bibliotecário tendo em vista a Lei Federal 12.244/2010.



Por outro lado, Romeiro, Viola e Brisola (2018) discutem quem são, onde se formam, quem os formam e por que são tão necessários, referindo-se aos Técnicos em Biblioteconomia, defendendo sua atuação e colaboração a partir da demanda identificada com a promulgação da Lei nº 12.244/2010.

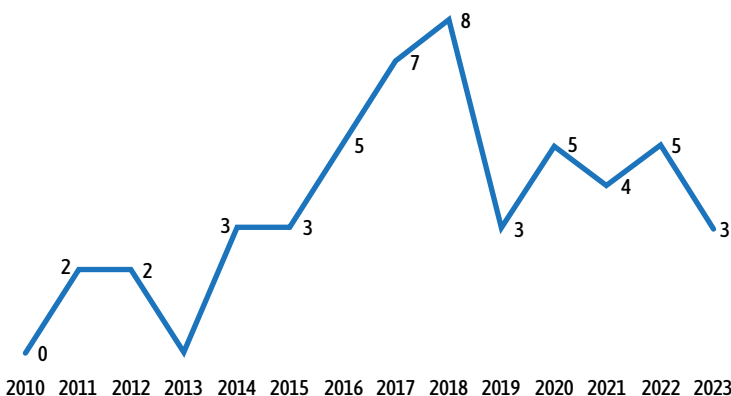
Competências do Bibliotecário(a) com reflexões para atuar em Bibliotecas escolares, a partir da publicação da Lei nº 12.244/2010, é o tema da pesquisa de Albuquerque e Todesqui (2014). Na mesma linha, Fioravante e Cunha (2020) abordam as competências com o enfoque para atuar em uma rede de bibliotecas escolares para o estado de Santa Catarina; O artigo de Fonseca *et al.* (2022, p. 16) tem enfoque na competência crítica em informação na biblioteca escolar, para a construção de uma sociedade democrática, considerando que “fica evidente a importância da competência crítica em informação como um dos caminhos para o fazer mais significativo do bibliotecário”.

3.6 Autores(as) dos artigos e seu vínculo institucional

No Gráfico 1, é possível observar uma dispersão da produção de artigos ao longo de 13 anos. O pico de publicações ocorreu no ano de 2018, decrescendo nos anos seguintes. É possível inferir uma tímida publicação de artigos que tem como foco a Lei nº 12.244/2010. Com relação ao pico da produção encontrada no ano de 2017, inferir-se que um dos motivos pode ter sido a realização do III Fórum de Biblioteconomia Escolar, evento que aconteceu paralelo com a 27ª. Edição do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, organizado pela FEBAB, na cidade de Fortaleza, cujas comunicações orais foram publicadas na Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação.



GRÁFICO 1 – Dispersão temporal da publicação de artigos 2010-2023



FONTE: Elaborado pelos autores, 2024.

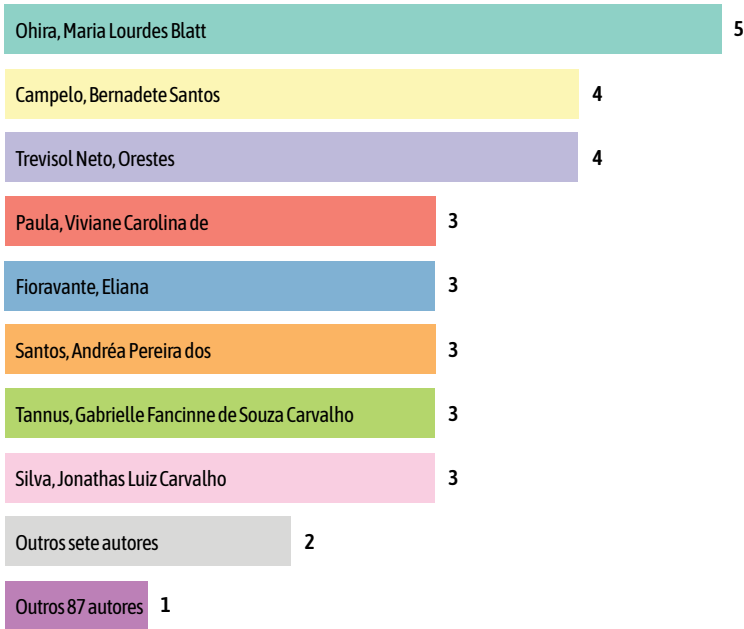
No Imagem 2, a seguir, são apresentados os sete autores que possuem mais de dois artigos publicados, observa-se uma dispersão de autoria nesse tema, pois um pequeno número de pesquisadores na área da Biblioteconomia investiga aspectos da Lei nº 12.244/2010.

É importante destacar que a primeira autora é professora aposentada do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e possui uma história de atuação ativa no Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região, onde coordenou um grupo de pesquisa na realização de diagnósticos das bibliotecas na rede estadual e municipal de educação em Santa Catarina. A segunda autora é professora aposentada da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenou o Grupo de estudos em Biblioteca escolar da escola de Ciência da Informação da referida universidade. No estudo de Kafer e Vieira (2024) também figuram entre os autores com maior número de publicações os mesmos encontrados na presente pesquisa, a saber: Ohira, Paula, Santos, Campello, Silva e Fioravante.



IMAGEM 2 – Autores com artigos publicados entre 2010-2023

Número de publicações por autor



FONTE: Elaborado pelos autores, 2024.

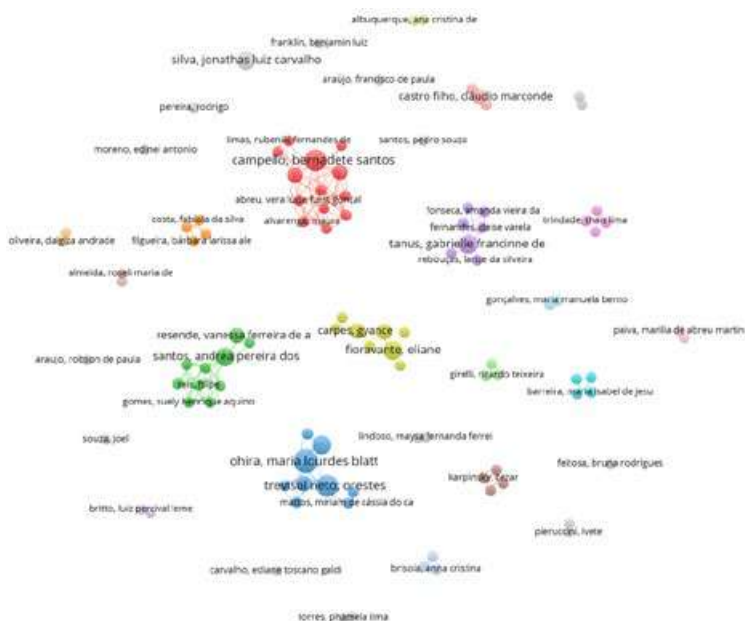
Identificar os autores interessados na temática é relevante para a criação de uma rede de pesquisa ou *network*, permitindo localizar “[...] possíveis parceiros para a realização de projetos, ou criação de grupos de trabalho sobre a Biblioteca Escolar” (Kafer; Vieira, 2024, p. 7).

Na Imagem 3 é possível identificar os *clusters* de coautoria, com base nos 50 artigos. Nota-se uma grande dispersão de autores, sendo que apenas cinco *clusters* se destacam em relação às redes de coautoria. A rede de Ohira está conectada aos pesquisadores de Santa Catarina e membros do CRB-14, a rede de Campello com outros



pesquisadores da UFMG, a de Santos com autores da UFG, a de Tannus com da UFRN e Fioravante com pesquisadores de Santa Catarina. In-
fere-se que o estado de Santa Catarina possui pesquisadores inter-
interessados na universalização das bibliotecas escolares por meio de
ações do CRB-14 e de outros pesquisadores, como Fioravante.

IMAGEM 3 – Rede de coautoria dos artigos analisados



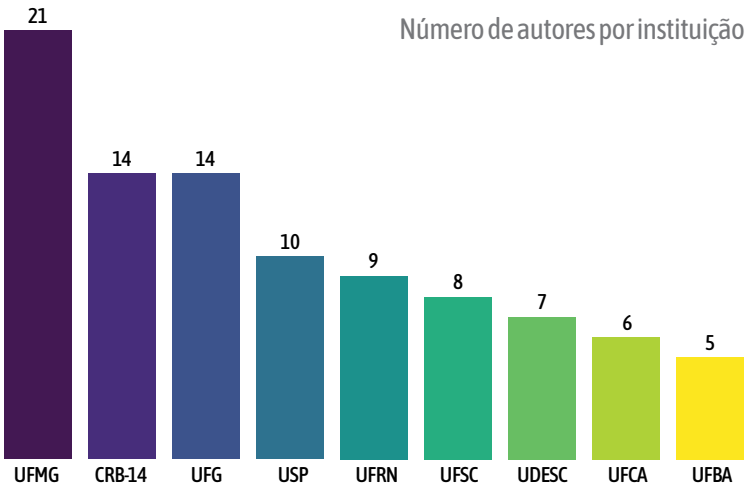
FONTE: Elaborado pelos autores, via VOSviewer, 2024.

Em relação à característica da colaboração científica na escrita dos artigos, constatou-se que 17 (34%) artigos foram elaborados por 2 autores, 14 (28%) foram escritos por apenas um autor, 11 (22%) possuem três autores e apenas 8 (16%) artigos possuem a colaboração de quatro ou mais autores.



Também foi identificado o vínculo institucional declarado pelos autores nos artigos analisados, foram identificadas 25 instituições, porém, poucas com número expressivo de autorias vinculadas. Foram contabilizadas 25 instituições, porém, são apresentadas no Imagem 4 as instituições com cinco ou mais autores.

IMAGEM 4 – Vínculo Institucional dos autores entre 2010-2023.



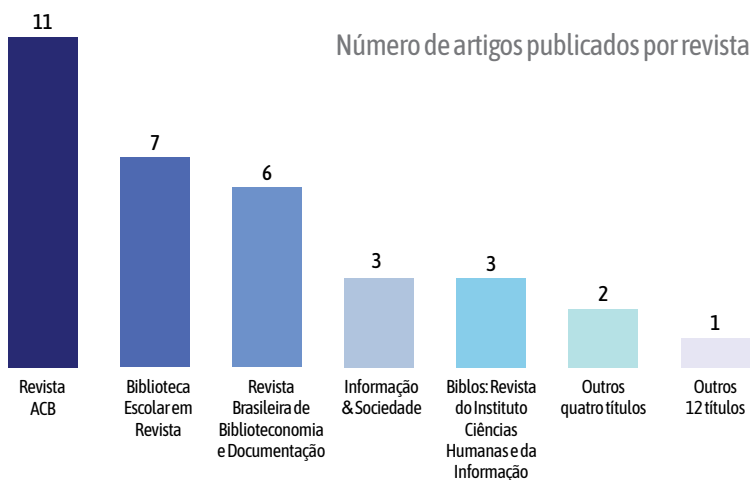
FONTE: Elaborado pelos autores, 2024.

Observa-se que as cinco instituições mais vinculadas estão atreladas às redes de coautoria, exceto a USP, que não está entre as cinco maiores redes de coautoria apresentadas na Imagem 1. Destaca-se que as discussões partem das universidades federais e estaduais, exceto o CRB-14. A representatividade desse conselho profissional decorre dos estudos realizados nas últimas três gestões, pela criação de um grupo de pesquisa e contratação temporária de uma pesquisadora para elaborar diagnósticos na rede pública estadual de ensino.

3.7 Periódicos utilizados para publicação dos artigos

Na Imagem 5, estão descritas as revistas que publicaram três ou mais artigos acerca da Lei nº 12.244/2010. No total, 11 periódicos publicaram 50 artigos no período analisado. Destacam-se como os principais canais interessados nesta discussão a: **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, da Associação Catarinense de Bibliotecários; o periódico **Biblioteca Escolar em Revista**, sob responsabilidade do Departamento de Educação, Informação e Comunicação (DEDIC) da Universidade de São Paulo; e a **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação** da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições. Observa-se o protagonismo das associações profissionais em estimular o desenvolvimento da comunicação e discussão em torno da referida lei. Como já esperado, a única revista especializada em Biblioteca Escolar no Brasil também está entre os principais canais da comunicação científica.

IMAGEM 5 – Periódicos que publicaram artigos entre 2010-2023



FONTE: Elaborado pelos autores, 2024.



Observa-se que os três primeiros títulos têm como foco a realidade regional, nacional, portanto, não são revistas indexadas na Web of Science ou Scopus, não apresentam fatores de impacto como *Journal Citation Report* e *CiteScore*. Em tese, isso representa que a temática é considerada periférica e de pouco interesse dos pesquisadores vinculados aos programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação e dos Grupos de Pesquisa do CNPQ.

O desinteresse pela biblioteca escolar também está presente na graduação em Biblioteconomia, apesar de alguns cursos estarem situados em centros e Faculdades de Educação, não há diálogo com a Pedagogia e ou Licenciaturas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados coletados, infere-se que é escassa a produção científica acerca da Lei nº 12.244/2010 nos últimos 13 anos. Os estudos aplicados são limitados a cidades e regiões, sem uma representatividade nacional e com periodicidade. É preciso o desenvolvimento e efetivação das políticas públicas no âmbito federal e estadual, além de esforços coletivos entre bibliotecários(as), educadores, pesquisadores, cursos de graduação e pós-graduação, Associações e Conselhos Profissionais para avançar a pauta da biblioteca escolar e da educação.

É ingenuidade pensar que uma lei irá solucionar décadas de descaso com a educação, em específico com a Bibliotecas, num país marcado por baixo índice leitura, o povo brasileiro lê menos de três livros no ano, conforme a 5ª edição da pesquisa “Retratos da leitura no Brasil” (Instituto Pró-Livro; Itaú Cultural, 2020). A transformação não será do dia para noite, mas sim paulatinamente, os resultados serão percebidos após décadas de ações e projetos alinhados às



políticas públicas. No entanto, não devemos desanimar ou desistir, nossa única ferramenta é agir, colocar em prática preceitos presentes na literatura e na retórica.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, R. de C. **Adoção da Lei 12.244 de maio de 2010 na concepção dos profissionais da educação e bibliotecários**. 2020. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216642>. Acesso em: 8 jan. 2024.

CAMPELLO, B. S.; ABREU, V. L. F. G.; CALDEIRA, P. da T.; BARBOSA, R. R.; CARVALHO, M. da C.; DUARTE, A. B. S.; ARAÚJO, C. A. Á.; VIANNA, M. M.; FIALHO, J. F.; ALVARENGA, M. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração I. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v.21, n.2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10451>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; LIMAS, R. F. de; SOUSA, T. G. F. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 10, n. 20, p. 39-58, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653>. Acesso em: 16 mar. 2024.

CFB. **Resolução CFB n° 220/2020, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Brasília, DF: CFB, 2020. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 06 mar. 2024.

COSTA, V. S. da. **A aplicação da Lei n° 12.244/2010 na Rede Pública Municipal de Ensino Fundamental de Niterói**: situação e perspectivas das bibliotecas escolares. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/uni-rio/11085>. Acesso em 8 jan. 2024.

FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 826-836, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n3.2019.19155>. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/946/pdf_84. Acesso em: 16 mar. 2016.



FONSECA, A. V. da; MEDEIROS, B. L. da S.; FERNANDES, D. V.; OLIVEIRA, N. D. F. de; TANUS, G. F. de S. C. A competência crítica em informação na biblioteca escolar para a construção de uma sociedade democrática. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, p. 1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v7i00.2022.78216.1-19>. Disponível em: https://repositorio.ufm.br/bitstream/123456789/54593/1/Compet%3%aaancia-Cr%3%adticalInforma%3%a7%3%a3o_Fonseca_2022.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.

GARCEZ, E. F.; EGGERT-STEINDEL, G.; PEREIRA, J. P. S.; CARPES, G. Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas Em Ciência Da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 237-262, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2468>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/3XL9kTvYVrNKW5rzNxVQqVf/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2024.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO; ITAÚ CULTURAL. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. [São Paulo]: Instituto Pró-livro; Itaú Cultural, 2020. Disponível em: https://www.prolivro.org.br/wpcontent/uploads/2020/12/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_-_IPL_dez2020_compactado.pdf. Acesso em: 22 nov. 2021.

KAFER, E. de L.; VIEIRA, K. Retrato das discussões nacionais sobre a atual situação das bibliotecas escolares e a Lei 12.244/2010. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 20, p. 1-16, 2024. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1967>. Acesso em: 22 jan. 2024.

OHIRA, M. L. B.; TREVISOL NETO, O.; SENA, P. M. B.; PIZZORNO, A. C. P.; BARRETO, M. V. Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1931>. Acesso em: 8 jan. 2024.

OLIVEIRA, D. A.; RODRIGUES, E. C. A constituição teórico-metodológica da Biblioteca Escolar: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq no campo da Ciência da Informação. **Biblos**: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 32, n. 1, p. 146-162, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v32i1.6800>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6800>. Acesso em: 16 mar. 2024.

OLIVEIRA, D. S. de. **Biblioteca escolar e regime de informação**: a Lei 12.244/10 e a produção intelectual de pesquisadores e bibliotecários. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019. Acesso em: 12 mar. 2023. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/14761> Acesso em: 12 mar. 2023.



PASQUIM, F. R. A abordagem histórica na produção acadêmica brasileira sobre biblioteca escolar (2001-2012). **Biblioteca escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 1-13, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/107975/112038>. Acesso em: 24 jun. 2024.

PEREIRA, E.; FIORAVANTE, E.; EGGERT-STEINDEL, G. Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 27, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1891/pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.

PEREIRA, R. **Biblioteca escolar sul-mato-grossense**: cenários e perspectivas. 2019. 188 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Marília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/181419>. Acesso em: 8 jan. 2024.

SENA, P. M. B. **Retrato das bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**: relatório técnico. Florianópolis: CRB-14, 2021. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/RETRATO-BIB-ESCOLAS-SC-CRB-14-PUBLICO%2040%20paginas.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, E. B. F. da; OLIVEIRA, G. D. de. Desvendando as faces da biblioteca escolar: um estudo sobre produção científica. **Biblioonline**, João Pessoa, v. 13, n. especial, p. 56-62, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/38579/19626>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SILVA, J. L. C. Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública. **Revista Informação Em Cultura**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 60-93, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i1a8521>. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8521>. Acesso em: 16 mar. 2024.

SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 16 mar. 2024.

TREVISOL NETO, O.; PIZZORNO, A. C. P.; OHIRA, M. L. B. Ações do Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região em prol das bibliotecas escolares. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1-16, 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2054>. Acesso em: 16 mar. 2024.

TRINDADE, T. L.; TORRES, P. L. Biblioteca Escolar e Sala de leitura: diferenças, competências e contribuições no ambiente escolar brasileiro. **Biblioonline**, João Pessoa, v. 19, n. 2, p. 35-48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/67200>. Acesso em: 16 mar. 2024.



Bibliotecas escolares e produção científica: as consequências da Lei nº 12.244/2010²

- **Maria Isabel de Jesus Sousa Barreira**
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)
- **Elvira França dos S. Barbosa**
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

1 INTRODUÇÃO

A história da biblioteca escolar no Brasil está diretamente associada ao projeto de educação jesuíta implantado no País, por volta da segunda metade do século XVI, período em que foram implantadas as primeiras escolas no território brasileiro, sendo Salvador, na Bahia, o local pioneiro para efetivação do processo educacional da Companhia de Jesus.

No período de prevalência da educação fomentada pelas ordens religiosas, os métodos e propostas utilizados pelas bibliotecas escolares possuíam uma orientação teológico-científica, que conforme Silva (2011). Essa característica influenciava tanto os conteúdos curriculares quanto suas edificações, tendo em vista que as instalações das instituições educacionais, incluindo as suas bibliotecas, eram construídas em locais estratégicos, como em capitâneas específicas dispostas ao longo do território brasileiro.

2 Trabalho apresentado 7mas Jornadas de Bibliotecología: Intercambio y Reflexión Acerca de la Investigación. La Plata, Argentina no período de 17 a 19 de abril de 2024.



Nesse contexto educativo, destaca-se “a força dos colégios religiosos na construção das bibliotecas escolares, deu-se, expressivamente, até o final do século XVIII, quando começa sua decadência, efetivada em meados do século XIX” (Silva, 2011, p. 492). Vale ressaltar que com a expulsão dos Jesuítas do Brasil, por ordem do Marquês de Pombal, houve o abandono desses colégios, ficando a educação à mercê de ordens religiosas, ainda que as diversas reformas realizadas por Pombal objetivassem o controle desse setor por parte do estado.

Nesse cenário, “a escola passaria a ser de responsabilidade da Coroa Portuguesa e deixaria de servir à fé para ser organizada de modo a servir aos interesses do Estado. Esse período foi inspirado pelas ideias do movimento iluminista, características do século XVIII” (Castro, 2011, p. 20). Nessa perspectiva, Válio (1990) aponta que esse movimento impulsionou discussões sobre a necessidade de bibliotecas no Brasil, no sentido etimológico de coleções de livros apropriadas às escolas.

O século XIX representou um marco importante na educação, a partir da vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil. Desse período em diante houve um progresso educacional significativo, pois foi instalado, em Salvador, Bahia, o primeiro curso de medicina do País (1808) e, em 1811, foi criada a primeira biblioteca pública (Pinto, 2012). No caso da educação inicial, as primeiras escolas públicas só foram implantadas anos depois, em 1927, com estrutura que não contava efetivamente com bibliotecas para apoiar as atividades didáticas e atender as necessidades dos alunos.

Os movimentos políticos que desencadearam a Independência do Brasil, em 1822, impulsionaram inúmeras mudanças no sistema educacional. Nesse período, o governo percebe que, por meio da



educação seria possível controlar o povo, por isso, com o objetivo de implantar o ensino laico, desvinculado da educação religiosa, promove cursos de preparação e formação de professores. No entanto, as ‘conquistas’ da educação não reverberaram em favor da biblioteca na escola, pois essa continuava a não fazer parte do ambiente escolar.

A situação da biblioteca escolar permanece inalterada por quase 100 anos, até que, na primeira metade do século XX, o movimento de renovação da educação no Brasil iria transformar a realidade desses espaços informacionais. Por conseguinte, a criação de bibliotecas escolares, no sentido hoje compreendido, começou a ser implantada no país com a fundação das escolas normais, que foram surgindo, gradativamente, até 1915.

Entre os anos de 1920 e 1930 do século supracitado, alguns estados brasileiros passaram por reformas educacionais motivadas por concepções de educadores que desejavam colocar em prática os ideais da Escola Nova (Castro, 2011). Para ela, “os educadores escolanovistas defendiam uma concepção dinâmica de aprendizagem, demarcando fronteiras com o método tradicional de ensino. Para tanto, as excursões e os jogos eram apontados como atividades que não poderiam faltar para um bom desempenho do aluno nas escolas” (Castro, 2011, p. 24). A proposta da Escola Nova estava pautada na capacidade do educando em desenvolver o conhecimento, a partir da sua interação com o meio, buscando integrar a aprendizagem escolar com as questões sociais que permeiam a realidade desse ser.

Em razão disso, o pensamento da Escola Nova - aprender fazendo - é ponto central para o desenvolvimento da criança, e o uso da biblioteca escolar foi considerado aspecto importante não apenas



pela finalidade da busca instrutiva, mas pelo desenvolvimento do conhecimento pelo prazer. Assim, as propostas do novo projeto de ensino “[...] reconhecem a importância da Biblioteca Escolar na Educação, incluindo-a nesse processo de renovação, levando em conta, prioritariamente, o seu papel no incentivo ao gosto pela leitura” (Monteiro, 2016, p. 38-39).

O pensamento escolanovista, defendido pelos educadores brasileiros como, Lourenço Filho, Fernando Azevedo e Anísio Teixeira - gestores da educação pública - valorizava e ressaltava a importância da BE, decretando por meio do acesso aos cargos públicos, principalmente no sudeste do país, leis que permitissem a difusão da biblioteca escolar (Pinto, 2012). Não obstante, até a década de 1940, segundo Silva (2011), a utilização do livro e da biblioteca era exclusividade para alunos de Escolas Oficiais e Particulares, porém, a partir desse período, começam a ser instaladas bibliotecas nas dependências dos ginásios estaduais. Esse momento impulsionou a consolidação das bibliotecas escolares no Brasil.

O percurso dessas bibliotecas mostra a sua importância no novo processo educacional, evidenciando a interligação eminente entre esse espaço informacional e as instituições de ensino. Assim sendo, elas completam em uma conjuntura capaz de oferecer ao público infanto-juvenil resultados significativos que atendam às suas necessidades e seus interesses pela leitura.

A partir de então se inicia a instalação de bibliotecas nas escolas, em muitos casos, por meio de determinações legais que incentivavam a difusão de bibliotecas (Pinto, 2012). Os avanços relacionados à biblioteca na escola durante a segunda metade do século XX são significativos, especialmente, a partir de iniciativas de organismos nacionais e internacionais, a saber:



- a) Manifesto da IFLA (1999) – a compreensão de que a biblioteca escolar é parte relevante na educação formal levou a Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA) a elaborar um documento, aprovado na Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1999, que versa sobre o papel da biblioteca durante o processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar;
- b) Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)/1997 – foi uma iniciativa do governo brasileiro, possibilitando o acesso à informação e à cultura a estudantes e professores das escolas públicas de ensino fundamental e médio, por meio da distribuição gratuita de livros e periódicos, a fim de incentivar a leitura no transcurso da formação escolar;
- c) Lei nº 12.244/2010 - originada do Projeto de Lei nº 1831/2003, dispõe sobre a Universalização das bibliotecas nas escolas, tramitando durante quase 7 anos na Câmara dos Deputados e no Senado. Nesse ínterim, recebeu em 2009 a designação PLC 324/2009, que finalmente resultou na Lei nº 12.244/2010. O instrumento legal é fruto da mobilização da classe bibliotecária, a fim de demonstrar a relevância da presença da biblioteca nas escolas brasileiras. A lei é a primeira do País que trata especificamente de um tipo de biblioteca e, por isso mesmo, representa um marco importante que amplia o entendimento sobre a essência do referido espaço, motivando a realização de campanhas em pesquisas em prol da biblioteca escolar;
- d) Projeto de Lei nº 5.656/2019 - propunha a criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares, a fim de fomentar a implantação de bibliotecas nas escolas. Em abril de 2024 foi transformado na [Lei nº 14.837/2024](#), reforçando a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. A normativa modifica a definição de biblioteca escolar prevista na Lei nº 12.244/20 e estabelece a obrigatoriedade de um acervo mínimo em função do número de alunos matriculados na escola.

Apesar das conquistas mencionadas, a efetivação da biblioteca escolar ainda é sinônimo de luta da classe bibliotecária, de seus apoiadores e de parlamentares afeitos à causa. Entre os esforços empreendidos, a realização de pesquisa de cunho acadêmico e



institucional tem sido uma ação que busca demonstrar para as instituições fiscalizadoras da lei e a sociedade como um todo, a força da biblioteca escolar no desenvolvimento e ampliação da consciência crítica em direção à conquista da cidadania.

Na realidade atual, a biblioteca escolar é compreendida por Gehrke (2014, p. 214) como

[...] um dos espaços de produção e circulação da informação e dos conhecimentos científico, escolar, cotidiano, da cultura e da arte”, desempenhando também o tradicional papel de promotora da leitura e formadora de leitores, mas ao que parece, essa idealização ainda requer empenho dos envolvidos no processo educativo, para alcançar os objetivos pretendidos.

O quadro descrito impulsionou a realização da pesquisa, cuja pretensão é levantar a produção científica que verse sobre a biblioteca escolar no âmbito dos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, após vigência da Lei nº 12.244/2010.

2 A TRAJETÓRIA EM BUSCA DE RESPOSTAS

O desenho metodológico para a consecução dessa investigação pressupõe a definição de um método a ser seguido, a adoção de instrumentos utilizados para a coleta de dados, os procedimentos utilizados para aquisição das informações, bem como o modo de interpretar esses dados e apresentá-los de forma organizada, sistemática e coerente com as questões que desencadearam a investigação e os objetivos traçados para alcançar tal pretensão.

Dessa forma, esta pesquisa consiste em uma análise documental dos trabalhos acadêmicos produzidos nos Programas acadêmicos em Ciência da Informação entre 2010 e 2022. Em razão da natureza, a pesquisa se caracteriza como do tipo descritiva, com abordagem



de cunho qualiquantitativo, já que os fatos elucidados foram analisados e os resultados dos dados obtidos, registrados. Dessa forma, o tratamento dos dados coletados ocorreu tanto de maneira quantitativa, ao mensurar os dados coletados, quanto de forma qualitativa, ao identificar e analisar os temas dos trabalhos encontrados nos programas.

Quanto aos procedimentos, caracteriza-se como pesquisa documental, conforme a utilização de documentos como fonte de informação (Severino, 2007). O levantamento bibliográfico permitiu identificar, selecionar e classificar a literatura sobre o tema, para responder a seguinte questão: de que forma a temática sobre Biblioteca Escolar tem repercutido nas produções acadêmicas dos PPGCI brasileiros, após a vigência da Lei 12.244/2010?

Para responder à questão enunciada, foram realizadas quatro etapas:

- a) construção do referencial teórico sobre o tema biblioteca escolar e os aspectos a ela vinculados, em razão do objeto investigado: histórico das bibliotecas, biblioteca escolar no Brasil e na sociedade da informação, movimentos políticos em torno da biblioteca escolar (manifestos, leis, programas) e leitura como atividade inerente ao referido espaço;
- b) inventário dos PPGCI acadêmicos brasileiros em nível de mestrado e doutorado, a partir da Plataforma CAPES, com vistas a selecionar aqueles com produção sobre a temática, durante os meses de março e abril do ano 2023;
- c) levantamento da produção acadêmica nos Programas selecionados, nos repositórios institucionais e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertação (BDTD) dos PPGCI, com base

nas palavras-chaves 'Biblioteca escolar', 'leitura', 'leitura na biblioteca', 'formação de leitor', 'leitura na biblioteca', com o propósito de quantificar as pesquisas que abordavam a referida temática, com vistas a averiguar possíveis reflexos desses trabalhos, a partir da promulgação da referenciada lei;

d) por fim, foram identificados os temas abordados nas pesquisas com a finalidade de levantar os assuntos que fizeram parte do escopo da produção; conhecer os reflexos da Lei 12.244 sobre a produção científica.

3 DISCUTINDO OS RESULTADOS ENCONTRADOS

O inventário dos PPGCI acadêmicos brasileiros em nível de mestrado e doutorado produtores de conhecimento científico na Ciência da Informação mostra que há 15 Programas da Ciência da Informação, classificados com notas de 3 a 6. Foram excluídos os recém-criados (por não possuírem produção) e os que as linhas não comportarem a temática. Desse quantitativo, apenas três programas não possuem produções sobre o tema da pesquisa: UFC; UFMG (PPGGOC) e na UFPB.



QUADRO 1 – Programas de Pós-Graduação acadêmico

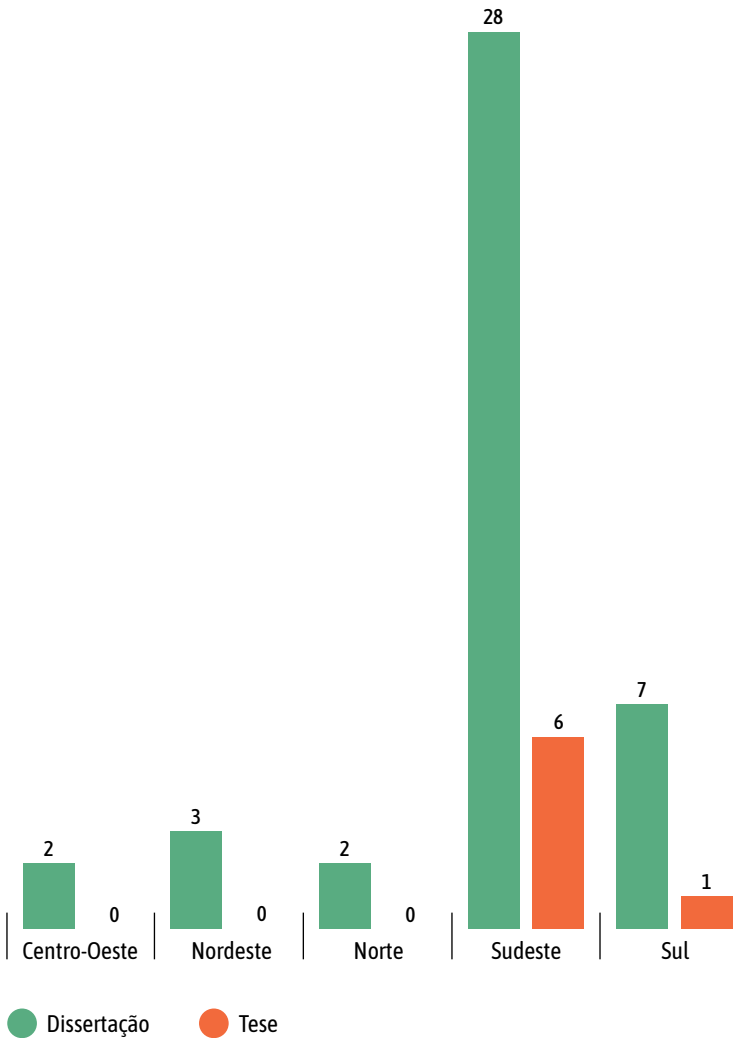
PROGRAMA	ESTADO	REGIÃO
1 PPGCINF/UNB	Brasília	Centro Oeste
2 PPGCI/UFBA	Bahia	Nordeste
3 PPGCI/UFC	Fortaleza	Nordeste
4 PPGCI/UFPB	Paraíba	Nordeste
5 PPGCI/UFPE	Pernambuco	Nordeste
6 PPGCI/UFPA	Pará	Norte
7 PPGCI/UFF	Rio de Janeiro	Sudeste
8 PPGCI/UFRJ	Rio de Janeiro	Sudeste
9 PPGCI/UFMG	Minas Gerais	Sudeste
10 PPGGOC/UFMG	Minas Gerais	Sudeste
11 PPGCI/UFSCAR	São Paulo	Sudeste
12 PPGCI/UNESP	São Paulo	Sudeste
13 PPGCI/USP(ECA)	São Paulo	Sudeste
14 PPGCI/UEL	Paraná	Sul
15 PPGCI/UFSC	Santa Catarina	Sul

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

No recorte de tempo entre 2010 e 2022, foram localizadas nas plataformas um total de quarenta e nove (49) produções que atendem a proposta deste trabalho, sendo quarenta e duas (42) dissertações e sete (07) teses, distribuídas por região, conforme o Gráfico 1:



GRÁFICO 1 – Produção sobre Biblioteca Escolar por região

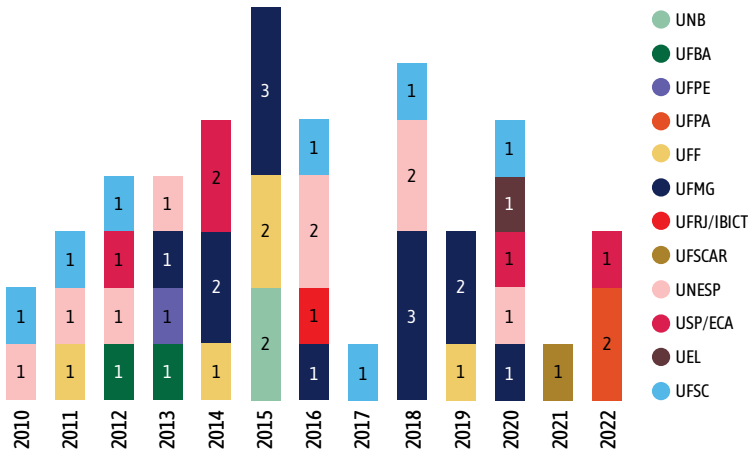


FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.



A análise sobre a produção mostra que as dissertações são o tipo predominante da temática investigada das cinco regiões onde se encontram alocados os programas. Outro aspecto tratado se refere ao quantitativo de trabalhos acadêmicos produzidos por programa, em cada período no qual a temática foi abordada nas produções levantadas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2 – Programa de Pós-graduação X produção de teses e dissertações



FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Observa-se que o ano com maior destaque na produção foi 2015, com 7 produções, e o Programa da UFMG foi o que se destacou, com 3 trabalhos. O Gráfico 3 mostra que os programas da UNESP e UFSC são os pioneiros na produção sobre a temática quando da promulgação da Lei nº 12.244/2010. Além disso, os anos de 2012, 2013, 2016 e 2020 se destacam entre os demais, por ser aqueles com um número maior de programas com produções sobre a biblioteca escolar

escola pública, currículo, ensino fundamental, política pública, educação infantil, entre outros). Esses dados corroboram com a IFLA (1999) no alinhamento dos objetivos, com vistas ao cumprimento efetivo de seu papel pedagógico, colaborando assim com a construção de sujeitos sociais pautados na capacidade crítica de questionar, refletir e lutar contra a alienação que se impõe em razão da precariedade informacional e educacional.

A biblioteca escolar, na visão da IFLA (1999, p. 2), é responsável por “desenvolver e manter nas crianças o hábito e o prazer da leitura e da aprendizagem, bem como o uso dos recursos da biblioteca ao longo da vida”. Em função desse objetivo, é possível perceber que as palavras **‘leitura’** e **‘formação de leitor’** foram localizadas em apenas dois trabalhos (PPGCI/UFBA e PPGCIN/UNB), dentre as 49 produções, motivo pelo qual a abordagem relacionada a essas palavras é pouco visibilizada nas pesquisas mencionadas. Diante da constatação, infere-se que na produção analisada, a relação que se estabelece entre a leitura e a formação do leitor é fragilizada, tendo em vista que esses temas aparecem de forma incipiente nos trabalhos acadêmico-científicos, isto é, pouco representam na discussão que emerge sobre a biblioteca escolar enquanto espaço essencial para desenvolver atividades voltadas para a formação do leitor. Entretanto, é mister considerar que a biblioteca escolar não é apenas um local onde se mantém uma coleção bibliográfica para atender à comunidade escolar em suas pesquisas. Para além disso, conforme salienta Campello (2003), é fundamental que dentre as atividades desenvolvidas, a leitura seja fomentada, pois é a partir dela que se amplia a inserção do sujeito no mundo.



4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A análise realizada a partir dos dados evidencia que a Lei nº 12.244/2010 reflete sobre a produção científica desenvolvida nos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) brasileiros, demonstrando a tendência das pesquisas em CI sobre a biblioteca escolar, em diferentes estados com múltiplas abordagens. Ao longo desse percurso de mais de uma década, observa-se que a BE ainda está se institucionalizando, caminhando em busca da sua importância como elemento fundamental no processo de educação, como centro de mediação entre o educando, a leitura e tantos outros recursos e métodos indispensáveis, os quais este ambiente pode promover para assegurar o fomento da aprendizagem e do conhecimento.

Vale destacar que em diferentes trabalhos ficou evidente a interlocução entre educação e biblioteca, questão que é apontada na literatura como de extrema relevância para garantir a efetividade de um direito considerado basilar no ordenamento jurídico brasileiro: educação de qualidade.

Se considerarmos que a formação do estudante na biblioteca escolar está relacionada ao incentivo à leitura, é essencial que a biblioteca possa atuar como um organismo ativo, estabelecendo uma relação com a leitura baseada na mediação, interação, na democratização da informação e em todas as ações (métodos, propostas e estratégias) que este espaço pode propiciar ao educando, a fim de assegurar-lhe múltiplas possibilidades de leitura, garantindo, assim, uma formação leitora capaz de torná-lo apto para participar efetivamente da sociedade da informação.



REFERÊNCIAS

- CAMPELLO, B. S. A função educativa da biblioteca escolar no Brasil: perspectivas para seu aperfeiçoamento. In: ENCONTRO NACIONAL E PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: <http://www.ancib.org.br/media/dissertacao/ENAN054.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.
- CASTRO, N. M. L. C. **Bibliotecas escolares: espaços de múltiplas leituras**. 2011. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6415>. Acesso em: 16 set. 2022.
- GEHRKE, M. **Contribuições da práxis para a construção da biblioteca escolar do trabalho a partir da educação do campo**. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- IFLA. **Manifesto da Biblioteca escolar da IFLA/UNESCO**. São Paulo, 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.
- MONTEIRO, G. C. **A biblioteca escolar na formação de competências em informação: contribuições e perspectivas em bibliotecas do Colégio Pedro II**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- PINTO, R. F. **A Contribuição da Biblioteca Escolar para a Formação do Aluno e sua Autonomia na Biblioteca Universitária**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/17289>. Acesso em: 15 set. 2022.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil: análise da Lei 12.244/10 que dispõe sobre a universalização das bibliotecas escolares. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 16, n.2, p. 489-517, 2011. Disponível em: <https://revista.acbcs.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 15 set. 2022.
- VÁLIO, E. B. M. Biblioteca escolar: uma visão histórica. **Transinformação**, Campinas, v. 2, n. 11, p. 15 - 24, 1990.



Biblioteca escolar: integrações possíveis e distanciamentos curriculares³

- **Eduardo Valadares da Silva**
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- **Diogo Roberto da Silva Andrade**
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

1 A BIBLIOTECA ESCOLAR NO CONTEXTO DO CURRÍCULO ESCOLAR

As Bibliotecas escolares necessitam ser compreendidas como organismos imprescindíveis à formação dos estudantes e, para tanto, devem estar conectadas e integradas às diretrizes dos documentos curriculares que norteiam as práticas educativas nos sistemas de ensino público e privado do país. Essas diretrizes são bases para o orientação de processos de ensino-aprendizagem, uma vez que este espaço de informação e conhecimento tem importante potencial em sua dimensão educativa. Esses aspectos das bibliotecas escolares se aproximam do compromisso de bibliotecários na promoção das múltiplas aprendizagens.

3 Elaborado a partir da Tese de Doutorado de Eduardo Valadares da Silva, defendida em 2019, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Escola de Ciência de Informação (ECI), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tem como título “O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo”. O recorte apresentado neste capítulo foi comunicado na 7mas Jornadas de Bibliotecología: Intercambio y Reflexión Acerca de la Investigación. La Plata, Argentina, no período de 17 a 19 de abril de 2024.



No Brasil, desde a década de 1950, esforços para integrar as bibliotecas escolares aos currículos têm sido realizados em grande parte do território nacional. Como exemplo pioneiro de uma dessas iniciativas citamos a tradução do livro *Ensinando o uso de livros e bibliotecas: manual para professores e bibliotecários*, de Sylvio do Valle Amaral. De forma prática, o livro demonstra, por meio de atividades e estratégias didáticas, a necessidade do desenvolvimento de competências biblioteconômicas para bibliotecários e professores, visando ao desenvolvimento integrado de ações e habilidades dos alunos quanto ao uso das bibliotecas e seus recursos (Campello, 2009).

Nesse sentido, a atuação profissional e a formação de bibliotecários e de professores são elementos que se inter-relacionam, a fim de potencializarem práticas qualitativas, promovendo um espaço dialógico e integrador. Portanto, é observado que a ampliação das competências profissionais dos atores escolares são fundamentais para o desenvolvimento das frentes de ensino e aprendizagem. Principalmente por meio da leitura e da pesquisa.

No ano de 1971, as bibliotecas passaram a ocupar um lugar institucional na formação dos alunos do primeiro e segundo grau (atualmente denominados de ensino fundamental e médio). Nessa época, as pesquisas passaram a compor a linha de educação formal brasileira (Suaiden, 1978). Dentre os diversos suportes informacionais incluídos nos acervos das bibliotecas públicas brasileiras, o livro é visto pela ótica do desenvolvimento sociocultural, por ser um veículo de informação e da comunicação que tem como uma de suas funções o registro do conhecimento humano e a transmissão da informação textual e imagética. Essas perspectivas informacionais auxiliam na ampliação de conhecimentos, de saberes, na formação identitária cultural e na emancipação social (Suaiden, 1978).



Assim, ao longo dos avanços do campo da Biblioteconomia brasileira, para significar a contribuição educativa das bibliotecas nos processos de ensino-aprendizagem, a atitude por parte da classe bibliotecária foi propor funções pedagógicas mais ativas e a demarcação de sua participação protagonista no planejamento curricular. “A biblioteca passava a ter envolvimento direto no desenvolvimento do currículo e no processo de aprendizagem” (Campello, 2009, p. 34). Tal atitude corporativa atribuiria um papel significativo para as bibliotecas, retirando o caráter taxativo e restritivo de “equipamento escolar” com atribuições custodiais.

Contudo, surge uma problemática para o campo da Biblioteconomia. Para que, de fato, seja atribuída às bibliotecas a função de espaço de aprendizagem em âmbito escolar, as suas práticas e exercícios devem estar integrados aos documentos curriculares norteadores da Educação Básica Brasileira. Pois são os currículos escolares que tratam do estabelecimento de orientações norteadoras à formação básica no Brasil. Diante disso, é necessário compreender etimologicamente o que significa currículo. Trata-se, então, de:

[...] um curso a ser seguido, ou, mais especificamente, apresentado. Como observa Barrow (1984, p. 3), ‘no que se refere à etimologia, portanto, o currículo deve ser entendido como ‘o conteúdo apresentado’ para estudo’. [...] O vínculo entre currículo e prescrição foi, pois, forjado desde muito cedo, e, com o passar do tempo, sobreviveu e fortaleceu-se. Em parte, o fortalecimento deste vínculo deveu-se ao emergir de padrões sequenciais de aprendizado para definir e operacionalizar o currículo segundo modo já fixado (Goodson, 1995, p. 31).

Portanto – conceitualmente – o currículo escolar é proposto como o alicerce para difundir e orientar as práticas pedagógicas no ambiente escolar, visando a conteúdos, atividades e competências de seus atores. Para que o sujeito da aprendizagem alcance um



desenvolvimento pleno, esta base estruturante não pode ser enriquecida, prescritiva e conteudista. O currículo deve atentar para as diversidades e as possibilidades de aprendizados. Para tal, as práticas de aprender ensinar já devem ser conceituadas como uma realidade holística. Nessa tônica global epistêmica, estimulam-se,

[...] outros sentidos para o currículo que possam favorecer movimentos em direção à desconstrução, à rasura de conceitos enclausurados que, de tão acostumados a esse confinamento, custam a perceber a potência e a riqueza da vida direcionada para se pensar-sentir o que é currículo (Ferraço, 2011, p. 11).

No ano de 2008, o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) estimulou a criação de bibliotecas escolares e a sua institucionalização curricular a partir do *Projeto mobilizador: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público* (CFB, 2008). Tal mobilização visou à formação de sujeitos críticos a partir do ensino escolar e das práticas desenvolvidas em conjunto com as bibliotecas escolares. Mais recentemente, em 2022, o CFB apresentou nova campanha denominada #SouBibliotecaEscolar, que “busca articular atores e desenvolver ações conjuntas para garantir o cumprimento da Lei nº 12.244/2010 (Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares)” (CFB, 2022, p. 16).

Propostas como a do CFB, que visam ao aprimoramento de professores e bibliotecários para as potencialidades do uso ativo do espaço, recursos e serviços das bibliotecas escolares, deveriam ser mais percebidas na esfera do ensinar-aprender dos currículos. Percebe-se que para fomentar a criticidade intramuros escolares é preciso aderir às práticas exitosas, principalmente aquelas que tenham como base o desenvolvimento do Letramento Informacional



e da Competência Informacional. Por meio desses aspectos infoducacionais ampliam-se as possibilidades de programas de aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes entrelaçados com as práticas biblioteconômicas realizadas no espaço da biblioteca escolar.

Porém, o que se tem como realidade curricular brasileira é o recorrente distanciamento de bibliotecários no desenvolvimento de propostas orientadas pelos documentos “oficiais” e institucionais de ensino-aprendizagem. A aproximação ativa desses profissionais ao currículo escolar, ainda, coloca-se como frágil. Pois ora às bibliotecas são atribuídas funções estritamente aos seus acervos (principalmente no uso restrito do livro), ora não aparecem nos currículos escolares.

Para que se compreendam as orientações norteadoras dos currículos escolares na formação básica brasileira, visando à construção de projetos político-pedagógicos mais holísticos, este capítulo traz como questão central: de que modo as bibliotecas escolares são concebidas nos documentos curriculares oficiais brasileiros que orientam as práticas educativas nas escolas?

Como objetivo geral, propõe-se analisar a representação das bibliotecas escolares nos principais documentos curriculares nacionais que orientam as práticas educativas nas escolas brasileiras.

Os objetivos específicos apontam para:

- a) Analisar, a partir dos termos “biblioteca”, “leitura” e “pesquisa”, nos documentos oficiais que orientam as práticas educativas nas escolas; e
- b) examinar a associação da biblioteca escolar nos documentos curriculares nacionais.



2 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O objeto de estudo deste capítulo parte de uma amostra intencional que, segundo Williamson (2006), consiste em eleger casos que tenham como principais características fatores informacionais e que permitam a profundidade de estudo e aprendizagem por meios das análises propostas. Visto os atrasos na aplicação da Lei nº 12.244/2010 que “dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País”, é necessário ampliar o diálogo sobre a representação da biblioteca escolar nos documentos de base da Educação Básica Brasileira (Brasil, 2010).

Para que a pesquisa se tornasse exequível, foram definidos quatro dos principais documentos curriculares da Educação Básica Brasileira para a investigação documental e análise de conteúdo, a saber:

- a) Diretrizes Curriculares para Educação Básica (DCNEB), publicadas pelo Ministério da Educação (MEC), por meio do Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2013 (Brasil, 2013);
- b) Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para Educação Infantil e Ensino Fundamental, publicada pelo MEC em 2017 (Brasil, 2017);
- c) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), publicada em 1996, com atualizações até o mês de março de 2017 (Brasil, 1996), e;
- d) Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014 por meio da Lei 13005/2014 (Brasil, 2014).

A partir desse escopo, a pesquisa se caracteriza como aplicada e de abordagem qualitativa, pois possibilita observar a sensibilidade e o aprofundamento não mensurável dos fenômenos políticos-cul-



turais-sociais. Para Demo (1985), a característica principal de uma pesquisa qualitativa é a de compreender os processos dialéticos entre as dinâmicas históricas e os atores humanos. A oportunidade da pesquisa qualitativa possibilita observar a sensibilidade e o aprofundamento não mensurável dos fenômenos. Para Minayo (2002, p. 22), na abordagem qualitativa observa-se:

[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Da perspectiva dos objetivos, esses são de cunho descritivo, pois pretendem expor por meio de contextos teóricos as possíveis interpretações (Demo, 1985). Para esta pesquisa, a padronização de dados de pesquisa se apresenta como uma ferramenta que auxilia no estabelecimento de variáveis.

Quanto aos procedimentos técnicos, esses estão sob a luz da pesquisa documental, uma vez que se recorre às fontes que não receberam tratamento analítico exaustivo, são fontes de informação que requerem do pesquisador uma análise crítica, a partir de uma proposta científica (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

A partir da coleta de dados dos quatro documentos supracitados, o método de análise se deu inspirado na Análise de conteúdo (Bardin, 1995). A técnica proposta requer procedimentos descritivos e criteriosos a partir de:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1995, p. 42).

No método de Análise de conteúdo de Bardin, o principal objetivo são os termos, visto que a “semântica tem como objeto o sentido das unidades linguísticas, funcionando, portanto, como o principal material da análise de conteúdo: os significados” (Valentim, 2005, p. 121). Portanto, para realizar a análise são propostas três etapas, a partir da ótica de Oliveira (2008):

- a) **pré-análise** – o processo de delimitação documental a ser analisado, com isso a formulação de hipóteses e objetivos pelos quais se elaboram indicadores para exploração e categorização;
- b) **exploração ou codificação do material** – os dados brutos são reunidos em unidades específicas, para que seja possível a descrição com pertinência do que se expressa no texto. O texto se fragmenta em unidades de registro, destacando palavras, frases e temas;
- c) **resultados para inferência e interpretação** – finalmente, as informações são destacadas pela sua frequência, para que se desenhe condições interpretativas. Dessa forma, as inferências e interpretações analíticas atravessam o texto documental e percebem os sentidos por detrás do apreendido.

Em suma, a Análise de conteúdo de Bardin, na qual nos inspiramos, é uma técnica que visa à “[...] apreensão de uma realidade visível, mas também uma realidade invisível, que pode se manifestar apenas nas “entrelinhas” do texto, com vários significados” (Cavalcante; Calixto; Pinheiro, 2014, p. 15).



2.1 Apresentação dos documentos curriculares nacionais da educação básica

Dos objetivos apontados por essa pesquisa, é nítida a possibilidade de entrelaçamento dos documentos curriculares e do espaço das bibliotecas escolares, portanto, a sua exploração permite compreender como são percebidas as bibliotecas escolares nos currículos. Para esta pesquisa, o território brasileiro foi definido como campo de pesquisa e os quatro documentos curriculares nacionais foram definidos como *corpus* da pesquisa para a análise.

Para que se compreenda o *corpus* selecionado, constata-se que os objetivos das DCNEB são:

- I – sistematizar os princípios e diretrizes gerais da Educação Básica contidos na Constituição, na LDB e demais dispositivos legais, traduzindo-os em orientações que contribuam para assegurar a formação básica comum nacional, tendo como foco os sujeitos que dão vida ao currículo e à escola;
- II – estimular a reflexão crítica e propositiva que deve subsidiar a formulação, execução e avaliação do projeto político-pedagógico da escola de Educação Básica;
- III – orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (Brasil, 2013, p. 7-8).

Para orientar a pesquisa que compõe este capítulo, observa-se que as DCNEB se referem à: Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio (Brasil, 2013).

São apresentadas nestes documentos as recomendações voltadas para: Educação no Campo; Educação Indígena; Educação Quilombola; Educação Especial; Educação para Jovens e Adultos em Situação de Privação de Liberdade; Educação Profissional Técnica de Nível Médio (Brasil, 2013).



Ainda, as DCNEB apontam para: Educação de Jovens e Adultos (EJA); Educação Ambiental; Educação em Direitos Humanos; Educação das Relações Étnico-Raciais; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2013).

Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e Ensino Fundamental possui um caráter normativo e estabelece um:

[...] conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2017, p. 7).

Referida como BNCC, essa normativa trata de uma referência para a formulação dos currículos dos sistemas e redes escolares de todo o país, bem como das propostas pedagógicas das instituições escolares públicas e privadas. A BNCC pretende contribuir para a ampliação de políticas e ações relacionadas à formação de educadores, avaliação, definição de conteúdos e critérios necessários ao desenvolvimento da educação. Essa base espera superar as fragmentações das políticas educacionais e garantir um mesmo patamar de aprendizagens a todos os estudantes.

O terceiro documento analisado foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 – com atualizações até o mês de março de 2017 (Brasil, 1996). A LDB regulamenta os sistemas educacionais públicos e privados no país, desde a Educação Básica até o Ensino Superior, indicando os princípios da educação e deveres do estado e estabelecendo as responsabilidades colaborativas dos entes federados e dos municípios. Além disso, aborda temas como a destinação de recursos financeiros e a formação de educadores.



Finalmente, o quarto e último documento analisado foi o PNE (Brasil, 2014). O PNE se volta para todas as etapas da Educação Básica – Educação Infantil, Ensino Fundamental (que é dividido em duas fases) e Ensino Médio – a saber:

- » a elevação global do nível de escolaridade da população;
- » a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis;
- » a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública;
- » democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 2014, p. 7).

O PNE prevê a garantia do direito à Educação Básica, a redução das desigualdades, a valorização das diversidades e valorização da vida humana. Além disso, busca orientar sobre a valorização dos profissionais da educação. Dentre as 20 metas apontadas pelo PNE, há também o Ensino Superior e a atribuição de responsabilidades dos governos federais e estaduais para a educação (Brasil, 2014).

3 RESULTADOS: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS CURRICULARES FACE À BIBLIOTECA ESCOLAR

A seguir dispõem-se as apresentações e as análises dos dados da pesquisa, no que diz respeito a como é percebida a biblioteca escolar face ao currículo escolar brasileiro representado pelos documentos: Diretrizes Curriculares para Educação Básica, BNCC, LDB e PNE.

Para o recorte apresentado neste capítulo evidencia-se, principalmente, o quadro de análise da categoria “biblioteca”, na proposta de apreensão do sentido apresentado nos currículos escolares, assim as análises realizadas atendem ao objetivo geral da pesquisa. Já o aprofundamento analítico nas categorias “leitura” e “pesquisa” é realizado para dar mais embasamento às discussões acerca das integrações e distanciamentos da biblioteca escolar e do currículo brasileiro, de forma que atenda aos demais objetivos dessa pesquisa⁴.

3.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica

A partir da busca realizada pelo termo “biblioteca” (Quadro 1), observa-se que, na maioria das referências, ela foi vinculada a um recurso material ou objeto. As cinco referências iniciais associam as bibliotecas escolares a um equipamento necessário ao funcionamento das escolas, no que diz respeito à efetivação de políticas públicas educacionais voltadas às minorias. Duas referências caracterizam-na também como um equipamento voltado à oferta da modalidade de educação a distância. Além disso, aponta-se a necessidade de disponibilização de recursos tecnológicos como itens necessários ao bom funcionamento das bibliotecas.

4 A leitura integral da pesquisa original pode ser realizada por meio da tese de doutorado de Silva (2019).



QUADRO 1 – Categorias relacionadas à “biblioteca” nas DCNEB

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
<ul style="list-style-type: none"> » Equipamento necessário ao funcionamento de escolas indígenas. » Equipamento ou objeto necessário a ações de cultura em espaços de privação de liberdade » Equipamento ou objeto necessário à efetivação de política racial » Equipamento ou objeto para educação em espaços de privação de liberdade » Precarização de equipamentos ou objetos para educação em espaços de privação de liberdade. 	Biblioteca como equipamento/objeto para funcionamento de escolas voltadas para minorias
<ul style="list-style-type: none"> » Equipamento necessário ao funcionamento de polos de educação a distância » Equipamento necessário ao funcionamento de polos de educação a distância na modalidade de EJA 	Biblioteca como equipamento/objeto necessário à educação a distância
<ul style="list-style-type: none"> » Recursos tecnológicos para garantir o acesso à biblioteca 	Recursos tecnológicos
<ul style="list-style-type: none"> » Espaço físico ou objeto para atender ao projeto pedagógico, item constante nos planos de curso 	Biblioteca vinculada a documentos escolares
<ul style="list-style-type: none"> » Bibliotecas como espaços culturais diversificados 	Espaço cultural

FONTE: Silva (2019).

Com a busca pelo termo “leitura”, é possível perceber no Quadro 2 a importância da sua prática nos currículos, nos projetos pedagógicos e, também, nas práticas docentes, como um potente recurso às aprendizagens. Fica explicitado que a leitura pode ser utilizada para a promoção da inclusão social nas modalidades de ensino que atendem



às minorias, bem como na relação com os desafios educacionais e sociais da contemporaneidade. Isso pode se dar por meio da superação de tradicionalismos retrógrados, compreensão e respeito às diversidades, uso de novas mídias baseadas nas tecnologias. Ainda, potencializa a leitura como recurso para a iniciação científica.

QUADRO 2 – Categorias relacionadas à “leitura” nas DCNEB

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
<ul style="list-style-type: none">» Necessidade de planejamento de um currículo que estimule o prazer pela leitura» Projeto pedagógico como instância de construção do estímulo à leitura» Valorização da leitura explícita nos projetos pedagógicos das escolas» Componentes curriculares propiciando o exercício da leitura na infância» Leitura como constitutiva da prática docente» Currículo como conjunto de experiências que, dentre outros fatores, propicie contato com diferentes linguagens para além de leitura e escrita	Leitura como se fazer presente nos currículos, projetos pedagógicos e práticas docentes
<ul style="list-style-type: none">» Domínio da leitura para desenvolvimento de aprendizagens» Leitura como estratégia de ensino» Estímulos sociais e familiares como facilitadores à habilidade leitora» Leitura como código a ser desenvolvido no ensino fundamental» Leitura de livros para estimular o interesse pela escrita desde a infância» Aprendizagem da leitura a partir da capacidade de representação	Leitura como recurso para ensino-aprendizagem



Categorias Intermediárias	Categorias Finais
<ul style="list-style-type: none"> » Fomento à leitura junto às escolas pertencentes às unidades prisionais. » Leitura de literatura de raiz africana » Ludicidade como estímulo à leitura em escolas indígenas. 	<p>Leitura como instrumento de inclusão das minorias sociais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> » Leitura do mundo por meio da superação de formas tradicionais e ultrapassadas de ensino » Contato com a diversidade do mundo por meio da leitura » Redução do espaço dedicado à leitura em detrimento a outras mídias, como a TV e Internet » Valorização da leitura como atividade integradora de iniciação científica 	<p>Leitura e os desafios da contemporaneidade.</p>

FONTE: Silva (2019).

Apesar da importância que as DCNEB atribuem à leitura, não fica explícito no documento sua caracterização como um fazer que também pode ser de responsabilidade da biblioteca ou do bibliotecário escolar. As DCNEB destacam e evidenciam o papel do professor como o agente dinamizador dessa prática em sala de aula.

Com a aplicação do termo de busca “pesquisa” obteve-se como resultado um número maior de categorias intermediárias e finais, se comparado às buscas realizadas com os termos “biblioteca” e “leitura”. Sobreleva-se aqui a presença da categoria intermediária a qual indica que a mediação da pesquisa seja feita pelo professor em parceria com outros educadores da escola. Esse discurso permite inferir sobre a importância no estímulo de parcerias e integração dos atores escolares, pois o documento trata a pesquisa como um processo que para ser realizado com maior qualidade, necessita ser feito coletivamente. Ainda, vale citar que nas demais categorias

intermediárias há um destaque maior para a realização da atividade de pesquisa com a estrita mediação do professor.

QUADRO 3 – Categorias relacionadas à “pesquisa” nas DCNEB

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
» Pesquisa como papel dos professores, apoiados por demais profissionais da escola	Pesquisa orientada por professores
» Professor como orientador das pesquisas frente às TICs	
» Pesquisa como princípio pedagógico tendo professores como mediadores	
» Pesquisa escolar mediada por professores para garantir a qualidade na busca, uso e apropriação de informação e conhecimento.	
» Pesquisa orientada por professores	
» Incentivo à pesquisa presente nos projetos pedagógicos	Pesquisa como atividade pedagógica prevista nos documentos curriculares
» Pesquisa como atividade do currículo das escolas de tempo integral	
» Pesquisa como item da organização escolar	
» Pesquisa como núcleo central de aprendizagens no projeto pedagógico	
» Pesquisa como princípio pedagógico	
» Princípios de sustentação ao projeto nacional de educação	
» Problemática para incentivo à pesquisa constando nos projetos pedagógicos	



Categorias Intermediárias	Categorias Finais
<ul style="list-style-type: none"> » Enfoques de pesquisa por eixos temáticos » Garantia de liberdade para o aluno pesquisar » Interesses dos alunos definindo os temas de pesquisa » Novas características de realização de pesquisas pelos estudantes » Pesquisa como princípio pedagógico, tendo o estudante como protagonista » Pesquisas contextualizadas às realidades se tornam mais significativas » Pesquisa propiciando participação do estudante no relacionamento entre escola e comunidade 	<p>Pesquisas condizentes com as novas realidades, tendo o aluno como protagonista</p>
<ul style="list-style-type: none"> » Currículo para além de atividades como a pesquisa » Pesquisa como instrumento pedagógico para prática discente e cidadania ambiental » Pesquisa como princípio pedagógico para garantia do exercício da cidadania » Pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional e tecnológica » Pesquisa como princípio pedagógico para desenvolvimento da aprendizagem 	<p>Pesquisa como princípio pedagógico diferenciado</p>
<ul style="list-style-type: none"> » Garantia à diversidade e pluralidade na pesquisa » Incentivo à pesquisa por meio da problematização » Pesquisa pluridisciplinar » Interdisciplinaridade nas pesquisas escolares como desafio aos professores 	<p>Ações inovadoras de pesquisa</p>
<ul style="list-style-type: none"> » Pesquisa propiciando atitude científica » Pesquisa como atividade de enriquecimento para alunos com altas habilidades » Aprender a aprender para o desenvolvimento da capacidade de pesquisa » Pesquisa potencializando a reconstrução de conhecimentos 	<p>Pesquisa como recurso para autonomia crítica e científica</p>

FONTE: Silva (2019).



Tendo como ponto de partida a abertura da possibilidade de estabelecimento de uma relação de apoio entre professores e demais educadores da escola, torna-se mais viável que se vislumbre, nas DCNEB, uma integração da biblioteca ao currículo, uma vez que a pesquisa é caracterizada como uma atividade pedagógica que necessita ser prevista pelos documentos curriculares das escolas.

Para além disso, observa-se que o aluno é também colocado no núcleo de atores protagonistas, no que diz respeito à definição do que se pesquisar, como pesquisar e para que se pesquisar, uma vez que se sugere que as temáticas e formas de pesquisa devem estar condizentes com as novas realidades, o que, por consequência, torna a pesquisa um processo pedagógico inovador e fomentador do desenvolvimento da autonomia crítica e científica dos alunos. Portanto, observam-se as competências em informação e letramentos necessários para toda a população escolar.

Com base na análise dessas categorias, percebe-se a possibilidade de estabelecimento de uma aproximação com a perspectiva de currículo narrativo, que é apontada nesta tese como uma possibilidade de promover a integração do currículo com a biblioteca escolar.

3.2 Base Nacional Comum Curricular

Na BNCC (Quadro 4), apesar das indicações da importância que o documento atribui às interações para a compreensão e constituição dos fazeres infantis, e de compreendermos o potencial que a biblioteca tem na constituição dessas questões, não fica explicitado de que forma ela pode apoiar essas experiências de aprendizagem. A única categoria relacionada à biblioteca na BNCC está atrelada a espaços como praças, parques, pátios e outros, que possibilitam experiências e vivências para os alunos e, portanto, devem ser



valorizadas para o estímulo ao pensamento crítico e criativo, mas sem explicitar um papel ativo das bibliotecas em si.

QUADRO 4 – Categorias relacionadas à “biblioteca” na Base Nacional Comum Curricular

Categorias Iniciais	Categorias Intermediárias
» Biblioteca como ambiente educativo	» Biblioteca como ambiente educativo

FONTE: Silva (2019).

Sobre o aspecto da “leitura”, observa-se por meio do Quadro 5 que a BNCC não indica explicitamente de que forma a biblioteca pode contribuir no desenvolvimento dessa habilidade. Ainda que recorrentemente se associe à biblioteca uma corresponsabilidade com relação à leitura, o documento não detecta essa atribuição à unidade de informação e seus atores.

QUADRO 5 – Categorias relacionadas à “leitura” na Base Nacional Comum Curricular

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
» Apropriação da leitura nos primeiros anos do Ensino Fundamental	Leitura na infância
» Importância da leitura precoce	
» Articulação das dimensões da leitura às manifestações de linguagem	Relação da leitura com as linguagens
» Leitura como prática de linguagem que subsidia as relações sociais	
» Prática da leitura articulada às demais linguagens	



Categorias Intermediárias	Categorias Finais
<ul style="list-style-type: none">» Articulação de diversas habilidades para prática de leitura» Habilidade de leitura de forma específica e contextualizada» Leitura para além do texto escrito» Relação do contexto da produção escrita com a leitura» Conhecimento sobre gêneros, textos, língua e norma padrão para favorecer o desenvolvimento da capacidade de leitura	Pesquisas condizentes com as novas realidades, tendo o aluno como protagonista
<ul style="list-style-type: none">» Leitura como habilidade de análise linguística/semiótica» Procedimentos e estratégias metacognitivos aplicados ao processo de leitura	Leitura como ferramenta de aprendizagem
<ul style="list-style-type: none">» Leitura como pressuposto da Língua Portuguesa nos documentos curriculares» Prática da leitura como ação para aprendizagem da língua portuguesa» Prática de leitura oportunizando reflexões sobre a língua» Leitura como pressuposto da Língua Portuguesa nos documentos curriculares	Leitura como subsídio para aprendizagem da língua

FONTE: Silva (2019).

Contudo, percebe-se a sugestão de desenvolvimento de objetivos diversificados, desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, utilizando, como recursos, atividades e linguagens diferenciadas, que subsidiem o aprimoramento dos sujeitos aprendizes nas relações sociais de que fazem parte. Nesse sentido, observa-se que para a BNCC a leitura não constitui apenas uma funcionalidade, mas uma ferramenta de inserção social que necessita ser desenvolvida desde a infância.



No que diz respeito à “pesquisa”, verifica-se que a BNCC também não faz nenhuma referência explícita ao papel da biblioteca no seu desenvolvimento. Pelo contrário, destaca a responsabilidade pela mediação da pesquisa apenas ao professor. Todavia, observam-se nas categorias intermediárias e finais aproximações com a perspectiva de currículo narrativo. Ou seja, a BNCC associa a pesquisa a um tipo de aprendizagem que se desenvolve na elaboração e na manutenção continuada de uma narrativa de vida ou de identidade.

QUADRO 6 – Categorias relacionadas à “pesquisa” na Base Nacional Comum Curricular

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
<ul style="list-style-type: none"> » Relação das vivências sociais com o processo de pesquisa » Compreensão autônoma dos alunos nas fontes de pesquisa » Pesquisa como dimensão formativa dentro e fora da escola » Pesquisa como subsídio para formação crítica » Processo de pesquisa considerando as necessidades dos alunos 	<p>Relação da pesquisa com a formação dos sujeitos na sua relação com o meio</p>
<ul style="list-style-type: none"> » Apropriação do processo de pesquisa » Organização autônoma dos alunos dos resultados de pesquisa » Organização do processo de pesquisa » Organização dos resultados de pesquisa » Planejamento do processo de pesquisa 	<p>Planejamento e prática do processo de pesquisa</p>

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
» Leitura como recurso para qualificação da pesquisa em outros idiomas » Leitura para embasamento de práticas de pesquisa » Seleção de textos e livros para realização de pesquisa como competência da língua portuguesa	Relação da leitura com o processo de pesquisa
» Qualidade da pesquisa em outros idiomas » Qualidade do processo de pesquisa » Qualificação para prática de pesquisa	Qualidade do processo de pesquisa
» Compartilhamento de resultados de pesquisa em sala de aula » Compartilhamento de resultados de pesquisas	Compartilhamento de resultados de pesquisas
» Pesquisa em matrizes artísticas » Pesquisa em matrizes estéticas e culturais	Relação da pesquisa com as linguagens
» Pesquisa mediada pelo professor	Mediação da pesquisa
» Pesquisa perpassando os campos envolvidos na curadoria da informação	Pesquisa e informação
» Tecnologias e linguagens como recursos para prática de pesquisa em outros idiomas	Tecnologia e linguagens para pesquisa
» Pesquisa como campo de articulação com o currículo	Relação da pesquisa com o currículo escolar

FONTE: Silva (2019).



Esses indícios ficam evidentes nas categorias que apontam a importância do desenvolvimento da pesquisa de forma autônoma pelos alunos e sobre temas provenientes de suas vivências sociais, aproximando-os do meio que vivem e com vistas à formação de cidadãos críticos dotados de conhecimentos, habilidades e atitudes que ampliaram suas bases de conhecimento ao longo da vida.

Para além disso, a BNCC ainda prevê o compartilhamento dos resultados de pesquisa com os pares em sala de aula, isso tem a potencialidade de estimular o interesse de outros alunos pelo tema apresentado e desencadeando novos estímulos e interesses de pesquisa. Destaca-se, ainda, que as pesquisas necessitam estar articuladas com o currículo, por sua vez a pesquisa é uma atividade de fato conectada às aprendizagens necessárias ao aluno.

3.3 Lei de Diretrizes e Bases da Educação

Na LDB(Quadro 5), a busca dos termos resultou apenas na localização de um trecho relacionado à “leitura” que gerou a categoria Leitura para a formação do cidadão.

QUADRO 5 – Categorias relacionadas à “biblioteca” na LDB

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
Leitura como habilidade necessária à formação básica do cidadão	Leitura para formação do cidadão

FONTE: Silva (2019).

Observa-se que não há uma indicação dos atores ou setores responsáveis pelo desenvolvimento desta habilidade, fazendo com que se apresente uma latente incerteza na definição de como ou quem a mediará. Tampouco se observa alguma possibilidade de integração da biblioteca ao currículo por meio da leitura.



3.4 Plano Nacional de Educação

O PNE possui um caráter mais prático (Quadro 6), com metas que se pretendem alcançar entre os anos de 2014 e 2024, e nele observou-se baixa frequência do termo “biblioteca”.

Apesar de haver a presença da biblioteca vinculada a um equipamento – na maior parte das categorias intermediárias – percebe-se sua vinculação a um fazer pedagógico, importante para melhoria dos indicadores educacionais e da qualidade do ensino. Outro ponto de destaque positivo é a intenção de aprimoramento e adaptação de programas governamentais, dentre eles programas da biblioteca, visando a um melhor desenvolvimento da educação.

QUADRO 6 – Categorias relacionadas à “biblioteca” no Plano Nacional de Educação

Categorias Intermediárias	Categorias Finais
» Importância da biblioteca como um equipamento físico para melhoria dos indicadores de qualidade da educação	Biblioteca vinculada a equipamento/ recurso pedagógico
» Equipamento ou espaço físico voltado ao funcionamento das escolas.	
» Equipamento ou espaço físico voltado para apoio de professores e alunos	
» Espaço com acesso garantido a todos os alunos para melhoria da qualidade de ensino	
» Programa da biblioteca voltado ao desenvolvimento da educação	Programa educativo
» Ambiente cultural enriquecedor	Espaço cultural

FONTE: Silva (2019).



Nas categorias atribuídas à “leitura”, ela é vista como um recurso à aprendizagem e para o estabelecimento de relações sociais dos alunos. Não foram observadas relações da leitura com a biblioteca, para além de estarem as duas no rol de programas governamentais que necessitam ser revistos, mas sem indicativos explícitos de proximidade nas metas apresentadas pelo PNE, tampouco na indicação de ações a serem sistematizadas conjuntamente em âmbito local pelos agentes responsáveis por sua execução.

As categorias relacionadas à “pesquisa” no PNE são apontadas para o seu papel no processo de ensino-aprendizagem e na formação dos estudantes, sem fazer nenhuma referência acerca da responsabilidade de quais educadores serão responsáveis pelo seu desenvolvimento na escola. Também não está apontada a necessidade de ser uma atividade prevista nos projetos pedagógicos, tampouco a possibilidade clara de integração da biblioteca, do seu planejamento ou de prática cotidiana.

4 SÍNTESE BASEADA NA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A partir da categorização e análise dos quatro documentos apresentados, observam-se indícios sutis de que eles poderiam subsidiar uma maior e melhor integração das bibliotecas aos currículos. Contudo, a maior parte deles apresenta um distanciamento com relação a essa questão. Uma marca recorrente em todos é a associação direta da biblioteca a um recurso material ou objeto na escola, ainda que importante ao funcionamento dela.

Nas DCNEB, o ponto que chama atenção é a necessidade de vinculação das bibliotecas escolares aos documentos curriculares produzidos pelas escolas, como os projetos políticos-pedagógicos e



planos de ensino. Observa-se, ainda, a importância dada ao desenvolvimento da leitura, mesmo que em nenhum momento a associe a um fazer que também pode ser desenvolvido pelas bibliotecas.

Com relação à pesquisa, as DCNEB indicam pontualmente a necessidade de que essa atividade seja mediada por professores em parceria com outros educadores da escola, o que permite inferir que nesse rol de educadores esteja o bibliotecário. Aponta ainda, que a pesquisa seja caracterizada como uma atividade pedagógica norteada por objetivos claros de aprendizagem e que os alunos sejam protagonistas no que diz respeito à definição de como, onde, como e o que se pesquisar. Esse conjunto de apontamentos faz com que se possa vislumbrar um início de integração da biblioteca ao currículo, mesmo que seja mais enfática a indicação do professor como o mediador da pesquisa na escola.

A BNCC se apresenta deficitária no que diz respeito à importância que dá explicitamente à biblioteca escolar, pois a partir dela emergiu apenas uma categoria que a aponta como um ambiente educativo (ao nosso entender passivo), similar ao pátio da escola, praças, parques e outros. No que diz respeito à leitura e à pesquisa, não se nota em nenhum momento possibilidades de integração da biblioteca ao currículo por meio dessas atividades, pelo contrário, destaca-se restritamente o papel do professor como o responsável por isso.

A LDB, a partir das análises apresentadas, é o documento com menor nível e frequência dos termos pesquisados, permitindo apenas o estabelecimento de uma categoria relacionada à leitura, e que ainda assim se mostra tímida com relação ao que aqui se analisa que é a integração da biblioteca ao currículo.



No PNE, a frequência do termo “biblioteca” é razoável, mesmo assim associando-a um equipamento ou objeto da escola, ainda que vinculada aos fazeres pedagógicos da escola e importante para a melhoria dos índices que medem a Educação Básica no Brasil. Com relação à leitura e pesquisa, também não apresenta possibilidades claras de integração da biblioteca ao currículo em seu planejamento ou execução.

Em síntese, acredita-se que há um olhar ainda tímido desses documentos curriculares com relação ao potencial das bibliotecas escolares como organismos para aprendizagem dos alunos, o que pode reverberar na construção também limitada dos documentos das escolas e, por conseguinte, atua nas práticas cotidianas de professores, bibliotecários e demais educadores das escolas. No entanto, ao vislumbrar as práticas integradoras é possível se compreender práticas inovadoras ainda que haja uma limitação presente nos documentos curriculares instituídos no país.

Por exemplo, os auspícios da pesquisa escolar quando compreendida como atividade integradora da biblioteca ao currículo configura-se como uma efetiva possibilidade de exploração da diversidade de temas curriculares existentes. Esse ensejo educativo, informacional e construtor cultural considera as peculiaridades dos estudantes, além de ser apresentado como um método que pode ser trabalhado por bibliotecários e professores. A integração das atividades amplia o uso das bibliotecas, acervos e agentes, principalmente quando se consolida uma relação de confiança entre as classes. Um cuidado necessário na integração infoeducativa diz respeito aos temas explorados na pesquisa escolar, que precisam ser permeados pelos temas em desenvolvimento em sala de aula, na biblioteca e segundo os interesses dos alunos.



Isso posto, as categorias analíticas apresentadas nesta pesquisa se configuraram como alternativas para a promoção da integração das bibliotecas escolares aos currículos. Destacam-se, nesse conjunto, a questão de biblioteca escolar ser corresponsável pelo processo de ensino-aprendizagem ao lado de outros educadores com lugar já consolidado na escola e a importância de se pensar criticamente perspectivas curriculares historicamente instituídas. Diante disso, percebeu-se a importância de se viabilizar a adoção de uma base teórico-prática, que estimule a reflexão e uma possível transformação de como estão configurados os documentos curriculares nacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o conteúdo dos documentos tratados neste trabalho (DCNEB, BNCC, LDB e PNE), à luz de como eles se remetem à biblioteca escolar, evidenciaram-se indícios de que há uma considerável ligação entre esses documentos e a perspectiva curricular que se relaciona com uma postura de vigilância, interdição e prescrição. No que diz respeito à presença da biblioteca escolar nesses documentos, principalmente as DCNEB apontam para a necessidade de se vincular a biblioteca escolar aos documentos curriculares produzidos pelas escolas em si, todavia, os documentos nacionais, como um todo, não explicitam a importância das bibliotecas para além de um equipamento físico e de apoio aos demais setores da escola, tampouco às vinculam a fazeres diretamente pedagógicos. No que diz respeito à leitura e à pesquisa, pouco se destaca o papel da biblioteca e/ou do bibliotecário escolar como protagonistas dessas práticas, atribuindo-lhes apenas papéis secundários ou nulos.



Por fim, acredita-se que há um olhar ainda tímido dos documentos apresentados e analisados com relação ao potencial das bibliotecas escolares como organismos para aprendizagem dos alunos. Isso poderia reverberar na construção limitada dos documentos das escolas e, por conseguinte, nas práticas cotidianas pouco integradas de professores, bibliotecários e demais educadores escolares.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1955.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12244-24-maio-2010-606412-publicacaooriginal-127238-pl.html>. Acesso em: 30 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC: SEB: DICEI, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 22 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/#publicacoes>. Acesso em: 22 jun. 2023.

CAMPELLO, B. S. **Letramento informacional no Brasil**: práticas educativas de bibliotecários em escolas de ensino básico. 2009. 208 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

CAVALCANTE, R. B.; CALIXTO, P.; PINHEIRO, M. C. K. Análise de conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 13-18, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/10000>. Acesso em: 22 jun. 2023.



CFB. #SouBibliotecaEscolar. **Boletim da biblioteconomia**, Brasília, ano 15, n. 81, p. 16-21, 2022. Disponível em: https://cfb.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Informativo_CFB_81_agosto.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

CFB. **Programa mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília, DF: Sistema CFB/CRBs, 2008.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.

FERRAÇO, C. E. Currículo e imagem e narrativa e rede e experiência e diferença e/ou, - sobre conversas, encontros e devires. In: FERRAÇO, C. E. (org.). **Currículo e educação básica**: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires. Rio de Janeiro: Rovellet, 2011. p. 11-50.

GOODSON, I. **Currículo**: teoria e história. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, D. C. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576. out./dez. 2008. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-512081>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. P. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVA, E. V. **O processo de integração entre a biblioteca escolar e o currículo**. 2019. 166 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/31679>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SUAIDEN, E. J. Perspectivas das bibliotecas públicas no Brasil. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, DF, v. 6, n. 1, p. 77-83, jan./jun. 1978. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/29062>. Acesso em: 08 fev. 2024.

VALENTIM, M. L. Análise de conteúdo. In: VALENTIM, M. L. (org.). **Métodos qualitativos de pesquisa em ciência da informação**. São Paulo: Polis, 2005.

WILLIAMSON, K. Research in constructivist frameworks using ethnographic techniques. **Library Trends**, Maryland, v. 55, n. 1, p. 83-101, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2006.0054>. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/202362>. Acesso em: 24 jun. 2024.



A mediação poética na biblioteca escolar: espaço-casa, espaço-vida⁵

■ **Gabriela Piske**
Universidade do Vale do Itajaí (Univali)

*Eu vejo flor;
Você enxerga a lua;
Ele nos mostra o sol.
Eu vejo a sombra;
Você, a luz;
Ele nos revela a cor.
Juntos, seguimos.
Na individualidade.
No coletivo.
Aos olhos de um, de outro, de todos.*

GABRIELA PISKE

1 INTRODUÇÃO

Pelo olhar, captamos o que nos está adiante e, também, longínquo. Pelo olhar, percebemos, como uma lupa, os detalhes, as miudezas. Pelo olhar, vivemos, enamoramos a vida. Pelo olhar, eu encontro o outro; ele me encontra. Somos feitos de olhares, que se cruzam e se tocam. São por olhares instigantes ao compartilhamento, à troca, que a mediação acontece.

A biblioteca escolar, desenhada neste texto como um espaço que pulsa a arte da poesia, é a biblioteca feita com gentes que, enlaçadas, tornam a casa habitada; o abrigo que aconchega. É uma

5 Esta pesquisa é um recorte da tese de Doutorado “Biblioteca-casa: espaço que se desvela em poesia dentro da escola”, defendida em 2022 pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí (Univali) com financiamento da Capes.



biblioteca não passiva, mas que resgata, no outro, as possibilidades de experiência com os livros, com o ambiente, com as diferentes linguagens artísticas e, nesse ínterim, com algum sujeito que possa ser a ponte para ligá-lo ao universo ali presente.

Recordo-me do conto *Um general na biblioteca*, de Italo Calvino (2010). Enquanto uma comissão militar realizava a operação na biblioteca de Panduria, o senhor Crispino foi o grande responsável por mudar todo o rumo da história. Era ele quem apresentava os livros para a leitura dos avaliadores e quem os direcionava a outras obras, conforme suas percepções e seus comentários.

Aos poucos, exemplares que, a princípio, possuíam conteúdos a serem censurados se tornavam a luz do conhecimento. Os livros que deveriam ser lidos pelos oficiais com a finalidade de confiscá-los eram os mesmos que abriram a mente daqueles que, até então, viviam enclausurados em suas bolhas. E se o general Fedina questionava os tenentes sobre como deixavam passar determinados romances, um deles lhe respondia, “[...] citando outros autores, e embrenhando-se em raciocínios históricos, filosóficos e econômicos. Daí nasciam discussões genéricas, que prosseguiam horas a fio” (Calvino, 2010, p. 69).

O senhor Crispino era o grande mediador da biblioteca, a presença fundamental em meio a tantos sujeitos entregues à leitura. Ele percorria a biblioteca em silêncio, “quase invisível dentro de seu jaleco cinza, sempre intervinha na hora certa, com um livro que a seu ver continha detalhes interessantes sobre o tema em questão, e cujo efeito era sempre de pôr à prova as convicções do general Fedina” (Calvino, 2010, p. 69).

Esse personagem da ficção mostra o que defende Milanese (1989) para que a biblioteca seja um espaço cultural: o bibliotecário é quem



pode garantir que a afetividade esteja presente dentro desse espaço. Com sua atuação, ele se torna o responsável por mostrar caminhos no coletivo, na preocupação com cada frequentador, que às vezes está em busca de respostas para algo, mas às vezes busca apenas um ambiente acolhedor e que o desperte ao desconhecido.

É com essa perspectiva de Milanesi (1989) acerca de uma biblioteca que tenha potência também para ser um espaço cultural que mergulho nesta pesquisa – um pequeno recorte da minha tese de doutorado intitulada “Biblioteca-casa: espaço que se *des-vela* em poesia dentro da escola”, defendida em 2022. Ou seja, mergulho em busca de um ambiente escolar feito não somente para guarda de livros ou estudo e pesquisa, mas que dê a oportunidade de aproximar arte e sujeito, de maneira a provocar acontecimentos que toquem os frequentadores.

Por meio da fenomenologia e da Pesquisa Baseada em Arte (PEBA), fiz-me também artista e construí narrativas científicas-literárias enquanto objetivava potencializar a biblioteca escolar como um espaço que educa esteticamente, convidando a mim mesma a enxergar bonitezas e imagens poéticas enquanto percorria por bibliotecas das escolas da Rede Municipal de Itajaí, em Santa Catarina.

Tendo, principalmente, como aporte teórico Schiller (2002), embasei-me na educação estética que não separa a razão e a sensibilidade do sujeito, mas que, pelo contrário, dá voz à sua subjetividade enquanto produção de conhecimento. Um movimento que pode e deve acontecer dentro da biblioteca escolar. É uma educação que atua fortemente nos sentidos, “para aguçar o olhar do sujeito para o mundo à sua volta, uma vez que esse mesmo sujeito passa a ressignificar as coisas, os objetos, os seres, os sentimentos quando se permite se afetar e, com esse afeto, racionalizar” (Piske, 2022, p. 24).



Pelas palavras poéticas, desenho a seguir as discussões teóricas e apresento uma das bibliotecas que conheci entre as minhas andanças de doutoranda e escritora, buscando encontrar a biblioteca-casa, cultural e estética, e que tenha alguém que a convide a entrar e fazer morada por meio da mediação.

2 AOS OLHOS DE MIM E DO OUTRO, UM COMPARTILHAMENTO DO MUNDO

*Ao entrar numa biblioteca,
o que sentes?
O que teus pensamentos divagam?
Com o que sonhas?
Eu, apenas vivo.*

GABRIELA PISKE

Ao entrar em uma biblioteca, sinto-me viva. Ao entrar em uma biblioteca, sinto-me disposta a vivê-la. E é esse o convite que faço a você, leitor, neste momento. Que possas caminhar comigo por entre os corredores da biblioteca escolar livre para o que temos a descobrir. Que possamos juntos adentrar os detalhes em busca de mudarmos o nosso olhar sobre esse espaço.

Petit (2013, p. 107) diz que uma das contribuições das bibliotecas é abrir as portas para a emancipação dos sujeitos, “[...] não porque dão acesso ao saber, mas também porque permitem a apropriação de bens culturais que auxiliam na construção de si mesmo e na abertura para o outro”. Acrescento que essa apropriação se dá ainda mais quando existe alguém disposto a apresentar e a aproximar os bens que ali se encontram aos indivíduos dispostos a partilha.

Na escola, dentro da biblioteca, nem sempre temos essa figura presente. É fato que políticas públicas relacionadas à biblioteca



escolar ainda caminham lentamente, isso inclui o não reconhecimento da relevância de se ter um profissional responsável por esse espaço. Quando se tem, ainda existe uma ausência de entendimento sobre suas funções, colocando apenas como prioridade a guarda dos livros e a organização dos espaços.

Souza (2009) enfatiza que tanto a formação dos profissionais das bibliotecas quanto a dos próprios professores ainda possuem lacunas no que diz respeito às ações que podem ser realizadas no espaço escolar com os materiais e as possibilidades educativas que compõem esse ambiente. “Ter, apenas, acesso aos livros ou tempo para ler não basta, nem simplesmente **deixar ler**, para que o interesse pela leitura ocorra, é preciso apresentar os livros aos leitores em formação. Para tanto, faz-se necessário investir na mediação de leitura” (Souza, 2009, p. 11, grifo da autora). É necessário, dessa forma, olhar para a biblioteca escolar como um espaço que abre caminhos, seja pela leitura, seja por outras manifestações culturais, tendo alguém que mostre essas estradas a quem almeja passar por elas.

Desse modo, defendo que, para a mediação ser um componente que amplie as potencialidades da biblioteca, a figura de alguém que realize ações propositivas nesse local é fundamental. Brito (2019, p. 36, grifo do autor) diz que não basta somente “[...] disponibilizar os livros, é preciso mediar a leitura, não só com o intuito de alfabetização ou como forma de adquirir conhecimentos ‘úteis’, e sim, principalmente, como possibilidade de convertê-la em experiência”. Essa experiência está dentro da biblioteca, quando existe um mediador que pode apresentar a literatura e outras linguagens artísticas e, com seu olhar de escuta, de sensibilidade e de convite, instigue o outro à experiência estética.



Para Lopes e Souza (2020, p. 29), um planejamento de atividades e de políticas públicas coerentes com a biblioteca escolar são essenciais para transformar e impactar esse espaço, contribuindo com que, “[...] por meio de seus professores dinamizadores, atue de forma ativa no sistema educacional, cumprindo, dessa maneira, seu papel cultural na sociedade contemporânea”. Os mediadores, que aqui enxergamos, principalmente, na figura do bibliotecário, são, por conseguinte, essenciais para tornar a biblioteca um espaço de cultura.

Petit (2019), em um de seus livros, relata as lembranças de vários sujeitos, de diferentes meios sociais e países, sobre as suas histórias com a leitura. Em muitos casos, a memória estava associada à infância e a ter alguém que as despertasse para o contato com a literatura. Em outra obra, a mesma escritora narra sobre a vida de tantos indivíduos, em contextos de vulnerabilidade, que puderam ter experiências literárias únicas em bibliotecas públicas (Petit, 2009). Todas essas narrativas possuem algo em comum: um mediador.

A antropóloga francesa conta detalhes sobre uma oficina de leitura em voz alta na França, que nos mostra os efeitos da mediação:

[...] o que é oferecido aos participantes é, antes de tudo, um olhar, uma escuta, uma atenção delicada, uma atitude que é feita ao mesmo tempo de bondade e distância, de abertura à singularidade de cada um e de respeito à sua intimidade. Nesses grupos pequenos, cada pessoa é considerada um sujeito a quem se dá mostras de uma confiança em suas capacidades e competências, que são valorizadas (Petit, 2019, p. 165).

Dentro da biblioteca, dessa forma, a mediação dá-se nos detalhes e no cuidado com o outro. Dá-se no reconhecimento de que esse espaço é habitado por pessoas de diferentes idades e de diferentes percursos na escola e além dela. É compreender que cada um já traz a sua bagagem de cultura, de informação, de crenças, de



sonhos. Acreditar na mediação é, então, reconhecer que o outro é individual, mas que, no coletivo, pode transbordar em saberes, em sensibilidade e em reflexão. A composição perfeita para a educação estética.

Na arte, tem-se uma forma de transmitir o que se enxerga do mundo, das diferentes épocas e condições, sejam elas econômicas, sociais ou culturais. Assim sendo, cada texto literário apresenta consigo uma determinada leitura do mundo, e o leitor, ao apropriar-se dele, passa também a fazer parte desse registro de memória e de visões que se compõem na subjetividade humana (Andruetto, 2017). Aproximar sujeitos dessa imensidão artística é, pela mediação, uma forma de cuidado com o outro.

Para Andruetto (2017), a leitura, a escuta e a escrita são caminhos de liberdade, porém, caminhos adquiridos com o tempo, em trânsito, ao deixar de ser para tornar-se algo diferente. “Podemos oferecer livros e desenhar estratégias de leitura, mas pouco servirá se desarticularmos a capacidade de disparar a letra, se desativarmos a qualidade de nos transformar, de nos incomodar, de fazer-nos pensar” (Andruetto, 2017, p. 105). Mediar está, logo, no ato de abrir caminhos para o outro encontrar essa liberdade que toca e que modifica a si e o mundo ao seu redor. O que está em jogo, na mediação, segundo Petit (2019), é

[...] uma outra maneira de pensar e de trabalhar, na qual as práticas artísticas dialogam com os métodos científicos, e a sensibilidade, com o intelecto, para ler o real em sua complexidade. É levar em consideração a criança, o sujeito, em dimensões sensível, psíquica e física, não somente intelectual. É aguçar a atenção, estimular a criatividade, ampliar o imaginário, refinar a sensibilidade, experimentar diferentes pontos de vista, ter um olhar pessoal, uma postura ativa, aprender a pensar de forma original e fora do compasso (Petit, 2019, p. 186-187).



Falo, assim, em ações de mediar que colocam a biblioteca escolar como um espaço plural, amplo e livre para estimular os estudantes a práticas que normalmente não são comuns em sala de aula. A biblioteca torna-se um ambiente no qual a subjetividade do ser humano é valorizada e contribui para um trabalho de escuta: do mediador com o outro; do outro com o mediador; do outro com o outro; do outro com a arte; da arte com todos.

Bajour (2012) explica que essa escuta, componente tão importante na mediação, não diz respeito a cada um ter o direito de manifestar-se; pelo contrário, o que se coloca em discussão é “[...] o encontro intersubjetivo de vontades que aceitem o outro em sua diferença e estejam dispostas a enriquecer a vida, a leitura e a própria visão de mundo com essa diferença, mesmo que não concorde com ela” (Bajour, 2012, p. 25). Trata-se da construção constante da maneira de olhar a vida, que se entrelaça à maneira de olhar do outro e, nessa mistura, novas percepções e novos sentidos podem surgir.

“De onde surgiu, então, esse consenso escolar que obriga a todos a sublinharem a mesma coisa em um mesmo parágrafo de um conto, a entenderem rapidamente as mesmas ideias principais e a enxergarem todas as obras a partir do mesmo ponto de vista?” (Reyes, 2012, p. 21). Mediar, dentro da biblioteca escolar, é propor justamente o contrário do que traz esses questionamentos da autora.

Mediar é ter um senhor Crispino que mostra os caminhos, caminha junto e provoca a transformação dos sujeitos, que, de gerais com vendas, passam a olhar a vida com olhos sensíveis e críticos; que, de frequentadores da biblioteca por trabalho, passam a ser frequentadores por escolha, para saírem diferentes a cada ida nesse ambiente que afeta. “Vestidos à paisana, encapotados dentro de sobretudos acolchoados para não congelarem, frequentemente



eram vistos entrando na velha biblioteca, onde esperava por eles o senhor Crispino com seus livros” (Calvino, 2010, p. 72). Mediar é tornar-se poeta da vida e fazer com que a borboleta da poesia pouse sobre os ombros daqueles abertos a voarem com ela também.

Leitor, convido-te, portanto, a confiar na minha mediação e seguir comigo em busca da borboleta perdida na narrativa construída dentro de uma das bibliotecas escolares de Itajaí.

3 A CASA QUE ACOLHE, UMA BIBLIOTECA

Assim, a casa não vive somente o dia-a-dia, no fio de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, voltam as lembranças das antigas moradias, viajamos até o país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. Vivemos fixações, fixações de felicidade. Reconfortamo-nos revivendo lembranças de proteção. Alguma coisa fechada deve guardar as lembranças deixando-lhes seus valores de imagens.

GASTON BACHELARD

É na casa, conforme Bachelard (2008, p. 25) nos guia, que estão as nossas importantes lembranças da infância. A casa guarda o nosso íntimo, os nossos segredos, os nossos medos, as nossas vivências. Quando encontramos espaços que nos remetam ao lar, somos convidados pela imaginação a devanear. Bachelard (2018) explica que as lembranças ligadas à casa são diferentes das que surgem do mundo exterior. A casa caminha com os sonhos, que, por sua vez, fazem-nos ser poetas. “Pelos poemas, talvez mais que pelas lembranças, tocamos o fundo poético do espaço da casa” (Bachelard, 2008, p. 26).



Para o autor, o benefício mais precioso da casa é que ela, além de abrigar os devaneios, também tem a função de proteger o sonhador, permitindo-o sonhar em paz. Dessa maneira, digo que a biblioteca escolar, quando vista também como casa, permite o indivíduo que nela faz morada o livre sonhar, pacificamente. Por isso, “[...] pretendemos mostrar que a casa é uma das maiores [forças] de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem. Nessa integração, o princípio de ligação é o devaneio” (Bachelard, 2008, p. 26). Trata-se de encontrarmos, pelo devaneio, a profundidade do nosso ser e da nossa relação com o que nos rodeia.

Quando criança, as imagens poéticas despertam a nossa capacidade de perceber a vida por metáforas e, quando adultos, precisamos resgatar esse mesmo olhar. Manguel (2017) salienta que a metáfora na literatura nos torna capazes de enriquecer as ideias para além do que se diz. Desse modo, o autor propõe que pensemos o próprio mundo como uma metáfora de um livro, para então percebermos que os espaços que nos rodeiam evocam a nossa imaginação e o nosso olhar para os diferentes significados que cada paisagem pode nos contar – como ocorre com a casa.

Bachelard (2008) diz que muitas das nossas lembranças que recordamos ao longo da vida por meio de devaneios estão guardadas em nós graças à casa que habitamos, principalmente quando esse espaço faz também abrigo por outros espaços, como porões, sótãos, cantos e corredores. Para ele, um psicanalista deveria levar em conta um estudo psicológico dos espaços íntimos que fizeram ou fazem parte da nossa vida, uma vez que eles retêm o tempo das nossas lembranças. Dessa forma, o psicanalista pode fazer as seguintes perguntas: “O aposento era grande? O sótão estava atravancado de coisas? O canto era quente? E donde vinha a luz? Como, também nesses espaços, o ser tomava



contato com o silêncio? Como ele saboreava os silêncios tão especiais dos diversos abrigos do devaneio solitário?” (Bachelard, 2008).

Seguindo, então, por entre as metáforas da vida, convido-te, leitor, a agora, percorrer por entre um dos detalhes dessa casa da infância, transformada em biblioteca e com a presença de um mediador.

4 O COFRE

Entro na escola, passo pelo amplo refeitório e logo chego à sala. A imagem colada à porta azul já entrega: biblioteca. Recordo-me da fala do poeta de estimacão da menina do livro *Vamos comprar um poeta*, escrito pelo português Afonso Cruz (2020), sobre a maneira dos poetas de olharem a vida: “As pessoas veem o tempo passar, enquanto nós vemos o tempo parar. Num segundo, uma eternidade” (Cruz, 2020, p. 51).

Quando me aproximo da biblioteca, é assim que tento enxergar esse espaço, como uma poetisa presa ao tempo eterno. Para minha surpresa, alguém me recebe: um auxiliar de biblioteca⁶ (Figura 1),

FIGURA 1 – Vista interna da biblioteca-cofre, com presença do auxiliar de biblioteca



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

6 Na rede de ensino de Itajaí não há bibliotecários formados em Biblioteconomia. Há auxiliares de biblioteca que foram efetivados via concurso público para esse cargo, com exigência mínima de Ensino Médio completo. Ao longo da pesquisa, passei a olhar para esse sujeito e para outros que conheci durante a escrita da tese de doutorado, como alguém que representa importância, por estar ali, movimentando – de alguma forma – a biblioteca, mas insistindo na urgência em continuarmos na luta por políticas públicas que valorizem a democratização da biblioteca escolar e com a presença de um bibliotecário mediador, capaz de potencializar esse espaço como cultural, estético e aberto.

recém-transferido de outra unidade escolar. Trocamos conversas por um tempo. Acompanho o seu trabalho e me sinto à vontade para desbravar esse ambiente que vibra. A sala, ampla e arejada, revela-me que muito por ali pode ser feito. Estantes altas espalham-se entre as paredes.

Todavia, o que me chama atenção são duas estantes menores (Figura 2), feitas para a altura das crianças e que se encontram com a

FIGURA 2 – Miniestante da biblioteca-cofre



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

grande janela. Porela, vejo o verde, vejo folhas, vejo uma linda árvore que quase pede licença para entrar e fazer morada junto aos livros.

Novamente, lembro do poeta que a menina pediu de presente ao pai, na história de Cruz (2020), o qual transforma, pela poesia, uma parede em mar.

*O que é aquilo, ó poeta?
Uma janela.*

*Parece uma frase, talvez um verso.
É uma janela. Tem vista para o mar.
Li a frase de vinte e três letras. Dizia assim:
Como é que o mar, tão grande,
cabe numa janela tão pequena?*

(CRUZ, 2020, P. 40).

A partir do imaginário poético, podemos tudo. Ver o mar pela janela, ou ver o mundo entrando por essa janela que ilumina. Em meus devaneios, a janela torna-se íntima e indispensável dentro do lugar onde os sonhos podem voar e onde a biblioteca se torna ainda



mais viva. Quero que a janela seja passagem entre o interior e o exterior, seja em um ambiente, seja dentro de nós, que ali habitamos.

De repente, o sino bate e minutos depois o ambiente é tomado por vida! Um, dois, três, quatro, cinco, seis... Pequenos leitores! Mãos que sentem as cores, as letras, os sons dos livros, enquanto ouvem o gosto das histórias que mais atraem para libertar a imaginação durante o recreio. Alguns pegam um exemplar e saem da sala, não sem antes pedirem ao responsável pelo local: “Professor, posso levar esse?”. “Pode, mas depois traz de volta”. Saem com o sorriso no rosto; e me despertam a alegria em presenciar tal cena (Figura 3).

FIGURA 3 – Alunos escolhendo livros



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

As crianças e a biblioteca fazem-me recordar de uma passagem do escritor Alberto Manguel (2021), quando conta a sua própria experiência com esse local que foi tão importante para a sua jornada.

Quando estou numa biblioteca, qualquer uma, tenho a sensação de ter sido transportado a uma dimensão puramente verbal graças a um passe de mágica que nunca compreendi de todo. Sei que minha história completa e verdadeira está lá, em alguma parte das estantes, e só preciso mesmo de tempo e sorte para encontrá-la. Nunca consigo. Minha história permanece elusiva porque nunca é a definitiva (Manguel, 2021, p. 17).

Como um cofre, a biblioteca pode guardar a sete chaves os segredos mais íntimos da vida e da nossa própria vida. Quando essas crianças invadem o espaço em busca de livros, elas são convidadas a abrir tal cofre e adentrar o mundo que ali dentro pulsa. Isso porque o “[...] cofre, sobretudo o cofrezinho, sobre o qual temos um domínio mais completo, são *objetos que se abrem*. Quando o cofre se fecha, é restituído à comunidade dos objetos; toma seu lugar no espaço exterior. Mas ele se abre!”

(Bachelard, 2008, p. 98, grifo do autor). A literatura abre cofres.

Outro leitor não titubeia. Escolhe o chão gelado mesmo, ali na biblioteca, para sentar-se e entregar-se à leitura (Figura 4). Naquele momento, tenho vontade de deixar de lado o meu papel de pesquisadora que apenas observa para puxar um tapete, uma almofada, um livro e ficar ao seu lado; ambos imersos, esquecidos

FIGURA 4 – Aluno lê durante o recreio na biblioteca-cofre



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.



do tempo. Por um instante, fecharíamos nossos livros e conversaríamos alegremente sobre nossas leituras, habitando a biblioteca da escola.

Faço-me poeta, enquanto observo esse leitor, e devaneio nessa biblioteca-cofre. Segundo Bachelard (2008, p. 97):

O poeta vive um devaneio que vela; e, acima de tudo, seu devaneio permanece no mundo, diante dos objetos do mundo. Ele acumula o universo em torno de um objeto, num objeto. É-lo que abre os cofres, que condensa riquezas cósmicas num pequeno cofre. Se nele houver joias e pedrarias, é um passado, um longo passado, um passado que atravessa as gerações que o poeta vai romancear.

Junto ao pequeno leitor que se debruça sobre o livro no chão da biblioteca-cofre, escolho o livro como objeto para devanear e abrir os meus cofres íntimos, imersa em sonhos nos quais esse espaço é repleto de outros poetas que devaneiam e que tornam o imaginário a ponte para enxergar tudo à sua volta. Entretanto, em seguida, volto à realidade e permaneço na admiração; olhos marejados pela liberdade que as crianças têm de entrar e de viver a biblioteca; por optarem por ocupar o pouco tempo de pausa, entre as aulas, com livros.

O auxiliar conta-me que é assim em todo recreio e que os alunos gostam muito de frequentar a biblioteca durante a pausa para o lanche. Nas estantes menores, estão gibis e livros infantis, colocados por ele, enquanto

FIGURA 5 – Detalhes da biblioteca-cofre



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.

ainda reorganiza todo o acervo (Figura 5). É fácil perceber que a biblioteca está em “obras” ao vê-lo por trás da mesa ao centro da sala, separando pilhas e pilhas de livros. Rapidamente, pego-me pensando no título de uma das obras de Milanesi (1989), *Ordenar para desordenar*, na qual o autor, já na década de 1980, escrevia sobre a importância das bibliotecas, especialmente as públicas, serem vistas como um local de acesso, de informação, de convivência e de afeto.

Para Milanesi (1989), era preciso que um trabalho de organização mais ativo fosse realizado nas bibliotecas, a fim de deixar o ambiente em “ordem”, com a distribuição e a catalogação do acervo e de recursos mais acessíveis à população. Contudo, a “desordem” também precisava acontecer, no intuito de permitir aos usuários a liberdade do encontro com diversos discursos enquanto percorriam e viviam os espaços entre os livros e os outros materiais informativos e de lazer que, há época, ele defendia.

Quem entra numa biblioteca quer algo. A resposta da biblioteca, mesmo que não haja o resultado que o usuário espera, deve ser o incentivo ao levantamento permanente de questões, o não conformismo com o ordenamento das prateleiras empoeiradas, a imobilidade dos móveis, a rotina que não se questiona, os arranjos que não dão espaços para variações, as certezas. A biblioteca – que se organiza tão imutável – deve ser a provocação, o estímulo ao mutante (Milanesi, 1989, p. 234).

A biblioteca em movimento, que não dá somente respostas, que não se fecha, que convida à reflexão e ao deleite. A biblioteca organizada com o que oferece ao público, mas que permite a desordem ao mostrar-se livre àqueles que nela decidem se entregar. São os devaneios que intensifico em minha mente ao observar a ordem sendo priorizada pelo auxiliar à frente dessa biblioteca-cofre. “A biblioteca



em seu relacionamento com o público deve levar em consideração a casa que é e o que se faz nela” (Milanesi, 1989, p. 230). Que a biblioteca escolar seja, portanto, desordenada para se fazer casa!

Enquanto me perco entre as obras e o caos em processo de organização, converso com o auxiliar da biblioteca. Pergunto-lhe se gosta de ler. Responde-me que sim. “Já fui mais leitor. Mas tenho minha biblioteca em casa”. Muito mais do que ter alguém que cuide e faça a biblioteca estar aberta, é preciso que esse alguém acredite na potência desse lugar e que tenha a leitura presente no seu dia a dia. Queirós (2019) acredita que é responsabilidade desse profissional que as obras literárias circulem entre os que frequentam a biblioteca, tornando o livro um objeto desejado. Para o autor, “[...] é inerente ao bibliotecário ser leitor, conhecer o acervo e divulgá-lo, criar situações para que a biblioteca saia de seu espaço específico e venha morar nos corredores, nas salas de aula, em todos os lugares disponíveis” (Queirós, 2019, p. 102).

Milanesi (1989) diz que a biblioteca pode ser comparada a uma metáfora da família reunida em torno de um álbum de fotos. “Há o registro e, em torno dele, os comentários dos familiares que trocam informações com a curiosidade e o sentimento dos vínculos daquilo que está entranhado” (Milanesi, 1989, p. 231). São os afetos das relações humanas que rememoram momentos e, juntos, fazem-se presentes no espaço em que habitam. Por isso, se imaginamos a biblioteca com sentido de casa, naturalmente nossa imagem poética acerca do profissional que cuida desse ambiente também pode ser de um membro familiar (Figura 6).

Afinal, habitar a biblioteca é viver a intimidade do que está em nós e no mundo, no singular e no coletivo, no silêncio e nos barulhos da existência, no eu e no outro. Habitar a biblioteca é transformá-la em biblioteca-cofre.



[...] no momento em que o cofre se abre não há mais dialética. O exterior é riscado com um traço; tudo é novidade, tudo é surpresa, tudo é desconhecido. O exterior já nada significa. E até, supremo paradoxo, as dimensões do volume não tem mais sentido porque uma nova dimensão acaba de se abrir: a dimensão da intimidade (Bachelard, 2008, p. 98).

A intimidade abre-se com o cofre destrancado. O íntimo que habita em nosso ser dá luz à imaginação que permeia nossos devaneios. Entregamo-nos aos sonhos, acordados, e fazemos o nosso lar a partir daquilo que nos instiga. Isso porque, muitas vezes, “[...] um móvel amorosamente trabalhado tem perspectivas interiores

FIGURA 6 – Auxiliar de biblioteca em atendimento à aluna na biblioteca-cofes



FONTE: Arquivo pessoal da autora, 2024.



constantemente modificadas pelo devaneio. Abrimos o móvel e descobrimos uma morada. Uma casa está escondida em um cofre” (Bachelard, 2008, p. 99). A casa está oculta na biblioteca-cofre, pronta para virar poesia (Figura 7).

5 CONVITE À VISITA

Mediar é dar liberdade para que o leitor faça a sua própria leitura literária; é promover o contato com os mais variados tipos de textos, os mais diferentes contextos, autores. É instigá-lo a questionar, a refletir, a sentir. É propor que ele leia individualmente, mas que também saiba ler em coletivo; que aprecie o silêncio e o som da voz daquele que conta uma história; que desfrute dos barulhos da natureza e do som de um instrumento musical; que leia um livro e contemple uma pintura, uma fotografia. Que viva um ambiente que seja acolhedor e inspirador. Que viva a imaginação dentro da escola.

Na biblioteca escolar construída poeticamente como casa, o mediador é figura indispensável, a mediação é o caminho e o espaço é cultural e estético. Na biblioteca-casa, o sonho é possível e as metáforas se transformam em realidades. Por isso, o desejo final destas breves páginas é que continuemos a devanear e lutar por uma biblioteca que pulsa, que instiga, que faz sentir e que faz morar. Uma biblioteca que não fecha as portas e tem sempre um bibliotecário para convidar à visita, pegar um livro e por ali ficar.

FIGURA 7 – Vídeo da biblioteca-cofre



FONTE: elaborado pela autora, 2024.



REFERÊNCIAS

- ANDRUETTO, M. T. **A leitura, outra revolução**. Tradução Newton Cunha. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.
- BACHELARD, G. **A poética do devaneio**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2018.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- BAJOUR, C. **Ouvir nas entrelinhas**: o valor da escuta nas práticas de leitura. Tradução Alexandre Morales. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012.
- BRITO, R. G. Mediação de leitura literária em bibliotecas: entre a velocidade da Sociedade da Informação e o tempo para fruição e troca de saberes. In: PRADO, J. M. K. do (org). **Mediação da leitura literária em bibliotecas**. Rio de Janeiro: Malê, 2019. p. 35-48.
- CALVINO, I. **Um general na biblioteca**. Tradução Rosa Freire d'Águaiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CRUZ, A. **Vamos comprar um poeta**. Porto Alegre: Dublinense, 2020.
- LOPES, L. M.; SOUZA, R. J. de. Biblioteca e comunidade escolar: propostas democráticas e coletivas para as escolas de Rio Verde, GO. **Fronterias**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, ago./dez. 2020, p. 27-45. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/litcomparada/article/download/2309/2448/9622>. Acesso em: 13 ago. 2022.
- MANGUEL, A. **Encaixotando minha biblioteca**: uma alegria e dez digressões. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- MILANESI, L. **Ordenar para desordenar**: centros de cultura e bibliotecas públicas. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- PETIT, M. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2009.
- PETIT, M. **Leituras**: do espaço íntimo ao espaço público. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.
- PETIT, M. **Ler o mundo**: experiências de transmissão cultural nos dias de hoje. Tradução Julia Vidile. São Paulo: Editora 34, 2019.
- PISKE, G. **Biblioteca-casa**: espaço que se des-vela em poesia dentro da escola. 2022. 247 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2022.



QUEIRÓS, B. C de. **Sobre ler, escrever e outros diálogos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2019.

REYES, Y. **Ler e brincar, tecer e cantar** – Literatura, escrita e educação. Tradução Rodrigo Petronio. São Paulo: Pulo do Gato, 2012.

SCHILLER, F. **A educação estética do homem**: numa série de cartas. Tradução Roberto Schwarz e Márcio Suzuki. São Paulo: Iluminuras, 2002.

SOUZA, R. J. de. Prefácio. In: SOUZA, R. J. de (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**: o mediador em formação. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 9-18.



A Lei nº 12.244/2010 na concepção dos bibliotecários e dos profissionais da educação⁷

- **Rita de Cássia Barcellos**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
- **Marli Dias de Souza Pinto**
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

1 INTRODUÇÃO

A sociedade do conhecimento provocou transformações irreversíveis – que foram e continuam sendo incorporadas por instituições – na vida das pessoas que buscam sobreviver nessa comunidade global. A tecnologia, a informação e a comunicação (TICs) foram responsáveis pela transposição da era industrial para as constantes mudanças, principalmente nos setores da economia, da cultura, da política e da educação.

Em todas as relações que envolvem pessoas, cada vez mais a tecnologia passa a ser referência para o mundo social. Na essência, houve um crescimento das informações cuja democratização é assegurada por meio das políticas públicas desenvolvidas pelo Estado. As TICs possibilitaram aos profissionais da informação a mediação do acesso à informação de qualidade.

O acesso às informações é assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no art. 5º como um dos direitos e garantias individuais básicas, configurando um direito de todo

7 Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCI/UFSC)



cidadão Brasileiro (Brasil, 1988). Dessa forma, a Lei nº 12.244, de março de 2010, que trata da Universalização das Bibliotecas, compactua com esse movimento, ao estabelecer a obrigatoriedade da existência de bibliotecas escolares (BE) e do bibliotecário, como profissional habilitado, que deve ser inserido no Quadro Funcional de todas as BE dos estabelecimentos de ensino, até o ano de 2020 (Brasil, 2010).

A referida lei nasce dentre outras discussões engendradas a partir do Manifesto IFLA/UNESCO para a biblioteca escolar e afirma: “A responsabilidade sobre a biblioteca escolar cabe às autoridades locais, regionais e nacionais, portanto, deve essa agência ser apoiada por política e legislação específicas” (IFLA, 2000, p. 2).

A IFLA/UNESCO delega a existência da BE e cria as condições básicas para que o indivíduo constitua seu direito ao acesso à informação, por meio do capital de conhecimento acumulado ao longo da história, ao promover o acesso à cultura e incentivar a leitura para a comunidade escolar na qual está inserida. Destaca-se a leitura por ser um dos principais atos para nosso entendimento enquanto cidadãos.

As publicações sobre a biblioteca escolar têm mostrado que a composição de acervos, a presença de profissional qualificado e a estrutura adequada não asseguram os objetivos de garantir o acesso informacional e a aquisição das habilidades para a leitura. Para o cumprimento desses objetivos, também é necessário o comprometimento de todos os profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da comunidade escolar, entre eles, o bibliotecário, para que o acesso informacional, o incentivo e as competências para a leitura sejam desenvolvidos.

Muito se tem discutido a respeito das bibliotecas escolares. Silva (1995), com sua obra *Miséria da biblioteca escolar*, foi um dos



primeiros estudiosos a relatar as fragilidades e carências desses espaços, bem como a ausência do bibliotecário escolar. Campello *et al.* (2013) também destacaram que o tema mais abordado nas pesquisas entre 1975 e 2010 está relacionado à falta de reconhecimento e ausência da biblioteca escolar.

No estado de Santa Catarina, dados do Censo Escolar de 2018 informam que 50% das instituições educacionais públicas e privadas possuem bibliotecas escolares (INEP, 2018). Outra observação é a falta de bibliotecários na maioria dos municípios catarinenses. Um dos poucos municípios a criar o cargo de bibliotecário é Florianópolis, o que ocorreu por volta de 1962; em 1984, formalizaram-se na esfera municipal as bibliotecas da rede municipal de ensino (Florianópolis, 2017).

A Lei da Universalização das Bibliotecas teve um prazo de dez anos para ser executada, ou seja, até o ano de 2020, porém, não se realizou no prazo estabelecido, conforme mostram os dados institucionais de avaliação do ensino básico do país.

O presente estudo ora apresentado é um recorte da Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIn/UFSC), cujo objetivo principal é analisar a visão dos bibliotecários e profissionais da educação sobre a adoção e percurso da Lei nº 12.244 de Universalização das Bibliotecas Escolares, na rede pública de ensino do município de Blumenau.

Entende-se que o Estado necessita estar comprometido com a coletividade, e um dos modos de se efetivar a sua responsabilidade é por meio das políticas públicas, no caso desta pesquisa, convergidas para o setor da educação, especificamente relacionadas às bibliotecas públicas escolares.



2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa social, cuja abordagem do problema a torna de caráter qualitativo. Um estudo exploratório e descritivo que tem por objetivo geral analisar a visão dos bibliotecários e dos profissionais da educação sobre a adoção, a aplicação e o percurso da Lei nº 12.244, de maio de 2010. Para isso buscou identificar entre os profissionais da educação e bibliotecários qual é o papel da biblioteca escolar no processo de ensino-aprendizagem; e qual a interação com a comunidade escolar, por meio dos bibliotecários e profissionais da educação acerca da biblioteca escolar e da Lei nº 12.244/2010.

O estudo foi realizado no município de Blumenau /SC. Oitava cidade do estado a ser fundada, no dia 2 de setembro de 1850, pelo Dr. Hermann Otto. De acordo com o Inep (2018), o município de Blumenau conta com 214 instituições públicas e privadas de ensino, das quais 123 são da rede pública municipal e 35 da rede pública estadual, perfazendo um total de 158 unidades públicas, formadas pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos.

Em 2016 os indicadores sobre a educação, em Santa Catarina, em relação ao aprendizado, apresentam de 71% na categoria *aprendizado adequado em português*, nos 5º anos, os números são: 29,68% avançado, 40,58% proficiente, 24,28% básico e 5,46% insuficiente. Em Blumenau, 77% dos alunos estavam no nível de aprendizado adequado: 35,16% avançado, 42,32% proficiente, 19,46% básico e 3,06% insuficiente (INEP, 2017). Conforme o Inep (2018, 2023), Santa Catarina é um dos estados que detêm os maiores Idebs.



A amostra foi de 24 participantes, distribuídos nas categorias a seguir: seis bibliotecários, seis professores, seis diretores e seis coordenadores. A seleção foi intencionalmente, com os seguintes critérios; para os bibliotecários:

- a) estar atuando na educação pública;
- b) ter experiência na função;
- c) ter experiência na função igual ou mais de 10 anos.

E aos profissionais coordenadores, professor e diretor:

- a) estar atuando na educação básica;
- b) ter experiência na função;
- c) estar na educação por mais de 10 anos.

A coleta de dados ocorreu entre agosto e setembro de 2019, por meio de entrevista semiestruturada. Conforme Creswell (2010), a análise de dados qualitativos é conduzida concomitantemente com a coleta de dados. O tratamento dos dados foi realizado por meio da análise de conteúdo de Bardin (2004), ele **busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão dos discursos.**

3 RESULTADOS

Em prosseguimento, apresenta-se os resultados do estudo, primeiramente o perfil dos pesquisados e, em um segundo momento, as categorias de análise que emergiram da entrevista, tais como: papel da biblioteca escolar no processo ensino-aprendizagem; interação da biblioteca e comunidade escolar; conhecimento da Lei nº 12.244/2010; percursos e avanços da Lei nº 12.244/2010; Definição da biblioteca escolar; competências do Bibliotecário e Experiências.



3.1 Perfil dos pesquisados

O **perfil dos profissionais da educação** foi representado por seis diretores, seis professores e seis coordenadores. O tempo de trabalho desses prevaleceu entre 10 e 30 anos com 78%; e 22% estão com mais de 31 anos de experiência profissional. A importância desse dado se dá pelo fato de que o trabalho educacional está absorvido, segundo Ferreira (2010, p. 206), por “condições políticas e sociais que lhe exigem agir, planejar, avaliar a produção do conhecimento [...], o tempo é fundamental: para conhecer, para se conhecer, para expor saberes, refletir e elaborar linguagens sobre esses saberes”. Dessa forma, a experiência do chão da escola possibilita reflexões sobre a biblioteca escolar pertinentes ao contexto desta pesquisa.

As áreas de formações dos entrevistados são diversificadas, encontram-se 22,21% em pedagogia séries iniciais; 11,11% português, matemática, ensino religioso e pedagogia administração escolar; e, 5,56% português letras espanhol, português letras inglês, biologia, pedagogia anos iniciais, artes e pedagogia supervisão escolar.

O marco é a LDB de 1996, que estabelece no Art. 62º a formação mínima para atuar na educação básica, como a graduação em licenciatura plena, como também, delegando a responsabilidade para a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios a formação inicial de profissionais de magistério, bem como a adoção de “[...] mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública” (Brasil, 1996).

Quanto à titulação, 11,11% são graduados, 77,78% possuem especialização e 11,11% possuem mestrado. O motivo para o alto índice de pós-graduados é que a União, o Distrito Federal, os



Estados e os Municípios, regulamentados pela LDB, devem incentivar e garantir a “formação continuada para os profissionais a que se refere o *caput*, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior” (Brasil, 1996).

Legitimada nos termos dos estatutos e dos planos de carreira para promoção e valorização dos profissionais, conforme Art. 67º “II - aperfeiçoamento profissional continuado, [...]; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação [...]” (Brasil, 1996).

Com relação ao **perfil dos bibliotecários**, constituído por 6 pesquisados, constata-se que o tempo de experiência desses profissionais é de 83% entre 6 e 10 anos e 17% com mais de 11 anos de atuação. A maioria passou ou está na função de bibliotecário escolar, com o regime de Contratação de Trabalho, prova de que na região não há o cargo de bibliotecário instituído nas redes públicas educacionais. Com exceção de uma instituição pública mantida diretamente com recursos próprios, a qual provê a função por meio de concurso regido pela Consolidação de Leis de Trabalho.

Quanto à titulação, a maioria dos bibliotecários possui pós-graduação com 66,66% em especialização e 16,67% mestrado. A especialização realizada pelos bibliotecários foi Gestão em Bibliotecas Escolares, oferecida pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na Modalidade a Distância, com 1ª edição em 2009 e 2ª edição em 2014. As instituições formadoras em Biblioteconomia identificadas por meio dos entrevistados (bibliotecários) dizem respeito a 50% que estudaram na UFSC, 33,33% na UDESC e 16,67% na UFRGS.



3.2 Categorias de análise sobre 12.244/2010 e a biblioteca escolar

Segundo Bardin (2004), a análise de conteúdo passa por três fases: a primeira fase, de pré-análise, a segunda fase, exploração do material e a terceira fase de tratamento dos dados, ou seja, a inferência e a interpretação. Selecionaram-se as categorias com base nas falas dos entrevistados.

A primeira fase: a pré-análise. Para as entrevistas e sua organização foram seguidas as regras determinadas por Bardin (2004). A regra da exaustividade: foram considerados todos os profissionais da educação que englobassem as várias funções dentro do espaço escolar, como o professor, coordenador e o diretor. E todos os bibliotecários que estivessem na região da pesquisadora. Para a regra da representatividade foram selecionados os profissionais com o mínimo de atuação de 10 anos de experiência na educação, na mesma rede pública estadual ou municipal. Os profissionais da rede Estadual que tivessem suas experiências profissionais em unidades que com o ensino médio. Quanto aos bibliotecários, foram determinados os que representassem os bibliotecários escolares.

Para a regra da homogeneidade, utilizou-se da técnica de entrevista semiestruturada, gravadas em áudio, colhidos para indivíduos semelhantes, referindo ao mesmo tema: Lei nº 12.244/2010 e biblioteca escolar. Então, as entrevistas foram retidas, formando uma única fonte de informação correspondente ao conteúdo e objetivo da pesquisa, seguindo a regra de pertinência.

A segunda fase: a exploração do material. Definida após as transcrições das entrevistas, determinando as categorias e os códigos, a partir dos objetivos específicos definidos no estudo. Também



tomou como guia as perguntas realizadas para os grupos dos pesquisados. Portanto, para cada definição de categoria havia uma questão específica. Categorias:

- a) *A biblioteca escolar e o processo ensino-aprendizagem.* Conforme as verbalizações dos bibliotecários, diretores, coordenadores e professores emergiram várias categorias: incentivo à leitura apareceu em 16 segmentos, equivalente a 35,56% (16); a relevância 15,56% (7); apoio/ferramenta/acesso ao livro e pesquisa 13,33% (6); complemento na leitura / acesso ao livro 8,89 (4); busca do conhecimento 4,44% (2); desenvolvimento da cidadania; letramento; parceria contexto escolar e compromisso 2,22% (1);
- b) *Interação da biblioteca e a comunidade escolar.* Ao analisar a frequência (f) das categorias percebe-se que 10,34% (3) são de potencialidades; 17,24% (5) fragilidades e interação; para 55,17% (16) há falta de visibilidade da biblioteca escolar pela comunidade. A categoria interação é entendida quando o pesquisado considerava que há interação da biblioteca com a comunidade, porém, ao explanar com exemplos não havia o entendimento do que era a comunidade escolar;
- c) *Conhecimento da Lei nº 12.244/2010.* No total 37,50% (9) diz conhecer a Lei nº 12.244/2010, que trata da Universalização das Bibliotecas Escolares; 33,33% (8) a desconhecem; 29,17% (7) conhecem em partes. Quando o pesquisado diz que conhece em partes, a fala perpassa, por exemplo: “já ouvi falar”, ou que reconhece que deve ter livros de literatura na biblioteca, mas não reconhece o profissional bibliotecário;

- d) *Avanços da Lei n° 12.244/2010.* Foram definidos os códigos: Potencialidades; Fragilidades; e, Em partes, para categoria avanços da Lei n° 12.244/2010. Identificamos que 63,64% (14) viram que não houve avanços; 27,27% (6) que houve avanços em partes; 9,09% (2) perceberam que houve avanços quanto ao preceito da Lei n° 12.244/2010. Para os bibliotecários, foram encaminhadas questões sobre a definição de biblioteca escolar e sobre as competências para o trabalho de bibliotecário escolar;
- e) *Definição da biblioteca escolar.* Conforme entendimento do que é a biblioteca escolar assim codificada: Organização, Acervo, Função, Complemento e Lugar de acesso. Observa-se que 33,33% (3) consideram a biblioteca como Função; 22,22% (2) consideram como Lugar de acesso e Complemento; 11,11% (1) consideram como uma Organização com Acervo específico;
- f) *Competências do bibliotecário.* Os bibliotecários citaram as seguintes competências: proativo com 28,57% (3); educador 21,43% (2); as competências emocional, responsável, paciência, com iniciativa, comunicativo, criatividade e empatia foram citados 7,14% (1);
- g) *Experiências.* As verbalizações foram categorizadas nos seguintes códigos: trabalho de quem está na BE ou professor a fim; promoção para a leitura; lembrança escolar; experiência profissional; alegria e percepção dos alunos e possibilidades. O código trabalho de quem está na BE ou professor afim apresentou 38,89% (14); a promoção para a leitura 19,44% (7); lembrança escolar e experiência profissional 13,89% (5); alegria e percepção dos alunos 8,33% (3); possibilidades 5,56% (2).



Durante todo o processo de construção das categorias acima, procurou-se preservar o discurso dos entrevistados.

A terceira fase: o tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação. Segundo Bardin (2014, p. 127), a análise de conteúdo deverá “centrar em polos de atração” [...] remeter para ou apoiar-se nos elementos constitutivos do mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem e o seu suporte; por outro, o emissor e o receptor, enquanto polos de inferência propriamente ditos”.

Nesse sentido, foram registradas as mensagens que conduziram aos indicadores ou inferências sobre os temas das categorias assim definidas:

a) O papel da biblioteca escolar no processo ensino-aprendizagem;

Aqui, todos os pesquisados identificaram a biblioteca escolar fazendo parte do processo ensino-aprendizagem. Com a função importante e fundamental não somente em sala de aula, mas para a sua comunidade e na educação como um todo. Ela permite o acesso ao livro, à leitura, ao letramento, ao imaginário, à pesquisa, enfim, à busca do conhecimento. Como consequência dessa atuação em todo o processo, permitirá o desenvolvimento ou aprimoramento do raciocínio, dos pensamentos, enfim, que se desenvolvam como pessoas, como cidadão.

Evidencia-se pelas falas dos pesquisados que a biblioteca escolar tem um papel relevante para o processo ensino-aprendizagem, mas também para toda a escola e a sua comunidade. O compromisso no contexto escolar é representado com o apoio, ferramenta e auxílio no processo para o aprimoramento ou para a busca dos conhecimentos. Os primeiros passos para a aprendizagem formal compõem-se por meio do letramento e da leitura. Por isso, a biblioteca escolar é vista como fundamental dentro da escola, porque é ela

que permite o acesso ao livro, à pesquisa, incentiva a leitura e contribui na formação do leitor.

A biblioteca escolar é reconhecida em todo processo ensino-aprendizagem. Como afirma o Manifesto IFLA/UNESCO para a Biblioteca Escolar: “A biblioteca escolar é parte integral do processo educativo” (IFLA, 2002, p. 2).

Primeiramente, o reconhecimento é percebido pela condição do acesso aos livros, pois está ligada à sua própria característica: o seu acervo. A outra como um ambiente que propicia as ações de leitura e a pesquisa realizadas com este acervo.

Segundo Durban Roca (2012, p. 20), “a biblioteca escolar é reconhecida como um recurso educacional de grande valor que deve, ela e seu uso, estar integrado em um projeto curricular [...] que favoreça os processos de ensino-aprendizagem”.

A maior ênfase dos pesquisados com relação à biblioteca escolar e ao ensino-aprendizagem foi para a leitura. Segundo Britto (2015, p. 37), a “leitura é um dos conteúdos escolares em que a articulação entre o sistemático e o assistemático mais se manifesta e merece atenção especial”. Continua é uma atividade autocontrolada, planejada e de avaliação constante (Britto, 2015).

De qual leitura estamos falando? Leitura literária? A leitura de-leite? A leitura da informação? A leitura para a formação? Em acordo com as palavras de Castrillón (2011, p. 16), parte “da convicção de que a leitura não é boa nem ruim em si mesma, de que ela é um direito histórico e cultural e, portanto, político, que deve situar-se no contexto em que ocorre”.

Da mesma forma, Britto (2015, p. 141) diz que “promover a leitura só tem sentido enquanto movimento político de contrapoder, enquanto parte de um programa de democratização”. Portanto, de



qual leitor estamos falando? Qual leitor a escola quer formar? Literário? Informativo? Formativo? Funcional? O que importa são os elementos significativos que vão caracterizar o leitor, segundo Brito (2015, p. 51), “liberdade, autonomia, crítica e criatividade”.

Final, a escola junto com a biblioteca deve criar um espaço onde a leitura deve ser acessível a todos. Inclusive para a comunidade onde a escola está inserida.

b) Interação da biblioteca e comunidade escolar;

Os entrevistados: bibliotecário, coordenador e professor, identificaram em algum momento de sua experiência que houve ou há interação dos alunos, professores, outros servidores e a comunidade na qual a biblioteca pertence, com uma participação ativa com as propostas da biblioteca.

Existe uma fragilidade na interação entre biblioteca escolar e a comunidade, o indicador interação entre biblioteca escolar e comunidade e suas fragilidades mostra que ela é inexistente, principalmente por parte da gestão e da comunidade onde a biblioteca está inserida. Contudo, identificou-se em 55,17% das falas dos pesquisados, o indicador de que a interação entre biblioteca escolar e comunidade ocorre em partes.

É possível observar que os “alunos não entendem a biblioteca como um local de oportunidade”, não há participação espontânea dos alunos, professores e muito pouco dos pais. Apenas as pessoas com o perfil de leitores procuram a biblioteca.

Pode-se verificar que a interação está presente pelas declarações de determinados pesquisados. Porém, o relato estava baseado nas propostas de suas atividades direcionadas a determinados grupos pertencentes à comunidade escolar.



A comunidade escolar para esta pesquisa é composta por todos os servidores que atuam em determinada unidade escolar, sendo assim: professores, cozinheiros ou merendeiras, zelador, guardas ou porteiros, secretário escolar, administrativo, coordenação pedagógica ou assessor, alunos e seus respectivos pais ou responsáveis e até mesmo pessoas que não possuem ligação direta, mas que residem no mesmo bairro da escola.

c) *A interação entre biblioteca escolar e comunidade* foi identificada, no período de experiência profissional, por alguns dos pesquisados, compactuando pela potencialidade dessas parcerias. Ao contrário, a grande maioria dos entrevistados não tiveram essa vivência, tiveram em partes ou consideravam a interação a partir da perspectivas de quem faz as ações da biblioteca com o envolvimento dos alunos e professores; o que não configura a interação.

A biblioteca escolar tem pouca ou nenhuma interação, é pelo fato de ela não ser tratada como “prioridade”, ou de quando há interesse da pessoa identificada como leitora.

Ressalta-se que existe uma obrigatoriedade para desenvolver a interação entre a escola e a sua comunidade, conforme o art. 12, inc. VI da LDB: Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de [...] articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Brasil, 1996). E ainda no art. 13 “Os docentes incumbir-se-ão de [...] colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade” (Brasil, 1996).

Há uma legalidade que não converge com a realidade, conforme os dados apresentados. Segundo Xavier e Szymanski (2015, p. 65), “o pedagógico não se restringe a uma função técnica e metodológica;



fundamenta-se em finalidades e objetivos sociopolíticos”. Também relata que há fatores que dificultam a relação entre a família e a escola: “as diferenças de classes sociais, valores, crenças, hábitos de interação e comunicação subjacentes aos modelos educativos” (Szymanski, 1997, p. 218).

É incompreendido o motivo pelo qual ocorre em partes ou nenhuma interação entre biblioteca escolar e comunidade, mas o fato é que deve acontecer em todo o contexto escolar com a comunidade, já visto nos relatos positivos o crescimento pedagógico e das riquezas interpessoais percebidas e vivenciadas quando se propõe a fazer trabalhos em parcerias.

Em suma, se não estiverem claros os objetivos da escola em relação à biblioteca escolar, não é possível haver interação ou qualquer tipo de relação democrática dentro de toda a comunidade escolar.

d) Conhecimento da Lei nº 12.244/2010;

Os participantes reconhecem o princípio da Lei: de todas as escolas ter a biblioteca escolar com profissional qualificado.

Sobre o desconhecimento da Lei nº 12.244/2010, apresenta-se a fala dos pesquisados que desconhecem a Lei e fazem parte da área da Educação. Os pesquisados apontam que já ouviram falar da Lei, reconhecem que deve ter a biblioteca escolar, ou o bibliotecário, ou referem-se a outro tipo biblioteca, determinada categoria conhece em partes a Lei.

Os pesquisados atribuem a necessidade de as escolas terem o espaço da biblioteca escolar e o profissional bibliotecário. Ao contrário, não possui o conhecimento da Lei e tão pouco sobre o que regula.

Reconhecem a Lei nº 12.244/2010 em partes quando menciona uma parte do que garante a lei: que toda escola tem que ter um

bibliotecário para cuidar da biblioteca; ou a garantia da literatura infanto-juvenil; de abrir as bibliotecas para as comunidades; deixá-las sistematizadas; e de possibilitar uma situação de igualdade em todo o Brasil quanto ao acesso de literatura de qualidade.

A Lei nº 12.244/2010 formaliza o direito à biblioteca, com acervo e ao profissional responsável qualificado e o direito implícito das funções da biblioteca no contexto escolar. É uma Lei que não foi construída por meio dos processos democráticos da necessidade da coletividade, foi um “ato político”. Dessa forma, é aceito não conhecer ou apenas reconhecer em partes a Lei.

Destaca-se o fato de que foi uma norma regulamentada pelo poder público e que ele deve cumprir. É normal aceitar a não efetivação dela. Há uma postura de conformidade daqueles que seriam os beneficiários.

Uma lei tem seus sentidos quando é construída na coletividade, e não apenas uma atuação governamental numa área considerada ausente ou com problemas, como foi o caso da Lei da Universalização das Bibliotecas Públicas, apresentada ao Congresso em 2000 e em 2003, com a justificativa da falta de livros, e os dados fornecidos pelo SAEB que, analisando os dados obtidos com a aplicação de provas para os alunos e questionários para professores e diretores em 1997, concluiu que os alunos estudantes de escolas equipadas com biblioteca alcançam maior rendimento (Brasil, 2003).

Atualmente, uma política pública implica, segundo Di Giovanni e Nogueira (2015, p. 19), “uma reflexão mais voltada para as determinações de natureza social, cultural, política e econômica que embasam o desencadeamento e a consecução da ação do poder público”, ou seja, uma norma deve estar fundamentada nos reais pressupostos dos grupos que a representam e o Estado.



e) Percursos e avanços da Lei nº 12.244/2010;

O avanço da Lei nº 12.244/2010 mostra a potencialidade da Lei no que diz respeito em vincular uma possibilidade em ter mais literatura infantil, tanto em números de obras como para o fomento desta para as crianças; e não mais uma biblioteca escolar constituída de livros didáticos, bem como do reconhecimento da biblioteca escolar como espaço de aprendizagem... mas sinalizam as fragilidades.

Sobre as fragilidades manifestadas nas falas dos pesquisados, salienta-se a precariedades da Lei de não ter acarretado mudanças positivas para a biblioteca escolar. A categoria avanço da Lei nº 12.244/2010 ocorreu em partes, na fala dos pesquisados representa uma mudança sutil, ocasionada pela indiferença da gestão política ou gestora da unidade escolar.

Na análise, após a explanação da Lei, 9% dos pesquisados perceberam o avanço significativo com relação a ter mais literatura e de qualidade; e, conseqüentemente, mais oportunidade para as crianças. Compreendendo como um espaço de aprendizagem. E para 28% houve uma mudança sensível, há mais ações de leitura para as crianças, mas com pouco recebimento de livros. Aumento dos cursos de graduação a distância em biblioteconomia. Também foi atribuída a dificuldade da iniciativa da Lei devido à falta de consciência e da importância do espaço da biblioteca.

O não conhecimento da Lei ou conhece em partes 62% vem ao encontro com os resultados de que não houve mudança, ou apenas significativa 63%. Isto propõe uma política pública mais ampla apoiada em todo âmbito educacional.



f) Definição da biblioteca escolar;

A biblioteca escolar consiste em um lugar e espaço com um conjunto de funções no trato dos objetivos escolares e como sendo a primeira oportunidade da pessoa ao acesso ao livro e ao conhecimento.

Ela necessita de uma organização de acervo e serviços diferenciados; para atender a comunidade, aos objetivos e ao plano pedagógico da escola; como apoio e complemento do ensino de sala de aula. É uma das primeiras oportunidades de obter e desenvolver mais o conhecimento.

Segundo Durban Roca (2012, p. 12), o conceito de biblioteca escolar está baseado em duas dimensões:

Sua dimensão física, [...] como estrutura organizacional estável e contexto presencial favorecedor de processos de aprendizagem e práticas leitoras [...] sua dimensão educativa que representa o elemento diferencial que a caracteriza: como recurso educacional e agente interdisciplinar de apoio pedagógico.

Igualmente, percebe-se que a percepção dos pesquisados com relação à definição da biblioteca escolar compartilham com as duas dimensões, a física e a educativa, dada por Durban Roca (2012). Logo, entende-se que a concepção de biblioteca escolar se estrutura tanto na sua forma de ser, com sua organização, acervo, espaço; como também, na sua função dentro do contexto escolar.

Porém, a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares, Lei nº 12.244/2010, art. 2º declara que considera “biblioteca escolar a coleção de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura” (Brasil, 2010, p. 1). Nota-se nesta definição a falta do vínculo com “dimensão educativa” (Durban Roca, 2012); submetendo-se que qualquer coleção de livros e outros suportes surge a biblioteca escolar.



Muito antes da aprovação da Lei em 2010, na reunião latino-americana sobre bibliotecas escolares, realizada em Lima (Peru), em 1983 entendiam que “biblioteca escolar é um laboratório de aprendizagem integrado ao sistema educacional, devendo facilitar o acesso, a disponibilidade e a utilização de seus recursos a toda a comunidade educacional” (Barroso, 1984, p. 14). Ou seja, há mais de 40 anos havia uma proposta mais concludente do que traz a letra da Lei nº 12.244/2010.

Portanto, para dar sentido, a definição de biblioteca escolar deve estar vinculada com características físicas próprias deste espaço, assim como intrinsecamente ligada, no espaço escolar, à concepção e sua função social.

g) Competências do bibliotecário;

Entende-se como um conjunto de habilidades emocionais e de comprometimento profissional. Manifesta um conjunto de características pessoais, profissionais envolvidas por habilidades emocionais e de empatia para a atuação do bibliotecário escolar. Há, ainda, o que foge de qualquer competência o de “se sentir educador”.

O bibliotecário, para atuar na biblioteca escolar deve fazer parte da educação, sentir-se um educador. As competências envolvem habilidades emocionais de empatia e paciência; ser comunicativo, ser proativo e responsável.

Percebe-se que foram atribuídas competências além da competência técnica, a qual caracteriza o profissional bibliotecário. Conforme Garcez (2014, p. 5), “a função do bibliotecário no contexto escolar não descaracteriza essa profissão, ao contrário, a faz avançar e crescer nesse contexto tão particular de base educativa”.



Farias e Cunha (2009, p. 34) pressupõem que “a competência do bibliotecário escolar esteja relacionada com quatro dimensões: a dimensão técnica, a dimensão estética, a dimensão política e a dimensão ética”. As competências citadas pelos profissionais abarcam essas dimensões, dando respaldo para a atuação no ambiente escolar.

Visualizam a biblioteca escolar multifacetada, que vão além das tarefas de organizar, catalogar e emprestar livros. E isso tem a ver com a percepção de que estão no campo educacional, “se sentir educador”, “fazer parte da educação”; complementa Bicheri (*apud* Almeida Júnior; Bortolin, 2009, p. 215), “as características necessárias ao bibliotecário-educador: competências, comprometimento, dedicação, responsabilidade”; e ainda Almeida Júnior e Bortolin (2009) acrescentam “curiosidade”.

Assim, as pessoas, ao ampliarem suas competências, também estão investindo em si mesmas, não só como cidadãos institucionais, mas como cidadãos do próprio país e do mundo (Fleury; Fleury, 2018).

e) Experiências;

Muitas vezes ações que envolvem a biblioteca escolar estão atreladas ao interesse profissional de quem se identifica com este espaço, propondo atividades inovadoras de incentivo à leitura e o despertar pelo gosto aos livros. Também perceber como o lugar de desafio profissional e ver como resultado dos trabalhos bem desenvolvidos o despertar dos alunos para o livro e a leitura. Foram colocadas como lembranças quando os pesquisados eram escolares e de como a biblioteca despertou o interesse. A biblioteca escolar é o local das possibilidades.

Os entrevistados percebem a alegria e a satisfação dos alunos quando se identificam com a biblioteca, e das ações que envolveram



o incentivo à leitura para a promoção do leitor. Considerando a biblioteca como lugar de possibilidades, na qual tudo depende com quem se identifica o espaço da biblioteca escolar. As lembranças do tempo da escola com a biblioteca são remontadas com fundo emocional.

Primeiro ao falar das experiências profissionais tiveram duas dimensões: a primeira de verem a satisfação dos alunos com trabalho desenvolvido; e, a segunda, a experiência enquanto mediador ou provedor do incentivo e fomento à leitura.

Segundo Herdeiro e Silva (2014, p. 254), “as experiências vividas são um suporte importante para o estímulo do crescimento profissional, e o reconhecimento dessas experiências vividas nos diferentes contextos recorre a uma interação entre saberes teóricos e saberes práticos”. Essa percepção foi evidenciada na fala dos pesquisados, como também a apresentação de oportunidades da interação da biblioteca com a comunidade.

Também ao reviver as memórias com a biblioteca escolar, foram acrescentadas as lembranças do tempo escolar, de forma emotiva e saudosa. Dessa forma, percebe-se o quão são importantes as vivências e as experiências passadas, principalmente na primeira infância, entrada das primeiras letras, da aprendizagem formal, enfim, da experiência com a leitura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste estudo foi emergir questões sobre a Lei nº 12.244, de maio de 2010, conhecida como a Lei da Universalização das Bibliotecas Escolares. O percurso de aprofundamento do estudo iniciou-se com o tema políticas públicas, buscando compreender as ações governamentais no cenário nacional para com a biblioteca escolar.



Em 1929, o Programa Nacional do Livro Didático foi a primeira ação no sentido de subsidiar o processo ensino-aprendizagem. Entre idas e vinda com programas pautados no livro e na prática da leitura, foi sancionada pelos órgãos oficiais a Lei nº 12.244/2010, específica para a biblioteca escolar.

Para estabelecer consistência teórica sobre o tema biblioteca escolar, examinou-se a sua história, definições, características, objetivos, funções, o desempenho escolar e a perspectiva nacional. A biblioteca escolar encontrou muitas dificuldades e desafios, mas muito tem a contribuir com a educação. Segundo a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, sobre a profissão do Bibliotecário e a regulação de seu exercício, o trabalho dos bibliotecários na biblioteca escolar é igualmente importante neste contexto (Brasil, 1962).

A composição dos pesquisados caracterizou-se pelo grupo dos profissionais da educação, formado pelos diretores, coordenadores e professores com mais de dez anos de experiência na educação, na rede pública municipal e estadual; e pelos bibliotecários, salienta-se que o cargo de bibliotecário não faz parte do Quadro Funcional na rede pública de ensino estadual e do município pesquisado.

Quanto à graduação dos profissionais da educação, foi apontada formação em pedagogia em anos iniciais com maior incidência e as demais em: português, matemática, ensino religioso, biologia e artes. Em relação à titulação, os profissionais da educação apresentam um percentual significativo de especializações, talvez motivada pelo plano de cargos e salários previsto na legislação.

Quanto aos bibliotecários, a maioria graduou-se em Biblioteconomia pela UFSC; o tempo de trabalho entre 6 e 10 anos, com titulação em Especialização em Gestão de Biblioteca Escolar.



A pesquisa com abordagem qualitativa adotou a análise de conteúdo com fundamento em Bardin (2004). Nessa pesquisa, foi indicado pelos pesquisados que a biblioteca escolar tem um papel importante para o processo ensino-aprendizagem, a escola e a sua comunidade. O compromisso no contexto escolar é representado com o apoio, ferramenta e auxílio no processo para o aprimoramento ou para a busca dos conhecimentos. A biblioteca escolar é fundamental para o letramento, a leitura, o acesso ao livro, à pesquisa, incentivo à leitura e contribui na formação do leitor.

Sobre a interação entre biblioteca e comunidade escolar na experiência profissional dos pesquisados, alguns entrevistados compactuam pela potencialidade dessas parcerias. Ao contrário, a grande maioria dos entrevistados não tiveram essa vivência ou tiveram em partes, ou ainda consideravam a interação a partir da perspectiva de quem faz as ações da biblioteca, com o envolvimento dos alunos e professores; o que não configura a interação.

Por fim, ao descrever as questões sobre biblioteca escolar, adoção, aplicação e percurso da Lei nº 12.244/2010, os entrevistados demonstraram o conhecimento da Lei, atribuindo a necessidades de as escolas terem o espaço da biblioteca escolar e o profissional bibliotecário. Ao contrário, não possui o conhecimento da lei e tão pouco sobre o que regula. E ainda reconhecem a Lei nº 12.244/2010 em partes quando mencionam que ela garante que toda escola deve ter um bibliotecário para cuidar da biblioteca; ou a garantia da literatura infanto-juvenil; de abrir as bibliotecas para as comunidades; deixá-las sistematizadas; de possibilitar uma situação de igualdade em todo o Brasil quanto ao acesso de literatura de qualidade.

Sobre ainda aplicação da Lei nº 12.244/2010, poucos perceberam o avanço significativo com relação a ter mais literatura e de



qualidade. Outros identificaram uma mudança sensível, há mais ações de leitura para as crianças, mas com pouco recebimento de livros. Também, foi atribuída a dificuldade de aplicação da Lei devido à falta de consciência da importância do espaço da biblioteca. O não conhecimento da Lei ou conhecê-la em partes vem ao encontro com os resultados de que não houve mudança ou apenas significativa. Como percurso da Lei deve haver uma política pública mais ampla, apoiada em todo âmbito educacional.

Também a definição de biblioteca escolar que compreende um conjunto de características, funções e objetivos, indicaram que a biblioteca escolar é um lugar, um espaço com a função para a educação, com um acervo, uma organização e serviços diferenciados; para atender a comunidade, aos objetivos e ao plano pedagógico da escola; como apoio e complemento do ensino de sala de aula. É uma das primeiras oportunidades de obter e desenvolver mais o conhecimento.

Quanto às competências dos bibliotecários, esses apontaram que são um conjunto de habilidades emocionais e de comprometimento profissional, devem fazer parte da educação, sentir-se como educadores. Envolvem habilidades emocionais de empatia e paciência; ser comunicativo, ser proativo e responsável.

Por fim, as experiências profissionais e pessoais com a biblioteca escolar, os profissionais percebem a alegria e a satisfação dos alunos quando se identificam com a biblioteca e das ações que envolveram o incentivo à leitura para a promoção do leitor. Considerando a biblioteca como lugar de possibilidades, na qual tudo depende com quem se identifica com o espaço da biblioteca escolar. As lembranças do tempo da escola com a biblioteca são remontadas com fundo emocional.



A pesquisa qualitativa, com as entrevistas, trouxe algumas reflexões subjacentes que devem ser registradas. À primeira vista nos parece que a biblioteca escolar é o personagem principal de um conto, romantizada por quem nela acredita, dentro do idealismo do “coração da escola”, mas ela ainda está formada dentro de um contexto escolar com crostas pedagógicas, como uma bengala pedagógica.

Enfim, é preciso de sintonia do Estado com políticas públicas que convergem para a escola com o olhar para biblioteca escolar. Trabalhar com questões que competem à biblioteca, com as competências profissionais e ter a clareza de qual leitor a escola quer formar.

Como recomendação de estudos futuros, esta pesquisa propõe ainda estudos dessa natureza, tais como a percepção dos profissionais da educação e bibliotecários sobre a leitura e, por fim, um estudo comparativo, com os mesmos objetivos deste ora apresentado, em rede pública, cujo bibliotecário faz parte do Quadro Funcional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, O. F.; BORTOLIN, S. Bibliotecário: um essencial mediador de leitura. In: SOUZA, R. J. (org.). **Biblioteca escolar e práticas educativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2009. p. 205-218.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARROSO, M. A. Um modelo flexível para a Biblioteca escolar. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. ½, p. 12-17, jan./jul. 1984.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 10 out. 2010.



BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Congresso. Senado. **Projeto de Lei nº, agosto de 2003**. Brasília, DF: Senado Federal, 2003. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/>. Acesso em: 8 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962**. Dispõe sobre a profissão de bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, DF: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L4084.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRITTO, L. P. L. **Ao revés do avesso**. 1. ed. São Paulo: Pulo do Gato, 2015.

CAMPELLO, B. et al. Pesquisas sobre biblioteca escolar no Brasil: o estado da arte.

Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 123-156, ago. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2013v18n37p123>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p123/25335>. Acesso em: 14 jul. 2019.

CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e de escrever**. São Paulo: Pulo do Gato, 2011.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DI GIOVANNI, G.; NOGUEIRA, M. A. (org.). **Dicionário de políticas públicas**. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2015.

DURBAN ROCA, G. **Biblioteca escolar hoje: recurso estratégico para a escola**. Porto Alegre: Penso, 2012.

FARIAS, C. M.; CUNHA, M. V. da. O bibliotecário escolar e suas competências. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 19, n. 1, 28 mar. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/1787>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FERREIRA, L. S. O trabalho dos professores na escola: quando o tempo se trai. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. Esp., v. 10, n. 38e, p. 206-222, ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/>. Acesso em: 8 de dez. 2019.

FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 5, p. 183-196, ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-6552001000500010>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rac/a/C5TphygpYbyWmdqKJCTMkN/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2019.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. Departamento de Bibliotecas Escolares e Comunitárias- DEBEC. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/educa/index.php?cms=debec>. Acesso em: 3 de dez. de 2017.



GARCEZ, E. F. As competências do bibliotecário na educação básica: reflexões de rede. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 4, p. 3-24, dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981-5344/1923>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/JHqvbNv6Zs8PGKG4QRPsKzn/#>. Acesso em: 09 dez. 2019.

HERDEIRO, R.; SILVA, A. M. Qualidade e trabalho docente: as experiências e oportunidades de aprendizagem dos professores. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 237-254, mar. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302014000100014>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/tfYxsyb4czfdGxnCX3FbdYG/?lang=pt>. Acesso em: 09 dez. 2019.

IBGE. **Censo Blumenau/SC**. Brasil: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/...> Acesso em: 09 dez. 2019.

IFLA. **Manifesto IFLA/Unesco para a biblioteca escolar**. Tradução: Neusa Dias de Macedo. São Paulo: FEBAB, 2000. Título original: IFLA/UNESCO School Library Manifesto. 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 14 out. 2009.

INEP. **Censo escolar 2018**. Brasília, DF: INEP, 2018. Disponível em: <http://inep.gov.br/...> Acesso em: 22 nov. 2018.

INEP. **Censo escolar 2022**. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 10 jun. 2024.

SILVA, W. C. da. **Miséria da biblioteca escolar**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SZYMANSKI, H. Encontros e desencontros na relação família-escola. **Série Idéias**, [s. l.], n. 28, p. 213-225, 1997. Disponível em: http://www.necfebf.uerj.br/boletins/boletim012011index_arquivos/HeloisaSzymanski.pdf. Acesso em: 08 dez. 2019.

XAVIER, R. B.; SZYMANSKI, H. Compreensão de diálogo em um processo de construção coletiva do projeto político-pedagógico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 96, n. 242, p. 61-78, abr. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/3343-1291>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/9yxxTVq3zTM7LdB45vxWWxc/?lang=pt>. Acesso em: 08 dez. 2019.



Acesso e universalização da biblioteca escolar como condição de qualidade na educação básica⁸

■ **Elias Barbosa da Silva**
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

1 INTRODUÇÃO

A Constituição da República Federativa do Brasil preconiza, no artigo 205, que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família (Brasil, 1988). Sendo dever do Estado, há necessidade de planejamento orçamentário e financeiro em todas as instâncias governamentais para a implantação de políticas educacionais que possibilitem o acesso, a permanência e a conclusão dos estudos, pois, “[...] com efeito, políticas públicas sem recursos se tornam declaratórias e potencialmente inócuas” (Cury, 2007, p. 834). Embora se possa verificar investimentos em políticas educacionais, tais investimentos não são suficientes para o cumprimento dos pressupostos constitucionais, especialmente aqueles referentes à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, haja vista que ainda temos escolas muito desiguais entre si. Discorrendo sobre desigualdades nas escolas públicas brasileiras, a partir de

8 Dissertação de mestrado aprovada no Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Schneider. Banca Examinadora: Francisca Rosaline Leite Mota (UFAL) e Ana Lorena de Oliveira Bruel (UFPR). <https://hdl.handle.net/1884/68877>



um estudo sobre infraestrutura escolar por meio da criação de um Índice de Condições Materiais da Escola (ICME), Schneider (2010, p. 235, grifo nosso), destaca:

[...] a necessidade de se avaliar as políticas educacionais no que se refere às condições materiais e estruturais da escola a fim de **diminuir as desigualdades existentes na oferta dessas condições nas diversas escolas brasileiras, com o intuito de que se possa realmente garantir um padrão mínimo de qualidade**, o qual não seja baseado apenas na divisão do dinheiro, mas nas reais necessidades do educando [...].

A escola enquanto espaço de difusão do conhecimento e de formação de uma cultura letrada precisa permitir o acesso a diferentes tipos de materiais informacionais, literatura nacional e internacional, bem como materiais de pesquisa. É no contexto de formação de uma sociedade leitora e para possibilitar o acesso a diferentes tipos de leitura que se coloca a biblioteca escolar. Tanto a escola como os agentes públicos devem reconhecer a importância da biblioteca escolar como instrumento primordial para a melhoria das condições de qualidade do ensino e para que os educandos possam alcançar outras formas de acesso e ampliação do saber, pois a inexistência desta “pode reforçar a posição do professor como a única fonte de transmissão do conhecimento, visto que o aluno, sem acesso a outras possibilidades de informação na escola, fica submetido apenas ao discurso docente ou ao texto do livro didático” (Silva, E., 1995, p. 46).

A escola que possui uma biblioteca escolar tem a seu favor um espaço propício para a autonomia do estudante, para o aprendizado e desenvolvimento da leitura e para a iniciação à pesquisa. Um espaço de compartilhamento de ideias e conhecimentos. Não há como negar que a existência da biblioteca escolar interfere positi-



vamente no processo de aprendizagem. Especificamente sobre a questão da leitura, por exemplo, analisando os dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) 2003, um estudo realizado por Araújo e Luzio para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2005, destaca que,

A existência e a utilização efetiva da biblioteca, por exemplo, faz diferença.

De acordo com **os resultados** do Saeb 2003, para a 4ª série, **em Leitura**, quando até 25% dos alunos da escola fazem uso da biblioteca, a média de proficiência é de 168 pontos. **Quando mais de 75% dos alunos utilizam a biblioteca regularmente, a média sobe para 181 pontos**⁹. Quando não existe esse tipo de recurso para os estudantes, o resultado de desempenho é de 153 pontos. Ainda, os resultados mostram que, quando há um responsável pela biblioteca escolar, a média aumenta, e quando os professores realizam atividades dirigidas nesse ambiente, há ganhos importantes e significativos na aprendizagem (Araújo; Luzio, 2005, p. 62, grifo nosso).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 estabelece, dentre as estratégias para a qualidade da educação básica, a necessidade da universalização das bibliotecas, reafirmando o proposto pela Lei nº 12.224/2010. A meta 7 do PNE destaca na estratégia 7.20:

[...] prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, **mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet** (Brasil, 2014, grifo nosso).

9 Sabe-se que os resultados da Prova Brasil não medem a qualidade educacional em sua dimensão mais ampla, contudo, considera-se que eles são indicadores e podem ser um dos instrumentos de diagnóstico educacional, especialmente quando cotejado com outras informações da escola, do estudante etc.

Schneider (2014, p. 25), em sua tese de doutorado sobre as ações do Governo Federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola, discorre que “as condições das escolas públicas brasileiras ainda são bastante precárias” afirmando que, em 2012, boa parte das escolas, não contava com bibliotecas. Na perspectiva de demonstrar a carência da biblioteca escolar e a influência da ausência dela no trabalho docente, Feitosa (2008, p. 84, grifo nosso) destaca que,

Um dos maiores entraves para um trabalho efetivo com a leitura nas escolas públicas brasileiras é **a ausência de um espaço físico adequado que possa ser denominado biblioteca**. Dizer que uma escola possui uma biblioteca não é o mesmo que estabelecer um departamento de leitura verdadeiramente eficaz. Assim, muitas instituições escolares possuem bibliotecas somente no nome, mas não lhes dispensam a atenção mínima necessária. Essa é a realidade vivenciada por um expressivo número de escolas brasileiras. De acordo com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), em um censo realizado em 2003, 45% dos profissionais nossos, da educação em nosso país, trabalham em escolas sem biblioteca.

Ainda que haja dificuldades na conceituação da Biblioteca Escolar, a importância desse espaço é quase um consenso. Ciente da importância das bibliotecas escolares, como elemento do direito à educação, a pesquisa se propôs a analisar a influência da Lei nº 12.244/2010 no que se refere ao acesso e à universalização da biblioteca escolar no Brasil.

Nesse sentido, a questão norteadora foi: houve iniciativas objetivando o aumento do acesso e mesmo a universalização das bibliotecas nas escolas de educação básica? Para tal análise, tomou-se como marco de referência a promulgação da Lei nº 12.244/2010, que prevê a implementação de bibliotecas escolares em todas as instituições educacionais brasileiras.



O objetivo geral da pesquisa foi analisar se houve mudanças em termos de acesso e universalização da biblioteca escolar, a partir da aprovação da Lei nº 12.244/2010.

Os objetivos específicos foram: contextualizar a Biblioteca Escolar e sua importância como parte das condições de qualidade da Educação Básica; traçar um panorama quantitativo das bibliotecas escolares no Brasil entre 2009 e 2019.

Utilizou-se como referência, dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2009, um ano antes da aprovação da Lei Federal nº 12.244/2010, como também dos anos de 2015 e de 2019, sendo esse, o último dado disponível do Censo Escolar durante a finalização da pesquisa e um ano antes de findar o prazo estabelecido pela lei para a universalização das bibliotecas escolares no Brasil. Tal análise se configurou como descritiva e compara os dados de bibliotecas existentes no país por meio das seguintes variáveis: dependência Administrativa, localização das escolas, região geográfica – UF, porte da escola, localização, escolas, etapa de ensino etc. analisadas e descritas na dissertação. Diante da quantidade de dados coletados, neste capítulo são apresentados os dados com base na análise das variáveis: **Dependência Administrativa, Região Geográfica e Localização das escolas.**

2 DESCREVENDO A METODOLOGIA: PASSOS PARA A COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

O universo da pesquisa foi definido como sendo **todas as escolas de Educação Básica em atividade, com oferta de educação regular** e que responderam ao censo nos anos de 2009 (**195.657 escolas**), 2015 (**183.474 escolas**), e 2019 (**178.150 escolas**). Essas escolas



foram consideradas para uma **análise estatística geral**, pois se percebeu uma diminuição no total delas, o que leva a crer que desse universo **algumas não respondem ao Censo nos 3 (três) anos selecionados**, seja porque foram paralisadas ou extintas.

Percebeu-se ainda nos anos selecionados para análise que outras escolas passaram a responder ao Censo. Acredita-se que tais escolas representam novas escolas inauguradas. Assim, para uma **análise específica e mais precisa** quanto ao atendimento à lei em estudo, **foram utilizadas as escolas que permaneceram no Banco do Censo da Educação Básica nos 3 (três) anos analisados**, as quais totalizam **147.551 escolas**.

Quanto às escolas que ofertam Ensino Profissional, foram consideradas apenas aquelas que têm oferta integrada ao Ensino Médio, não analisando aquelas com oferta de ensino profissional subsequente ou concomitante, por entender que essas instituições têm outro caráter. **Optou-se por trabalhar com dados das escolas que ofertam pelo menos uma turma de escolarização¹⁰, desconsiderando escolas que ofertam apenas atividades complementares.** Entende-se que tais instituições têm suas peculiaridades e, portanto, a opção foi não as utilizar na análise. Para o ano de 2009 realizou-se a seleção de escolas que ofertam ensino profissional concomitante e/ou subsequente com o ensino regular, tomando como base o “Banco Matrículas”, uma vez que a lógica de organização do banco nesse ano é distinta dos anos de 2015 e 2019. Para tanto, utilizou-se como base os dados trabalhados pelo Laboratório de Dados Educacionais da UFPR.

10 Por escolarização, o Dicionário de Dados do Censo 2019 descreve: “Modo, maneira ou metodologia de ensino correspondente às turmas com etapas de escolarização consecutivas, Creche ao Ensino Médio.”



Vale destacar que o Censo da Educação Básica é um instrumento de coleta de informações da educação básica, por meio do qual o Inep realiza o mais importante levantamento estatístico da educação no Brasil. Coleta informações de todas as escolas públicas e privadas do país, sendo realizado em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação. Tem como finalidade possibilitar que atores educacionais compreendam a situação educacional do país, das unidades federativas, dos municípios e do Distrito Federal, bem como das escolas, permitindo assim o acompanhamento e a efetividade das políticas públicas. É realizado anualmente e o período de coleta é definido por meio de portaria, mas, em geral, acontece entre abril e maio.

3 ANÁLISE DOS DADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: REALIDADE DA BIBLIOTECA ESCOLAR NO BRASIL ANTES E DEPOIS DA APROVAÇÃO DA LEI N° 12.244/2010

A análise dos dados do Censo da Educação Básica foi realizada com as escolas que se encontravam em atividade. Há que se destacar algo que nos chamou a atenção numa primeira análise dos dados: a redução gradativa das escolas em atividade e com pelo menos uma turma de escolarização. Conforme observa-se na Tabela 1, em **2009 existiam 195.657 escolas funcionando, em 2015, 183.474 e, em 2019, o total era de 178.150 escolas**. Uma **diminuição de 17.507 escolas em 10 (dez) anos**. A diminuição do número de escolas é um tema bastante complexo e precisa ser analisado à luz de muitos elementos, os quais não foram objeto da pesquisa.

Para a sistematização do estudo estatístico, foram analisados dados gerais das escolas em atividade (conforme totais acima) e,



em seguida, foram analisados dados com **as escolas que permaneceram no banco do Censo nos 3 (três) anos selecionados para o estudo, totalizando 147.551 escolas**. Tais bancos foram denominados, respectivamente, **BANCO GERAL e BANCO 3 ANOS**.

Pode-se perceber pela análise da Tabela 1 abaixo que, no período de 2009 para 2015, apesar de ter havido um acréscimo no número total de escolas com biblioteca, em termos percentuais, o acréscimo é muito pequeno, passando de 32,1% para 36,2%, inclusive diminuindo no ano de 2019, quando o percentual positivo é de 36,1%. Considerando todas as escolas de educação básica com pelo menos 1 turma de escolarização, públicas e privadas, verifica-se em 2019 um quadro bastante preocupante, quando bem menos da metade das escolas possuíam bibliotecas, o que sinaliza a importância do tema como questão de pesquisa e políticas públicas. Litto (1998) apontava que em 1998 apenas 10% das escolas contavam com biblioteca. Passados mais de 20 anos, percebe-se um aumento dessas, contudo, ela ainda está longe de garantir condições de igualdade.

TABELA 1 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **biblioteca escolar**, Brasil, 2009, 2015, 2019, **banco geral**

POSSUI BIBLIOTECA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	132839	67,9%	117033	63,8%	113885	63,9%
Sim	62818	32,1%	66441	36,2%	64265	36,1%
Total	195657	100,0	183474	100,0	178150	100,0

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.



Quando a análise é feita considerando apenas as escolas que estavam ativas nos 3 anos (Tabela 2), é possível perceber um acréscimo de 1,4% de escolas com bibliotecas de 2009 para 2015, no entanto, em 2019, o percentual diminuiu em 2,1% quando comparado com 2015. Tal diminuição, quando comparada com os dados de todas as escolas (Tabela 1), apresenta um leve crescimento de 0,2%, embora, em termos de atendimento à Lei nº 12.244/2010, haja uma diminuição de 0,7% do percentual de escolas com bibliotecas de 2009 para 2019, considerando apenas as mesmas escolas (Tabela 2).

TABELA 2 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de biblioteca escolar, Brasil, 2009, 2015, 2019, banco 3 anos.

POSSUI BIBLIOTECA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	92904	63,0%	90879	61,6%	93975	63,7%
Sim	54647	37,0%	56672	38,4%	53576	36,3%
Total	147551	100,0	147551	100,0	147551	100,0

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.

A comparação dos dados de todas as escolas com as escolas que estavam ativas durante os três anos analisados sinaliza que houve um aumento do número de escolas com bibliotecas, ainda que ele seja ínfimo. Mas destaca-se que, em termos de atendimento à lei, faltou investimento na construção ou organização de bibliotecas nas escolas já existentes. Por outro lado, tem-se como hipótese que a diminuição do percentual de escolas com biblioteca entre 2015 e 2019 pode estar relacionada à reorganização dos espaços da

escola e utilização do espaço da biblioteca para outras funções ou ainda à melhoria da coleta de dados do Censo Escolar, bem como na sua maior utilização para distribuição de recursos e financiamento de programas federais. Cabe considerar que a partir de 2015¹¹, conforme Cavalcante (2016), o FNDE, em parceria com o Inep, deu início à formação “Censo Escolar da Educação Básica e Sistema Educacenso”, que tem como objetivo

Oferecer um curso na modalidade de Educação a Distância on-line visando capacitar profissionais da educação, conselheiros e cidadãos para o correto preenchimento, o acompanhamento e o controle social das informações do Censo Escolar da Educação Básica e conscientizá-los sobre a importância do preenchimento cuidadoso e fidedigno dos dados (INEP, [2015?]).

Observa-se, ainda, conforme Tabela 3, que o percentual de escolas que informaram possuir sala de leitura, no BANCO GERAL, duplicou no período analisado. Em 2009 o percentual era de 11,2%, passando para 25,9% em 2019.

A hipótese para tal crescimento no percentual de escolas com sala de leitura leva em consideração o já comentado anteriormente, ou seja, com o início da formação proporcionada pelo Sistema Educacenso, os gestores escolares passaram a ser mais criteriosos quanto ao preenchimento dos dados, informando com mais precisão se, de fato, a escola possuía uma biblioteca ou uma sala de leitura. **Vale salientar que os Cadernos ou manuais de Instruções do Censo passaram a informar que para o “espaço biblioteca” haveria que se considerar a presença de profissional bibliotecário (INEP, 2018).**

11 Em 2015 ocorreu o primeiro encontro presencial do Curso de Formação com uma turma piloto. Houve também em 2015, em âmbito Estadual, uma Turma piloto ofertada aos Coordenadores Regionais do Censo Escolar (Cavalcanti, 2016).



TABELA 3 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **sala de leitura**, Brasil, 2009, 2015, 2019 – **banco geral**.

POSSUI SALA DE LEITURA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	173651	88,8%	142559	77,7%	131980	74,1%
Sim	22006	11,2%	40915	22,3%	46170	25,9%
Total	195657	100,0	183474	100,0	178150	100,0

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.

A mesma análise é feita no BANCO 3 ANOS, quando observadas as escolas que responderam possuírem sala de leitura. O percentual quase dobra, passando de 13,1% em 2009, para 25%, em 2019 (Tabela 4).

TABELA 4 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **sala de leitura**, Brasil, 2009, 2015, 2019 – **banco 3 anos**.

POSSUI SALA DE LEITURA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	128229	86,9%	114458	77,6%	110594	75,0%
Sim	19322	13,1%	33093	22,4%	36957	25,0%
Total	147551	100,0	147551	100,0	147551	100,0

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor

O Censo da Educação Básica conta com uma variável que coteja as informações sobre biblioteca e sala de leitura concomitantemente. A apresentação de dados a partir dessa variável não representa a real situação da existência ou não da biblioteca nas escolas brasileiras, pois os espaços são distintos e não devem ser confundidos. O documento “Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil” apresenta as dificuldades dos participantes da pesquisa (professores e estudantes) em diferenciar tais espaços, por vezes e equivocadamente, levando em consideração o tamanho do espaço e, em outros momentos, assertivamente, a qualidade do acervo, a atividade de catalogação e a presença do profissional bibliotecário (Brasil, 2011). Assim, assevera-se que a apresentação de dados, levando em consideração a variável conjunta para biblioteca e sala de leitura, é equivocada, pois somente quando se somam as respostas das escolas sobre a existência de biblioteca e/ou sala de leitura (Tabela 5) é que o percentual das escolas que possuíam um dos dois ambientes ultrapassa a metade dessas, chegando a 51,4%, existindo, ainda, 48,6% das escolas brasileiras sem biblioteca e/ou sala de leitura.

Para fins desta pesquisa, que objetivou conhecer reais avanços em políticas públicas de implantação especificamente de bibliotecas nas escolas brasileiras, não se pode aceitar a soma dos dados das variáveis em comento, uma vez que, conforme demonstrado na Tabela 5, dão margem à interpretação equivocada quanto ao número real de escolas com bibliotecas.



TABELA 5 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **biblioteca escolar e sala de leitura**, Brasil, 2009, 2015, 2019 – **banco geral**

POSSUI BIBLIOTECA E SALA DE LEITURA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	119176	60,9%	93622	51,0%	86505	48,6%
Sim	76481	39,1%	89852	49,0%	91645	51,4%
Total	195657	100,0	183474	100,0	178150	100,0

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.

A mesma análise, quando realizada no BANCO 3 ANOS, aponta que o quantitativo de escolas que possuíam um dos ambientes (biblioteca e/ou sala de leitura) em 2015 ultrapassa a metade das escolas, chegando a 51,4% e crescendo ainda 0,3% em 2019, conforme Tabela 6 abaixo.

TABELA 6 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **biblioteca escolar e sala de leitura**, Brasil, 2009, 2015, 2019 – **banco 3 anos**

POSSUI BIBLIOTECA E SALA DE LEITURA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Não	80633	54,6%	71733	48,6%	71232	48,3%
Sim	66918	45,4%	75818	51,4%	76319	51,7%
Total	147551	100,0	147551	100,0	147551	100,0

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.



Observa-se da análise das variáveis supracitadas (Biblioteca escolar e Sala de Leitura), por meio dos dados apresentados nas Tabelas 2 e 4 (BANCO 3 ANOS), que **enquanto houve um crescimento no percentual de escolas que possuíam sala de leitura de 2009 para 2019 de 11,9% (Tabela 4), há, por outro lado, um decréscimo de 0,7% no percentual de escolas que possuíam biblioteca no mesmo período (Tabela 2)**. Para este decréscimo, tem-se novamente a hipótese de que as escolas começaram a responder negativamente para a variável Biblioteca Escolar, quando passou-se a **‘exigir’ que elas respondessem se tinham no seu quadro de colaboradores profissional qualificado (com formação superior em biblioteconomia) tal como preconiza a Lei nº 12.244/2010 e consta dos Cadernos de Instruções do Censo da Educação Básica mais recentes**. Analisando esses cadernos de instruções, verifica-se que do ano de 2009 a 2011, a definição de biblioteca é: “Espaço onde os livros ou outras fontes de informação são guardados e podem ser consultados. Conta com o auxílio de um profissional especializado (bibliotecário)” (INEP, 2009, 2010, 2011). Essa instrução é muito importante e pode ser considerada um avanço no que se refere ao reconhecimento da importância do profissional bibliotecário. No ano de 2015 há uma ampliação da definição de biblioteca e destaca-se o papel do bibliotecário na organização desse espaço:

Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente, a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário (INEP, 2015, p. 32).

Observou-se também que no Caderno de Instruções do ano de 2015, o Censo passa a exigir que: “A sala de recursos, a **biblioteca** e



o laboratório de informática **somente devem ser informados quando o espaço em que se encontram é de seu uso exclusivo**” (INEP, 2015, p.34, grifo nosso). Essas informações reforçam a hipótese que os gestores escolares passaram a responder com mais precisão sobre o espaço da biblioteca, o que justifica o acréscimo de salas de leitura e diminuição de respostas positivas à existência da biblioteca nas escolas.

Independentemente da interpretação que os gestores das escolas tenham feito dos Cadernos de Instruções dos Censos da Educação Básica, quanto aos espaços da biblioteca e da sala de leitura, vale ressaltar que esses lugares são distintos e possuem objetivos específicos. As escolas podem ter espaços destinados exclusivamente às práticas de iniciação e desenvolvimento da leitura, fazendo inclusive parte do espaço da biblioteca, como pressupõe o Inep (2018), no entanto, a percepção dos gestores quanto à finalidade dos dois recursos pedagógicos poderia viabilizar a implantação dos dois espaços para o aperfeiçoamento da aprendizagem, assim como destaca Caldeira (2002), ao apresentar as diferenças entre acervo de classe e biblioteca escolar.

O que se percebeu da análise geral dos dados é que **a necessidade de implantação de bibliotecas nas escolas, conforme preconiza a Lei nº 12.244/2010, não alcançou a universalização prescrita em lei e, finalizado o prazo para sua implementação, os objetivos não foram totalmente alcançados**. De qualquer forma, ela é um instrumento importante de luta e discussão no campo da garantia desse espaço como um direito dos estudantes.

Uma análise geral da existência das bibliotecas escolares no Brasil, apesar de importante, não nos ajuda a compreender a realidade, a entender diferenças entre igualdade de oportunidade para



os estudantes, a entender em quais regiões, localidades e dependências administrativas elas estão mais ou menos presentes. Nesse sentido, foi necessário o cotejamento da existência de biblioteca ou não com outras variáveis que nos ajudaram a elucidar como isso ocorre no Brasil, descritas na dissertação. Destaca-se que a partir do item 3.1 são apresentadas apenas as análises obtidas do Banco 3 Anos.

3.1 Análise dos dados do Censo da Educação Básica por Região Geográfica

Analisar as regiões brasileiras e as condições de suas escolas em termos de existência ou não de biblioteca é necessário, pois ajuda a ilustrar as desigualdades do país e que precisam ser objeto de políticas públicas. Diversos autores, estudos e levantamentos estatísticos, entre esses os do próprio Inep em 2003 (Estatísticas dos professores no Brasil) e 2019 (Resumo Técnico: Censo da Educação Básica, 2018), já citados nesta pesquisa, ressaltam as diferenças existentes entre as escolas, que muitas vezes são marcadas por desigualdades regionais. Apesar do lapso temporal de 16 (dezesesseis) anos entre as duas publicações, observa-se que a realidade apresentada em 2003, de que, enquanto na Região Sul 78% das funções docentes atuavam em escolas com biblioteca e na Região Nordeste os índices eram de apenas 34% (INEP, 2003), não diverge muito da apresentada em 2019, quando o Inep continua destacando que esse “recurso pedagógico essencial para o aprendizado dos alunos, [...] é menos encontrado nas Regiões Norte e Nordeste do País, [...]” (INEP, 2019).

Assim, está comprovada a existência de diferenças entre as escolas brasileiras, havendo melhores condições nas escolas



localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste, por concentrarem maior poder econômico e financeiro. Discorrer e buscar hipóteses para os dados apresentados pelo Censo da Educação Básica nos três anos estudados foram objetivos da pesquisa, conforme segue.

Cada região tem uma situação econômica, social e política bem peculiar e conta com municípios e estados com capacidades financeiras bem diferentes, o que impacta diretamente no financiamento educacional e, por conseguinte, nas condições materiais e estruturais das escolas, dentre as quais, a biblioteca.

Analisados os dados no BANCO 3 ANOS por Região Geográfica, observa-se que de 2009 para 2015 todas as regiões ampliaram o número de bibliotecas nas escolas e que tal crescimento não se manteve nos dados apresentados em 2019. Apenas a Região Centro-Oeste manteve crescimento contínuo no percentual de escolas com biblioteca, atingindo 51,7% (Tabela 7); nas demais regiões houve uma diminuição do percentual.

Constatou-se ainda que na Região Sul, apesar da diminuição do percentual de respostas positivas no ano de 2015 (62,9%) para 2019 (58,4%), esse percentual é o maior entre todas as regiões do país, seguido da Região Centro-Oeste. As regiões Norte com 23,4% e Nordeste com 28,2% de respostas positivas possuíam os menores percentuais de escolas com biblioteca escolar, demonstrando assim grande desigualdade entre as regiões brasileiras.

Os dados totais revelam ainda que em 10 (dez) anos as escolas não conseguiram avançar na proposta de implementação da lei; apenas 36,3% delas responderam positivamente, percentual esse 0,7% menor do que as respostas positivas no ano de 2009 (37%).



TABELA 7 – número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **biblioteca escolar**, segundo **região geográfica**, Brasil, 2009, 2015, 2019 – banco 3 anos

REGIÃO	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Norte	14186	4194	13911	4469	14083	4297
	77,2%	22,8%	75,7%	24,3%	76,6%	23,4%
Nordeste	38357	14949	38020	15286	38297	15009
	72,0%	28,0%	71,3%	28,7%	71,8%	28,2%
Sudeste	28284	18277	27066	19495	28845	17716
	60,7%	39,3%	58,1%	41,9%	62,0%	38,0%
Sul	7878	13165	7799	13244	8763	12.280
	37,4%	62,6%	37,1%	62,9%	41,6%	58,4%
Centro-Oeste	4199	4062	4083	4178	3987	4274
	50,8%	49,2%	49,4%	50,6%	48,3%	51,7%
Total	92904	54647	90879	56672	93975	53576
	63,0%	37,0%	61,6%	38,4%	63,7%	36,3%

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019). Dados extraídos e tabulados pelo autor.

Os dados apresentados nessa análise por região são significativos por deixar explícita, mais uma vez, a questão das desigualdades regionais. **Nas regiões Norte e Nordeste não havia bibliotecas em mais de 70% das escolas, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste, os percentuais de escolas que possuíam bibliotecas ultrapassam 50%.** Não há como dissociar a área econômica desse contexto. As condições econômicas são essenciais para que as regiões



possam investir em educação, em escolas mais igualitárias, independentemente de onde elas estejam localizadas e, conseqüentemente, em bibliotecas.

Schneider (2014, p. 103), apresentando as condições materiais das escolas brasileiras, comprova em sua tese de doutorado que há melhores condições dessas quando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e a renda *per capita* da população também é maior; e assevera a necessidade de “uma educação realmente comprometida com os princípios de justiça, com a redução das desigualdades e com a melhoria da qualidade educacional para todos”.

Como visto anteriormente, analisando os dados do ano 2019, as regiões Norte e Nordeste do país concentram 48,58% das escolas (Tabela 7) e são exatamente nessas duas regiões os menores percentuais de escolas com bibliotecas. As constatações reforçam as hipóteses que tais desigualdades, que impactam significativamente na qualidade da educação e, por conseguinte, no objeto em estudo, ou seja, maior ausência de bibliotecas nas escolas das regiões Norte e Nordeste, perpassam por uma distribuição econômica desigual entre os entes federativos.

Entende-se que a escola deveria garantir a igualdade de oportunidades e combater as desigualdades sociais dos estudantes, principalmente aqueles das camadas menos favorecidas, melhorando as condições do seu cotidiano familiar, quanto à leitura e o acesso ao conhecimento e, nesse ínterim, as bibliotecas escolares poderiam desempenhar papel fundamental.

3.2 Análise dos dados do Censo da Educação Básica por Dependência Administrativa

Quando os dados são analisados entre as escolas que permaneceram no Censo durante todo o período (BANCO 3 ANOS), percebe-se que as escolas vinculadas às **Dependências Administrativas Estadual, Municipal e Comunitária** conseguiram ampliar percentuais do ano de 2009 para 2015, embora nenhuma das três dependências conseguiu crescimento de 2015 para 2019; **nesse ano, ao contrário, os percentuais de respostas positivas foram menores do que 2009**, conforme Tabela 8.

Apenas as escolas vinculadas à Dependência Administrativa Federal conseguiram ampliar os percentuais, passando de 96,6% no ano de 2009 para 98,7% no ano de 2019. Percebe-se assim que há tendência de universalização nessa esfera administrativa.

Os dados ainda revelam que nas Dependências Estadual, Particular e Confessional, as escolas com biblioteca escolar ultrapassam 60% no ano de 2019 e que **apenas 23% das escolas vinculadas à Dependência Municipal responderam positivamente, embora, nesta dependência o total de escolas é de 95.318, o que corresponde a 64,60%** do total geral (147.551 escolas).



TABELA 8 – número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **biblioteca escolar**, segundo **dependência administrativa**, Brasil, 2009, 2015, 2019 – **banco 3 anos**

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	NÃO %	SIM %	NÃO %	SIM %	NÃO %	SIM %
Federal	8	226	9	225	3	231
	3,4%	96,6%	3,8%	96,2%	1,3%	98,7%
Estadual	10546	17276	10509	17313	10740	17082
	37,9%	62,1%	37,8%	62,2%	38,6%	61,4%
Municipal	73217	22101	71104	24214	73364	21954
	76,8%	23,2%	74,6%	25,4%	77,0%	23,0%
Particular	5180	11660	5293	11547	5662	11178
	30,8%	69,2%	31,4%	68,6%	33,6%	66,4%
Comunitária	887	431	883	435	921	397
	67,3%	32,7%	67,0%	33,0%	69,9%	30,1%
Confessional	45	182	49	178	61	166
	19,8%	80,2%	21,6%	78,4%	26,9%	73,1%
Filantrópica	3021	2771	3032	2760	3224	2568
	52,2%	47,8%	52,3%	47,7%	55,7%	44,3%
Total	92904	54647	90879	56672	93975	53576
	63,0%	37,0%	61,6%	38,4%	63,7%	36,3%

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.

Pela análise dos dados apresentados acima (Tabela 8), constata-se uma discussão presente em boa parte da literatura que

estuda os investimentos em educação, ou seja, quando se trata das escolas sob administração Federal, os índices positivos são sempre maiores, indicando que essas sempre possuem melhores condições e, no caso da biblioteca, os estudos também são confirmados. É obvio que as melhores condições também estão relacionadas com a quantidade de escolas. **Na esfera Federal, são apenas 234 escolas, quando, por exemplo, na esfera Municipal são 95.318, em 2019.** Pode-se assim inferir que há maiores condições de investimento quando os recursos não precisam ser divididos por tantas escolas.

Discorrendo sobre financiamento da educação, Davies (2006, p. 51) destaca as desigualdades entre os governos Federal, Estadual e Municipal.

O governo central, por exemplo, embora detentor de uma maior parcela das receitas governamentais, nunca assumiu constitucionalmente a obrigação de oferecer educação básica para toda a população, deixando-a a cargo dos Estados e Municípios, geralmente menos privilegiados do que o governo federal. O que mais chama atenção é a enorme desigualdade de recursos legalmente disponíveis em cada esfera do governo e também entre os diferentes governos de uma mesma esfera [...].

O autor ainda destaca que a desigualdade tributária dentre as esferas administrativas do governo executivo são também as causas da desigualdade “que impõe um limite objetivo à constituição de um sistema nacional de educação com um padrão de qualidade razoável” (Davies, 2006, p. 67).

Dessa forma, **o grande número de escolas estaduais e municipais impõe a esses entes federativos (Estadual e Municipal) um desequilíbrio econômico** que impossibilita alcançar patamares de investimento iguais ao Governo Federal. Tal desequilíbrio econômico faz com que a maioria dos municípios estejam



[...] constantemente de 'pires na mão', vulneráveis e acessíveis a quaisquer propostas que tragam mais dinheiro para a cidade. Sua independência política e pedagógica fica extremamente comprometida, assim como os rumos que poderão dar à sua rede municipalizada estão diretamente relacionados e condicionados pelos passos das esferas administrativas que os sustentam (Gil; Arelaro, 2004, p. 37).

Ao serem comparados os dados das escolas sob Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), com as escolas sob Administração Particular, Confessional e Filantrópica, percebe-se que a falta de investimentos para ampliação dos percentuais de bibliotecas não é um problema exclusivo do poder público, **nessas últimas, conforme se observa na TABELA 8, os percentuais atingidos em 2019 são menores que em 2009**. Para essa questão, pode-se ter como hipóteses a falta de uma cultura de leitura, como também a própria desvalorização do espaço biblioteca da escola por aqueles que têm mais condições financeiras e assim, melhores condições de acesso aos livros. Sobre esses aspectos, Medina e Almeida, (1976, p. 106), com base em uma pesquisa sobre leitura, realizada no Rio de Janeiro, afirmaram que:

[...] os indivíduos da classe C não leem; os da classe B valorizam mais os programas de televisão; os da classe A, porque têm possibilidades de comprar livros, são aqueles que efetivamente leem. É fácil inferir, então, que a prática da leitura tem uma relação direta com as condições econômicas das famílias.

O relato de pesquisa de Medina e Almeida são ratificados por Valle (2013, p. 420-421), ao afirmar que os estudantes das classes sociais mais favorecidas, por terem acesso à leitura desde os primeiros anos de vida, serão, na trajetória escolar,

[...] beneficiados pelo capital cultural herdado de seu meio familiar e podem reinvestir espontaneamente esse capital nas atividades escolares. Ao contrário, para as classes mais desfavorecidas (filhos de agricultores, de operários, de pequenos funcionários ou de pequenos comerciantes), a aquisição da cultura escolar é aculturação. Esses alunos devem assimilar um conjunto de conhecimentos e de técnicas não dissociados de valores sociais e, geralmente, distantes de sua classe social de origem. Para eles, a escolaridade se assemelha a um percurso de obstáculos que os obriga a comprovar qualidades intelectuais e psicológicas com as quais, na maioria das vezes, não estão familiarizados.

É nesse contexto de desigualdades que o poder público precisa atuar mais incisivamente com investimentos, garantindo que as escolas públicas possam atuar para garantir condições de igualdade entre os estudantes brasileiros.

Os dados da Tabela 8 apontam que não houve avanços em termos de implantação de bibliotecas; pelo contrário, houve diminuição de percentuais alcançados em 2009, indicando falta de compromisso das esferas governamentais e dos gestores das escolas particulares no cumprimento da Lei nº 12.244/2010.

3.3 Análise dos Dados do Censo da Educação Básica por Localização

Quando a variável Localização é analisada no BANCO 3 ANOS, observa-se, conforme Tabela 9, que não houve crescimento significativo no quantitativo de escolas com biblioteca. Ao contrário, houve, por exemplo, em 2019, decréscimo de 1,7% quanto aos percentuais apresentados na localização Urbana no ano de 2009.



Vale a pena destacar o crescimento de bibliotecas nas escolas em Terra indígena, em cuja localização há um crescimento constante nos dois últimos anos analisados, chegando a 10,5% no ano de 2019, uma diferença de 2,8% com relação a 2009.

Independentemente da análise dos percentuais de escolas com bibliotecas, há algo significativo do ponto de vista de políticas educacionais, observado quanto ao crescimento do quantitativo de escolas em localizações menos desfavorecidas em 10 anos. Observa-se que, por exemplo, o número de escolas em Área remanescente de quilombos quase dobra, quando nos últimos 10 anos foram construídas 991 novas escolas nessas localidades (Tabela 9).

Apesar do destaque acima, vale ressaltar que ainda há um grande caminho a ser percorrido do ponto de vista de infraestrutura escolar. Por infraestrutura escolar Garcia (2014, p. 139) considera “[...] como um sistema de elementos estruturais, inter-relacionados, que inclui as instalações, os equipamentos e os serviços necessários para garantir o funcionamento da escola e impulsionar a aprendizagem do aluno”. Para o autor, a infraestrutura pode influenciar a aprendizagem do estudante quando há uma articulação entre “as instalações, os serviços, as iniciativas educativas e os projetos pedagógicos [...]” (Garcia, 2014, p. 139).

TABELA 9 – Número e frequência de escolas de acordo com existência ou não de **biblioteca escolar**, segundo **localização**, Brasil, 2009, 2015, 2019, **banco 3 anos**

LOCALIZAÇÃO	ANO DE REALIZAÇÃO DO CENSO					
	2009		2015		2019	
	NÃO %	SIM %	NÃO %	SIM %	NÃO %	SIM %
Urbana	49318	47367	48282	48494	51068	45791
	51,0%	49,0%	49,9%	50,1%	52,7%	47,3%
Rural	38185	6635	35659	7275	35175	6783
	85,2%	14,8%	83,06%	16,94%	83,8%	16,2%
Área de Assentamento	2287	360	3156	464	3577	504
	86,4%	13,6%	87,2%	12,8%	87,7%	12,3%
Terra indígena	2037	170	2118	235	2210	260
	92,3%	7,7%	90,02%	9,98%	89,5%	10,5%
Área remanescentes de quilombos	1077	115	1664	204	1945	238
	90,4%	9,6%	89,08%	10,92%	89,1%	10,9%
Total	92904	54647	90879	56672	93975	53576
	63,0%	37,0%	61,6%	38,4%	63,7%	36,3%

* Os dados de escolas localizadas em Unidade de uso sustentável, Unidade de uso sustentável em terra indígena e Unidade de uso sustentável em área remanescente de quilombos, constantes do Censo 2015, foram somados à localização Rural, Terra Indígena e Área remanescente de quilombos, por não aparecerem nos anos de 2009 e 2019.

FONTE: Censo da Educação Básica Inep – arquivo escolas (2009, 2015, 2019).
Dados extraídos e tabulados pelo autor.

Uma infraestrutura escolar adequada possibilita ambientes de aprendizagem significativos para o desenvolvimento da educação e, por outro lado, a ausência desta pode interferir no rendimento



escolar dos estudantes. Como observado nos dados analisados, nas áreas rurais, indígenas, quilombolas etc., a biblioteca escolar está presente em menos do que 17% das escolas, ou seja, justamente onde pode haver maior dificuldade de acesso a outras fontes de leituras, pesquisa e informações.

Para Soares, Razo e Fariñas (2006, p. 47), “as características da escola são importantes: professores, infraestrutura [sic] física, abordagens e insumos pedagógicos têm impacto sobre aprendizado e progressão dos alunos”. Talvez seja difícil imaginar uma escola indígena com biblioteca, laboratórios, mais de 5 salas etc., no entanto, se há necessidade de igualdade de oportunidades, esse é um objetivo a ser perseguido, para que essas comunidades tenham o direito de acesso aos insumos pedagógicos e, conseqüentemente, melhores condições para desenvolvimento do aprendizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo estabelecido na pesquisa, que foi o de “analisar se houve mudanças em termos de acesso e universalização da biblioteca escolar, a partir da aprovação da Lei nº 12.244/2010”, percebeu-se que há fragilidades a serem superadas e que para a universalização das bibliotecas nas escolas de educação básica, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Enquanto as fragilidades não forem solucionadas, continuarão existindo desigualdades de oportunidades, e essas perpetuarão condições distintas aos estudantes de diferentes classes sociais. O que se espera, do ponto de vista de justiça social, é que os estudantes tenham as mesmas condições para o aprendizado, o desenvolvimento e o alcance de seus objetivos.



O Projeto Mobilizador do CFB e seus CRB's, iniciado em 2008, marca o registro da busca por uma política pública de universalização da biblioteca nas instituições de ensino do país, apesar da discussão sempre existir, ainda que indiretamente, nas discussões inerentes ao campo educacional. A promulgação da Lei nº 12.244/2010 passou a vislumbrar, conforme Silva, J. (2011) e Fragoso (2011), uma possibilidade de reconhecimento do poder público de que parte considerável das escolas não possuíam bibliotecas, possibilitando a revisão de paradigmas e a ampliação de horizontes dessas. Transcorreram-se 07 (sete) anos até a sua promulgação, com emendas que foram desde a ampliação de prazos para implementação da lei, até a diminuição de quantidade de títulos por aluno.

Silva, J. (2011) e Maciel e Lima (2013), apesar de destacarem o impacto positivo da promulgação da lei, discutem preocupações quanto à sua implementação, principalmente quanto às deficiências teóricas e propositivas, e a ausência de responsabilidades compulsórias no caso de descumprimento, o que poderia perpetuar simplesmente a corriqueira prática de distribuição de livros por parte do Governo Federal. Para os autores, existia, assim, a necessidade de marcos regulatórios e outros elementos que objetivassem, também, adequada estrutura, recursos humanos e materiais, além das responsabilidades social e política das bibliotecas escolares. Soma-se às preocupações dos autores, além da sistematização necessária e descrita acima, a necessidade de aporte financeiro do Governo Federal para o estabelecimento das políticas necessárias à implementação da lei por parte dos estados e municípios, considerando que esses entes nem sempre tem recursos suficientes.

Com base nos achados da pesquisa, constata-se que houve falhas quanto ao estabelecimento de metas, explicitação das estratégias



de implementação e especialmente quanto à origem dos recursos que seriam necessários à viabilização da implementação da Lei nº 12.244/2010. Vale asseverar, ainda, que faltou mecanismos de controle e de responsabilização compulsória em caso de descumprimento.

Ficou evidente, pelos achados da pesquisa, que definir apenas o prazo para implementação da Lei nº 12.244/2010 em 10 (dez) anos e definir acervo mínimo de 01 (um) livro por aluno matriculado, não garantiu a implementação dessa política tão importante para a Educação Básica. Essas duas definições apenas, não permitem observar e fiscalizar se as bibliotecas atenderiam às demais necessidades básicas inerentes a esse aparato tão importante do ponto de vista pedagógico, quais sejam: iniciação e desenvolvimento da leitura (com acervo suficiente para empréstimo de livros sem desabastecer a biblioteca), viabilidade de encontros estudantis, estudos e pesquisas em grupo etc. Há que se destacar ainda que a lei não prevê recursos e financiamentos específicos para a implementação e, ainda que existam alguns programas do FNDE com essa finalidade, os recursos desse fundo são insuficientes, porque precisam dar conta de diversas outras demandas.

Observa-se que 10 (dez) anos se passaram e a lei não foi implementada. Os dados do Censo da Educação Básica analisados neste estudo levam a essa conclusão por considerar que, nas escolas em atividade, com oferta de educação regular e com pelo menos uma turma de escolarização, em resumo, a realidade apresentada é a seguinte:

- a) No período de 2009 a 2019 não se verificou um aumento substancial do número de bibliotecas escolares no país. Em 2009, o percentual era de 32,1% e, findado o período para implementação da lei, o percentual era de apenas 36,1%

- das escolas com esse espaço, ou seja, um acréscimo de apenas 4%, demonstrando, assim, a fragilidade de cumprimento da legislação (Tabela 1);
- b) No que tange à sala de leitura, percebeu-se que elas aumentaram no período, o que pode estar relacionado à forma de coleta dos dados do Censo. Houve um acréscimo de 14,7%, passando de 11,2% em 2009 para 25,9% em 2019 (Tabela 3);
 - c) Somente quando cotejadas respostas das escolas quanto à existência de biblioteca e sala de leitura (concomitantemente) é que o percentual chega a 51,4% de respostas positivas no ano de 2019 (Tabela 5). Vale ressaltar, que é com base nessas respostas que geralmente o Inep divulga os dados nos resumos técnicos;
 - d) Quando os dados são analisados por região geográfica, os estados menos favorecidos do Norte e Nordeste continuavam apresentando os menores percentuais de respostas positivas, apenas 23,4% e 28,2%, respectivamente, no ano de 2019; enquanto a região Sul, com 58,4%, e a região Centro-Oeste, com 51,7%, possuíam os maiores percentuais de escolas com biblioteca (Tabela 7);
 - e) A análise por Dependência Administrativa das escolas revela a problemática já amplamente discutida neste estudo, ou seja, as escolas municipais são as que detinham o menor índice de respostas positivas, com apenas 23,0% no ano de 2019. Verificou-se também que a ampla maioria das escolas vinculadas à administração Federal (98,7%) possuíam bibliotecas e que, apesar de as escolas da rede particular também possuírem índice de 66,4%, ainda há necessidade de



esforço em todas as dependências administrativas, mas tendo as redes municipais um desafio maior (Tabela 8);

- f) Na verificação dos dados por Localização da Escola, as respostas positivas no ano de 2019, para existência de biblioteca nas escolas localizadas em áreas rurais (16,2%), nas áreas de assentamento (12,3%), nas terras indígenas (10,5%), e nas áreas remanescentes de quilombo (10,9%), conforme Tabela 9, revelam as faces das desigualdades perpetuadas na educação pública nacional, quando se compara com a área urbana cujo percentual era de 47,3%.

5 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

Com base nas análises apresentadas, algumas questões/ações parecem importantes para a implementação/universalização das bibliotecas escolares no país. Como elemento de colaboração e apoio às instituições, órgãos governamentais e gestores, sugere-se:

- a) Ao **Inep**: Melhoria nos processos de levantamento de informações do Censo Educacional, incorporando no Caderno de Questões da Escola tópicos que proporcionem maior clareza sobre a biblioteca escolar, as quais possam ser quantificáveis sobre o espaço físico, mobiliário, equipamentos, totalização do acervo (títulos e exemplares), existência de profissionais qualificados e passar a apresentar, nos Resumos Técnicos publicados anualmente, dados em separado sobre Biblioteca Escolar e Sala de Leitura;
- b) Ao **Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED)** e à **União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação**



(UNDIME): Promover ampla discussão sobre os dados existentes em pesquisas e no Censo da Educação Básica, sobre a realidade da biblioteca escolar, buscando, dessa forma, analisar os resultados e planejar perspectivas de cumprimento da Lei n° 12.244/2010, em especial, à necessidade de mais recurso público, maior aporte da União, especialmente para os municípios, considerando que esses possuem o maior número de escolas e, conseqüentemente, necessitam implantar um maior número de bibliotecas, sendo desses as maiores dificuldades frente à implementação da lei;

- c) Ao **CFB** e aos **CRBs**: Ampliar canais de fiscalização com vistas a acompanhar o cumprimento da lei, buscando apoio cada vez maior junto às instituições participantes do Projeto Mobilizador, ampliando para outras instituições que constantemente se debruçam sobre ações que envolvem políticas públicas educacionais para a escola brasileira, possibilitando assim uma melhor articulação para a tão esperada universalização da biblioteca escolar.

Com base no que foi exposto, pode-se afirmar que do ponto de vista da promulgação da Lei n° 12.244/2010, das discussões anteriores e posteriores à promulgação, dos seminários, encontros, congressos e pesquisas realizadas durante os 10 (dez) anos vinculados à implementação, houve avanços positivos do ponto de vista de visibilidade, proposituras, propostas e projetos. No entanto, do ponto de vista quantitativo e de acesso à biblioteca escolar, conforme proposto na pesquisa, verifica-se que não houve avanços, pois em alguns casos, como amplamente demonstrado pelas tabelas acima, os números de bibliotecas em 2019 podem ser menores que os



computados em 2009, ou seja, um ano antes da promulgação da lei de universalização da biblioteca nas instituições de ensino do país.

A biblioteca escolar não pode continuar passando despercebida. Há necessidade urgente de políticas públicas que busquem a igualdade de oportunidades. Não se pode mais aceitar que somente os estudantes das classes mais favorecidas tenham acesso ao importante insumo de apoio às suas atividades pedagógicas. Os gestores precisam cumprir a constituição e as leis vigentes, e somente assim poderá ser possível a todos os estudantes uma educação de qualidade e equânime. Esse é nosso desafio, essa é a nossa busca!

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. H.; LUZIO, N. **Avaliação da educação básica**: em busca da qualidade e equidade no Brasil. Brasília, DF: INEP, 2005. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/Avaliação+da+educação+básica+em+busca+da+qualidade+e+equidade+no+Brasil/c7af7a6c-3cc6-473d-a7b5-ace3f3e499ee?version=1.0>. Acesso em: 03 out. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 14 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 16 jan. de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Avaliação de Bibliotecas Escolares no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12794-bibliotecas-escolares-no-brasil-web-pdf&category_slug=marco-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 out. 2019



CALDEIRA, P. da T. Biblioteca escolar e acervo de classe. In: CAMPELLO, B. S. et al. **A biblioteca escolar**: temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. cap. 11, p. 51-53.

CAVALCANTE, D. L. da C. **Censo escolar da educação básica e Sistema Educacenso**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação (SEED/SC), 2016. Disponível em: <https://slideplayer.com.br/slide/11090276/>. Acesso em: 14 maio 2020

CFB. **Projeto mobilizador**: biblioteca escolar construção de uma rede de informação para o ensino público. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/wp-content/uploads/2016/05/PROMOBILFINAL-20-mar-09.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019.

CURY, C. R. J. Estado e Políticas de Financiamento em Educação. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 831-855, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1028100.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017

DAVIES, N. Fundef: Solução ou remendo para o financiamento da educação básica? In: GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. TAVARES, T. M. (org.) **Conversas sobre financiamento da educação no Brasil**. Curitiba: Editora UFPR, 2006. p. 43-70.

FEITOSA, M. S. de A. **Prática docente e leitura de textos literários no fundamental II**: uma incursão pelo programa hora da leitura. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo: USP, 2008.

FRAGOSO, G. M. A lei e seus desdobramentos. **Biblioteca escolar**: que espaço é esse? Brasília, DF: ano 21, boletim 14, p. 12-17, out. 2011. Disponível em <https://midiasstoragesec.blob.core.windows.net/001/2017/08/biblioteca-escolar-que-espao-esse.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019

GARCIA, P. S. Um estudo de caso analisando a infraestrutura das escolas de ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**: pensamento educacional, Curitiba, v. 9, n.23, 2014. Disponível em: <https://seer.utp.br/index.php/a/article/view/348/342>. Acesso em: 01 jun. 2020.

GIL, J; ARELARO, L. R. G. Contra a municipalização do ensino à brasileira. In: GIL, J. (org.). **Educação municipal**: experiências de políticas democráticas. Ubatuba, SP: Estação Palavra, 2004. p. 15-44.

INEP. **Censo Escolar 2009**. Brasília: DF, Inep, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 30 jun. 2018.



INEP. **Censo Escolar 2015**. Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 30 jun. 2018.

INEP. **Censo Escolar 2019**. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 03 abr. 2019.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica**: Sistema Educacenso. Brasília, DF: Inep, [2015?]. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/formacao-pela-escola/cursos-ofertados/cursos/item/7956-censo-escolar-da-educacao-pela-escola/cursos-ofertados/cursos/item/7956-censo-escolar-da-educacao-pela-escola>. Acesso em: 15 maio 2020

INEP. **Estatísticas dos professores no Brasil**. Brasília, DF: Inep, 2003. Disponível em: http://www.sbfisica.org.br/arquivos/estatisticas_professores_INEP_2003.pdf. Acesso em: 25 jan. 2019.

INEP. **Resumo Técnico**: Censo da Educação Básica 2018. Brasília, DF: INEP, 2019. Disponível em: http://inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYISGMAMkW1/document/id/6386080. Acesso em: 03 jun. 2019.

LITTO, F. Mensagem do Coordenador Científico da Escola do Futuro da Universidade de São Paulo. In: SOLENIDADE DE INSTALAÇÃO DO LEF, 21 ago. 1998, Brasília, DF. **Mensagem...** Brasília, DF: LEF, 1998.

MACIEL, R. S.; LIMA, R. M. de. As bibliotecas dos campi do Instituto Federal do Amazonas em Manaus: marcos regulatórios, estruturação e funcionamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: FEBAB, 2013. Disponível em: <http://portal.febab.org.br/anais/article/view/1240>. Acesso em: 18 out. 2019.

MEDINA, C. A.; ALMEIDA, M. L. de. **Hábitos de leitura**: uma abordagem sociológica. Rio de Janeiro, INEP, 1976.

SCHNEIDER, G. **As ações do Governo Federal no âmbito das condições materiais e estruturais da escola**: uma problematização a partir do conceito de justiça social. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

SCHNEIDER, G. **Política educacional e instrumentos de avaliação**: pensando um índice de condições materiais da escola. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

SILVA, E. T. da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.



SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da lei 12.244/10. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489-517, jul./dez., 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 09 out. 2019.

SOARES, S.; RAZO, R.; FARIÑAS, M. Perfil estatístico da educação rural: origem socioeconômica desfavorecida, insumos escolares deficientes e resultados inaceitáveis. In: BOF, Alvana Maria. (org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484184/A+educa%C3%A7%C3%A3o+no+Brasil+rural/6f20b4f1-a40e-4d78-baea-a1f63f191041?version=1.3>. Acesso em 01 jun. 2020

VALLE, Ione Ribeiro. O lugar da educação (escolar) na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 13, n. 38, p.411-437, jan./abr. 2013.



A biblioteca escolar como pilar da escola: estudo de caso na Rede Estadual de Educação de Santa Catarina¹²

- **Laura Valente Brandolt**
Conselho Regional de Biblioteconomia 14^o região (CRB 14)
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)
- **Carmen Lúcia Capra**
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

1 INTRODUÇÃO

Conforme a pesquisa Retratos de Leitura no Brasil (2020), realizada em 2019 pelo Instituto Pró-Livro, apenas 52% da população brasileira afirmam se considerar leitora, ou seja, leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses. Esse número representa uma queda de 4% em relação à pesquisa anterior, realizada no ano de 2015. Entre estudantes, 37% não frequentam biblioteca. Entre leitores esse percentual é de 52%. Ainda segundo a pesquisa, a classe social que mais lê livros é a classe C, que também é a classe que mais frequenta bibliotecas. Entre os não frequentadores de bibliotecas, 17% afirma que frequentaria mais a biblioteca se ela fosse mais próxima de casa ou de fácil acesso.

A pesquisa Retratos de Leitura no Brasil traz à tona uma realidade preocupante sobre os hábitos de leitura em nosso país. Os dados revelam que ainda estamos distantes de alcançar uma sociedade

12 Trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Teoria e Prática na Formação do Leitor, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), campus Erechim.



leitora, até mesmo entre os estudantes, dos quais mais de um terço afirma não frequentar bibliotecas. É importante ressaltar que a maioria dos estudantes da educação básica pública brasileira provém de famílias da classe trabalhadora. Muitos desses têm acesso limitado a livros e à literatura, sendo a biblioteca essencial para que esse acesso ocorra. Diante desse cenário, fica evidente a necessidade e importância das bibliotecas, especialmente as bibliotecas escolares, na formação dos leitores.

A biblioteca escolar é um dos espaços mais importantes de uma escola, devendo fazer parte do processo de ensino e aprendizagem do estudante. Ela não deve ser apenas um local de armazenamento de livros, mas sim um ambiente integrado ao currículo escolar. Ela deve ser um espaço acessível a todos os estudantes e ser capaz de proporcionar acesso não somente a livros, mas a diversos recursos informacionais e culturais. Alguns dos papéis mais importantes da biblioteca em um ambiente escolar são a mediação e indicação de leituras, o auxílio à pesquisa escolar e o desenvolvimento social e cultural dos estudantes.

Quando pensamos em biblioteca, automaticamente a associamos ao acervo de livros como elemento essencial. E a biblioteca deve, mesmo, possibilitar acesso a livros diversificados, proporcionando aos estudantes a oportunidade de explorar diferentes gêneros, temas, assuntos etc., que despertem o seu interesse e ampliem a sua visão de mundo. Além disso, porém, a biblioteca deve auxiliá-los nessas escolhas, oferecendo apoio pela mediação e indicação dessas leituras, de acordo com suas necessidades e preferências.

Outro aspecto importante é a promoção do letramento informacional. A biblioteca escolar deve capacitar à busca, avaliação e utilização de informações de forma crítica e ética. Os alunos têm de



receber orientação sobre como realizar pesquisas, identificar fontes confiáveis e desenvolver habilidades de análise e interpretação de informações.

Além de seu papel educacional, a biblioteca escolar também desempenha um papel fundamental no desenvolvimento social e cultural dos estudantes. Ela é capaz de ser um espaço acolhedor e seguro, onde os estudantes possam se conectar com os colegas, trocar ideias, debater e desenvolver suas próprias opiniões. A biblioteca pode ser um espaço de encontro e interação, promovendo o diálogo e a construção coletiva do conhecimento.

Por fim, a biblioteca escolar também é um local de descoberta e estímulo à curiosidade. Ela deve ser um ambiente que inspire os alunos a explorarem novos interesses, a buscarem respostas para suas perguntas e a expandirem seu conhecimento além das obrigações curriculares. Ao fornecer recursos e oportunidades para a exploração e o crescimento pessoal, a biblioteca pode contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes.

Segundo o Manifesto IFLA/UNESCO para biblioteca escolar, “A biblioteca escolar é parte integral do processo educativo” (IFLA, 1999). Portanto, é essencial que as escolas a valorizem, investindo em recursos adequados, profissionais qualificados e programas que promovam o acesso à informação, o desenvolvimento de habilidades de leitura e o engajamento dos estudantes. Além disso, é preciso também a valorização de toda a sociedade e a conscientização quanto a seu importante papel social. Segundo a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) (2015, p. 17), “O crescimento das bibliotecas escolares acompanha o crescimento na educação que visa dotar os alunos de conhecimentos para intervir na sociedade e contribuir para a melhoria da mesma”.



O direito à leitura e à biblioteca escolar já é garantido desde a nossa atual Constituição Federal e também por diversas leis, como a Lei nº 12.244/2010, que diz respeito à universalização das bibliotecas em todas as instituições de ensino no Brasil; o Decreto nº 9.099, que dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD); e a Lei nº 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. O problema nunca foi a falta de leis e sim a falta de medidas efetivas capazes de melhorar a educação de forma integral. Recentemente, foi publicada a Lei nº 14.583, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos. No entanto, apesar da existência dessas legislações, é evidente a carência de acesso a esses direitos na educação básica brasileira, conforme aponta relatório técnico realizado em 2021 pelo Conselho Regional de Biblioteconomia de Santa Catarina (CRB-14):

[...] conclui-se que em geral essas bibliotecas estão aquém de respaldarem uma educação de excelência e a geração de leitores críticos, cidadãos autônomos munidos de informação e conhecimento para estarem e adentrarem contextos diversos com igualdade de direitos e oportunidades (Sena, 2021, p. 35).

É notório que, na realidade da educação básica brasileira, ainda existem desafios consideráveis a serem encarados. Muitas escolas enfrentam a falta de infraestrutura adequada para a criação e manutenção de bibliotecas, a ausência de profissionais bibliotecários, assim como a dificuldade de inserção das bibliotecas escolares no plano pedagógico das escolas, principalmente nas redes públicas. Essa situação compromete o pleno acesso dos alunos aos livros, à biblioteca enquanto espaço físico parte da estrutura escolar e a formação dos estudantes enquanto cidadãos.



Portanto, é imprescindível analisar a efetividade dessas políticas públicas, considerando a necessidade de investimentos na infraestrutura das escolas e das bibliotecas escolares e na formação e contratação de profissionais qualificados. Somente com o cumprimento dessas diretrizes legais será possível garantir que todos os estudantes tenham acesso efetivo ao direito à leitura e à biblioteca escolar, promovendo, assim, uma educação de qualidade e mais inclusiva em todo o país.

Neste artigo, busca-se compreender a situação das políticas públicas nacionais voltadas ao livro e à biblioteca, fazendo um levantamento das principais legislações vigentes. Para o fim de tentar verificar a sua efetividade, foi realizado um estudo de caso sobre as bibliotecas escolares das escolas públicas estaduais catarinenses, no qual foi realizado um levantamento e um cruzamento de informações dos dados do Censo Escolar e do IDEB.

2 OS DIREITOS HUMANOS E O DIREITO À LEITURA

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) surge após a Segunda Guerra Mundial como resposta às violações cometidas durante o período. Após a guerra, a comunidade internacional estava profundamente abalada pelo conflito. A derrota da Alemanha permitiu então um ambiente propício à discussão dos direitos humanos, e, nesse contexto, as Nações Unidas convocaram uma comissão para redigir uma declaração capaz de expressar princípios universais para a proteção da dignidade humana e dos direitos de todas as pessoas. Então, ao longo de dois anos, representantes de diversos países trabalharam na elaboração desse documento, que foi publicado em 1948.



A DUDH estabelece uma série abrangente de direitos e liberdades fundamentais, incluindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à liberdade de expressão, de pensamento, de religião e de participação política, reconhecendo esses direitos como um pré-requisito para a paz, a justiça e a democracia. A DUDH é um marco histórico no que diz respeito aos direitos humanos em todo o mundo e continua sendo uma referência importante e um documento fundamental para a proteção dos direitos humanos em todas as suas dimensões.

Em seus artigos 22 e 27, a DUDH afirma:

Artigo 22

Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade.

[...]

Artigo 27

1. Todo ser humano tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.
2. Todo ser humano tem direito à proteção dos interesses morais e materiais decorrentes de qualquer produção científica literária ou artística da qual seja autor (ONU, 1948).

Esses artigos abordam aspectos fundamentais dos direitos sociais e culturais. O artigo 22 ressalta a importância de esforços nacionais voltados à garantia de direitos sociais dos seus indivíduos, como é o caso dos direitos à educação e ao lazer. Já o artigo 27 destaca o direito de todo ser humano participar livremente da vida cultural da comunidade, desfrutar das artes e compartilhar os benefícios do



progresso científico, reconhecendo a importância do acesso à cultura e à ciência como componentes essenciais para o desenvolvimento pessoal e social. As bibliotecas escolares desempenham um papel crucial ao proporcionar esses acessos e, além disso, são importantes ferramentas de disseminação do conhecimento. Uma biblioteca escolar pode fortalecer a sociedade para ir ao encontro de tais direitos.

No campo da leitura, Antônio Candido (2011) oferece uma perspectiva enriquecedora sobre direitos humanos, ao nos propor a refletir e reconhecer que aquilo que julgamos indispensável a nós também é indispensável ao outro. É preciso pensar nos direitos humanos além das necessidades de sobrevivência, de ordem material, como ter o que comer, ter o que vestir e ter onde dormir. O autor ainda destaca que “[...] a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura” (Candido, 2011, p. 193). Na mesma obra, Candido ainda ressalta que uma sociedade justa exige o respeito aos direitos humanos, e que o acesso à arte e à literatura em todas as suas modalidades e níveis é um direito inalienável.

A fruição da arte e da literatura é uma necessidade básica do ser humano. Ao incorporarmos elas, ampliamos nossa percepção e visão de mundo, enriquecendo nossa experiência e nosso entendimento da realidade que nos cerca (Candido, 2011). Valorizar a arte e a literatura é também valorizar a sociedade como um todo, contribuindo para seu desenvolvimento e para que ela seja mais humana e mais justa.

Diante da complexidade das questões sociais, Castrillón (2011) faz notar a necessidade de atenção do Estado na resolução de desigualdades sociais e culturais. Tais ações são possíveis a partir da formulação de políticas públicas, em conjunto com a sociedade, capazes de promover o bem comum e o pleno desenvolvimento de todos.



3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS

A Constituição Federal do Brasil de 1988 é a lei maior do sistema jurídico brasileiro e todas as políticas públicas são desenvolvidas com base em seus princípios. Ela, já em seu 1º artigo, traz como princípios fundamentais a cidadania e a dignidade da pessoa humana, em seu artigo 5º assegura que o acesso à informação é direito de todos e em seu artigo 6º estabelece como direitos sociais, dentre outros, a educação (Brasil, 1988). Em sua seção a respeito da educação, assegura-a como direito de todos e dever do Estado e da família, trazendo-nos como base princípios como a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, e também as garantias de padrão de qualidade e à aprendizagem ao longo da vida.

Partindo de seus pressupostos, aqui são abordadas algumas políticas públicas voltadas para a educação, o livro e a biblioteca, principais temas desta pesquisa. A começar pela própria lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que surge, em 1996, da necessidade de atualização da antiga legislação, a Lei nº 5.692/71, que possuía uma abordagem mais centralizada e autoritária, não condizente com o momento de redemocratização do país.

A LDB estabelece princípios de gestão democrática da educação. Em seu texto é citada a importância da educação em um contexto abrangente, que envolve também o desenvolvimento, por exemplo, da convivência humana e das manifestações culturais e ainda afirma que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, ou seja, para além de ensinar o estudante cálculos ou regras gramaticais, a educação deve também desenvolver o indivíduo para o exercício da sua cidadania. O texto



ainda discorre sobre a organização da educação, os níveis e modalidades de ensino, dos profissionais e recursos que devem ser dedicados à educação etc.

Apesar do livro, a leitura e a biblioteca serem elementos intrinsecamente ligados ao ensino, a LDB não os aborda. O livro, seja didático ou literário, é um instrumento fundamental para a implementação dessas diretrizes. Nesse contexto, o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) desempenha um papel fundamental.

O Decreto nº 9.099, de 2017, dispõe sobre o PNLD, unificando as suas ações, e orienta que o programa

[...] será destinado a avaliar e a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público (Brasil, 2017).

Dentre os seus objetivos está a democratização do acesso às fontes de informação e cultura.

É notável o alcance do programa e suas melhorias ao longo da história, sendo uma das políticas públicas mais bem-sucedidas do Brasil. O programa distribui gratuitamente milhares de livros aos estudantes, professores e bibliotecas escolares de todas as redes públicas do país. Além disso, o programa estabelece critérios para garantir a qualidade dos materiais distribuídos, assim como a autonomia das redes de ensino para a escolha das obras que irão utilizar.

No âmbito das bibliotecas escolares, temos uma breve legislação de apenas 4 artigos, a Lei nº 12.244, de 2010. Apesar da concisão da referida lei, ela movimenta a biblioteca escolar para dentro das

políticas públicas, estabelecendo que toda instituição de ensino deve ter uma biblioteca, com acervo mínimo e respeitada a profissão do bibliotecário. A Lei nº 12.244 ainda estabelece que os sistemas de ensino deveriam movimentar esforços para que, no prazo de 10 anos, todas as instituições de ensino possuíssem biblioteca, porém, esse prazo se findou em 2020 e pouco se avançou nesse sentido.

Recentemente, em maio de 2023, foi publicada a Lei nº 14.583, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Entre as medidas estabelecidas estão a inserção nos contracheques dos servidores públicos trechos de instrumentos que consagram tais direitos e a divulgação deles em emissoras públicas e materiais publicitários do governo. Apesar de ser uma lei que aparenta apenas dizer que leis devem ser seguidas, sua publicação demonstra uma inclinação governamental para que mais esforços a respeito das políticas públicas voltadas a tais temas sejam executados.

4 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Em luz do que até aqui foi apresentado, essa pesquisa teve por objeto de estudo a situação das bibliotecas escolares estaduais catarinenses.

4.1 Objetivos da pesquisa

O objetivo geral da pesquisa foi observar o papel dessas bibliotecas na formação leitora dos estudantes, assim como a sua relação com o desempenho educacional das escolas. Seus objetivos específicos incluíram: coletar os dados do Censo escolar de 2022 no que se refere à



presença da biblioteca escolar ou sala de leitura nas escolas; coletar os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 2021, nas áreas de ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio; correlacionar esses dados e, por meio de análises estatísticas, realizar uma comparação entre eles; por meio desse levantamento, verificar se a presença da biblioteca reflete nos índices de desempenho dos alunos; também por esse levantamento, verificar a efetividade das políticas públicas voltadas à biblioteca e à leitura.

4.2 Instrumentos utilizados

Esta pesquisa baseou-se na coleta, análise e cruzamento de dados, optando por utilizar informações provenientes de fontes públicas atuais, sendo o Censo Escolar de 2022 e o IDEB de 2021. Ambos são instrumentos de pesquisa e avaliação já reconhecidos e consolidados há muitos anos pelo Governo Federal.

O Censo Escolar é uma ferramenta que possibilita entender a situação educacional do país, pelos seus levantamentos, como sobre o número de escolas, estudantes, professores e diversas outras informações relevantes, sendo “[...] o principal instrumento de coleta de informações da educação básica e a mais importante pesquisa estatística educacional brasileira” (INEP, 2023).

Nesta pesquisa utilizou-se o dado referente à infraestrutura escolar, especificamente, os dados do Censo Escolar referentes à biblioteca e sala de leitura. Segundo o Inep, biblioteca é o

local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário (INEP, 2020, p. 84).



Enquanto a sala de leitura é um “espaço reservado aos alunos para consultas, leituras e estudos, desde que fora da biblioteca” (INEP, 2020, p. 89). Importante ressaltar que os dados obtidos no Censo Escolar são autodeclaratórios, ou seja, as informações contidas em seus dados são as informações fornecidas pelos gestores escolares, conforme suas interpretações a respeito dos enunciados.

Segundo o Inep (2023), o IDEB “reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações”. O fluxo escolar é calculado por meio da taxa de aprovação dos estudantes, obtida no Censo Escolar. Já o desempenho escolar é avaliado pelas notas obtidas pelos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). O SAEB é uma prova de português e matemática aplicada aos alunos concluintes do 5º ano do ensino fundamental, com o intuito de representar o desempenho dos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, do 9º ano do ensino fundamental, com o objetivo de representar o desempenho dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental, e aos alunos concluintes do 3º ano do ensino médio, para representar o desempenho dos estudantes do ensino médio. Por meio dessas médias obtidas é composto o IDEB, um indicador simples, variável de 0 a 10, e também subdividido em 3 etapas: anos iniciais do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio. A meta para o IDEB, de maneira simples, foi atingir a média nacional de 6,0 pontos nos anos iniciais do ensino fundamental, no ano de 2021. Essa média varia também conforme a oferta de ensino (pública ou privada), da rede (estadual, municipal, privada, federal), da localidade (estados, municípios) etc., ou seja, cada escola possui a sua meta a ser atingida, conforme a sua realidade, para



que se chegue ao objetivo geral desses 6,0 pontos na média. Espera-se também que esse índice seja alcançado até 2025 para os anos finais do ensino fundamental e em 2028 para o ensino médio.

Esses dois resultados, Censo Escolar e IDEB, são de grande importância para o desenvolvimento e manutenção de políticas públicas voltadas para a educação, como as que são apresentadas nesta pesquisa. Eles representam um importante orientador para onde essas políticas devem ser direcionadas, quais estão obtendo êxito, quais necessitam de atenção etc.

5 RESULTADOS

Das mais de mil e duzentas escolas¹³ da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, foi possível utilizar os dados referentes a 602 delas. Todas as escolas que possuíam dados do Censo Escolar referentes à biblioteca escolar e ao IDEB de ao menos uma das modalidades de ensino foram incluídas na pesquisa. Os índices aqui apresentados possuem alguma variação nas médias gerais, porém, como a pesquisa se detém apenas às escolas que têm esses dois indicadores, algumas que possuíam apenas um deles foram excluídas, gerando essas variações.

5.1 Censo Escolar

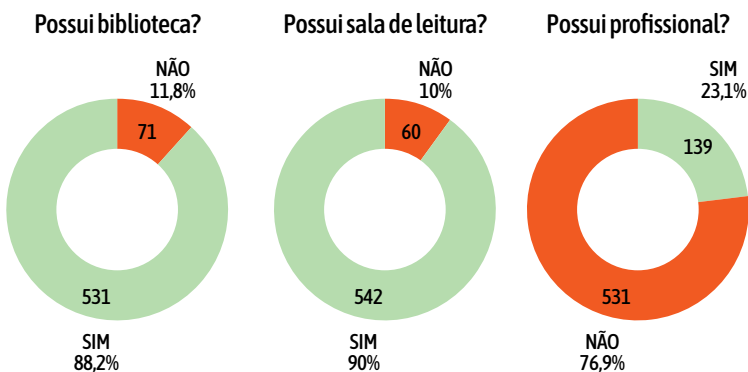
Conforme dados do Censo Escolar, das 602 escolas, 531 possuem biblioteca e apenas 71 não possuem, enquanto que 542 têm sala de leitura e apenas 60 não possuem uma sala para esse fim.

13 Esse número varia conforme o período em questão, pois todos os anos existem escolas sendo descontinuadas ou municipalizadas, portanto, seria necessário realizar uma outra pesquisa para ser capaz de precisar esse número exato nos períodos específicos em relação aos índices nos quais essa pesquisa se baseia.



Quanto aos profissionais atuando nesses espaços, apenas 139 possuem, enquanto 463 não possuem profissional. Esses dados são demonstrados nos gráficos a seguir:

GRÁFICOS 1, 2 E 3 – Demonstrativos de dados do Censo Escolar



FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

Conforme é possível verificar, o número de escolas que possui biblioteca escolar é alto, chegando a quase 90%. Mas, ainda assim, na maior parte dessas escolas não há um profissional atuando na biblioteca (76,9%). Apesar de o Censo Escolar tratar esse profissional como bibliotecário, o quadro do magistério público estadual (Santa Catarina, 2015) sequer possui esses profissionais. Conforme mencionado anteriormente, o Censo Escolar é autodeclaratório, portanto, supõe-se a possibilidade de que as escolas que sinalizaram possuir bibliotecários, na verdade estejam se referindo a outros profissionais da escola, normalmente professores readaptados, que assumiram o atendimento da biblioteca. Essa suposição é reforçada por uma pesquisa realizada recentemente pelo CRB-14, a qual constatou que os responsáveis pelas bibliotecas escolares, na sua maioria, “[...]são professores, e em frequência readaptados,



oriundos das áreas de Língua Portuguesa, Pedagogia e Letras. Res-salva-se que constou com somente 1 bibliotecário (a) e 2 auxiliares de biblioteca” (Sena, 2020, p. 29).

5.2 IDEB

A média geral do IDEB das escolas pesquisadas, com e sem biblioteca, foi de 6,10 pontos para os anos iniciais do ensino fundamental (413 escolas), 5,01 pontos para os anos finais do ensino fundamental (381 escolas) e 4,44 pontos para o ensino médio (82 escolas). Nas tabelas abaixo é possível verificar a média dos índices gerais do Brasil, de Santa Catarina, assim como especificamente das escolas nas quais esta pesquisa se baseou, a fim de comparação:

TABELA 1 – Médias IDEB 2021 dos anos iniciais do ensino fundamental

Rede	Brasil	Santa Catarina	Escolas pesquisadas
Estadual	5,9	6,1	6,1
Municipal	5,5	-	-
Pública	5,5	6,2	-
Privada	7,1	7,7	-
Total	5,8	6,4	6,1

FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

TABELA 2 – Médias IDEB 2021 dos anos finais do ensino fundamental

Rede	Brasil	Santa Catarina	Escolas pesquisadas
Estadual	5,0	4,8	5,0
Municipal	4,8	-	-
Pública	4,9	5,0	-
Privada	6,3	6,8	-
Total	5,1	6,4	5,0

FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

TABELA 3 – Médias IDEB 2021 do ensino médio

Rede	Brasil	Santa Catarina	Escolas pesquisadas
Estadual	3,9	3,6	4,4
Pública	3,9	-	-
Privada	5,6	6,0	-
Total	4,2	3,9	4,4

FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

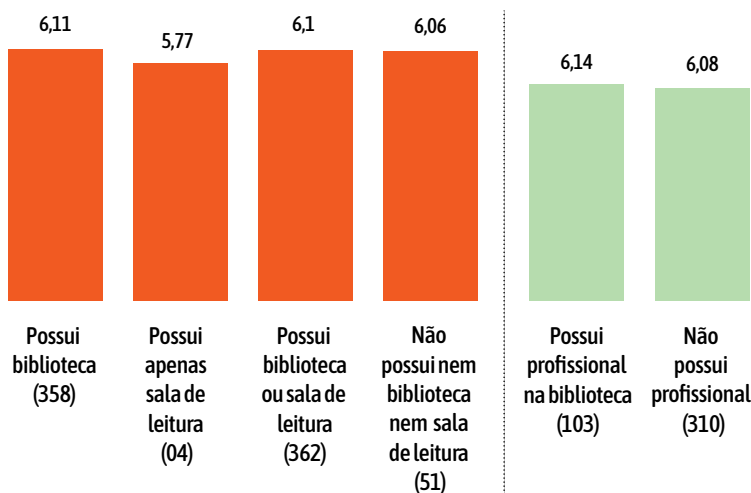
Conforme é possível verificar por meio dos dados apresentados, de um modo geral, Santa Catarina se mantém acima da média nacional e conseguiu alcançar a meta estipulada de 6,0 pontos em 2021 para os anos iniciais do ensino fundamental, em sua rede pública, enquanto o Brasil, de um modo geral, conseguiu atingir esse índice apenas na rede privada. Então, podemos entender que o desempenho de Santa Catarina sugere um comprometimento do estado com a qualidade da educação.



5.3 Dados correlacionados

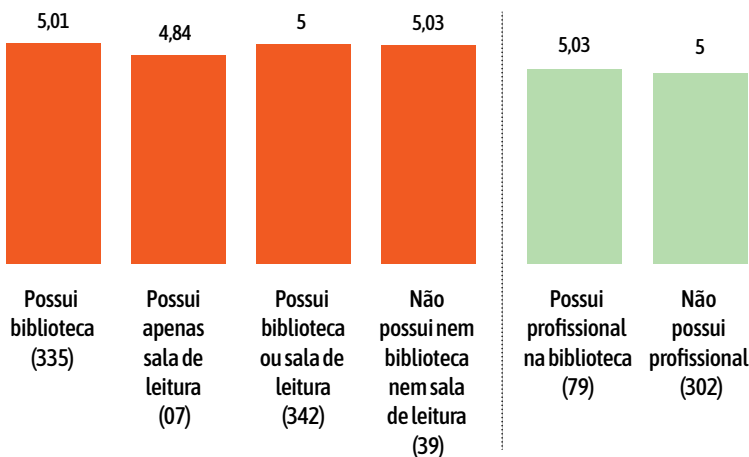
Após o levantamento exposto, foi realizado o cruzamento entre os dados do Censo Escolar e do IDEB. Nos gráficos abaixo é possível verificar a média do IDEB das escolas que possuem biblioteca, sala de leitura e que não possuem nenhum dos dois. Também é possível verificar as médias do IDEB das escolas que possuem profissional atuando na biblioteca e as que não possuem. Esses dados estão subdivididos entre anos iniciais e anos finais do ensino fundamental e o ensino médio.

GRÁFICOS 4 E 5 – Demonstrativos de dados correlacionados no Censo Escolar e IDEB 2021: anos iniciais do ensino fundamental



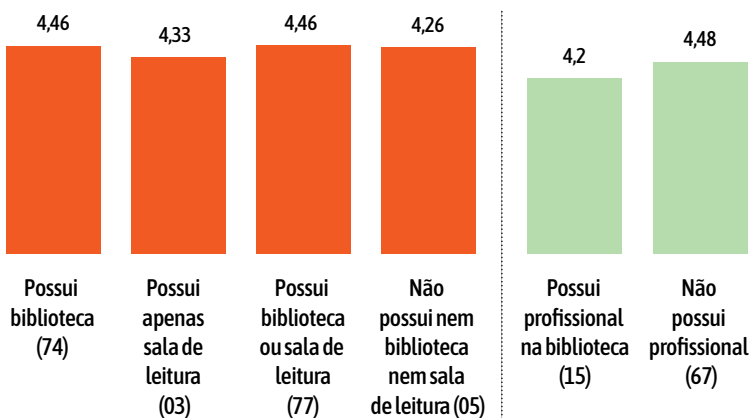
FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

GRÁFICOS 6 E 7 – Demonstrativos de dados correlacionados no Censo Escolar e IDEB 2021: anos finais do ensino fundamental



FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

GRÁFICOS 8 E 9 – Demonstrativos de dados correlacionados no Censo Escolar e IDEB 2021: ensino médio



FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).



Apesar de a variação dos índices ser pequena, é possível verificar que a média do IDEB das escolas que possuem biblioteca é maior das que não possuem, exceto para os anos finais do ensino fundamental, quando a média das escolas que não possuem biblioteca é 0,02% maior das que possuem. Quanto à presença de profissional na biblioteca, nas duas etapas do ensino fundamental o índice se apresentou maior para as escolas que possuem biblioteca (0,06% e 0,03%, respectivamente), e no ensino médio o índice se apresentou maior para as que não possuem profissional (0,28%).

Vale pôr em evidência que algumas combinações resultaram em uma amostra pequena, como por exemplo, no ensino médio, onde apenas cinco escolas não possuem biblioteca escolar. Devido a essa amostra reduzida, a média de apenas uma escola pode variar consideravelmente a média geral. Conforme Patino e Ferreira (2015), quanto menor a amostra, maior a possibilidade de erro amostral, podendo causar uma imprecisão quanto aos resultados.

Essa mesma imprecisão foi constatada nos primeiros momentos desta pesquisa, que se baseava em apenas uma região de Santa Catarina¹⁴, porém, devido a essa amostra ser insuficiente, houve pouca precisão e confiabilidade na pesquisa. Portanto, tomou-se a decisão por expandir o escopo para todo território catarinense, a fim de chegar a dados que melhor representassem a realidade.

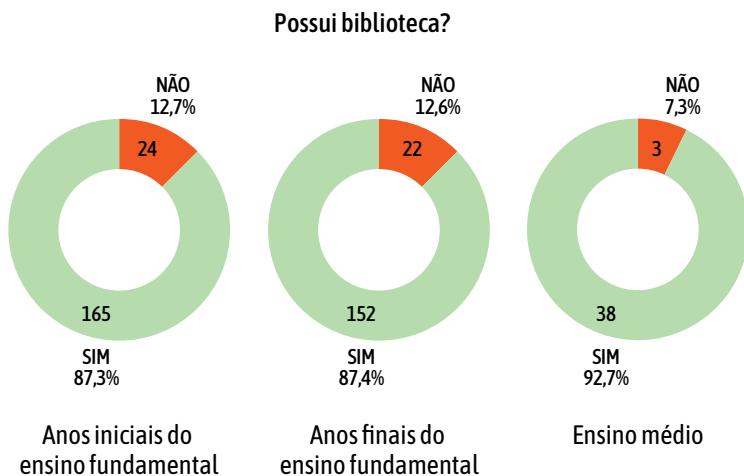
Outro dado interessante de se analisar é o desempenho das escolas que possuem IDEB acima da média. Totalizando 189 escolas dos anos iniciais do ensino fundamental que possuem média igual ou superior a 6,2, 174 escolas dos anos finais do ensino fundamental

14 A saber, a região do extremo sul catarinense, a qual possui cerca de 40 escolas.



com média igual ou superior a 5,1 e 41 escolas de ensino médio com média igual ou superior a 4,5.

GRÁFICOS 10, 11 E 12 – Demonstrativos de dados correlacionados no Censo Escolar e IDEB 2021: escolas com IDEB acima da média.



FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

Conforme é possível observar nos gráficos acima, a grande maioria das escolas que possuem um desempenho superior à média estadual possui o espaço da biblioteca escolar, esse índice variando entre 87,3% e 92,7%.

Outro dado pesquisado foram as dez escolas com o IDEB mais alto de cada segmento. Como houve escolas empatadas com a mesma pontuação, considerou-se também todas as escolas empatadas em 10º lugar.



TABELA 4 – Escolas estaduais catarinenses com o IDEB mais alto nos anos iniciais do ensino fundamental

Escola	Possui biblioteca?	IDEB 2021
EEF Porto Novo	SIM	7,8
EEB Dom Orlando Dotti	SIM	7,7
EEB Prof Valdete I P Zindars	SIM	7,7
EEB Caetano Bez Batti	SIM	7,6
EEB São Lourenço	SIM	7,5
EEB Prof Zulma Becker	SIM	7,5
EEB Nicolau Schoenberger	SIM	7,4
EEB Joao Xxiii	SIM	7,3
EEB São Bento	SIM	7,3
EEB Prof Juvenal Cardoso Zanella	SIM	7,3
EEB Coronel Lara Ribas	SIM	7,3
EEB Sao Tarcisio	NÃO	7,3

FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).



TABELA 5 – Escolas estaduais catarinenses com o IDEB mais alto nos anos finais do ensino fundamental

Escola	Possui biblioteca?	IDEB 2021
Col. Pol. Mil. Feliciano Nunes Pires - Unidade Pedro Ii	SIM	7
EEB São Bento	SIM	6,8
Col. Pol. Mil. Feliciano Nunes Pires	SIM	6,7
EEB Feliciano Nunes Pires	SIM	6,6
EEF Porto Novo	SIM	6,5
EEF Prof Osmarina B Betkowski	NÃO	6,4
EEB Pe Izidoro Benjamim Moro	NÃO	6,4
EEB Prof Jose Duarte Magalhaes	SIM	6,3
EEB Prof Zulma Becker	SIM	6,2
EEF Sagrado Coracao De Jesus	SIM	6,2
EEB Delminda Silveira	SIM	6,2
EEB Marcolino Pedroso	SIM	6,2
EEF Linha Pitangueira	SIM	6,2

FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).



TABELA 6 – Escolas estaduais catarinenses com o IDEB mais alto no ensino médio

Escola	Possui biblioteca?	IDEB 2021
EEB Madre Benvenuta	SIM	5,6
EEB Humberto Machado	SIM	5,6
EEB São Lourenço	SIM	5,4
CEDUP Padre Afonso Robl	SIM	5,4
EEB Raimundo Correa	SIM	5,3
EEB Frei Crespim	SIM	5,2
EEB Prof Luiz Sanches B da Trindade	SIM	5,2
EEB Vidal Ramos Junior	SIM	5,1
EEB Oscar Majolo	SIM	5,1
EEB Pe Balduino Rambo	SIM	5,1
EEB Nicolau Schoenberger	SIM	5,1
EEB Prof Cecilia Lotin	SIM	5,1

FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

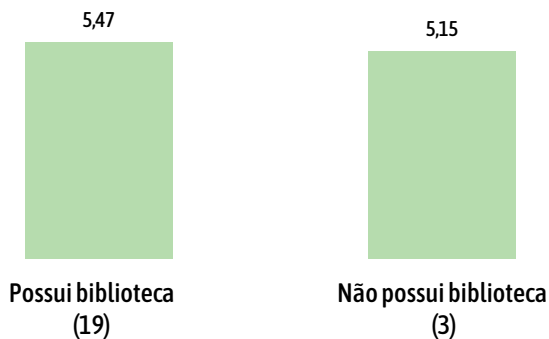
Conforme os dados, é possível verificar a existência de bibliotecas em sua maior parte, sendo 11 das 12 escolas com índices mais altos dos anos iniciais do ensino fundamental, 11 das 13 escolas com índices mais altos dos anos finais do ensino fundamental e todas as 12 escolas com índices mais altos do ensino médio. Ao



todo, 29 das escolas (algumas se repetem em diferentes segmentos de ensino) possuem bibliotecas e apenas 3 não possuem. Existem outros diversos fatores que podem levar ao bom desempenho dessas escolas, mas para constatá-los seria necessário a realização de outra pesquisa, mais aprofundada, pois esta pesquisa explora apenas os aspectos relacionados à biblioteca escolar.

Ao todo, 22 das escolas pesquisadas possuíam média de todos os três segmentos de ensino, foi realizada também uma média geral do desempenho de cada uma delas, conforme é possível observar no gráfico abaixo. Novamente, as escolas que possuem biblioteca obtiveram uma média maior das que não possuem.

GRÁFICO 13 – Demonstrativos de dados correlacionados no Censo Escolar e IDEB 2021: média de todos os segmentos de ensino



FONTE: Elaboração da autora, com base em dados do Inep (2023).

Ao verificar dados do IDEB de outros estados (INEP, 2022) e a média de Santa Catarina na avaliação anterior (INEP, 2019), é possível verificar o bom desempenho de Santa Catarina, comparado a outros estados brasileiros. Nos anos iniciais do ensino fundamental, Santa Catarina possui o IDEB geral mais alto, empatado com o Distrito Federal, e na rede estadual está em 3º lugar, empatado com



Goiás, Piauí e São Paulo. Nos anos finais do ensino fundamental, Santa Catarina está em 4º lugar na média geral, empatado com Minas Gerais, Goiás e Distrito Federal, já na rede estadual está em 9º lugar, empatado com Rondônia, Acre, Amazonas, Pernambuco e Espírito Santo. Já no ensino médio, Santa Catarina está em 17º lugar na média geral, empatado com Roraima, e em 19º lugar na média da rede estadual, empatado com Amazonas e Mato Grosso.

O ensino médio vem sendo um desafio nacional no que diz respeito ao desempenho no IDEB. Mas apesar da má colocação no IDEB do ensino médio, Santa Catarina avançou, aumentando sua média total de 4,2 em 2019 para 5,3 em 2021, e a média estadual aumentou de 3,8 para 4,8 no mesmo período.

Baseado nos dados dessa pesquisa, Santa Catarina possui uma biblioteca escolar, em média, em quase 90% de suas escolas. Segundo dados da pesquisa Retratos de Leitura em Bibliotecas Escolares (Instituto Pró-Livro, 2019), essa média é de cerca de 60% em nível nacional. O desempenho elevado de Santa Catarina no IDEB, portanto, é um dado que pode estar relacionado ao alto índice de bibliotecas escolares em sua rede de ensino.

6 O PAPEL DA BIBLIOTECA ESCOLAR COMO PILAR DA EDUCAÇÃO

É preciso superar a ideia de que uma escola se resume apenas à sala de aula. Para além de um local de aprendizado, a escola forma também cidadãos, é lugar de sociabilidade e de socialização. A escola é também o local onde muitos estudantes tomam seu café da manhã ou almoçam, então, como dissociá-la da alimentação? É também onde, muitas vezes, é verificada a necessidade de um aluno usar



óculos, ou onde são percebidos sintomas e características de uma deficiência ou superdotação, então como dissociá-la da saúde? Quando pensamos em escola, também precisamos pensar nela enquanto esse espaço sustentado por diversos pilares e equipes multidisciplinares capazes de atender a essas demandas e a esses cuidados fundamentais.

O artista e curador pedagógico Luis Camnitzer, que trabalha com a ligação das artes visuais com a educação, também defende esse pensamento da educação para além da sala de aula. O artista possui ao menos duas obras que utilizam o livro para pensar nessa ligação.

FIGURAS 1 E 2 – Obras Library e Fenster de Luis Camnitzer



FONTE: Camnitzer (2006, 2001).

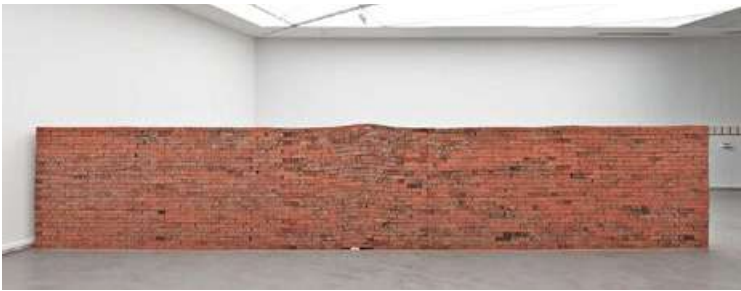
De ambas as obras podemos ter interpretações variadas, contudo, elas nos incitam a pensar sobre a relação do livro com a escola. Na obra Library (biblioteca, em inglês), os livros são representados por tijolos e isso pode remeter a como os livros são interpretados ou como são usados nas escolas hoje em dia. Os tijolos nas estantes parecem ser como estorvos, algo que está ali meramente



ocupando espaço e não cumprindo a sua real função. Em contraste, na obra Fenster (janela, em alemão) o que é representado é o oposto, os tijolos são representados por livros e, pensando na escola, fica impossível dissociar os livros e o conhecimento do que constrói a escola e seu funcionamento como uma abertura.

Outro artista que trabalha a junção da arte com a leitura é o mexicano Jorge Méndez Blake. Em seu site suas obras são apresentadas como capítulos de um livro. Uma delas demonstra o impacto de um livro na estrutura de uma parede ou muro.

FIGURA 3 – Obra El Castillo de Jorge Méndez Blake



FONTE: Blake (2007).

FIGURAS 4 E 5 – Obra El Castillo de Jorge Méndez Blake



FONTE: Blake (2007).

Nessa obra a presença de um livro, no caso, O Castelo de Franz Kafka, na base da parede, muda toda a sua estrutura. Se apenas um livro é capaz de causar tamanho impacto em uma estrutura feita de tijolos, há de se imaginar sua capacidade transformadora no pensamento de uma pessoa.

Assim como esses artistas nos provocam reflexões sobre a presença e o papel dos livros e da leitura, tanto em nossas vidas como na escola, podemos pensar na biblioteca escolar como um pilar fundamental para o ambiente escolar e para além dele. A biblioteca não deve ser apenas um depósito de livros, mas um espaço ativo que contribui de diferentes formas na educação e no desenvolvimento social, crítico e criativo dos estudantes. Ao incorporarmos a biblioteca como um dos pilares da escola, reconhecemos seu impacto não somente na formação escolar, mas também na construção dos estudantes enquanto cidadãos críticos, curiosos e conscientes. Na biblioteca escolar, se usarmos um pouco da licença poética da imaginação, os tijolos se transformam em janelas para um mundo de oportunidades.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do observado ao longo desta pesquisa, é possível verificar que a presença de bibliotecas escolares reflete nos índices de desempenho da escola e que esses índices validam a importância da biblioteca no ambiente escolar. Contudo, observando apenas os números não é possível atestar, por exemplo, a influência da biblioteca escolar na formação leitora dos estudantes. Apesar de os índices dos anos iniciais do ensino fundamental se mostrarem acima da média, apenas eles não bastam, inclusive pela necessidade da



formação leitora ser trabalhada ao longo de toda formação escolar e, para além disso, do indivíduo. Para pensarmos na formação leitora é necessário um olhar mais detalhado nas especificidades e individualidades de cada comunidade escolar, dados que só poderiam ser coletados por meio de uma pesquisa mais abrangente, com questionários ou visitas às escolas, observando também as experiências e relatos dos envolvidos.

Entretanto, apenas a presença da biblioteca escolar enquanto espaço físico da escola não basta. O impacto das políticas públicas acaba desacelerando após a implementação desses espaços. O investimento público é muito voltado para os recursos materiais, porém, pouco se investe em recursos humanos. Faz-se necessário o investimento em profissionais qualificados e capacitados para desenvolver as potencialidades da biblioteca escolar junto aos estudantes, realizando atividades como a mediação de leitura e a pesquisa escolar e também gerindo o espaço. Somente após esse investimento será realmente possível avançar na contribuição da biblioteca escolar para o desenvolvimento da educação.

REFERÊNCIAS

BLAKE, J. M. **El Castillo**. 2007. 3 fotografias.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.099, de 18 de julho de 2017**. Dispõe sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9099.htm. Acesso em: 17 out. 2023.



BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Lei n° 12.244, de 24 de maio de 2010.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

BRASIL. **Lei n° 14.583, de 16 de maio de 2023.** Dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças, adolescentes e idosos. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14583.htm. Acesso em: 17 out. 2023.

CAMNITZER, L. **Fenster.** 2001. 1 fotografia.

CAMNITZER, L. **Library.** 2006. 1 fotografia.

CANDIDO, A. O direito à literatura. In: CANDIDO, A. **Vários escritos.** 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 169-191.

CASTRILLÓN, S. O direito de ler. In: CASTRILLÓN, S. **O direito de ler e escrever.** São Paulo: Pulo do gato, 2011.

IFLA. **Diretrizes da IFLA para a biblioteca escolar.** Netherlands: IFLA, 2015. Disponível em: [https://rbe.mec.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=861&fileName=guide_lines_2016.pdf](https://rbe.mec.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=861&fileName=guide_lines_2016.pdf). Acesso em: 17 out. 2023.

IFLA. **Manifesto IFLA/Unesco para a biblioteca escolar.** Tradução: Neusa Dias de Macedo. São Paulo: FEBAB, 2000. Título original: IFLA/UNESCO School Library Manifesto. 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/school-libraries-resource-centers/publications/school-library-manifesto-pt-brazil.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

INEP. **Censo da Educação Básica 2019:** Resumo Técnico. Brasília, DF: INEP, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2019.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

INEP. **Censo escolar:** apresentação. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 17 out. 2023.



INEP. **Censo escolar**: resultados. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 17 out. 2023.

INEP. **IDEB**: apresentação. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 17 out. 2023.

INEP. **IDEB**: resultados. Brasília, DF: INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Relatos da leitura em bibliotecas escolares**. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2019. Disponível em: <https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/07/apresentac%C3%A7%C3%A7%C3%A3o%20parapublicar2019.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro, 2020. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf. Acesso em: 17 out. 2023.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. [Genebra], 1948. Disponível: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao=universal-dos-direitos-humanos#:~:text=Todo%20ser%20humano%20tem%20direito,liberdade%20e%20C3%A0%20seguran%C3%A7a%20pessoal.&text=Ningu%C3%A9m%20ser%C3%A1%20mantido%20em%20escavid%C3%A3o,em%20todas%20as%20suas%20formas.&text=Ningu%C3%A9m%20ser%C3%A1%20submetido%20C3%A0%20tortura,castigo%20cruel%20desumano%20ou%20degradante>. Acesso em: 17 out. 2023.

PATINO, C. M.; FERREIRA, J. C. Confidence intervals: a useful statistical tool to estimate effect sizes in the real world. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 41, n. 6, p. 565–566, nov. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.org/br/j/jbpneu/a/3xHTDz5W-J8ngJLZWSHjzFzR/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

SANTA CATARINA. **Lei complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015**. Dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, instituído pela Lei Complementar nº 1.139, de 1992, e estabelece outras providências. Florianópolis: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em: http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2015/668_2015_Lei_complementar.html. Acesso em: 17 out. 2023.

SENA, P. M. B. **Retrato das bibliotecas da Rede de Ensino Estadual de Santa Catarina**: relatório técnico. Florianópolis: CRB-14, 2021. Disponível em: <https://www.crb14.org.br/usr/files/RETRATO-BIB-ESCOLAS-SC-CRB-14-PUBLICO%2040%20paginas.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.



Adequação à legislação e acessibilidade nas bibliotecas escolares da Rede Estadual de Ensino na cidade do Rio Grande - RS¹⁵

- **Ellen Porciuncula do Amaral**
Colégio Catarinense - SC
- **Renata Braz Gonçalves**
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

1 INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito fundamental para as pessoas, e as escolas têm a responsabilidade de garantir que esse direito seja respeitado em todos os setores, incluindo as bibliotecas. Este estudo, que faz parte de um trabalho de conclusão de curso, teve como objetivo investigar a acessibilidade das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino na cidade de Rio Grande, RS.

Segundo Hoshino e Peinado (2019), a acessibilidade busca atender diversos grupos, incluindo idosos, gestantes, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com limitações temporárias, obesas, e aquelas que utilizam cadeiras de rodas, muletas, bengalas, ou que possuem deficiência visual.

A Constituição Federal de 1988 garante os direitos sociais e individuais de todos os cidadãos, e com base nela foram criadas leis

15 Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, 2023.



específicas para fortalecer a acessibilidade no Brasil. A Lei nº 10.098, de 2000, estabelece normas para promover a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. O Decreto nº 5.296, de 2004, regulamenta esta lei e destaca que os estabelecimentos de ensino, tanto públicos quanto privados, devem garantir o acesso e a utilização de todos os seus ambientes, incluindo salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

O conceito de “Desenho Universal” surgiu nos Estados Unidos com o objetivo de desenvolver espaços arquitetônicos acessíveis ao maior número de pessoas possível. De acordo com Feitosa e Righi (2016), pesquisadores da *North Carolina State University* definiram sete princípios para o Desenho Universal, que servem como referência para projetos arquitetônicos, são eles: uso igualitário, flexibilidade de uso, uso simples e intuitivo, informação perceptível, tolerância ao erro, baixo esforço físico e tamanho e espaço para aproximação e uso.

No contexto das bibliotecas escolares, as normas e diretrizes desenvolvidas ao longo do tempo visam a criar ambientes acessíveis e inclusivos para todos os usuários. Essas iniciativas são essenciais para promover a aprendizagem, a leitura, as atividades escolares e a pesquisa, garantindo que todos os alunos possam usufruir plenamente dos recursos disponíveis nas bibliotecas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A legislação brasileira, representada pela Lei nº 12.244/2010 e posteriormente pela Lei nº 14.837/2024, consagra a biblioteca escolar como um elemento crucial no contexto educativo do país. Ao



reconhecê-la como um equipamento cultural obrigatório e necessário, essas leis estabelecem uma série de objetivos que norteiam a função e a importância das bibliotecas escolares.

Primeiramente, as bibliotecas escolares devem atuar como agentes de democratização do conhecimento, promovendo o acesso à informação e às novas tecnologias em diversas formas de suporte. Além disso, têm o papel de fomentar as habilidades, competências e atitudes dos alunos, contribuindo para a garantia dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, especialmente no que tange à leitura e escrita.

Outro aspecto relevante é a integração da biblioteca ao processo de ensino-aprendizagem, sendo concebida como um espaço de recursos educativos indissociavelmente ligado às práticas pedagógicas. Além disso, as bibliotecas escolares devem ser ambientes multifuncionais, servindo não apenas como locais de estudo, mas também como espaços de encontro e lazer, voltados para atender às necessidades e anseios da comunidade escolar.

Para assegurar a efetiva implementação desses objetivos, a partir da Lei nº 14.837/2024, foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), que visa a estabelecer parâmetros mínimos funcionais para a instalação física das bibliotecas, com foco no princípio da acessibilidade. Isso implica não apenas a garantia de acesso físico, mas também a adequação dos espaços e serviços às necessidades de todos os usuários, independentemente de suas habilidades ou condições físicas.

Behr *et al.* (2014) enfatizam o papel das bibliotecas escolares como facilitadoras do processo de aquisição, geração, disseminação e aplicação do conhecimento por parte dos alunos. Já a Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, em conformidade com a



UNESCO, amplia essa perspectiva, considerando as bibliotecas escolares como espaços fundamentais para a formação integral do cidadão, estimulando a criação, curiosidade e consolidação do conhecimento (Rio Grande do Sul, 2014).

No entanto, apesar do reconhecimento da importância das bibliotecas escolares e dos esforços legislativos para garantir sua acessibilidade, a realidade nas instituições de ensino ainda apresenta desafios significativos, como apontado pelas pesquisas realizadas por Roma e Cavalcante (2018) e por Santos, Diniz e Sá (2014), em bibliotecas públicas que evidenciam a falta de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados para promover a acessibilidade.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de medidas mais efetivas para garantir que as bibliotecas escolares cumpram seu papel como espaços inclusivos e acessíveis a todos os alunos. Isso requer não apenas investimentos em infraestrutura física, mas também em capacitação profissional e sensibilização da comunidade escolar para a importância da acessibilidade e da inclusão. Somente assim será possível garantir que as bibliotecas escolares cumpram sua missão de promover o acesso ao conhecimento e contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos, independentemente de suas características individuais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Foi elaborado um formulário a partir de *checklist* estruturado por Nicoletti (2010). Na realização do formulário, foram retiradas cento e setenta e seis (176) questões, visto que não condiziam com a realidade das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino da cidade do Rio Grande, bem como duas (2) questões foram



adicionadas pois são necessárias para realização da pesquisa. Dessa forma, o instrumento utilizado nesta pesquisa foi composto por 126 questões.

Para responder às questões do formulário de avaliação, foram estabelecidas quatro possibilidades de respostas para cada item: sim, não, parcialmente e não se aplica¹⁶. Apresentando-se nas seguintes legendas:

QUADRO 1 – Legenda das siglas utilizadas no formulário de avaliação.

LEGENDA	
Sim (S)	Item de avaliação atendido;
Não (N)	Item de avaliação não atendido;
Parcialmente (P)	Item de avaliação atendido parcialmente;
Não se aplica (N/A)	Item de avaliação não se aplica (N/A).

FONTE: Nicoletti (2010).

A conferência e preenchimento do formulário foi feita a partir de visitas nas bibliotecas escolares para de fato verificar os itens de acessibilidade contemplados na NBR 9050/2020 (ABNT, 2020).

Para a aplicação do instrumento de avaliação nas escolas da rede estadual, foram realizadas fotografias das bibliotecas escolares visitadas, com o intuito de ilustrar melhor o ambiente e a situação da acessibilidade.

3.1 Coleta de dados

16 A legenda do “não se aplica” é estabelecida a partir do entendimento de que não existe na biblioteca escolar algum item que está em avaliação.



Para coletar dados, inicialmente foram enviados e-mails para todas as escolas da rede estadual de ensino em Rio Grande, explicando sobre a pesquisa e o método de coleta de dados. No entanto, apenas uma escola respondeu. Diante dessa baixa taxa de retorno, foi decidido realizar visitas presenciais às escolas para obter um retorno mais rápido e a autorização para coletar dados.

Das 30 escolas para as quais foram enviadas mensagens, foram realizadas visitas de solicitação em 13 delas. Dessas, 11 escolas concordaram em participar da pesquisa. As escolas que aceitaram participar são as seguintes: E.E.E.F 13 de Maio, E.E.E.F Almirante Tamandaré, E.E.E.F Barão do Cérrro Largo, E.E.E.M Bibiano de Almeida, E.E.E.M Carlos Loréa Pinto, E.T.E Getúlio Vargas, I.E.E Juvenal Miller, E.E.E.M Marechal Mascarenhas de Moraes, E.E.E.F Nossa Senhora Medianeira, E.E.E.M Silva Gama e E.E.E.M Roberto Bastos Tellechea.

Durante a coleta de dados, foi utilizada uma trena devido à necessidade de medições precisas, especialmente para itens do instrumento de avaliação de bibliotecas, como largura de portas, distância entre estantes, altura de tomadas, mesas, cadeiras, entre outros detalhes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para Romeu Sasaki (2005), a acessibilidade pode ser dividida em seis dimensões, que são:

- a) **Acessibilidade Arquitetônica:** sem barreiras ambientais físicas em todos os espaços internos e externos;
- b) **Acessibilidade Comunicacional:** sem barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem



corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicação) e na comunicação virtual (acessibilidade digital);

- c) **Acessibilidade Metodológica:** sem barreiras nos métodos e técnicas de estudos (escolar), de trabalho (profissional) e de ação comunitária;
- d) **Acessibilidade Instrumental:** sem barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho e recreação;
- e) **Acessibilidade Programática:** sem barreiras, muitas vezes embutidas em políticas públicas (leis, decretos e portarias);
- f) **Acessibilidade Atitudinal:** acessibilidade sem preconceitos em relação à pessoa em geral.

Para demonstrar os resultados da pesquisa, os achados foram divididos em tópicos de acordo com as dimensões e os tipos de acessibilidade, analisados a partir do preenchimento do Instrumento de avaliação das bibliotecas. Dessa forma, passamos ao primeiro tópico.

4.1 Acessibilidade arquitetônica

Nesse tópico foi avaliada a estrutura física das bibliotecas escolares, como a largura das portas, altura das tomadas, rampas de acesso, piso sem precipitação, distância das estantes, entre outros quesitos.

Os dados obtidos após a visita de observação das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino foram os seguintes:



TABELA 1 – Acessibilidade arquitetônica no entorno de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.1.2 - Rebaixamento nas calçadas	0	11	0	0
1.1.3 - Calçada de acesso à biblioteca	9	1	1	0
1.1.4 - Inclinação transversal do piso	11	0	0	0
1.1.5 - Rotas acessíveis no entorno	2	5	4	0
1.1.6 - Acesso vinculado à rota acessível	1	6	0	4

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Observou-se que o entorno das bibliotecas escolares não está totalmente acessível a todas as pessoas, visto que 90,9% não possuem rebaixamento nas calçadas. Em relação às rotas acessíveis circundantes às bibliotecas escolares, apenas duas escolas apresentaram boas condições para pessoas em cadeira de rodas ou mobilidade reduzida.

Certamente as dificuldades encontradas no entorno das bibliotecas escolares impossibilita aos usuários o acesso livre para conseguir se locomover com segurança até a biblioteca escolar, fato que precisa ser revisto não só pelo poder público estadual, mas pela prefeitura que é responsável pelas vias de acesso às escolas.



TABELA 2 – Acessibilidade arquitetônica na entrada de bibliotecas escolares na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.2.1 - Entrada possui degrau ou escada?	0	3	0	8
1.2.2 - Possui porta giratória?	0	0	0	11
1.2.3 - Entrada é contínua, sem obstáculos à circulação?	7	3	1	0
1.2.4 - A porta principal tem um vão de 80,0m e altura de 2,10m?	11	0	0	0
1.2.5 - Aproximação de entrada possui área livre de 1,20m?	10	1	0	0
1.2.6 - Aproximação de saída possui área livre de 1,50m?	7	4	0	0
1.2.7 - As portas abrem em um único movimento?	8	3	0	0
1.2.8 - Maçanetas de alavanca	7	4	0	0
1.2.9 - Maçanetas instaladas a 0,90m e 1,10m?	11	0	0	0
1.2.10 - As portas apresentam revestimento resistente a impactos?	7	2	0	2
1.2.11 - As portas apresentam contraste com relação à parede?	9	1	0	1
1.2.12 - Possui porta de vidro?	0	1	0	10
1.2.13 - As portas têm sinalização tátil e de alerta?	0	11	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

As escolas A, Be J, possuem degraus na entrada da biblioteca dificultando a entrada de estudantes cadeirantes e/ou com mobilidade reduzida, pois não possuem uma rampa ou outra entrada acessível aos usuários com necessidade.



Durante as visitas foi observado que nas bibliotecas D, F, G e K não há maçaneta de alavanca, impossibilitando os usuários de abrirem a porta em um único movimento.

TABELA 3 – Acessibilidade arquitetônica nos espaços internos de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.3.1 - Rota acessível em toda a biblioteca?	6	5	0	0
1.3.2 - Organização perceptível.	7	4	0	0
1.3.3 - Sinalização em zonas não acessíveis.	1	10	0	0
1.3.4 - Área livre de circulação de 1,20m?	4	7	3	0
1.3.5 - Área livre para manobra com rotação de 90° (sem deslocamento).	8	3	0	0
1.3.6 - Área livre para manobra com rotação de 180° (sem deslocamento).	6	5	0	0
1.3.7 - Área livre para manobra com rotação de 360° (sem deslocamento).	5	6	0	0
1.3.8 - Área para manobra com deslocamento?	5	6	1	0
1.3.9 - O layout das salas considera todos os tipos de usuários?	3	8	0	0
1.3.10 - As dimensões internas permitem a mobilidade de todos?	3	7	1	0
1.3.11 - A distribuição do mobiliário favorece o contato visual?	7	4	0	0
1.3.12 - Sinalizações verticais em Braille?	0	0	0	11
1.3.13 - Sinalizações visuais suspensas a 2,10m?	7	4	0	0
1.3.14 - Altura dos interruptores	6	5	0	0
1.3.15 - Interruptores de pressão	9	2	0	0
1.3.16 - Interruptores em contraste à parede	8	3	0	0
1.3.17 - Altura dos armários está entre 0,40	10	1	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.



Observa-se que a maioria das bibliotecas não apresenta alternativas de mobilidade para todos e que apenas uma minoria (27,3%) possui um *layout* que considera todos os usuários.

Os espaços internos das bibliotecas escolares possuem diversos tamanhos e diferentes tipos de organização, foi observado que algumas escolas apresentam dificuldade em realocação de móveis por conta do espaço limitado. Durante a pesquisa, foram relatadas, pelas direções das escolas E e I, as mudanças para outros ambientes, possibilitando uma melhora na organização das duas bibliotecas.

FIGURA 1 – Espaço interno da biblioteca da escola B.



FONTE: Porciuncula (2022).

Na biblioteca da escola B (figura 1), observa-se que a organização dos mobiliários está distribuída de maneira que o usuário tenha uma visão de toda a biblioteca, não havendo zonas que não sejam acessíveis aos cadeirantes, pois o espaço foi bem utilizado pela direção da escola. Com as estantes do acervo localizadas próximas à parede, criou-se um ambiente em que os usuários com necessidades específicas podem se locomover com autonomia e as janelas proporcionam luz natural e ventilação ao acervo.

TABELA 4 – Acessibilidade arquitetônica no piso de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.4.1 - Piso firme, estável e sem trepidações?	10	0	1	0
1.4.2 - Piso é opaco?	11	0	0	0
1.4.3 - Inclinação transversal do piso?	11	0	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Os pisos das bibliotecas escolares analisadas apresentam boas condições, visto que os itens avaliados na Tabela 4 apontam que 100% possuem piso opaco e a inclinação transversal de no máximo 2% e longitudinal de 5%, atendendo a norma NBR 9050/2020.

Creemos que a estabilidade e a opacidade dos pisos presentes nas bibliotecas escolares estaduais analisadas contribuem para o deslocamento em segurança para os usuários em cadeira de rodas e com alguma limitação motora, diminuindo os riscos de um acidente.

TABELA 5 – Acessibilidade arquitetônica nos desníveis de bibliotecas de escolas estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.5.1 - Desníveis são evitados?	6	5	0	0
1.5.2 - Desníveis em altura máxima de 5mm?	9	2	0	0
1.5.3 - Desnível de 5 mm e 15mm são tratados como rampa?	1	10	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.



Os desníveis encontrados durante a pesquisa nas bibliotecas escolares analisadas estavam no trajeto realizado até a entrada da biblioteca, 81,8% possuem desníveis em altura superior a 5mm e não são tratados como rampas.

Os desníveis impedem que o usuário cadeirante, cego ou com mobilidade reduzida realize o trajeto até a biblioteca sem o auxílio de outra pessoa, portanto, limitando o acesso de pessoas com necessidades específicas a esse espaço de ensino.

TABELA 6 – Acessibilidade arquitetônica nos degraus e escadas de bibliotecas escolares na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.6.1 - Degraus e escadas associados às rampas?	1	2	0	8

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

As escolas A, B e J possuem degraus na entrada da biblioteca, apenas uma das analisadas (escola A) dispõe de uma rampa móvel que é utilizada caso algum usuário faça uso de cadeira de rodas ou tenha mobilidade reduzida.

TABELA 7 – Acessibilidade arquitetônica nas rampas de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
1.7.1 - Largura das rampas?	5	3	0	3
1.7.2 - Início e término da rampa com 1,20m?	5	3	0	3

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.



As rampas encontram-se no entorno das bibliotecas e no pátio das escolas analisadas, entretanto, as escolas não mantêm o padrão recomendado de tamanho, apresentando mais de uma rampa em seus ambientes de circulação, de variadas proporções.

4.1.1 Acessibilidade equipamento e mobiliário

Foi observado que as bibliotecas da rede estadual de ensino, na cidade do Rio Grande, analisadas não possuem equipamentos e mobiliários adequados às necessidades de pessoas cadeirantes, visto que os móveis disponíveis aos usuários não apresentam um *design* acessível.

TABELA 8 – Acessibilidade de equipamento e mobiliário do balcão de atendimento ao usuário de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande - 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
2.1.1 - Localizado em rota acessível?	8	2	0	1
2.1.2 - Altura de 0,90m do piso?	9	1	0	1
2.1.3 - Balcão é acessível a usuário em cadeira de rodas?	3	5	2	1
2.1.4 - Balcão livre de barreiras?	8	2	0	1

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Os balcões de atendimento aos usuários nas escolas não possuem acessibilidade a cadeirantes, algumas bibliotecas possuem uma mesa de professor no espaço e 72,7% dos balcões estão livres de barreiras como vidro, barras etc. Entretanto, a escola G



encontra-se com o balcão de atendimento servindo como local para guardar livros.

TABELA 9 – Acessibilidade de equipamento e mobiliário de mesas ou superfícies para trabalho, leitura e/ou estudo nas bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
2.2.1 - Mesas em rota acessível	6	3	1	1
2.2.2 - Entorno da mesa	1	6	4	0
2.2.3 - Aproximação frontal completa?	6	3	2	0
2.2.4 – As mesas apresentam altura acessível e confortável	9	1	1	0
2.2.5 - Arredondamento das mesas?	6	5	0	0
2.2.6 - Mesa de revestimento opaco	11	0	0	0
2.2.7 - Cadeiras flexíveis para deslocamento?	11	0	0	0%

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

FIGURA 2 – Mobiliário da Biblioteca da Escola G



FONTE: Porciuncula (2022).

A partir da Figura 2, podemos observar que o mobiliário da escola G não está de acordo com as normas, pois são classes de sala de aula, isso também ocorre com as cadeiras para os usuários.

Em relação aos equipamentos e mobiliários, pode-se observar que existe uma grande dificuldade da rede estadual de ensino na cidade do Rio Grande em se adequar às normas de acessibilidade, acreditamos que isso seja falta de investimento a partir dos órgãos competentes da educação básica.

TABELA 10 – Acessibilidade de equipamento e mobiliários de computadores/terminais de consulta de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
2.3.1 - Têm acesso a computador e internet?	2	9	0	0
2.3.2 - Computador está acessível a todos?	0	11	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Todas as bibliotecas analisadas possuem acesso à rede *Wi-Fi* da escola, e os alunos têm conexão à rede, mas os computadores disponibilizados para os usuários da biblioteca não apresentam elementos que garantem a sua acessibilidade integral, como sala, o mobiliário, as partes integrantes do computador e seus periféricos. Tendo em vista que as bibliotecas escolares não têm profissionais suficientes, torna-se impossível a utilização dos computadores sem a supervisão desses equipamentos.



TABELA 11 – Acessibilidade de equipamento e mobiliário de estantes de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
2.4.1 - As estantes possuem distância de 0,90m?	2	6	0	3
2.4.2 - Nos corredores é possível uma manobra de cadeira de rodas?	1	5	0	5
2.4.3 – A disposição de livros atende ao alcance confortável?	3	8	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

As estantes das bibliotecas escolares analisadas em relação à distância, 18,25% atendem aos 0,90m, 54,5% não estão de acordo com a distância sugerida e 27,3% são as estantes que estão localizadas frente à parede do espaço, como pode ser observado na Figura 3.

Nas bibliotecas que possuem corredores não é possível realizar manobra de cadeira de rodas, pois não há espaço suficiente para fazer essa ação, impossibilitando o acesso de cadeirantes às estantes.

4.2 Acessibilidade comunicacional

Quanto à acessibilidade comunicacional, observamos que as escolas apresentam um grande *déficit* em relação à sinalização em suas bibliotecas. Verificamos a falta de sinalização adequada nas estantes (Figura 3) e os números de chamada em péssimas condições para identificação de assuntos.

FIGURA 3 – Sinalização na estante da Biblioteca da Escola B



FONTE: Porciuncula (2022)

TABELA 12 – Acessibilidade comunicacional de sinalização dos espaços e serviços de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
3.1.1 - Sinalização das entradas acessíveis?	1	8	2	0
3.1.2 - Sinalização dos horários de funcionamento?	0	10	1	0
3.1.3 - Área de recepção de usuários	0	10	0	1
3.1.4 - Sinalização temporária para informações?	1	9	1	0
3.1.5 - Estantes apresentam sinalização?	3	3	5	0
3.1.6 - Número de chamadas acessíveis de forma tátil e visual	0	11	0	0
3.1.7 - Sinalização em Braille nas placas sinalizadoras?	0	10	0	1



Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
3.1.8 - Sinalização tátil direcional nas áreas de circulação?	0	11	0	0
3.1.9 - Piso tátil de alerta em situações que envolvem risco?	0	11	0	0
3.1.10 - Piso tátil de alerta para rebaixamento de calçadas?	0	10	0	1
3.1.11 - Pavimento de cor diferente?	0	11	0	0
3.1.12 - Piso direcional na biblioteca	0	11	0	0
3.1.13 - Piso no entorno da biblioteca apresenta sinalização tátil?	0	11	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Outro ponto relevante é a ausência de informações básicas como, por exemplo, a indicação explícita do horário de funcionamento, que também é aspecto importante para a acessibilidade comunicacional.

No que se refere à sinalização dos pisos, verificamos que não existem pisos táteis no entorno das bibliotecas escolares, dificultando ao usuário cego ou com baixa visão a autonomia de chegar à biblioteca sozinho.

TABELA 13 – Acessibilidade comunicacional de sinalização de espaços e serviços acessíveis de bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
3.2.1 - Símbolo internacional?	1	11	0	0
3.2.2 - Equipamento para pessoas com baixa visão?	0	11	0	0
3.2.3 - Símbolos complementares indicando as facilidades na biblioteca e prédio?	0	11	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Das escolas analisadas, 81,9% não estão de acordo com as indicações da norma, pois não apresentam sinalização com o símbolo internacional, e 100% das bibliotecas não têm indicação das facilidades na biblioteca e no prédio. Infelizmente, as bibliotecas escolares não portam equipamentos para pessoas com baixa visão.

4.2.1 Acessibilidade informacional

A área de acessibilidade que teve um índice maior sobre não ser acessível a seus usuários foi a informacional, as bibliotecas escolares analisadas não possuem materiais em formato digital, não têm disponível materiais não textuais na versão ampliada, bem como em relevo, os computadores não dispõem da tecnologia assistiva para seus usuários e não possuem um canal de atendimento para consulta ou resposta.



TABELA 14 – Acessibilidade informacional em bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
4.1 - Obras impressas em formato digital?	0	11	0	0
4.2 - Obras visuais disponíveis na versão visual ampliada?	0	11	0	0
4.3 - Obras orais disponíveis em arquivo de áudio?	0	11	0	0
4.4 - Dispõe de material didático e lúdico?	10	1	0	0
4.5 - Catálogo informatizado?	0	0	0	11
4.6 - Formulários disponíveis ao usuário?	0	0	0	11
4.7 - Serviço de atendimento?	0	1	0	10

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Foi constatado que não existem catálogos informatizados acessíveis e formulários disponíveis para realização de pesquisa para pessoas com baixa visão nas bibliotecas escolares analisadas. Foi relatado pela direção da escola K uma tentativa de catalogação do acervo e informatização, porém, a pessoa responsável pelo projeto não conseguiu finalizar. Esse fato demonstra a importância de haver um profissional bibliotecário que possa atender essa demanda.

O material didático e lúdico está presente em 90,9% das bibliotecas escolares analisadas, acredito que o acervo lúdico proporciona ao usuário uma aproximação maior com a leitura, visto que viabiliza uma interação de lazer e divertimento.

4.3 Acessibilidade metodológica

No que diz respeito à acessibilidade metodológica nas escolas analisadas da rede estadual da cidade do Rio Grande, constatou-se



que a falta de um profissional bibliotecário no local afeta todos os processos relacionados à orientação, à pesquisa, normalização de trabalhos, atividades de contação de história etc.

Durante a pesquisa no campo, presenciou-se que as escolas que tinham um bibliotecário ou professor realocado na biblioteca mostraram que seus usuários tinham mais autonomia, frequentavam esse espaço e realizam regularmente empréstimos de livros literários, conforme se observa na tabela abaixo:

TABELA 15 – Acessibilidade metodológica em bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
5.1 - Serviço de referência e informação?	3	8	0	0
5.2 - Considera as necessidades especiais do usuário?	3	0	0	8
5.3 - Atividades de orientação?	2	0	0	9
5.4 - Contação de história?	4	0	0	7
5.5 - Orientação a pesquisa?	3	0	0	8
5.6 - Orientação à normalização?	1	10	0	0
5.7 - Capacitação dos usuários?	0	11	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Os itens avaliados na Tabela 16, que estão com a legenda de não se aplica, referem-se a situações em que não há nenhum tipo de recurso humano disponível para prestação dos serviços de contação de história, orientação à pesquisa, orientação à normalização de trabalhos acadêmicos/escolares e a capacitação dos usuários no acesso e uso da informação. Verificou-se que 72,7% das bibliotecas escolares analisadas não têm um profissional bibliotecário, e nem outro profissional



responsável, isso demonstra que o processo de universalização das bibliotecas escolares previsto pela Lei nº 12.244/2010, alterada pela Lei 14.837/2024, não está sendo atendido.

4.4 Acessibilidade instrumental

Verificou-se que a acessibilidade instrumental nas escolas da rede estadual analisadas é baixíssima. Como se pode observar a partir da Tabela 17, as bibliotecas da rede estadual de ensino da cidade do Rio Grande possuem problemas em relação a diversos itens avaliados na pesquisa.

TABELA 16 – Acessibilidade instrumental em bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
6.1 - Equipamento de ampliação de texto?	0	10	1	0
6.2 - Fotocopiadora para ampliação de textos?	0	11	0	0
6.3 - Scanner para digitalizar?	1	9	0	0
6.4 - Computadores suficientes com TA?	0	7	0	4
6.5 - Teclados alternativos?	0	5	0	6
6.6 - Monitor de 17 polegadas?	0	5	0	6
6.7 - Computador tela plana?	4	1	0	6
6.8 - Suporte de elevação?	1	4	0	6
6.9 - Software de ampliação de tela?	0	5	0	6
6.10 - Dispõem de leitores de tela?	0	5	0	6
6.11 - Possibilidade oferecida aos usuários de aumento de zoom, da fonte e espaçamento?	0	5	0	6
6.12 - Caneta de ponta porosa preta?	0	6	0	5

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.



Segundo a Tabela 17, as bibliotecas avaliadas não atendem adequadamente aos itens analisados, incluindo a disponibilidade de equipamentos que promovam a inclusão de usuários com limitações permanentes ou temporárias. Essa falta de adequação vai contra o direito garantido por lei de acessibilidade. É importante ressaltar que os itens marcados como “não se aplicam” na tabela se referem à inexistência de certos recursos nas bibliotecas, como a ausência de computadores para os usuários. Quando é indicado “não”, significa que as bibliotecas possuem computadores disponíveis, mas não oferecem tecnologias assistivas adequadas, como suportes de elevação, *software* de ampliação de texto e leitores de tela para usuários com baixa visão ou cegos. Observa-se que, embora a Escola G tenha computadores disponíveis para os alunos, essa não é uma realidade em todas as escolas analisadas.

4.5 Acessibilidade programática

De acordo com os resultados obtidos a partir das visitas de observação, notou-se que a acessibilidade programática das bibliotecas escolares da rede estadual de ensino, na cidade do Rio Grande, analisadas é escassa, visto que não tem um profissional adequado para gerenciar o regulamento das questões relativas à acessibilidade. Verificou-se que as bibliotecas não possuem uma política própria de desenvolvimento de coleções e não preveem contato com autores/editoras para obtenção de arquivos digitalizados. Além disso, o plano orçamentário das bibliotecas ou das instituições não prevê, com continuidade, a implementação de recursos acessíveis.



TABELA 17 – Acessibilidade programática em bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
7.1 - O regulamento contempla questões de acessibilidade?	4	7	0	0
7.2 - O regulamento contempla serviços e produtos de acesso à informação a Pneus?	3	8	0	0
7.3 - Aquisição gradual de Braille, áudio e digital?	5	6	0	0
7.4 - Prevê contato com autores/editoras?	1	10	0	0
7.5 - O plano orçamentário prevê continuidade da acessibilidade na biblioteca	3	8	0	0
7.6 - Ações culturais preveem a inclusão?	2	2	0	7

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Foi constatado durante a pesquisa de campo que 45,5% das bibliotecas escolares analisadas recebem materiais gradativamente em braile e materiais em áudio.

4.6 Acessibilidade atitudinal

Em relação à acessibilidade atitudinal nas bibliotecas analisadas, percebe-se que existem poucos profissionais bibliotecários atuando na rede estadual de ensino na cidade do Rio Grande, notou-se também que os professores realocados não compreendem o que são Tecnologias Assistivas (TA) e Tecnologias da Informação Comunicacional (TICs).



TABELA 18 – Acessibilidade atitudinal em bibliotecas escolares estaduais na cidade do Rio Grande – 2022 (n=11).

Itens avaliados	Sim	Não	Parcial	Não se aplica
8.1 - Tem bibliotecário?	1	10	0	0
8.2 - Atualiza-se sobre a acessibilidade?	1	2	0	8
8.3 - Conhecimento da legislação à acessibilidade?	1	2	0	8
8.4 - Conhecimento das TICs e TAs	0	3	0	8
8.5 - Investe na capacitação da equipe?	0	3	0	8
8.6 - Apresenta criatividade para possíveis soluções	3	1	0	7
8.7 - Acolhem as diferenças?	4	0	0	7
8.8 - A biblioteca disponibiliza aos usuários um meio para emitir sugestões?	0	11	0	0
8.9 - Controle de PNEs?	1	10	0	0
8.10 - A biblioteca realiza avaliação de seus serviços e produtos?	1	10	0	0

FONTE: Elaborado pelas autoras, 2024.

Observamos, durante a coleta, que algumas direções de escolas estão fazendo esforços para transformar a biblioteca em um espaço adequado para os alunos e professores realizarem atividades escolares, de lazer e leitura. Especificamente, as bibliotecas escolares E e I buscam tornar o ambiente mais acessível, planejando uma mudança para um espaço maior e organizando, um *layout* mais claro. No entanto, ainda há muitos aspectos que precisam ser aprimorados para garantir uma melhor acessibilidade e funcionalidade dessas bibliotecas.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a acessibilidade nas bibliotecas escolares da rede estadual no Rio Grande apontou uma série de desafios que afetam diretamente a qualidade e a inclusão dos estudantes no ambiente educacional. A falta de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, especialmente aquelas com dificuldades de locomoção, foi destacada como uma preocupação significativa, uma vez que a maioria das escolas analisadas respondeu negativamente aos requisitos levantados pelo formulário.

Além disso, a ausência de profissionais bibliotecários em mais de 90% das escolas visitadas representa uma lacuna crítica na capacidade de oferecer suporte adequado aos alunos. Essas descobertas destacam a desobediência à Lei nº 12.244/2010 e reforçam a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura física e recursos humanos para garantir que as bibliotecas escolares sejam verdadeiramente inclusivas e acessíveis para todos os alunos.

Os resultados do estudo têm implicações não apenas para as escolas analisadas, mas também para o sistema educacional como um todo. Podemos afirmar que a falta de acessibilidade em suas diferentes dimensões, bem como a quase inexistência de profissionais qualificados nas bibliotecas escolares denunciam um problema generalizado que certamente compromete a qualidade da educação oferecida.

Para resolver essa questão, é fundamental que as autoridades educacionais reconheçam a importância de priorizar a acessibilidade e a contratação de bibliotecários, que são os profissionais qualificados, para atuar nas bibliotecas, a fim de que aspectos relacionados à acessibilidade sejam atendidos.



Além disso, é necessário um esforço conjunto da sociedade civil, incluindo pais, professores e a comunidade em geral, para exigir mudanças significativas. A conscientização e a mobilização são essenciais para garantir que todas as crianças tenham acesso igualitário à educação e aos recursos disponíveis nas bibliotecas escolares. Somente por meio do reconhecimento e enfrentamento desses desafios será possível construir um sistema educacional justo e inclusivo para toda comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

ABNT. **NBR 9050:2020**. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Ed. 4. Rio de Janeiro, 2020.

BEHR, Ariel *et al.* Especialização em bibliotecas escolares e acessibilidade: discutindo a gestão da biblioteca na modalidade EAD. **Informação & Informação**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 102-123, jul. 2011. ISSN 1981-8920. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/7831>. Acesso em: 25 maio 2024.

BRASIL. **Decreto n° 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Decreto regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 24 maio 2024.

BRASIL. **Lei n° 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em: 24 maio de 2024.

BRASIL. **Lei n° 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 25 maio 2024.



BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024.** Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 27 maio 2024.

FEITOSA, L.; RIGHI, R. Acessibilidade arquitetônica e desenho universal no mundo e Brasil. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, Tupã, v. 4, n. 28, p. 15-31, 2016. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/6b81/d8368e68addb337f9356391ad5a94fd7aa8f.pdf>. Acesso em: 26 maio 2024.

HOSHINO, H. T.; PEINADO, H. S. Acessibilidade em bibliotecas: proposição de solução em projeto com foco na correção de barreiras arquitetônicas. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 204-205, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uepg.br/index.php/ret/article/view/12775>. Acesso em: 26 maio 2024.

NICOLETTI, T. F. **Checklist para bibliotecas:** um instrumento de acessibilidade para todos. 2010. 99 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Biblioteconomia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/28114>. Acesso em: 6 maio 2024.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. **A Biblioteca escolar:** manual de procedimentos voltado à dinamização das bibliotecas escolares estaduais do Rio Grande do Sul. 148f. Porto Alegre, 2014. Disponível em: https://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/sebe_manual_biblioteca.pdf. Acesso em: 26 maio 2024.

ROMA, I. A. A.; CAVALCANTE, L. F. B. Acessibilidade nas bibliotecas escolares estaduais de Londrina. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 167-186, 2018. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/641>. Acesso em: 25 maio 2024.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; SÁ, N. A. A importância da acessibilidade nas bibliotecas públicas. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. Especial, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/4811>. Acesso em: 27 maio 2024.

SASSAKI, R. K. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão:** revista da educação especial, Brasília, DF, p. 19-23, out. 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revistainclusao1.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.



APÊNDICE A

REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS ANALISADOS

- 1 ALBUQUERQUE, A. C. de; TEDESQUI, C. A. Competências profissionais do bibliotecário escolar: reflexões a partir da Lei 12.244/10. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 3, n. 1, p. 115-146, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5433/2317-4390.2014v3n1-2p115>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/20519>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 2 ARAÚJO, F. D. P. A biblioteca escolar na pauta do Congresso Nacional. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 26-36, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106614>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106614>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 3 ARAUJO, R. de P. Advocacy por bibliotecas escolares: a experiência de Jardinópolis/SP. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, p. 157-176, 2019. Disponível em: <https://rbdb.febab.org.br/rbdb/article/view/1355>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 4 CAMILLO, E. D. S.; CASTRO FILHO, C. M. de. Inquietações à reforma de uma lei: olhares sobre a biblioteca escolar. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. 2, 94-101, abr./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13n2.35285>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/35285>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 5 CAMPELLO, B. S. Bibliotecas escolares e Biblioteconomia escolar no Brasil. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 1, p. 1-25, 2015. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2015.106613>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106613>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 6 CAMPELLO, B. S.; ABREU, V. L. F. G.; CALDEIRA, P. da T.; BARBOSA, R. R.; CARVALHO, M. da C.; DUARTE, A. B. S.; ARAÚJO, C. A. Á.; VIANNA, M. M.; FIALHO, J. F.; ALVARENGA, M. Parâmetros para bibliotecas escolares brasileiras: fundamentos de sua elaboração I. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 21, n.2, p. 105-120, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/10451>. Acesso em: 16 mar. 2024.



- 7 CAMPELLO, B. S.; BARBOSA, R. R.; PROENÇA, S. G. Bibliotecas escolares no Brasil: uma análise dos dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 11, n. 3, p. 609–624, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v11.n3.2018.10397>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/10397>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 8 CAMPELLO, B. S.; CALDEIRA, P. da T.; LIMAS, R. F. de; SOUSA, T. G. F. A universalização de bibliotecas nas escolas: reflexos da Lei 12.244. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 10, n. 20, p. 39–58, ago. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/13609/11653>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 9 CARPES, G.; CISNE, C. S. de; FLECK, F. As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município Florianópolis Santa Catarina: um estudo comparativo entre relatos de experiências. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 1–12, 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2052>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 10 CARVALHO, E. T. G. de. Um olhar sobre a legislação profissional de biblioteconomia e sua relação com as bibliotecas escolares. **Biblionline**, João Pessoa, v. 13, n. esp., p. 39-45, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4775.2017v13nEspec.38572>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/38572>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 11 CARVALHO, G. K. de M.; TANUS, G. F. de S. C. A biblioteca escolar e o letramento informacional na visão dos mediadores de leitura da rede municipal de ensino de Parnamirim (RN). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 18, p. 1–24, 2022. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1745>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 12 CASTRO FILHO, C. M. de; COPPOLA JUNIOR, C. Biblioteca Escolar e a Lei 12.244/2010: caminhos para implantação. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 30–41, 2012. Disponível em: <https://revistas.ffclrp.usp.br/BEREV/article/view/102>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 13 FARIAS, F. R.; BRITTO, L. P. L. A Lei n. 12.244 e sua concepção de biblioteca escolar: uma análise. **Revista Ibero-Americana de Ciência Da Informação**, Brasília, DF, v. 12, n. 3, p. 826–836, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v12.n3.2019.19155>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/19155>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 14 FEITOSA, B. R. Literaturas africanas em língua portuguesa e o tema africanidades na biblioteca escolar. **Revista Bibliomar**, São Luís, v. 21, n. 2, p. 98–114, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.18764/2526-6160v21n2.2022.18>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/20130>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 15 FERRAREZI, L.; SOUSA, L. M. A. e. Nos meandros das políticas públicas: a biblioteca escolar em (dis)curso. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, p. 73-88, 2014. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2014.106605>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106605>. Acesso em: 16 mar. 2024.



- 16 FILGUEIRA, B. L. A.; SILVA, H. S. da; COSTA, F. da S.; SAMPAIO, D. B. Panorama das Bibliotecas escolares municipais da cidade de Juazeiro do Norte: desafios descortinados para a aplicação da lei 12.244/2010. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 840–859, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/982>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 17 FIORAVANTE, E.; CUNHA, M. V. da. As competências do Bibliotecário em uma Rede de Bibliotecas Escolares para o Estado de Santa Catarina, Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1–15, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52219>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/52219>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 18 FONSECA, A. V. da; MEDEIROS, B. L. da S.; FERNANDES, D. V.; OLIVEIRA, N. D. F. de; TANUS, G. F. de S. C. A competência crítica em informação na biblioteca escolar para a construção de uma sociedade democrática. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 7, p. 1-19, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v7i00.2022.78216.1-19>. Disponível em: https://repositorio.ufm.br/bitstream/123456789/54593/1/Compet%3%aaanciaCr%3%adicalInforma%3%a7%3%a3o_Fonseca_2022.pdf. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 19 FRANKLIN, B. L. A recusa à escassez: a universalização da biblioteca escolar e a tensão entre a materialidade digital e a Lei de Direitos Autorais. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1–23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52339>. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/52339>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 20 GARCEZ, E. F.; EGGERT-STEINDEL, G.; PEREIRA, J. P. S.; CARPES, G. Um projeto de rede de bibliotecas para as escolas públicas estaduais de Santa Catarina, Brasil: relato de experiência(s). **Perspectivas Em Ciência Da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 237–262, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2468>. Disponível em: <https://www.scielo.br/jjpci/a/3XL9kTvYVrNKW5rznXvVQqVf/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 21 GUIMARÃES, F. X.; BARREIRA, M. I. de J. S.; SANTOS, J. O.; PEREIRA, C. C. M. A biblioteca escolar e a formação do bibliotecário. **Páginas a@b**, Porto, série 3, n. esp., p. 65–72, 2016. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/1451/1241>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 22 MORENO, E. A. Diagnóstico das bibliotecas escolares do município de Jaraguá do Sul segundo a Lei 12.244/2010. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.19, n.1, p. 23–32, 2014. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/946/pdf_84. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 23 NUNES, M. C.; GONÇALVES, M. M. B. Concepção da Biblioteca na escola: **ConCI**: convergências em Ciência da Informação, São Cristovão, v. 2, n. 3, p. 69–83, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33467/conci.v2i3.13671>. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/conci/article/view/13671>. Acesso em: 16 mar. 2024.



- 24 OHIRA, M. L. B.; TREVISOL NETO, O.; SENA, P. M. B.; PIZZORNO, A. C. P.; BARRETO, M. V. Retrato das bibliotecas da rede de ensino municipal de Santa Catarina. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, n. 3, p. 1-17, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1931>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 25 OLIVEIRA, D. A.; RODRIGUES, E. C. A constituição teórico-metodológica da Biblioteca Escolar: contribuição dos grupos de pesquisa do CNPq no campo da Ciência da Informação. **Biblos: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 32, n. 1, p. 146-162, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v32i1.6800>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6800>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 26 PAULA, V. C. de; OHIRA, M. L. B. Diagnóstico das bibliotecas escolares de nove municípios de Santa Catarina: dados preliminares. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 944-959, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/855>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 27 PAULA, V. C. DE; OHIRA, M. L. B.; TREVISOL NETO, O. As bibliotecas escolares da rede pública estadual do município Florianópolis-Santa Catarina: relato de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 409-425, 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1699/pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 28 PEREIRA, E.; FIORAVANTE, E.; EGGERT-STEINDEL, G. Bibliotecas escolares em rede: uma conversa, dois cenários. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 27, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1891/pdf>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 29 PEREIRA, G.; RODRIGUES SOBRINHO, P. N.; GIRELLI, R. T. As ações de implantação da Lei nº 12.244/2010 nos municípios da Grande Vitória/ES. **BiblioCanto**, Natal, v. 6, n. 1, p. 25-39, 2020. DOI: 10.21680/2447-7842.2020v6n1ID19810. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bibliocanto/article/view/19810>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 30 PEREIRA, R. A Lei nº 12.244/2010 e seus desdobramentos no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil. **Páginas A&b Arquivos & Bibliotecas**, Porto, n. 9, p. 80-97, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag9a5>. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeab/article/view/4567/4278>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 31 REBOUÇAS, L. da S.; TANUS, G. F. de S. C. Análise das fiscalizações do Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª região (CRB-15). **Revista Eletrônica Da ABDF**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 24-40. 2021. Disponível em: <https://revista.abdf.org.br/abdf/article/view/169>. Acesso em: 06 mar. 2024.
- 32 RODRIGUES, E.; ALMEIDA, R. M. de. Bibliotecas escolares e a não conservação dos acervos produzidos pela cultura escolar-Naviraí/MS (1986-2010). **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, Naviraí, v. 4, n. 8, p. 124-137, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/3200>. Acesso em: 16 mar. 2024.



- 33 ROMEIRO, N.; VIOLA, C.; BRISOLA, A. C. Técnicos/as em biblioteconomia: quem são, onde se formam, quem os/as formam e por que são tão necessários/as? **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 13–25, 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1521>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 34 SANTOS, A. P. dos; GOMES, S. H. A.; VALÉRIO, E. D.; REIS, F.; OLIVEIRA, F. R.; RIBEIRO, G. M. DE C.; CARVALHO, L. F. DE; MORAES, M. G. de. Retratos da biblioteca escolar da rede estadual de ensino de Goiás. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 733–787, 2017. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/927>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 35 SANTOS, A. P. dos; RESENDE, V. F. de A. A formação profissional de Biblioteconomia para atuação em bibliotecas escolares: retrato das universidades federais brasileiras. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 82–101, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2021.173390>. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/160997>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 36 SANTOS, A. P. dos; RESENDE, V. F. de A.; LIMA, M. M. A legislação da biblioteca escolar nos estados pós Lei 12.244: o que mudou? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 1–25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1490>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 37 SANTOS, P. S. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para universalização. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 6, n. 2, p. 28–47, 2018. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2018.143688>. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/108230>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 38 SILVA, J. L. C. A biblioteca escolar em tempo de mudanças no Brasil: a contribuição da Biblioteconomia a partir de uma identidade de projeto. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e Da Informação**, Rio Grande, v. 26, n. 2, p. 47–65, 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/2006>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 39 SILVA, J. L. C. Lei de universalização das bibliotecas escolares (12.244/10): concepções, aplicações e proposição de política pública. **Revista Informação Em Cultura**, Mossoró, v. 1, n. 1, p. 60–93, 2019. DOI: <https://doi.org/10.21708/issn2674-6549.v1i1a8521.2019>. Disponível em: <https://periodicos.ufersa.edu.br/ric/article/view/8521>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 40 SILVA, J. L. C. Perspectivas históricas da biblioteca escolar no Brasil e análise da Lei 12.244/10. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 489–517, 2011. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/797>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 41 SILVESTRE, P. R.; PAIVA, M. de A. M. de. Bibliotecas escolares e sistemas de ensino: uma exploração na Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Múltiplos Olhares em Ciência Da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, p. 2–9, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16886>. Acesso em: 16 mar. 2024.



- 42 SIQUEIRA, T. G. D. S.; TRINDADE, T. L.; TERRA, G. de M. T.; TORRES, P. T. Panorama da biblioteca escolar no Brasil: legislação e ações. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 26, n. 1, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1754>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 43 SOUSA, B. S. S. de; LINDOSO, M. F. F. Bibliotecas escolares: passado, presente e o que será do futuro? **Bibliomar**, v. 15, n. esp., p. 7-17, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos eletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/9813>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 44 SOUZA, J. Perspectiva histórica de concepção da Lei 12.244/10: aspectos compreendidos entre a implantação, impactos socioeconômicos e seu cumprimento. **Biblos: revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande** v. 31, n. 2, p. 99-129, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v31i2.6817>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/6817>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 45 TREVISOL NETO, O.; MATTOS, M. de C. do C.; SILVA, M. C. da R. F. da. Graduações de biblioteconomia na modalidade a distância no Brasil: dados iniciais de pesquisa. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 21, n. 3, p. 903-915, 2016. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1258>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 46 TREVISOL NETO, O.; PIZZORNO, A. C. P.; OHIRA, M. L. B. Ações do Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª Região em prol das bibliotecas escolares. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 28, n. 2, p. 1-16. 2023. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/2054>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 47 TRINDADE, T. L.; TORRES, P. L. Biblioteca escolar e sala de leitura: diferenças, competências e contribuições no ambiente escolar brasileiro. **Biblionline, João Pessoa**, v. 19, n. 2, p. 35-48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/67200>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 48 VAHL DICK, V.; VIANNA, W. B.; KARPINSKY, C.; PINTO, M. D. de S. Diagnóstico para melhoria contínua nas Bibliotecas Escolares do município de Indaial/SC. **Biblioteca Escolar em Revista, Ribeirão Preto**, v. 5, n. 2, p. 43-59, 2017. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-5894.berev.2017.112937>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/112937>. Acesso em: 16 mar. 2024.
- 49 VIANA, L.; PIERUCCINI, I. Bibliotecas escolares: políticas públicas para a criação de possibilidades. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, Rio de Janeiro**, v. 8, n. 2, p. 126-143, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/354>. Acesso em: 16 mar. 2024
- 50 ZIMMERMANN, J. R.; PAULA, V. C. de; OHIRA, M. L. B. Avanços, perspectivas e limitações da lei no 12.244/2010 com vistas a sua aplicabilidade: análise da literatura brasileira e ações dos órgãos de classe do estado de Santa Catarina (Brasil). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 22, n. 2, p. 161-179, 2017. Disponível em: https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1305/pdf_1. Acesso em: 16 mar. 2024.



S O B R E O S A U T O R E S



MARIA LOURDES BLATT OHIRA

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC (1976). Mestrado em Biblioteconomia na área de Planejamento e Administração de Sistemas de Informação pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas -PUCCAMP (1998). Especialização em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2004). Bibliotecária do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (1976-1993). Professora titular do Curso de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC (1993-2012). Conselheira do Conselho Regional de Biblioteconomia CRB/14 (2015-2020). Coordenadora do Grupo de Pesquisa do CRB/14 - Retrato das Bibliotecas Escolares da Rede de Ensino do Estado de Santa Catarina. Membro da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas – CBEP e Conselheira do Conselho Federal de Biblioteconomia – CFB (2022-2024).



ORESTES TREVISOL NETO

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (PGCIN/UFSC), bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2012) e mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (2015). Foi professor no curso de Biblioteconomia EaD da Unochapecó (2016-2019) e tutor na especialização EaD em Gestão de Bibliotecas Escolares UAB/UFSC/CIN (2015-2016). Atualmente é bibliotecário na Universidade do Estado de Santa Catarina, tutor no curso de Biblioteconomia EaD UAB/UDESC/DBI.





**MARIA ISABEL DE
JESUS SOUSA BARREIRA**

Professora Associado IV da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Programa PPGCI/UFBA (Mestrado e Doutorado). Docente dos Curso de Graduação (Biblioteconomia e Arquivologia) /UFBA; Doutora em Educação/UFBA (2007); Mestre em Ciência da Informação/UFPB (2001). Graduada em Direito pela Faculdade Social da Bahia (2014); Graduada em Biblioteconomia e Documentação/UFBA (1992). Vice-presidente do Conselho Federal da Biblioteconomia (CFB) 19ª gestão (2022-2024); Coordenadora da Comissão de Bibliotecas Escolares e Públicas/CFB (2024). Coordenou o PPGCI/UFBA (2017-2021). Editora Chefe da Revista Ponto de Acesso (2020-2022). Coordenou o curso de biblioteconomia UFBA (2009-2011). Chefiou do Departamento de Documentação e Informação (1997/1999 e 2007/2009).



**PATRICIA VERÔNICA
NASCIMENTO DIAS FERNANDES**

Doutora em Ciências da Educação; Mestra em Ciências Sociais; Especialista em Metodologia do Trabalho Científico e Formação do Profissional Pesquisador; Graduada em Biblioteconomia e Documentação; Licenciada em Letras. Coordenou a biblioteca da Faculdade Metropolitana de Camaçari (FAMEC) no período de 2003 a 2009. Empregada pública estadual no período de 2005 a 2009 na Empresa Gráfica da Bahia (EGBA). Presidente do Conselho Regional de Biblioteconomia 5ª Região (Bahia/Sergipe) 2018 (Jan/ago); Membro do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB (18ª Gestão - 2019/2021); Diretora Administrativa do CFB (19ª Gestão 2022/2024). Atualmente é bibliotecária do Núcleo de Circulação e Referência da Biblioteca Central da Universidade

Federal do Recôncavo da Bahia. Com experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Gestão da Informação, atuando, principalmente, nos seguintes temas: publicações científicas; normalização de trabalhos, gestão de unidades de informação, custódia e gestão documental, projetos de estímulo à leitura, tratamento e disseminação da informação.



JOSÉ ALIMATÉIA DE AQUINO RAMOS

Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1997. Mestrado e doutorado pela Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2004 e 2013. Professor Associado II na Universidade Federal do Espírito Santo, desde 2005. Conselheiro Federal do CFB 19ª Gestão (2022-2024).



ROSA ZULEIDE LIMA DE BRITO

Doutora pelo programa de Pós-graduação em Ciência da Informação/ECI/UFMG em 2013. Graduada em Biblioteconomia (1979/UFPE); Graduada em Arquivologia (Uniasselvi/2023); Mestre em Ciência da Informação (1996/UFPB); Especialista em Administração de Bibliotecas Municipais e Escolares (UFPE/1989); Especialista em Organização de Arquivos (UFPE/2005). Professora lotada no Departamento de Ciência da Informação, leciona no Curso de Biblioteconomia desde 1993 e no Curso de Arquivologia desde 2008. Atua na área da Representação temática da informação em Bibliotecas e Arquivos, classificação arquivística, estudos de usuários e em Bibliotecas públicas municipais e escolares.



ELVIRA FRANÇA DOS S. BARBOSA

Graduação em Letras Vernáculas com Habilitação em Espanhol pelo Centro Universitário Jorge Amado (2006). Mestre em Ciência da Informação (2023). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Língua Portuguesa. Participou do curso de Planejamento da Prática Pedagógica, em serviço do Projeto de Regularização do Fluxo Escolar do Ensino Fundamental II, promovido pela Universidade Do Estado Da Bahia (UNEB), onde atuou como docente do respectivo projeto.



EDUARDO VALADARES DA SILVA

Professor da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), graduado em Biblioteconomia e mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo e Doutor em Ciência da Informação pela UFMG. Atuou como bibliotecário escolar por 10 anos na Prefeitura Municipal de Vitória - ES e atualmente suas áreas de interesse estão relacionadas aos campos de Formação de Leitores, Biblioteconomia Escolar e Narrativas.



DIOGO ROBERTO DA SILVA ANDRADE

Mestre em Ciência da Informação PPGInfo-UDESC. Bibliotecário pela ECI-UFMG. Membro do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI-UFMG). No grupo de pesquisa NERSI desenvolve estudos sobre Competência em Informação, com foco nos assuntos que tratam da ética informacional. Busca aperfeiçoar as próprias capacidades de adquirir e transmitir conhecimentos na jornada de ensino e aprendizagem.





GABRIELA PISKE

Doutora e mestre em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí – Univali (2022 e 2017), especialista em Tecnologias para Educação Profissional pelo Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC (2021) e Educação a distância: docência e tutoria pelo Centro Universitário Avantis – UniAvan (2018). É graduada em Pedagogia pela UniAvan (2018), Letras – Língua Portuguesa e Literatura pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi (2018) e Jornalismo pela Univali (2012). É professora efetiva de Língua Portuguesa e Literatura na rede estadual de ensino de Santa Catarina, dos cursos superiores da Univali e da especialização em Literatura Infantil e Juvenil pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. É membro do Grupo de Pesquisa Cultura, Escola e Educação Criadora e pesquisa sobre biblioteca escolar, educação estética, mediação de leitura e formação leitora.



RITA DE CÁSSIA BARCELLOS

Mestre em Ciência da Informação - UFSC. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Física - UFSC. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Licenciatura Plena Educação Física pela Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB; Especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC; Especialização em Ciência do Movimento Humano pela Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Especialização em Gestão Escolar. Professora da Rede Pública de Ensino do Município de Blumenau- SC. Bibliotecária. Desenvolve estudos na área da biblioteca escolar; educação inclusiva e transtornos do espectro autista.



MARLI DIAS DE SOUZA PINTO

Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e dos Cursos de graduação do DPTCIn/UFSC. Doutora em Engenharia de Produção; Mestre em Administração e graduada em Biblioteconomia. Líder do Grupo de Pesquisa em Gestão da Sustentabilidade (GPSCIn/UFSC), com o projeto de pesquisa Perspectivas Científicas da Ciência da Informação na pauta do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas. Orienta mestrado, doutorado e supervisiona pós-doutorado. Ministra disciplinas nas temáticas: Desenvolvimento Sustentável; Sustentabilidade da Agenda 2030, Sustentabilidade Informacional, Marketing da Informação, Estudos de Usuários, Formação e Desenvolvimento de Coleções. Possui num Canal no Youtube, Sustentabilidade Informacional,, e um Perfil Sustentabilidade Informacional na rede social Instagram.



ELIAS BARBOSA DA SILVA

Bibliotecário-Documentalista na Biblioteca de Ciência e Tecnologia (SIBI-UFPR). Mestre em Educação na linha de Políticas Educacionais pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em Biblioteconomia e Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Federal de Alagoas. Possui experiência na área de Ciência da Informação/Biblioteconomia, com ênfase em Técnicas de Recuperação de Informação, atuando, principalmente nos seguintes temas: pesquisa escolar, informatização de acervo, biblioteca universitária, biblioteca escolar - dinamização e tratamento técnico. Exerceu as Funções de Diretor da Divisão de Tratamento Técnico do SIBI/UFAL; Gerente de Serviços Gerais da Superintendência de Infraestrutura/SINFRA/UFAL; Gerente de Patrimônio e Suprimentos/SINFRA/UFAL; Superintendente Substituto de Infraestrutura/UFAL, Diretor do Sistema de Bibliotecas-SIBI/UFAL e Chefia de Gabinete da Reitoria/UFAL.





LAURA VALENTE BRANDOLT

Bibliotecária formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com especialização em Teoria e prática na formação do leitor pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Natural de Porto Alegre (RS), atualmente reside em Santa Catarina, na cidade de Araranguá, onde atua na Coordenadoria Regional de Educação de Araranguá e é conselheira do Conselho Regional de Biblioteconomia da 14ª região (CRB-14, gestão 2024/2026).



CARMEN LÚCIA CAPRA

Licenciada em Educação Artística pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), na Graduação em Artes Visuais e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED). Lidera o Grupo de Pesquisa Flume (Uergs/CNPq) e se dedica à pesquisa sobre educação e artes visuais (formação docente, ensino, escola, políticas da arte, práticas pedagógicas antirracistas) e práticas artísticas insurgentes, limítrofes ou contra hegemônicas. Integra o Núcleo Educativo MARGS-Uergs desde 2012 e coordena grupos experimentais de estudos e práticas, entrelaçando ensino, pesquisa e extensão.



ELLEN PORCIUNCULA DO AMARAL

É bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG), formada entre 2019 e 2023. Desde 2023, trabalha como assistente de biblioteca no Colégio Catarinense, localizado em Florianópolis, Santa Catarina. Dedicar-se à organização dos espaços, à catalogação dos acervos e ao atendimento personalizado aos alunos, promovendo a leitura e facilitando o aprendizado no ambiente escolar.



RENATA BRAZ GONÇALVES

Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG (2000), Mestre e Doutora em Educação (2005; 2010) pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Atuou como bibliotecária na Rede Pública Municipal de Educação de Pelotas e no Sistema de Bibliotecas da UFPel. É professora Associada no Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Atua no Curso de Biblioteconomia e no Programa de Pós-Graduação em História da mesma instituição. Concluiu o Pós-doutorado em Ciências da documentação na Facultad de Ciencias de la Documentación de la Universidad Complutense de Madrid, em 2015. Líder do Grupo de pesquisa MIL - Mediação da Informação e Leitura e coordenadora do Programa de Extensão Universitária “Biblioteca da Escola: Ativar!”





Mais do que um instrumento de divulgação da campanha [#soubibliotecaescolar](#), este livro busca identificar as pesquisas brasileiras sobre a Lei de Universalização de Bibliotecas Escolares, a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que foram realizadas a partir da sua promulgação.

Além disso, esta obra é um registro valioso das discussões promovidas em prol da Lei e de seu cumprimento. É também uma forma de preservar o conhecimento sobre esse tema.

Para a 19ª Gestão do CFB, a biblioteca escolar merece especial atenção por ser a única tipologia de biblioteca prevista em uma normativa superior, nacional e mandatária.

FABIO LIMA CORDEIRO

Presidente da 19ª Gestão do CFB
CRB-1/1763



Sistema CFB / CRB
Conselho Federal de Biblioteconomia
Conselhos Regionais de Biblioteconomia